

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



Domingos Leite Pereira
Intervenção política e acção governativa durante a Primeira República

Mestrado em História (História Moderna e Contemporânea)

Pedro Manuel Figueiredo Leal

2014

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



Domingos Leite Pereira

Intervenção política e acção governativa durante a Primeira República

**Dissertação para a Obtenção do Grau de Mestre em, (História Moderna e Contemporânea) orientada pelo Prof. Doutor António Ventura
Mestrado em História (História Moderna e Contemporânea)**

Pedro Manuel Figueiredo Leal

2014

Índice

Resumo.....	4
Abstract.....	4
Introdução.....	5
1 Biografia de Domingos Leite Pereira-1882-1919.....	13
1.2- Administrador do Concelho de Braga.....	18
1.3- Deputado.....	25
1.4- 14 de Maio 1915.....	26
1.5- Ministro da Instrução.....	35
2-I Governo de Domingos Pereira 1919.....	58
2.1-A Questão Social.....	64
2.2-Os decretos de 10 de Maio /As Eleições de 11 de Maio 1919.....	75
2.2-Presidente da Câmara dos Deputados.....	99
3-II Governo de Domingos Pereira -1920.....	104
3.1 A Questão ferroviária e o Funcionalismo público.....	121
3.2 O Congresso extraordinário do PRP.....	136
4-Dissidência.....	150
4.1 As Eleições de 1921.....	170
4.2 O Retorno ao PRP	189
4.3-Ministro dos Negócios Estrangeiros.....	197
5-III Governo de Domingos Pereira -1925.....	201
5.1 Os Julgamentos da Sala do Risco.....	208
5.1-As Eleições de 1925.....	213
Conclusão.....	221
Anexos	227
Fontes e Bibliografia.....	230

Resumo

Este trabalho tem como objecto de estudo a intervenção política e a acção governativa de Domingos Leite Pereira (1882-1956) durante a Primeira República. Nesse sentido, pretendemos estudar a sua actividade parlamentar, partidária e governativa, apontando as suas principais linhas de força, incidindo, especialmente, no quadro de grande instabilidade política, social e económica que caracterizaram o regime republicano português após a I Guerra Mundial. Por outro lado, este trabalho procura estudar a luta pelo controlo e liderança do Partido Republicano Português, no mesmo período de tempo, incidindo, com mais pormenor, na dissidência partidária que Domingos Pereira lidera entre 1920 e 1921.

Abstract

This work aims to study the the political intervention and government action of Domingos Leite Pereira (1882-1956) during the First Republic. Therefore, we intend to study his parliamentary, governmental and party activity, pointing out its main thrusts, focusing especially on the great political, social and economic instability that characterized the Portuguese republican regime after World War I. Moreover, this work seeks to study the struggle for control and leadership of the Portuguese Republican Party during the same period of time, focusing in more detail on the partisan dissent that Domingos Pereira led between 1920 and 1921.

Introdução

Em 1956, quando Domingos Leite Pereira faleceu, o jornal *República* colocava em grande destaque, na sua primeira página, que se tinha perdido um “republicano insigne, democrata eminente e cidadão integérrimo”¹.

Domingos Pereira, durante a I República, foi o político que mais tempo ocupou funções ministeriais², participando em dez governos e presidindo a três deles. Foi também o único chefe do governo a organizar duas eleições legislativas. (1919,1925) Para além disso, foi o Presidente da Câmara dos Deputados que mais tempo ocupou o lugar, durante 1102 dias, distribuídos por três mandatos)³. Deputado desde a Assembleia Constituinte, líder de uma facção dissidente do Partido Republicano Português, Domingos Pereira teve uma intensa actividade política, desde a sua juventude, em Braga, até à sua morte, em 1956, durante a oposição ao Estado Novo.

O seu percurso biográfico e político, à semelhança de grande parte dos intervenientes na Primeira República, continua a ser bastante desconhecido, diluindo-se na profusão de governos que marcaram os dezasseis anos de regime. Nos últimos anos, porém, têm surgido novos contributos historiográficos que nos ajudam a perceber melhor a intervenção política de Presidentes da República⁴, chefes do Governo⁵, ministros⁶ e deputados⁷.

¹ *República* 28-10-1956

² “Durante esta malfadada época do parlamentarismo republicano”, recordaria Cunha Leal, o “record de permanência no exercício do poder político coube a Domingos Pereira, que fez parte de dez gabinetes, a três dos quais presidiu, tendo exercido funções ministeriais ao longo de 1079 dias, qualquer coisa como quarenta por cento de todo este período de desconcerto administrativo.” Cf. Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, Lisboa, C. Leal 1966-1968 Vol. II p. 192

³ Em segundo lugar ficou Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, com 806 dias distribuídos por quatro mandatos. Cf. Fernando de Sousa, Conceição Meireles Pereira (coord.) *Os Presidentes do Parlamento Português - I República (1910-1926)*, Lisboa Assembleia da República, 2012 Vol. II p. 61

⁴ João B. Serra, *Presidentes de Portugal: Manuel de Arriaga: fotobiografia* Lisboa, Museu da Presidência da República, 2006; Rui Ramos, *Presidentes de Portugal: Teófilo Braga: fotobiografia*; Lisboa, Museu da Presidência da República, 2006; Armando B. Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo*, 2 volumes, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006; Óscar Casaleiro, *Presidentes de Portugal: João do Canto e Castro: o paradoxal: fotobiografia*, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2006; Luís Reis Torgal *António José de Almeida e a República: discurso de uma vida ou vida de um discurso*, Lisboa Círculo de Leitores, 2004; Ana Paula Pires, *António José de Almeida: o tribuno da República*, Lisboa,

Neste trabalho pretendemos estudar a intervenção política e acção governativa de Domingos Pereira durante a I República. Sobre esta personalidade tão pouco estudada tornou-se essencial perceber o meio em que surgiu, a sua formação e começo da vida política activa e estabelecer o seu percurso, desde o relativo anonimato como deputado da província até à ascensão meteórica como chefe do governo. Por outro lado, seria fundamental estudar a sua acção como ministro e chefe do governo e o modo como organizou as duas eleições legislativas. Por último, a questão principal estaria enquadrada na luta pelo controlo do Partido Republicano Português após a ausência de Afonso Costa.

A estrutura deste trabalho obedece a uma ordem essencialmente cronológica. Após a introdução inicial, é elaborada a sua biografia política até 1919, onde se apresenta o meio familiar em que Domingos Pereira nasceu e, de uma forma sumária, delinear o seu percurso académico e político, como activista republicano, até 1910. Até 1919, será estudada a sua acção como administrador do concelho de Braga e Presidente da Câmara da mesma cidade, sendo abordada, de seguida, a sua carreira parlamentar até 1917. Durante esse período daremos especial atenção à revolta de 14 de Maio 1915,

Assembleia da República - Divisão de Edições, 2011; Manuel Filipe Canaveira, *Presidentes de Portugal: Teixeira Gomes fotobiografia*, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2006; Maria Alice Samara, *Bernardino Machado: uma vida de luta*, Lisboa, Assembleia da República, 2012

⁵ Filipe Ribeiro de Meneses, *Afonso Costa*, Lisboa, Texto, 2010; Ernesto Castro Leal, Maria Teresa Nunes, *António Granjo: república e liberdade*, Lisboa, Assembleia da República, 2012; Luís Farinha, *Cunha Leal: deputado e ministro da República: um notável rebelde*, Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República: Texto, 2009; Olga Maria Vasco Xavier, *Álvaro Xavier de Castro: esperanças e fracasso de um republicano demo-liberal: 1878-1928*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990; António José Queiroz, *José Domingues dos Santos – O “Defensor do Povo” (1887-1958)*, Lisboa, Assembleia da República, 2012; Bruno J. Navarro, *Governo de Pimenta de Castro: um general no labirinto político da I República*, Lisboa, Assembleia da República, 2011

⁶ Vitorino Magalhães Godinho, *Vitorino Henriques Godinho (1878-1962). Pátria e República*. Lisboa, Assembleia da República: Publicações Dom Quixote, 2005; Paulo Mendes Pinto - *António Xavier Correia Barreto: biografia de um presidente do Senado*. Lisboa, Assembleia da República, 2002; Miguel Nunes Ramalho, *A opressão salazarista e a força da liberdade: Alfredo Sousa, um resistente*, Lisboa, Prefácio, 2007; Gaspar Martins Pereira, *Eduardo Santos Silva - Cidadão do Porto 1879-1960*, Porto, Campo das Letras, 2002; José Joaquim Ribeiro da Costa, *Óscar Carmona: 1869-1951*, Universidade Nova de Lisboa, 1993; António Ventura, *Magalhães Lima: um idealista impenitente*, Lisboa, Assembleia da República - Divisão de Edições, 2011, Armando Malheiro da Silva, Carlos Cordeiro, Luís Filipe Torgal, *Machado Santos: o intransigente da República (1875-1921)*, Lisboa, Assembleia da República, 2013; Fernando Fava, *Leonardo Coimbra e a I República: percurso político e social de um filósofo* Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008; Lina Maria Gonçalves Alves Madeira, *Alberto Veiga Simões: esboço biográfico*, Coimbra, Quarteto, 2002

⁷ Marco José Vasco da Silva, *As ideias políticas e sociais de António Lino Neto: um católico militante entre o fim do séc. XIX e a primeira metade do séc. XX*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011; António Matos Ferreira, João Almeida Miguel, *António Lino Neto: intervenções parlamentares: (1918-1926)*, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, Texto, 2009; Jorge Pais de Sousa, *Bissaya Barreto: ordem e progresso*, Coimbra, Minerva 1999; Ana Isabel Sardinha Desvignes, *António Sardinha (1887-1925): um intelectual no século*, Lisboa, Impr. de Ciências Sociais, 2006; Elisa Neves Travessa, *Jaime Cortesão: política, história e cidadania (1884-1940)*, Porto, Asa, 2004; Miguel Figueira de Faria, *Alfredo da Silva: biografia 1871-1942*, Lisboa, Bertrand, 2004

época em que Domingos Pereira teve a sua primeira grande intervenção a nível nacional. A partir de 1919, quando Domingos Pereira assumiu um papel preponderante na vida política nacional, o estudo vai se centrar, sobretudo, na sua acção, ao longo dos vários governos que preside, a luta pela liderança do PRP, a dissidência partidária que encetou entre 1920 e 1921, e de forma sumária, delinear o seu papel como ministro dos Negócios Estrangeiros e a sua intervenção nas relações com a Igreja e a Santa Sé.

Segundo a biografia inserta na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Domingos Pereira tinha em preparação três volumes de memórias e um de explicações dos seus actos de governo “muito debatidos e deturpados por vezes”⁸. No seu espólio particular, que pudemos consultar, para além de alguma correspondência e recortes de jornais, apenas foi possível apurar umas pequenas notas memorialísticas relativas à sua detenção em Braga, em 1918, e umas *Notas Políticas: 1919, 1920, 1921*, um diário político e partidário referente, apenas, a 1920.

Ao longo da sua vida, em entrevistas, artigos de jornal, intervenções parlamentares, prefácios e capítulos em obras de conjunto, Domingos Pereira deixou alguns elementos preciosos para o estudo da sua biografia. A grande fonte deste trabalho acabou por ser a imprensa da época, em que tentámos fazer um levantamento exaustivo principalmente entre 1919 e 1926. Vários arquivos foram fundamentais para complementar o nosso objecto de estudo. No Arquivo Histórico Parlamentar pudemos consultar os resultados eleitorais oficiais, publicados nas actas de apuramento geral. No Arquivo Histórico Diplomático foi possível consultar a correspondência enviada ao representante de Portugal na Santa Sé. Na Biblioteca Nacional consultámos o espólio de Ginestal Machado que contém alguma correspondência trocada com Domingos Pereira. No arquivo da fundação Mário Soares foi possível consultar alguma correspondência de Afonso Costa.

Para a realização deste trabalho, gostaria de, em primeiro lugar, agradecer o incentivo, conselho e o apoio constante do meu orientador, Professor Doutor António Ventura. Ao professor António José Queiroz, agradeço, de modo especial, todo o auxílio e informações prestadas que muito valorizaram este estudo. Aos professores António Matos Ferreira, Manuel Baiôa, Amadeu Campos de Sousa, um sincero agradecimento pelo esclarecimento das questões solicitadas. Ao Eng. Manuel Domingos Pestana Pereira, e esposa, pela forma tão amistosa como disponibilizaram o espólio de

⁸ “Pereira (Domingos Leite) ” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa: Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, vol. XXI, p. 130

Domingos Pereira. A meus pais, por tudo. Por fim, à Carla, ao Vasco, ao Diogo e ao Gerson pelo apoio constante.

A primeira biografia de Domingos Pereira surgiu na obra *As Constituintes de 1911 e os seus Deputados*. Apresentando-o como “professor e jornalista”, a pequena resenha teve o cuidado de enunciar o seu percurso académico, jornalístico e político até 1911, realçando, sobretudo, a “propaganda republicana e anticlerical” que realizou “desde 1900, por ocasião da questão religiosa”⁹. A biografia mais influente, que serviu de base a quase tudo o que se escreveu sobre Domingos Pereira, foi, na verdade, a entrada inserta na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, que sintetizava a sua actividade como “político parlamentar e jornalista”, um orador “brilhante” que tomou “parte activa” na propaganda republicana. O artigo salientava igualmente o seu “elevado prestígio moral”, as suas “faculdades de político, prestigiando as instituições que serviu, algumas vezes em circunstâncias graves e difíceis, sob o aspecto interno e externo”. Como presidente da Câmara dos Deputados, conquistou o “respeito dos parlamentares de todas as correntes e adquiriu dedicações, até da parte dos adversários políticos”. Como ministro dos Negócios Estrangeiros, encetou uma acção “notável” nas “negociações tendentes a restabelecer a boa harmonia entre Portugal e o Vaticano”, conseguindo, através da sua “perseverança, tenacidade e tacto diplomático”, recuperar a tradicional imposição do barrete cardinalício, pelo Chefe de Estado, ao núncio apostólico, independentemente de ser um monarca¹⁰. No *Dicionário de História de Portugal*, David Ferreira acentuava o papel de Domingos Pereira na chefia do seu primeiro governo, “num momento bastante difícil, quando, em virtude da agitação social e das lutas políticas decorrente do termo da primeira guerra mundial e do esmagamento das tentativas restauracionistas de Janeiro de 1919, teve de suceder” a José Relvas. Por outro lado, lembrava que Domingos Pereira, embora filiado no “Partido Democrático, dele esteve afastado durante algum tempo; malograda, porém, a pequena cisão que provocara, voltou aquele partido, ao qual se conservou ligado até à morte”. Por último, David Ferreira destacava o seu cargo na presidência da Câmara dos Deputados, “lugar onde, mercê da sua correcção e imparcialidade e do seu feito conciliador, que não excluía firmeza nem perseverança, alcançou o respeito e a simpatia

⁹ *As Constituintes de 1911 e os seus Deputados*, Lisboa, Liv. Ferreira, 1911 p.28

¹⁰ “Pereira (Domingos Leite)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa: Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, vol. XXI, pp. 130-131

dos representantes de todas as correntes políticas existentes no Parlamento”¹¹. Apesar destes elementos de estudo, Domingos Pereira continuou a ser uma personagem muito desconhecida. Em 1981, Oliveira Marques, no seu *Guia de História da 1ª República Portuguesa*, lembrava que “outra importante figura da república que aguarda o seu biógrafo é Domingos Leite Pereira”¹². Os pequenos estudos que foram surgindo, com excepção de Oliveira Marques¹³ e de António Ventura¹⁴, que nos elucidaram sobre o seu percurso maçónico, decalcaram, de modo geral, o que se apurou na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* e no *Dicionário de História de Portugal*¹⁵. Apenas em 2006, Carlos Jaca, na revista *Fórum*¹⁶, publicou a primeira biografia de Domingos Pereira. Embora se trate de uma obra de divulgação, colige bastantes informações e elementos de estudo, favorecidos pelo facto do autor ter tido acesso a algum espólio familiar. Por fim, António José Queiroz, com acesso igualmente a alguns documentos fornecidos pela família de Domingos Pereira, na recente obra sobre *Os Presidentes do Parlamento Português - I República (1910-1926)*, apresentou uma síntese inovadora sobre Domingos Pereira, incidindo, sobretudo, durante o período que exerceu o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados¹⁷.

Em 1937, a propósito de um artigo de homenagem a Afonso Costa, Domingos Pereira definia-se, da seguinte forma: “não sou, nunca fui um fanático de ninguém e de coisa nenhuma; não sou, nunca fui um faccioso sectarista e um intolerante carrancudo. Procuo ser objectivo e compreensivo”¹⁸. A sua capacidade de conciliação, compreensão e tolerância, aliadas a uma extrema amabilidade, simpatia e gentileza

¹¹ David Ferreira, “Pereira, Domingos Leite” in *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963-1968 Vol. III p. 354

¹² Oliveira Marques, *Guia de História da 1ª República Portuguesa*, Lisboa Editorial Estampa, p. 490

¹³ “Pereira, Domingos”, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, coordenação de Oliveira Marques, Lisboa, Delta, 1986 vol.2, col. 1110-1111

¹⁴ António Ventura, *Os Constituintes de 1911 e a Maçonaria*, Lisboa, Temas e Debates, 2011 pp.242-243

¹⁵ Cf. António Reis, “Pereira, Domingos Leite”, in *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, alfa, Lisboa, 1985, Vol. I p. 378; “Pereira, Domingos Leite” in *Parlamentares e ministros da 1ª República (1910-1926)*, coord. de Oliveira Marques, Lisboa, Assembleia da República; Porto, Edições Afrontamento, 2000 pp. 340-341; “Domingos Leite Pereira”, in Eugénio Lisboa, (coordenação de) *Dicionário cronológico de autores portugueses*, Mem Martins: Europa-América, 1985 Vol. III pp.260-261; Paulo Silveira e Sousa, *Ministros: do reino à Administração Interna, 1834-2009: retractos e biografias*, Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, 2009 p.90

¹⁶ Carlos Jaca, “Domingos Pereira, um bracarense na 1ª República: trajectória política” *Revista Fórum*, Jul-Dez 2006, pp. 79-117 Esta publicação resulta de uma série de artigos publicados originalmente no *Diário do Minho*. Cf. *Diário do Minho* 22-02-2006; 01-03-2006; 08-03-2006

¹⁷ Fernando de Sousa, Conceição Meireles Pereira (cord.) *Os Presidentes do Parlamento Português - I República (1910-1926)* Vol. II pp. 323-341, 385-399, 413-431

¹⁸ *O Diabo* 30-05-37

foram as características que mais sobressaíram mais nos relatos que se escreveram sobre a sua personalidade. Rocha Martins descrevia-o como “muito pouco jacobino”, “correctíssimo de maneiras, um rapaz distinto de porte e que não ofendia as crenças contrárias às suas”. Este jornalista haveria de sublinhar que Domingos Pereira tinha conseguido “alçar-se no Partido Democrático sem a impenitência e a ferocidade da maioria dos correligionários”¹⁹. Cunha Leal comparava-o a Bernardino Machado em “afabilidade e cortesia”, mas, se em Bernardino, isso resultava da sua “inultrapassável agudeza intelectual”, em Domingos Leite Pereira, era o resultado do “fluxo ingénito da bondade e lealdade espontâneas da sua simpática personalidade”²⁰. Ramada Curto recordava-o como “das poucas, raras pessoas, inteiramente generosas e boas” que tinha conhecido, um “homem que ocupou altas situações, que desempenhou altos cargos, sem nunca os ter solicitado, sem nunca procurar ocupá-los, limitando-se a aceitá-los. Se a simplicidade, a modéstia, o desinteresse, podem ser um defeito, esse homem teve, como nenhum outro, esse defeito”. Para este seu antigo ministro, Domingos Pereira tinha sido um “catalisador de boas vontades, de aquiescências, de colaborações. E encontrou-as sempre porque só ele não tinha ambições pessoais”²¹. Armando Marques Guedes fazia também menção a esse desapego, afirmando que no começo do “novo regime, Domingos Pereira foi nomeado oficial de justiça, contador no tribunal da Boa Hora, lugar obscuro e sem a mínima representação. Foi, depois disso, deputado várias vezes, ministro, Presidente do Conselho, três vezes, Presidente da Câmara dos Deputados, e no final da sua carreira política era... contador do Tribunal da Boa Hora”²². Para Carlos Ferrão, Domingos Pereira distinguia-se pela “isenção”, “desinteresse”, “simplicidade e lhanza”. Sem “abdicar das suas arreigadas convicções, foi, na ampla acepção deste termo, um homem de bem”. Um republicano “firme e generoso para os adversários das ideias que defendeu e propagou”²³. Um jornalista de Braga, Aníbal Mendonça, aquando da sua morte, não deixava de elogiar a sua conduta política: “Para ele, a Democracia significava austeridade, ordem hierarquizada, liberdade de credos e de opiniões, respeito pela lei e pelos direitos de cada um. (...) Vasta compreensão dos problemas da comunidade e do homem, alguma coisa de simples, de afectivo, de caridoso uma generosa tolerância e um límpido e quase platónico desejo de entreajuda, a ânsia de

¹⁹ Rocha Martins, *A monarquia do Norte*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2008, Vol. II p.31

²⁰ Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, edição do autor, Lisboa, 1967, Vol. II, p. 193

²¹ *O Primeiro de Janeiro* 28-10-1956

²² *O Primeiro de Janeiro*, 01-11-1956

²³ Carlos Ferrão, *Em defesa da República*, Lisboa, Inquérito, 1963

estender os braços, de comungar, de construir na unidade e na paz. (...) Um homem desta estirpe, de tão luminosa dignidade moral, que aceitava prontamente todos os critérios, desde que eles lhe parecessem mais justos e claros que o seu, cortês, perspicaz, temperador, embora nunca traíndo o primado dos seus ideais, tinha de conquistar adeptos, partidários, admiradores e amigos sem conta. E, de facto, conquistou!”²⁴

Em relação às suas “qualidades de chefia”, Ramada Curto esclarecia que elas variavam com os “momentos históricos. Sem uma alavanca não se pode levantar o peso que exceda as forças humanas. E há momentos em que aos homens públicos faltam as alavancas, os lemes de comando. Nesse momento os maus fazem coisas terríveis, os bons fazem milagres. (...) Domingos Pereira foi uma nobre e clara figura moral da nossa terra. Viu com superior inteligência o momento especial em que serviu. E resignou-se a servir esse momento, que não foi nem brilhante nem forte por culpas que lhe eram estranhas, como uma sentinela isolada, posta num lugar perigoso, sabe que ocupa uma posição de sacrifício - mas fica e cumpre porque é o seu dever”²⁵. Mais severo, Cunha Leal assegurava que Domingos Pereira “tinha uma inteligência viva que lhe permitia compreender as causas profundas do mal-estar nacional” e incitava os seus colegas de governo a trabalharem “com eficiência”. No entanto, não era homem para as “grandes, para as decisivas decisões salvadoras e, ainda quando o fosse, não dispunha de autoridade e força para impô-las”. Segundo Cunha Leal, “no exercício do Poder Político pouco mais se revelou do que boa vontade e fumo”, dando três razões para isso: “o seu vincante sentimentalismo não lhe consentia uma enérgica resistência contra pressões de amigos ou meros simpatizantes, que nem sempre visavam acautelar o interesse público, mas, antes a satisfazer as suas ambições pessoais muitas vezes injustificadas”; em segundo lugar, “a sua especialização, no tocante aos graves problemas que afligiam a grei, era assaz limitada”, carecendo de um grupo de “técnicos desinteressados que, na realidade, não existiam no país ou, pelo menos, se não resolveram a assisti-lo com proficientes conselhos”. Por último, “viu-se enveredado nas altas esferas do seu Partido, numa teia de mesquinhas e desleais intrigas em que não podia nem queria ombrear com António Maria da Silva, pessoa sem vislumbres de maldade, mas mestre consumado na arte de questiúnculas de campanário”²⁶. Para Nuno Simões, ministro do Comércio no seu último governo, “poucos homens públicos

²⁴ Aníbal Mendonça, *Folhas que reverdecem*, Braga, Livraria Cruz, 1957, pp. 278-279

²⁵ *O Primeiro de Janeiro* 28-10-1956

²⁶ Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, edição do autor, Lisboa, 1967, Vol. II, pp. 193-194

republicanos foram, no nosso país e no nosso tempo, tão mal julgados como o dr. Domingos Pereira”. Esse “mau julgamento” consistia “em que, não tendo ele forçado nunca posições de comando e tendo-lhe estas cabido evidentemente por pressão dos acontecimentos políticos, não faltou, entre os seus correligionários, quem o arguisse de ambicioso e, prestados, com consciência, os serviços que lhe foram exigidos, o acusasse até de faltas de que só o condicionalismo político era culpado”. Nuno Simões referia-se à “grita que se fez contra a sua administração, depois de Monsanto. Chamaram-lhe o homem dos «trinta suplementos» porque as circunstâncias o obrigaram a subscrever decretos, não dele ou do seu Ministério, mas promulgados por outros e até por ministros que não pertenciam e nunca pertenceram ao seu partido. E, sendo este, sem dúvida o maior de todos, ninguém, por mais faccioso, conseguiu provar que fosse dele o maior numero dos beneficiários desses decretos, cuja publicação lhe fora imposta em nome do interesse geral e alguns dos quais só no seu aspecto formal ou momentâneo poderiam merecer reparação”²⁷.

Seria na sua qualidade de Presidente da Câmara dos Deputados que Domingos Pereira obteria uma unanimidade de aceitação, sendo a sua acção amplamente elogiada²⁸. De facto, foi nesse cargo, “ainda mais do que no ministério”, afirmava Armando Marques Guedes, que “ele soube mostrar a sua *doigtée*, o seu tacto, a sua admirável maleabilidade. Sabia manter em respeito as diferentes facções duma câmara, por vezes muito agitada nos debates dos problemas da política e da administração pública. Domingos Pereira soube manter essa escola, mantendo a disciplina, a ordem, a cordura, em termos de ser respeitado e acatado por todos os lados da câmara, apesar da sua conhecida filiação partidária”²⁹. Essa visão seria consensual em todas as facções políticas. Querubim Guimarães, ao recordar Domingos Pereira, após a sua morte, fazia questão de frisar que os “monárquicos encontraram sempre nesse Presidente da Câmara, correcto, atencioso compreensivo; refúgio seguro a tudo o que era direito seu e por isso o olharam com simpatia e confiança”³⁰. O próprio Domingos Pereira haveria de afirmar que, nessa função, o seu “papel consiste em não ter opinião... É uma coisa mais difícil do que parece...”³¹

²⁷ Cf. “Um depoimento” in *O Jornal* (Rio de Janeiro) 14-03-1957

²⁸ Cf., por exemplo, *Diário da Câmara dos Deputados* 02-12-1922, p.5-10

²⁹ *O Primeiro de Janeiro*, 01-11-1956

³⁰ *Diário do Minho*, 08 -11-1956

³¹ Luís de Oliveira Guimarães, José Ribeiro dos Santos, *Memórias dos outros*, Lisboa, Marítimo Colonial, 1944, p.37

1 Biografia de Domingos Leite Pereira-1882-1919

Domingos Leite Pereira nasceu em Braga, a 19 de Setembro de 1882. Filho de Guilherme José Pereira e de Claudina Rosa Leite, Domingos Pereira era natural de uma região onde a maior parte da população se dedicava à agricultura, num sistema de minifúndios. No entanto, algumas indústrias começavam a intensificar-se na cidade, destacando-se a chapelaria, o calçado, a cutelaria, as ferragens, a refinação de açúcar e, de modo especial, a construção civil³², profissão a que se dedicava seu pai, mestre-de-obras.

O interesse de Domingos Pereira pela participação política começou muito cedo, a que não foi alheio o facto de seu pai ter sido membro destacado do Partido Progressista na cidade. Desde novo que seu filho o ouvia louvar as “excelências desse partido, exaltar os méritos dos seus homens eminentes e celebrar as profícuas realizações dos seus governos”. A figura de José Luciano de Castro “retinha nos meus ouvidos como a maior individualidade da Nação”, recordaria Domingos Pereira anos mais tarde. Enquanto jovem, acompanhava seu pai a comícios eleitorais e assistia a reuniões em sua própria casa onde contemplava “embevecido as figuras de relevo na política local” que para lá se dirigiam a fim de “combinar actuações tendentes ao melhor êxito partidário na luta a travar na assembleia da sua zona”³³.

A mudança, no caminho da afirmação republicana, começou a surgir na adolescência quando surgem as dúvidas, questões e discussões sobre a existência de Deus, a decadência portuguesa ao longo da História, o “luxo dos nobres, a avidez da igreja”, enquanto o povo, “imbecilizado e fanático, estalava de fome e de miséria”: “Eram estes os raciocínios da minha geração aos dezasseis anos”, lembraria Menici Malheiro, um republicano radical de Braga, “amadurecidos seguidamente com as doutrinas dos enciclopedistas que o dr. Domingos Pereira, então estudante e ainda muito moço, sempre que regressava de Coimbra a Braga em gozo de férias, nos trazia com a sua palavra fluente, cheia de vivacidade e entusiasmo, a que a sua cabeleira loira, farta,

³² Amadeu José Campos de Sousa, *Entre Monárquicos e Republicanos numa "Cidade de Deus": História política e social de Braga no contexto nacional: 1890-1933* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010 Vol., I p.70

³³ *Sol: semanário de estudo e crítica dos acontecimentos internacionais* 08-10-1949

ondeada, solta ao vento e o seu busto forte davam, por assim dizer, mais encantamento e brilho”³⁴. Precisamente, aos “16 ou 17 anos”, recordaria por sua vez Domingos Pereira, “pareceu-me que já era gente e sentia-me emancipado para a afirmação das minhas ideias”. Declarou-se republicano: “Convencera-me, no fundo da minha alma, de ser a República o mais «natural» dos regimes políticos, a forma constitucional do Estado que mais facilmente e mais logicamente conduzia um povo à felicidade e à paz, ao bom entendimento entre os cidadãos de uma pátria, entre os povos de uma civilização, o regime de governo em que a justiça é o lema imprescindível nas relações entre governantes e governados, em que a liberdade é o grande, o inabalável princípio orientador das actividades dos cidadãos, apenas restringido e regulado pela lei, o qual todos, os de cima e os de baixo, tem de obedecer sem sofisma nem habilidades”³⁵.

A base republicana, em Braga era bastante escassa. Desde, pelo menos, 1879, que se tentava criar um centro republicano na cidade³⁶. Contudo, só na última década do século XIX foi possível formar uma comissão republicana local³⁷. Entre os jovens republicanos bracarenses que se destacaram a nível nacional, para além de Domingos Pereira, contavam-se Joaquim de Oliveira, que seria ministro da Instrução e, sobretudo, Manuel Monteiro, que haveria de se impor “rapidamente entre o meio académico a ponto de se tornar um orientador da sua geração, um crítico temido e respeitado”³⁸, recordaria, anos mais tarde, Domingos Pereira. Manuel Monteiro, desde jovem, que foi um dos maiores dinamizadores do Partido Republicano no Minho. Após a implantação da República foi Governador Civil de Braga, deputado, ministro e Presidente da Câmara dos Deputados³⁹.

Em 1899, depois de frequentar o liceu, em Braga, Domingos Pereira ingressou o curso de Teologia na Universidade de Coimbra. Durante este período, para além dos bracarenses Justino Cruz, Alberto Feio, Joaquim de Oliveira e Manuel Monteiro, teve oportunidade de contactar com uma nova geração de republicanos, como Carlos Olavo, Sousa Pinto, Alberto Costa⁴⁰, Álvaro de Castro⁴¹ e António Granjo que, com ele,

³⁴ Menici Malheiro *Braga contemporânea*, Braga, Fundação Bracara Augusta, 2005 p. 78

³⁵ *Sol: semanário de estudo e crítica dos acontecimentos internacionais* 08-10-1949

³⁶ Fernando Castelo-Branco. Os Primórdios do Partido Republicano em Braga in *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian. 1972. Vol. V pp. 723-26

³⁷ Amadeu José Campos de Sousa, *Entre Monárquicos e Republicanos numa "Cidade de Deus": História política e social de Braga no contexto nacional: 1890-1933* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010 Vol. I pp.120-147

³⁸ *Boletim do Rotary Club de Braga*, Ano VI N° 145 13-02-1952 p. 320

³⁹ Vítor de Sá, *Liberals & republicanos*, Lisboa. Horizonte 1986 pp.123-152

⁴⁰ Henrique Barreto Nunes, *Manuel Monteiro: notas biobibliográficas*. Braga, Universidade do Minho-Biblioteca Pública, 1980 p.6

frequentou Teologia⁴². Em 1919, o jornal *O Mundo*, ao descrever de modo apologético a figura de Domingos Pereira, na construção de uma forte imagem política, afirmava, peremptoriamente, que em Coimbra, em cuja “Universidade se formou, raros académicos tiveram o seu prestígio de inteligência e de carácter. Um moço cheio de vida e talento. Uma forte energia temperada por uma bondade profunda, um temperamento revolucionário contido por uma grave reflexão de experiência e cultura e um admirável bom senso natural em que confiavam todos os seus amigos e companheiros, que o distinguiram já de essa impetuosa mocidade que, por 1905, renovou as camadas universitárias, onde se apagara já a acção remota da geração republicana de 90”⁴³. A frequência de Domingos Pereira na Universidade de Coimbra, no começo do século XX, coincidiu com uma ampla renovação do movimento republicano, depois de um período de marasmo na década precedente⁴⁴. Para além da reorganização do Partido Republicano Português, seriam intensificadas novas formas de luta na imprensa, em comícios e campanhas que agitaram a sociedade portuguesa, como o caso Rosa Calmom, que teve fortes repercussões no meio estudantil⁴⁵. Precisamente, a primeira biografia oficial de Domingos Pereira realçava que começou a fazer “propaganda republicana e anticlerical, desde 1900, por ocasião da questão religiosa”⁴⁶.

Na sua primeira viagem à “cidade republicana por excelência”, seria acolhido por Ramada Curto e Carlos Olavo, “camaradas de ideias, rapazes impetuosos como eu, de alma estuante e viva crença na República”, que levaram-no logo a visitar, como era seu “irresistível desejo”, a “cidadela donde se despediam, sem cessar, os mais tremendos golpes na realza quase vencida, abandonada para sempre da alma do povo”: *O Mundo* de França Borges, que “era assim, para a minha ardorosa imaginação de incipiente legionário da República, como que uma invencível fortaleza de ideais guerreiros, iluminados de uma fé que os tornava formidáveis na peleja”⁴⁷.

O regresso de António José de Almeida à metrópole, proveniente de São Tomé, quando Domingos Pereira frequentava os “primeiros anos universitários”, marcou

⁴¹ Ver a evocação de Domingos Pereira em *In Memoriam Álvaro de Castro: homenagem de admiradores, de amigos e de correligionários*, Lisboa, 1947 pp.98-102

⁴² Ernesto Castro Leal, Maria Teresa Nunes, *António Granjo: república e liberdade*, Lisboa, Assembleia da República, 2012 p.4

⁴³ *O Mundo*, 02-02-1919

⁴⁴ Vasco Pulido Valente *O Poder e o Povo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999

⁴⁵ António Ventura, *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal: as convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Cosmos, 2000.

⁴⁶ *As Constituintes de 1911 e os seus Deputados*, Lisboa, Liv. Ferreira, 1911 p.28

⁴⁷ Cf. *O Rebate* 04-11-1925

igualmente uma nova fase na luta pela mudança do regime. O seu “reaparecimento” produziu o “efeito dum imenso choque eléctrico na superfície estagnada do país. Os nervos dos estudantes desse tempo galvanizavam-se em energias inéditas e aspirações patrióticas”, recordaria Domingos Pereira, em 1937, sentindo ainda o “*frisson*, quando evoco esse tempo, dos efeitos de tal choque no espírito da mocidade escolar”⁴⁸. Domingos Pereira teve também oportunidade de contactar com Bernardino Machado que, em 1903, haveria de aderir publicamente ao Partido Republicano. Este professor universitário, apesar de ser mais “idoso, parecia tão moço ou mais do que nós. Frequentava a nossa humilde «república» e dava-nos conselhos do seu patriotismo e do seu saber”⁴⁹. Lopes de Oliveira, por sua vez, recordava o jovem universitário Domingos Pereira como um “sonhador humanitarista absorto nas ilimitadas aspirações de um futuro social de perfectibilidade, talvez inatingível”⁵⁰. Em 1920, Carlos Olavo frisava que Domingos Pereira, na sua passagem pela faculdade “ultramontana”, nunca hesitou em “marcar uma atitude francamente revolucionária”⁵¹. Durante as lutas estudantis, Domingos Pereira chegou a ser detido, algo que justificará mais tarde como um “excesso infantil do meu republicanismo”⁵². Em 1903, Domingos Pereira assiste à chamada “revolta do grelo” que, durante alguns dias, juntou camponeses, trabalhadores e estudantes contra as medidas fiscais do governo, paralisando a cidade de Coimbra⁵³.

Depois de se formar, como bacharel em Teologia, em 1904, Domingos Pereira frequentou em Lisboa o Curso Superior de Letras, sendo aluno, entre outros, de Teófilo Braga, Adolfo Coelho, Silva Cordeiro, Oliveira Ramos e David Lopes. A sua vida prosseguiu no Porto, onde trabalhou no jornal *A Voz Pública*, com Bartolomeu Severino, um dos seus maiores aliados, transitando os dois, com o fim deste periódico, a 30 de Setembro de 1909, para um novo jornal, *A Pátria*, fundado por Duarte Leite, onde será redactor. Como jornalista, cobriu bastantes comícios e manifestações republicanas, principalmente a norte do país. Segundo Armando Marques Guedes, que o conheceu num destes eventos, Domingos Pereira, como jornalista, apagava-se “modestamente numa semiobscuridade, ele que tinha qualidades de palavra fácil e elegante”⁵⁴.

⁴⁸ *O Diabo* 07-11-1937

⁴⁹ *Diário do Senado* 07-08-1925 p.43

⁵⁰ Cf. Entrevista de Lopes de Oliveira a Domingos Pereira. *O Mundo* 12-04-1919

⁵¹ *A Vitória* 23-11-1920

⁵² *Diário da Câmara dos Deputados* 12-08-1925 p.26

⁵³ Vasco Pulido Valente, “A Revolta do Grelo: ensaio de análise política”, *Análise Social* Vol. 4, 37, 1973, pp.79-101

⁵⁴ *O Primeiro de Janeiro* 01-11-1956

No dealbar do novo regime, os membros do partido republicano mais proeminentes de Braga eram, sobretudo, médicos, advogados, professores e jornalistas. A nova geração de republicanos, a maior parte com estudos universitários e contactos em Lisboa com os líderes nacionais, como Afonso Costa, António José de Almeida e Bernardino Machado, irão impor-se progressivamente como a elite da política republicana local, suplantando os históricos republicanos bracarenses⁵⁵. A sua luta, para além de excursões e de comícios, fazia-se sentir na formação de centros republicanos⁵⁶ e na fundação de novos jornais. Em 1909, a imprensa republicana de Braga assumiu um protagonismo crescente, através do aparecimento do *Notícias do Norte* e da *Verdade*, co-fundada por Domingos Pereira. Este último jornal descrevia-o como um “correligionário” dos “mais apaixonados e ardentes”, uma “inteligência esclarecida, um carácter impoluto e um coração valiosíssimo, serve a causa a que se devotou com a sincera dedicação de quem só na República, vê a salvação da pátria”⁵⁷. A *Verdade* desde logo que se notabilizou por encetar uma forte campanha anticlerical e antijesuítica, entrando logo em confronto com a sociedade religiosa que predominava localmente, dando origem a várias querelas e processos em tribunal que ditaram, a curto prazo, o fim do jornal⁵⁸. “Em Braga, por esse tempo”, recordaria Menici Malheiro, “não havia um canto que não cheirasse a sacristia, a cacete miguelista, a ódio de cónego, de padre, de frade, de jesuíta”⁵⁹.

Em 1910, o movimento republicano na cidade reavivava-se com o surgimento do *Radical*, sucessor da *Verdade*, co-fundado por Domingos Pereira, e que funcionava como porta-voz do novo centro republicano Bernardino Machado, que congregava a elite republicana da cidade⁶⁰. Este centro, de que Domingos Pereira seria também um dos sócios fundadores, apostava especialmente na promoção da alfabetização entre os

⁵⁵ Amadeu José Campos de Sousa, *Entre Monárquicos e Republicanos numa "Cidade de Deus": História política e social de Braga no contexto nacional: 1890-1933* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010 Vol. I pp.120-147, 220-241

⁵⁶ Amadeu José Campos de Sousa, *Braga do entardecer da monarquia ao tempo da 1ª República (1890-1926): abordagem de história política*, Braga: Casa do Professor, 2004, p.93

⁵⁷ *A Verdade* 14-10-1909

⁵⁸ Amadeu José Campos de Sousa, *Entre Monárquicos e Republicanos numa "Cidade de Deus": História política e social de Braga no contexto nacional: 1890-1933* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010 Vol. I pp. 132-135

⁵⁹ Menici Malheiro *Braga contemporânea*, Braga, Fundação Bracara Augusta, 2005 p. 79

⁶⁰ *O Radical* 14-04-1910

jovens da cidade, que tinham oportunidade de frequentar diversas disciplinas e participar em conferências leccionadas pelos próprios promotores do centro⁶¹.

A educação, com vista a um novo homem esclarecido, tinha um papel fundamental na cultura política republicana⁶². Na campanha eleitoral, para as últimas eleições da Monarquia, em 1910, Manuel Monteiro apelava para que se votasse “não como carneiros ou cousas, como são a maioria dos votos dos monárquicos, mas como homens perfeitamente conhecedores das suas responsabilidades nesta hora tremenda”⁶³. Perante os resultados obtidos, com 14 deputados eleitos a nível nacional, o *Radical* anunciava triunfante que a “velha Monarquia toca a finados porque a República está em marcha”⁶⁴. Na sua luta pelo derrube do regime, estes jovens republicanos, com Domingos Pereira na linha da frente, chegam a fazer parte uma organização carbonária: o Comité Revolucionário de Braga. Segundo Menici Malheiro, tratava-se de um grupo de “resistência, propaganda e acção”. O “acaso, porém”, acrescentava, “determinou não ser necessária a sua acção”⁶⁵.

1.2- Administrador do Concelho de Braga

No dia 5 de Outubro de 1910, a “República radiou, como alvorada, cheia de luz e promessas, nessa manhã de Outono”, recordaria Domingos Pereira, saudoso, muitos anos depois⁶⁶. Em Braga, o novo regime impôs-se, pacificamente, observando-se, apenas, alguma relutância das autoridades administrativas monárquicas em realizar a transição do poder para a nova administração republicana⁶⁷. Manuel Monteiro foi nomeado Governador Civil de Braga e Domingos Pereira, administrador do concelho. A 7 de Outubro, Francisco Faria, como presidente da comissão municipal republicana local, assumiu o cargo de presidente da Comissão Administrativa Municipal⁶⁸. Ocupou esse cargo durante poucos dias. A 13 de Outubro, o novo regime republicano repunha em vigor o Código administrativo de 1878, com algumas disposições transitórias, onde

⁶¹ Amadeu José Campos de Sousa, *Entre Monárquicos e Republicanos numa "Cidade de Deus": História política e social de Braga no contexto nacional: 1890-1933* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010 Vol. I pp. 137-148

⁶² Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Alfragide, Casa das Letras, 2010

⁶³ *O Radical* 04-08-1910

⁶⁴ *O Radical* 01-09-1910

⁶⁵ Menici Malheiro *Braga contemporânea*, Braga, Fundação Bracara Augusta, 2005 p. 109

⁶⁶ *República* 04-10-1945

⁶⁷ Armando Ribeiro, *A revolução portuguesa*, Lisboa, João Romano Torres & Ca, 1915, vol. 4 p. 758

⁶⁸ *O Comercio do Minho* 09-10-1910

se estipulava que seriam os governadores civis a nomearem as comissões administrativas municipais⁶⁹. Deste modo, por vontade de Manuel Monteiro, Domingos Pereira acumulava o cargo de administrador de concelho com a presidência da Comissão Administrativa Municipal de Braga⁷⁰.

Como administrador do concelho, Domingos Pereira procurou imediatamente cumprir a nova legislação republicana. Entre as medidas mais controversas, numa cidade considerada como muito conservadora, estavam as que se relacionavam directamente com a “questão religiosa”⁷¹. Para além de intimar as setenta e duas confrarias do concelho a prestar contas, no mais curto espaço de tempo, foram ordenadas vistorias aos edifícios que pertenciam às ordens religiosas, entretanto expulsas: “Fomos ao convento de Montariol, mas só encontrámos três frades, os outros tinham fugido. Porém, depois de intimação nossa, mandaram todos a nota dos domicílios e um deles a adesão à República”, referia o novo administrador de concelho, em entrevista. Em relação aos Jesuítas, “também fomos encontrar o edifício abandonado”. Tinham rebuscado “todos os esconderijos” mas, para além de um criado, “não vimos mais ninguém”. Estas declarações tinham sido registadas pelo *Século* durante a deslocação a Lisboa de Manuel Monteiro e Domingos Pereira, no final de Outubro. O *Século* tinha decidido entrevistá-los para que se percebesse a “influência que o novo regime tenha já exercido ou venha porventura a exercer no meio jesuítico e reaccionário daquela terra de beatério”. Este periódico alertava para a necessidade especial de limpar a “corrupção”, a “infâmia” e a “ignomínia” que a Monarquia tinha deixado. Em Braga, seria necessário “um esforço maior”, pois ali continuava patente a

⁶⁹ João B. Serra, “Os poderes locais: Administração e política no 1.º quartel do século XX.”, in César Oliveira (Dir.), *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 270-271

⁷⁰ Segundo a acta, Luís Augusto Simões de Almeida, na cerimónia que formalizou a ocupação do novo cargo, declarou que o governo provisório “ordenara a entrega das presidências das Câmaras aos administradores dos Concelhos”. O novo presidente recebeu de Simões de Almeida um “caloroso elogio salientando a sua robusta inteligência, a sua ilustração o seu carácter e ainda os seus relevantes serviços prestados à República, durante largos anos”. Cf. Joaquim Gomes da Silva, *Galeria dos Presidentes (1836-2006)*, Braga, Câmara Municipal, 2006, p.146

⁷¹ Amadeu José Campos de Sousa, *Entre Monárquicos e Republicanos numa “Cidade de Deus”: História política e social de Braga no contexto nacional: 1890-1933* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010 Vol. I pp. 196-214; Fátima Moura Ferreira, “A Igreja bracarense na I República. Do projecto à implementação do programa laicizador: o anúncio da “Questão religiosa” in *Braga. Roteiros Republicanos*, coordenação de José Viriato Capela e Henrique Barreto Nunes, Matosinhos, Quidnovi, 2010 pp.72-87; José Manuel Lopes Cordeiro, “As matérias fracturantes. A Resistência” in *Braga. Roteiros Republicanos*, coordenação de José Viriato Capela e Henrique Barreto Nunes, Matosinhos, Quidnovi, 2010 pp.88-97; Maria Lúcia de Brito Moura, *A guerra religiosa na I República*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2010; David Luna Carvalho, *Os levantes da República (1910-1917): resistências à laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1.ª República Portuguesa*, Porto, Afrontamento, 2011

“clientela monárquica e reaccionária”, a “influência perniciosa dos caciques”, que seria preciso depurar. Na sua primeira grande entrevista, “os simpáticos funcionários da República”, falavam com “entusiasmo de todos os melhoramentos que a República levará ao Minho”. Domingos Pereira enunciava as novas medidas que a Câmara queria implementar, declarando que, para “habituar de logo a parte reaccionária da cidade à ideia do novo regime”, foi comunicada a mudança imediata dos nomes das ruas⁷². Em relação às novas directivas da Câmara Municipal, o novo presidente fazia questão de vincar o seu “espírito de moralidade” em contraponto às anteriores vereações que tinham “poucos escrúpulos”. Assim, queria que fosse publicado todas as semanas, “para ser fiscalizado por quem quisesse, um balancete de toda a receita e despesa”, tendo começado a ser efectuado um “inquérito rigoroso aos serviços de todos os pelouros”. Domingos Pereira queria ainda renovar todo serviço municipal da cidade, incluindo a iluminação pública por um “processo mais económico”; a modificação do “actual matadouro, primitivo e pouco higiénico; o estabelecimento do dia das oito horas para os seus operários”; o saneamento das ruas e das casas; o estabelecimento da tracção eléctrica: “tudo quanto possa fazer de Braga uma cidade moderna e interessante”. Manuel Monteiro reconhecia que “Braga e o seu distrito são o foco do espírito de maior rebeldia ao novo estado de coisas”, mas salientava que o “poder constituído seria exercido com toda a benevolência e com o mais intenso respeito pelos sentimentos e pelos direitos de cada um”⁷³.

Muitos anos depois, em 1952, Domingos Pereira haveria de recordar que a acção de Manuel Monteiro, no Governo Civil, “orientava-se sempre com o alto objectivo de estabelecer a concórdia e o entendimento entre todos os portugueses, abatida bandeiras partidárias e despeitos preconceitos obsoletos. Ele queria e sempre quis nacionalizar a República, estendê-la promissoriamente como um manto de paz e justiça. Sonhava atrair e convencer os adversários, ainda que fosse intransigente nas suas convicções e atitudes”. Segundo Domingos Pereira, nas “horas incertas e perturbadas do governo Provisório”, Manuel Monteiro chegou a ser “acusado de mau republicano, de traidor ao regime nascente, só porque não consentia prisões sem motivo bem definido, nem

⁷² Largo Hintze Ribeiro/Praça da República; a Avenida João Franco /Avenida da Liberdade; a Rua Nova d’El Rei /Rua Cinco de Outubro; a Rua da Rainha / Rua dos Mártires da República; rua José Luciano /Rua Cândido dos Reis; rua Conde Paçô Vieira/ rua Miguel Bombarda

⁷³ *O Século* 24-10-1910

ambições arbitrariamente ordenadas (...) mandando soltar presos contra a vontade do comissário da policia”⁷⁴.

A nova administração de Braga estava em completa consonância com o novo poder central. *O Radical* não se cansava de saudar as medidas impostas pelo “governo provisório da república portuguesa, porque efectivamente estamos convencidos de que, para se constituir uma pátria nova, cheia de luz, de paz e amor, em que se dê ampla expansão a todas as suas forças vivas e unidade a todas as suas energias, urge que se comece por se despedir certos golpes de morte sobre todos os que não merecem confiança, sobre todos os incompetentes, e além disso sobre todos os parasitas e sobre todos os desordeiros”. Seria um trabalho de “saneamento e de defesa, indispensável à consolidação da República, que evidentemente só deve ser confiada aos republicanos de velha data”. *O Radical* tinha o cuidado de avisar que essa acção de força seria incompatível com a marcação precoce de eleições. Se assim acontecesse “assistiremos mais uma vez, pelo menos na província, ao triunfo do caciquismo”, e “consequentemente à absorção da República pelos monárquicos, o que constituiria um crime de lesa pátria”⁷⁵.

Afonso Costa, o “cidadão insigne e ilustre que sobraça a pasta da Justiça”, era o membro do governo mais elogiado pelo *Radical*. Tinha sido ele quem com “mais desassombro apontou os erros e os crimes d’essa «Falperra de manto e coroa» que desapareceu para sempre no memorável dia 5 de Outubro”. Foram ainda as “suas benditas mãos que lavraram os principais decretos que salvaram a nacionalidade portuguesa, condenada a naufragar num grande oceano de lama”⁷⁶. Esta aproximação marcaria o predomínio que o PRP exerceu sobre Braga ao longo dos dezasseis anos do regime. Para Domingos Pereira, Afonso Costa seria sempre, ao longo da vida, a figura política de maior referência, o “homem mais bem dotado de autênticas qualidades de estadista que tenho conhecido, e que, se a sua obra falhou, quem perdeu, verdadeiramente foi o país...”⁷⁷

Apesar da aparente boa vontade das novas autoridades bracarenses, a tensão com o clero tinha começado a crescer logo a 16 de Novembro de 1910. Nesse dia o Governador Civil mandou cassar um abaixo-assinado que corria pela região onde se protestava contra as leis persecutórias do novo regime. Manuel Monteiro acusava os

⁷⁴ *Boletim do Rotary Club de Braga*, Ano VI N° 145 13-02-1952 pp.320-322

⁷⁵ *O Radical* 19-11-1910

⁷⁶ *O Radical* 25-11-1910

⁷⁷ *Diabo* 30-05-1937

padres de abusarem da ignorância e do analfabetismo das populações, levando-os a participar no que considerava uma burla. Embora não o proibindo, tentava controlar a sua realização, determinando que apenas fossem considerados válidos aqueles que fossem efectuados nas sedes das administrações municipais perante os administradores do concelho ou nas secretarias e residências dos regedores, locais onde se poderia fazer a “inscrição a todos os cidadãos que queiram honesta e conscienciosamente protestar contra as medidas legislativas do Governo Provisório da República”⁷⁸. *O Radical* mostrou-se logo contra todos aqueles que atacavam o novo regime, apesar de toda a tolerância e “bondade” que as novas autoridades tinham demonstrado: “vão por mau caminho”, avisava. “A paciência tem limites e bem pode ser que, quando menos o pensarem se ponham de parte a benevolência, de que pelos modos os Srs. Reaccionários abusam, para pôr em prática apenas a justiça implacável. Lembrem-se de que ainda se lhe não pediu contas, excepção feita para as congregações religiosas para quem de resto houve a maior complacência dos seus crimes que são inumeráveis e das suas violências, que são bem recentes, para que já se nos tivessem apagados da memória”⁷⁹.

Outro momento de tensão revelou-se durante a pastoral dos bispos que criticava duramente a política anticlerical seguida pelo governo⁸⁰. A sua leitura pública tinha sido proibida pelo ministro da justiça, uma decisão acatada pelo arcebispo de Braga. No entanto, alguns padres não se furtaram de lê-la nas suas paróquias. Este acto de desobediência levou alguns membros do clero a serem chamados à administração do concelho para explicações⁸¹. Servindo de intermediários com o poder central, os administradores do concelho tinham um papel fulcral na regulação dos assuntos mais delicados que se relacionavam com a questão religiosa. Durante a celebração das cerimónias pascais, em Abril de 1911, que ocorreram com o aparato normal (o administrador do concelho, consultado pelos párocos, permitiu as procissões enquanto

⁷⁸ Maria Lúcia de Brito Moura, *A guerra religiosa na I República*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2010, 2.a ed p. 59; Amadeu José Campos de Sousa, *Entre Monárquicos e Republicanos numa "Cidade de Deus": História política e social de Braga no contexto nacional: 1890-1933* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010 Vol. I p. 200

⁷⁹ *O Radical* 19-11-1910

⁸⁰ Luís Salgado de Matos, *A separação do estado e da Igreja: concórdia e conflito entre a Primeira República e o catolicismo*: 5 de Outubro de 1910 - 28 de Maio de 1926, Alfragide. Dom Quixote, 2011 pp.130-149

⁸¹ José Manuel Lopes Cordeiro, “As matérias fracturantes. A Resistência” in *Braga. Roteiros Republicanos*, coordenação de José Viriato Capela e Henrique Barreto Nunes, Matosinhos, Quidnovi, 2010, pp.88-97

não fosse dado ordem em contrário)⁸². Em Maio, após a publicação da lei da Separação, a atitude seria diferente. Nesse mês, as cerimónias que celebravam o 25º aniversário da consagração da cidade de Braga, ao Sagrado Coração de Jesus, foram marcadas por confrontos violentos. De acordo com a nova legislação em vigor, os actos externos das cerimónias religiosas a realizar tinham de ser autorizados previamente pelas autoridades administrativas, o que não sucedeu, sendo proibidas quaisquer tipo de bandas de música ou foguetes para o ar. No entanto, o que mais feriu a sensibilidade republicana foram as fachadas iluminadas nas casas, fazendo enfurecer um grupo de radicais que, dando vivas à República, atacaram não só as casas iluminadas, mas também o Colégio de S. Tomás d’Aquino, o Seminário Conciliar, sendo ainda vandalizadas as instalações do Círculo Católico de Operários, do Centro da Democracia Cristã e a tipografia onde era impresso o jornal nacionalista, *O Combate*. Alguns padres chegaram mesmo a ser detidos, alegadamente, por terem incitado os crentes a colocarem luminárias nas fachadas⁸³. Apesar das campanhas de esclarecimento e educação republicana, na região minhota, exercidas pelas novas autoridades, nos seus relatórios, em 1911, os militares mobilizados não tinham dúvidas: “aqui até as pedras da calçada” pareciam “monárquicas”, havendo “igrejas a cada canto”, “padres às centenas” e “conspiradores aos milhares”. Se a cidade de Braga, “ainda tem gente nossa; nas aldeias, não haja ilusões! É tudo jesuíta, são por eles”⁸⁴. Isso não impediu que o ministro da Justiça, Afonso Costa, numa atitude de desafio, escassos dias após a publicação da Lei da Separação, visitasse a cidade, prologando a estadia durante dois dias, sempre acompanhado pelo governador civil e administrador do concelho⁸⁵.

A partir da implantação da República, o protagonismo político e social de Domingos Pereira aumentou rapidamente. Por intermédio de Afonso Costa, ministro da Justiça, foi nomeado Contador do Tribunal da Boa Hora, em Lisboa, cargo que ocupou até 1935 quando foi demitido compulsivamente da função pública. Em Março de 1911

⁸² Maria Lúcia de Brito Moura, *A guerra religiosa na I República*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2010, 2.a ed p.545

⁸³ Amadeu José Campos de Sousa, *Entre Monárquicos e Republicanos numa "Cidade de Deus": História política e social de Braga no contexto nacional: 1890-1933* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010 Vol. I, pp.203-204

⁸⁴ Hipólito de La Torre Gómez, *Contra-revolução. Documentos para a História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Perspectivas e realidades, 1985, pp.245,316,372

⁸⁵ Amadeu José Campos de Sousa, *Entre Monárquicos e Republicanos numa "Cidade de Deus": História política e social de Braga no contexto nacional: 1890-1933* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010 Vol. I pp. 255-256

tornou-se presidente do Centro Republicano Distrital de Braga⁸⁶. A 16 de Maio, juntamente com Joaquim de Oliveira, foi iniciado na Maçonaria, no triângulo n.º 146, de Braga⁸⁷, surgido na mesma altura, com o nome simbólico de Cândido dos Reis⁸⁸. Nesse mesmo ano foi convidado a integrar a lista de candidatos à Assembleia Nacional Constituinte, que seria eleita a 28 de Maio de 1911⁸⁹.

Os administradores do concelho tinham um papel essencial na organização e controlo dos actos eleitorais por serem a autoridade administrativa que mais directamente, no terreno, lidava com o processo eleitoral, para além de serem responsáveis pela fiscalização das comissões de recenseamento exclusivamente constituídas por membros dos corpos administrativos⁹⁰. As mesas eleitorais também eram constituídas pelos nomes que os administradores do concelho propusessem aos governadores civis. Em Braga, os membros propostos por Domingos Pereira e Manuel Monteiro eram as principais figuras ligadas ao PRP da cidade⁹¹.

1.3- Deputado

No círculo de Braga, que envolvia Guimarães, Barcelos e a própria cidade de Braga, apenas aqui se realizaram eleições, visto que, por ordem do governo provisório, só nos círculos onde houvesse listas concorrentes haveria eleições. Nos restantes casos a eleição seria automática. Deste modo, Domingos Pereira, João Rodrigues de Azevedo, José Simas Machado e Miguel de Abreu, foram nomeados, por Barcelos, para a Assembleia Nacional Constituinte⁹². Embora continuasse a ser presidente da comissão

⁸⁶ Amadeu José Campos de Sousa, *Entre Monárquicos e Republicanos numa "Cidade de Deus": História política e social de Braga no contexto nacional: 1890-1933* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010 Vol. I p. 223

⁸⁷ António Ventura, *Constituintes de 1911 e a Maçonaria*, Lisboa, Temas e Debates, 2011 pp.153-154

⁸⁸ *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, coord de Oliveira Marques, Lisboa, Delta, 1986 vol.2 col. 1110-1111

⁸⁹ António Pinto Ravara, "Acerca das Eleições de 1911", *Clío*, vol. 3, 1981, pp. 127-146

⁹⁰ Fernando Farelo Lopes, Clientelismo, «crise de participação» e deslegitimação na I República, *Análise Social*, vol. xxvi (111), 1991 (2.º), 408-410

⁹¹ Cf. Lista de indivíduos que Domingos Pereira propôs para presidirem às assembleias eleitorais do concelho de Braga em Amadeu José Campos de Sousa, *Braga do entardecer da monarquia ao tempo da I República (1890-1926): abordagem de história política*, Braga: Casa do Professor, 2004, pp-250-251

⁹² Sobre as eleições e os deputados neste círculo, cf. "Memória sobre os deputados do Minho às Constituintes de 1911".in Luís de Oliveira Ramos, *Sob o signo das luzes*, Imprensa nacional-casa da moeda, 1988, pp.177-201

administrativa municipal de Braga, até 5 de Dezembro de 1912, acabou, depois que se tornou deputado, por presidir a poucas sessões na câmara municipal⁹³.

A sua actividade na Assembleia Constituinte pautou-se pela discrição, não participando em nenhum debate de fundo. A sua primeira intervenção deveu-se a uma proposta de Luís Rosete, sugerindo que o discurso de Alexandre Braga, em resposta à “mensagem” do governo provisório à Assembleia Constituinte, lida por Teófilo Braga, “seja publicado em separata e distribuído pelo país”. Domingos Pereira lançou um aditamento propondo que “juntamente com o discurso do sr. Alexandre Braga seja também publicada a mensagem do Governo”, visto que esse discurso era a “resposta à Mensagem do Governo, devem um e outra ser publicados”. Inocêncio Camacho, porém, teve uma opinião diferente: “Não há dúvida alguma que o discurso do sr. Alexandre Braga foi uma peça empolgante para quem o ouviu; esse discurso, pronunciado por ele, pela sua voz cheia de tonalidades, com o seu gesto, com a sua figura, é uma coisa admirável; mas, repito, para quem o ouviu; porque escrito, não tem o mesmo valor. De modo que é uma despesa inútil”. A proposta de Luís Rosete foi rapidamente rejeitada⁹⁴. Este pequeno incidente, como salienta David Ferreira, revelava já as profundas dissensões entre os republicanos que se tornariam cada vez mais patentes no decorrer da assembleia⁹⁵ e que seriam acentuadas com a eleição do primeiro Presidente da República⁹⁶.

Na Câmara de Deputados que automaticamente surgiu do desmembramento da Assembleia Nacional Constituinte, Domingos Pereira integrou o Grupo Parlamentar Democrático. Os seus primeiros anos como deputado foram marcados, sobretudo, pela defesa dos interesses da sua região, servindo como intermediário entre os interesses locais e o poder central⁹⁷. Domingos Pereira vai se empenhar bastante na construção e reparação de escolas⁹⁸. Para ele, a instrução da sua terra natal sempre teve uma importância fundamental. Como explicava: a “densidade da população do Minho, a

⁹³ Sobre a gerência da Câmara Municipal de Braga nesse período, cf. Joaquim Gomes da Silva, *Galeria dos Presidentes (1836-2006)*, Braga, Câmara Municipal, 2006 pp.143,146-149

⁹⁴ *Diário da Assembleia Nacional Constituinte* 22-06-1911, pp.6-7

⁹⁵ David Ferreira, *História política da primeira República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973 Vol.1 pp.42-43

⁹⁶ Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999; Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. 6 de J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, pp.377-405

⁹⁷ Amadeu José Campos de Sousa, *Entre Monárquicos e Republicanos numa "Cidade de Deus": História política e social de Braga no contexto nacional: 1890-1933* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010 Vol., 157-188

⁹⁸ Cf., por exemplo, *Diário da Câmara dos Deputados* 10-12-1912 p.5; *Diário da Câmara dos Deputados* 9-01-191,3 p.4

necessidade de democratizar essa província, uma das mais reaccionárias e atrasadas, o carácter especial dessa cidade, a sua maneira de ser característica, todas essas circunstâncias impunham a obrigação de estabelecer uma escola normal em Braga”⁹⁹. O desenvolvimento da sua cidade também marcou a acção dos deputados minhotos que se apresentam um projecto lei, em Maio de 1913, para que fosse autorizada a “municipalização dos serviços de tracção eléctrica e iluminação, na cidade e no concelho”, podendo a câmara contrair um empréstimo até à quantia de 650.000 escudos”. O empréstimo previa “Expropriações, indemnizações à Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus do Monte, Companhia Geral Bracarense de Iluminação a Gás e Sociedade de Electricidade de Portugal”; “Instalação dos serviços de tracção eléctrica e iluminação”; “Conclusão dos trabalhos para abastecimento de águas e aquisição de contadores”; Construção de mercados e de um matadouro; “Instalação de um laboratório de análises de géneros alimentícios e produtos químicos empregados na agricultura, como adubos, insecticidas”; “Construção de casas baratas para classes pobres”¹⁰⁰. Em 1913, Domingos Pereira teve também um papel muito importante na defesa da preservação do arquivo do cabido da Sé de Braga, na cidade, que o governo central queria ver transferido para Lisboa¹⁰¹. Apesar do seu tradicionalismo, o eleitorado influente de Braga, como na maior parte das regiões interiores do país, acabaram por aderir ao maior partido republicano, que poderia providenciar recursos e benesses, herdando grande parte do cacicato anterior¹⁰². Domingos Pereira, através de uma política de atracção, procurava congregar um maior possível à nova ordem. Em Março de 1913, foi o primeiro subscritor de um manifesto, que circulava na cidade de Braga, onde se reconhecia que ainda “não se fizeram por forma ostensiva e manifesta, a verdadeira integração na vida política do país, sob o novo regímen, de tantos elementos de valor social, que a ela se têm conservado alheios ou indiferentes, e supondo prestar um serviço e um exemplo de civismo, projectam realizar uma organização política local, sem feição estritamente partidária, dentro da qual todos possam cooperar com a sua acção no interesse da República”. Nesse manifesto convidava-se a assistir a uma reunião com a presença de alguns deputados do PRP no sentido de congregar e pôr em acordo o maior número possível de cidadãos com as novas instituições às quais se torna

⁹⁹ *Diário da Câmara dos Deputados* 23-04-1914, p.16

¹⁰⁰ *Diário da Câmara dos Deputados* 22-05-1913, p.22

¹⁰¹ Carlos Jaca, “Domingos Pereira, um bracarense na 1ª República: trajectória política”, *Revista Fórum*, Jul.-Dez 2006, p.83

¹⁰² Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. 6 de J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001

absolutamente necessário dar o mais franco apoio, porque a elas estão indissoluvelmente ligados os destinos da Pátria¹⁰³”.

A força do PRP, em Braga, demonstrou-se quando a cidade foi escolhida, em 1912, para receber o congresso partidário que marcaria a afirmação e consolidação interna do poder de Afonso Costa, após o afastamento de António José de Almeida e Brito Camacho¹⁰⁴. Domingos Pereira fez parte da comissão, constituída nessa assembleia, que tinha a missão de rever o programa partidário que ia ser posto à votação¹⁰⁵. O Programa partidário, saído desse congresso, manter-se-ia inalterado até 1926¹⁰⁶.

1.4- 14 de Maio 1915

O governo de Pimenta de Castro foi o primeiro grande desafio à hegemonia do PRP¹⁰⁷. A acção deste executivo pretendia neutralizar a agitada e violenta vida política nacional, através da realização de eleições, sem o controlo do PRP, pondo em causa a supremacia deste partido. Vendo com preocupação o desenrolar de todo este processo, que poderia resultar numa viragem mais moderada e conservadora do regime, o PRP conseguiu mobilizar uma vasta frente contra Pimenta de Castro, acusando-o de governar contra a Constituição, que culminará na revolução de 14 de Maio de 1915.

Mais do que uma simples mudança de governo, a génese revolucionária presumia uma profunda alteração da orgânica administrativa do Estado¹⁰⁸. João Chagas, bastante crítico do governo de Pimenta de Castro, tinha publicado um opúsculo, a *Última Crise*, onde dissertava sobre os principais problemas do país. Segundo ele, a República quando se implantou, não tinha realizado nenhuma alteração estrutural no sistema, adaptando-se ao que já existia. A tolerância para com os seus inimigos, não

¹⁰³ *Imparcial* 01-03-1913 citado in Amadeu José Campos de Sousa, *Entre Monárquicos e Republicanos numa "Cidade de Deus": História política e social de Braga no contexto nacional: 1890-1933* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010 Vol. I p.226-228

¹⁰⁴ Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, pp.228-230

¹⁰⁵ Para além de Domingos Pereira, faziam ainda parte Adriano Augusto Pimenta, José Afonso Pala, Lopes da Silva, Eduardo de Almeida, Lopes Gama e Manuel Gaspar. Cf. *O Mundo* 28-04-1912

¹⁰⁶ Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas: o campo partidário republicano português (1910-1926)* imprensa da Universidade, Coimbra, 2008, pp.43-44

¹⁰⁷ Bruno José Navarro Marçal, *Governo de Pimenta de Castro: um general no labirinto da I República*, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2010

¹⁰⁸ Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. 6 de J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, pp.445-446

tendo demitido funcionários públicos monárquicos, aceitando até, com muita benevolência, que continuassem a criticar abertamente o novo regime que, verdadeiramente, não se tinha consolidado¹⁰⁹. Como salientava: “o mais grave erro da República foi o de não ter sabido realizar-se”. Nesse sentido, para João Chagas, a fórmula regeneradora de Portugal seria: “a nação é de todos, mas o Estado é Nosso!”¹¹⁰. Após o triunfo da revolução, Chagas ambicionava chefiar um governo nacional que impusesse ordem, força e autoridade, reformasse as forças policiais, saneasse as instituições e afastasse os servidores do Estado que não fossem de confiança, servindo de antecâmara da entrada de Portugal no conflito mundial¹¹¹.

Domingos Pereira tomou parte activa na oposição que o PRP encetou, sendo um dos parlamentares presentes no chamado “congresso da Mitra”, onde o governo foi desautorizado, após ter proibido a reunião prevista nas câmaras parlamentares¹¹². A acção governativa de Pimenta de Castro tinha-se legitimado, em grande medida, na lei n.º 275, de 8 de Agosto de 1914, decretada após o começo da I Guerra Mundial, e que conferia ao Poder Executivo as “faculdades necessárias para, na actual conjuntura, garantir a ordem no país e salvaguardar os interesses nacionais, bem como para ocorrer a quaisquer emergências extraordinárias de carácter económico e financeiro”. O governo ficava obrigado apenas, a “dar conta ao Congresso, na sua primeira reunião, do uso que tiver feito dessas faculdades”. Esta medida haveria de continuar em vigor pela lei n.º 292, de 15 de Janeiro de 1915 enquanto durassem “as circunstâncias que a determinaram, salvo nova deliberação do Congresso”¹¹³. Embora bastante criticadas pelo PRP, durante a governação de Pimenta de Castro, estas medidas de excepção não deixarão de ser renovadas nos executivos seguintes¹¹⁴.

No dia 14 de Maio, Domingos Pereira participou na revolução que derrubou o general Pimenta de Castro, marcada por uma grande violência¹¹⁵. João Chagas, devido a

¹⁰⁹ João Chagas, *A Última Crise – comentários à situação da República Portuguesa* Porto, Typ. A Vapor da Empr. Guedes, 1915 pp.15-19

¹¹⁰ João Chagas, *A Última Crise – comentários à situação da República Portuguesa* Porto, Typ. A Vapor da Empr. Guedes, 1915 pp.23-24

¹¹¹ Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. 6 de J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 200, 1pp.445-446

¹¹² Bruno José Navarro Marçal, *Governo de Pimenta de Castro: um general no labirinto da I República*, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2010 pp. 132-142

¹¹³ Bruno José Navarro Marçal Navarro, *Governo de Pimenta de Castro: um general no labirinto da I República*, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2010

¹¹⁴ Nomeadamente através da lei n.º 373 de 2 de Setembro de 1915 que renovava as disposições consagradas na lei n.º 292, de 15 de Janeiro de 1915

¹¹⁵ Segundo Rocha Martins, Domingos Pereira esteve presente no Arsenal, “na hora do perigo”. Cf. Rocha Martins, *Pimenta de Castro*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2009 p.40. Por seu lado, Hermano Neves,

um atentado, não chegou a tomar posse como Presidente do Ministério, sendo substituído por José de Castro que não tinha a mesma visão estratégica e política. A ausência de João Chagas não impediu que os revolucionários civis exigissem ao novo governo um conjunto de medidas, onde se incluía o saneamento geral da polícia, da GNR; transferência ou demissão de oficiais suspeitos de oposição à República e a demissão de todos os funcionários dos ministérios e repartições públicas que não fossem verdadeiros republicanos, para além da readmissão de todos os funcionários afastados durante o governo de Pimenta de Castro¹¹⁶.

No Parlamento, Domingos Pereira destacou-se pela forma intensa como procurou legitimar o período revolucionário vigente, garantindo ao governo todas as faculdades, de ordem legislativa, para encetar a sua obra radical. Na primeira reunião da Câmara dos Deputados, depois da revolução vitoriosa, Domingos Pereira apresentou um projecto lei que confirmava ao Governo as autorizações a que se refere a lei n.º 292, de 15 de Janeiro de 1915 e autorizava-o a “anular, suspender ou modificar todos os decretos ou despachos, expedidos por qualquer dos Ministérios, no Governo transacto; para este fim fica o Governo dispensado da observância dos preceitos legais e regulamentares aplicáveis”. Como fazia questão de frisar, o novo governo tinha a “obrigação de corresponder absolutamente ao espírito da revolução”, ao “espírito da Constituição e ao espírito republicano que tanto se evidenciou no movimento de 14 de Maio”. O governo tinha ainda a obrigação de mostrar que estava com aqueles “que se prestaram nas ruas de Lisboa, e em toda a parte do país, a derramar o seu sangue e a perder a sua vida para que a República fizesse a felicidade deste país”¹¹⁷.

Nessa mesma sessão, o deputado Pereira Vitorino apresentou um projecto lei para que o governo fosse autorizado “desde já, e por uma vez somente, a separar definitivamente do serviço efectivo todos aqueles funcionários civis ou militares que não dão uma completa garantia da sua adesão à República e à Constituição”. No entanto, era garantido, no artigo seguinte, “80 por cento dos vencimentos de categoria ou soldo aos funcionários afastados do serviço activo”¹¹⁸. Na sessão seguinte, Domingos Pereira lançou um complemento ao projecto lei de Pereira Vitorino, com o

na reportagem que escreveu para a *Capital*, a 16 de Maio, quando se aproximava do *Vasco da Gama*, navio que serviu de quartel-general às forças revoltosas, referia: “Já próximo, distingue-se, no alto da escada do portaló, alguns chefes da revolução: Domingos Pereira, Norton de Matos e outros ainda que nos saúdam, efusivamente...” A *Capital* 16-05-1915

¹¹⁶ *O Século* 21-05-1915; Bruno Navarro. *Governo de Pimenta de Castro: um general no labirinto político da I República* Lisboa, Assembleia da República, 2011, pp.207-208

¹¹⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, 27-05-1915

¹¹⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, 27-05-1915, p.10-11

objectivo de regular a forma como seriam remunerados os funcionários afectados pela nova legislação, sendo especificado, na última parte da proposta, que os “funcionários separados do serviço, nos termos desta lei ou demitidos por hostilidade à República ou à Constituição, não mais poderão exercer cargos remunerados, quer do Estado, quer dos corpos administrativos, perdem o direito à reforma ou aposentação, e ficam privados do exercício dos direitos políticos por 10 anos”¹¹⁹. A lei foi aprovada sem discussão na generalidade e na especialidade. Apenas os deputados unionistas apresentam uma declaração de voto, rejeitando essa proposta por representar uma “violência desnecessária”¹²⁰.

Estas medidas serão sujeitas a sérias críticas. Confrontando o aditamento de Domingos Pereira, Raul Proença afirmará que “não se podia decretar nada de mais revoltante e de mais afastado do espírito da verdadeira democracia. Como defender efectivamente a suspensão dos direitos políticos e indivíduos que só cometeram o delito de serem nossos adversários? É como funcionário público que alguém goza desses direitos? Não são, pelo contrário, os direitos políticos pertença inalienável do cidadão que subsiste ainda quando o funcionário público desaparece?” Segundo Raul Proença, a lei era uma “violência que desonra a Revolução, que desonra a República, que nos desonra a todos nós. É preciso que ela seja derogada pelo futuro parlamento, sob pena de ele perder o direito a ser considerado como democrático”¹²¹.

Controlando de novo a máquina eleitoral, as eleições, realizadas em Junho, deram uma vitória esmagadora ao PRP. Como acusava António José de Almeida: “O 14

¹¹⁹ Artigo 1.º Na lei votada pelo Congresso nas sessões das duas Câmaras de 27 do corrente, serão incorporados os artigos seguintes:

Artigo 3.º-A. Os funcionários que vencerem exclusivamente emolumentos ou salários e que deverem ser afastados do serviço nos termos desta lei, ficarão no regime dos a substituído se mas não poderão receber mais de 50 por cento das actuais lotações dos respectivos cargos.

§ Único. No caso de subsequente demissão ou morte, os substitutos ficarão, *ipso facto*, investidos nos cargos como efectivos.

Art. 3.º-B. Quando os funcionários tiverem ordenados e emolumentos, mas estes constituírem a parte mais importante dos seus vencimentos, a remuneração que lhes ficará cabendo será proporcional aos emolumentos, conforme a lotação vigente 5 e quando tiverem dois ordenados de categoria, será proporcional ao maior.

Art. 3.º-C. Os limites de 80 e 50 por cento a que se referem os artigos anteriores, serão pelo Governo considerados como máximos, devendo principalmente aplicar-se aos funcionários civis ou militares com mais de 20 anos de serviço efectivo, e sendo de competência do mesmo Governo determinar, em cada caso, a menor percentagem de vencimentos que deve ser estabelecida consoante a idade e situação material do funcionário, e, especialmente, o tempo e qualidade de serviço que haja prestado.

Art. 3.º-D. Das decisões ministeriais sobre separação de serviço nos termos desta lei, só pode recorrer, sem efeito, suspensivo, para o Conselho de Ministros no prazo de dez dias, e do Conselho de Ministros só pode recorrer-se para o Parlamento nos termos da Constituição.

¹²⁰ *Diário da Câmara dos Deputados* 29-05-1915, pp. 7-8

¹²¹ *A Águia* Vol. VIII 2ª série (Agosto a Dezembro de 1915) p.42

de Maio pôs no poder novamente, arrogante e temerário, o Partido Democrático. Os disfarces não contam, os subterfúgios não prevalecem. No poder está de novo, governando em absoluto, o partido democrático”¹²². Em Braga, o resultado eleitoral mostrou também a supremacia do PRP e dos seus mais altos representantes: Domingos Pereira, Manuel Monteiro e Joaquim de Oliveira conseguiram, individualmente, arrebataram mais de nove mil¹²³.

A 16 de Agosto, no parlamento, Domingos Pereira apresentou, com Francisco José Pereira, um projecto de lei “pelo qual os revolucionários civis de 14 de Maio são equiparados aos revolucionários de 5 de Outubro, nas vantagens que a estes foram concedidas”. As vantagens eram claras: o governo devia colocá-los num emprego do Estado¹²⁴. Em completa oposição a esta proposta encontrava-se Moura Pinto que chamava a atenção para os abusos que ela podia criar. O parlamento devia antes apreciar todos os serviços prestados pelos “revolucionários”, evitando-se assim que “surjam de toda a parte indivíduos a afirmar que estiveram no 14 de Maio, como sucedeu com o 5 de Outubro”. Moura Pinto temia até que esta medida acabasse por se tornar um estímulo para novas revoluções. A proposta acabou por ser aprovada com os votos contra dos evolucionistas e dos unionistas. Estes últimos, em declaração de voto, entendiam que “há que estabelecer uma profunda diferença entre o movimento nacional, necessário e generoso, de 5 de Outubro, destinado a derrubar um regime secular, e o movimento de 14 de Maio, tão-somente destinado a derrubar um Governo”¹²⁵.

Após o ímpeto inicial, o saneamento das instituições, a reforma policial e a institucionalização do uso dos revolucionários civis como sustentáculo do funcionamento do regime, acabaram por sofrer sérios contratemplos, gerando um largo desagrado nas hostes mais radicais que acusavam o governo e o parlamento de não serem suficientemente lesto e convictos nas reformas revolucionárias¹²⁶. Isso foi patente na proposta de lei que Domingos Pereira tentou fazer aprovar, em co-autoria com Francisco José Pereira, que autorizava o “Governo a escolher, entre os candidatos

¹²² António José de Almeida, *Quarenta anos de vida literária e política* Lisboa, J. Rodrigues & C.^a 1934 Vol. III, p.217

¹²³ Cf. Anexos - Quadro I

¹²⁴ Sobre a questão dos revolucionários civis, cf. David Ferreira, *História política da primeira República Portuguesa*, II volume (1915-1917) Lisboa, Livros Horizonte, 1981, pp.66-77; Maria Alice Dias de Albergaria Samara, *As repúblicas da república. História, cultura política e republicanismo* Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2010, pp. 297-332

¹²⁵ *Diário da Câmara dos Deputados* 16-08-1915

¹²⁶ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense editora, 1954, pp.125-130; Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. 6 de J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, pp.446-449

ao provimento de lugares, aqueles que hajam prestado à República serviços comprovados”¹²⁷. Apresentada a 20 de Agosto, apenas no dia 2 de Setembro a proposta começou a ser discutida. Moura Pinto, mais uma vez, mantinha-se completamente irredutível contra este projecto “acerca dos lugares que resultarem da lei do afastamento serem providos por revolucionários civis, naturalmente os de 14 de Maio, com preterição de todas as formalidades legais, da competência profissional e sem garantia de idoneidade moral”¹²⁸. Devido ao adiantado da hora, o debate parlamentar prosseguiria no dia seguinte. No entanto, a proposta de Domingos Pereira não parecia ter prioridade na agenda da câmara, levando-o a declarar a meio da sessão: “Não requeiro que entre imediatamente em discussão o parecer n.º 141 sobre os revolucionários civis, porque é absolutamente inútil fazer tal requerimento. Este parecer, que já se principiou a discutir, estava ontem marcado em terceiro lugar na ordem do dia, e hoje vejo com espanto que desceu para oitavo lugar! Interpreto este facto da seguinte maneira: o parecer está definitivamente enterrado, e desde já declaro à Câmara que não mais requererei para que esse parecer seja discutido”, abandonando a sala de seguida¹²⁹.

No dia 7 de Setembro, Francisco José Pereira tentava explicar perante o parlamento que o projecto lei não visava premiar os revolucionários civis, cujos actos, apenas eram feitos “por dedicação à República”. A ideia subjacente, em suma, visava construir o “Estado republicano, substituindo os funcionários que, permanentemente hostilizem a República, por pessoas que dêem garantia da sua segurança”. Como medida de compromisso, e para “acautelar”, porque as vagas não podiam ser “preenchidas ao acaso”, Alexandre Braga apresentou um projecto mais contemporizador que acabou por ser aprovado. A sua proposta preconizava a necessidade de um “exame de habilitação” para os cargos serem providos, para além prever que não seria aplicada nos “serviços militares do Ministério da Guerra e do Ministério da Marinha e aqueles para que a lei exija diploma profissional, especial ou técnico”¹³⁰.

A exigência de mais medidas depuradoras contribuía para criar sérias fricções na vida política¹³¹, num período em que o PRP procurava atenuar alguns dos aspectos mais

¹²⁷ *Diário da Câmara dos Deputados* 20-08-1915 pp.31-32

¹²⁸ *Diário da Câmara dos Deputados* 02-09-1915 p. 20-21

¹²⁹ *Diário da Câmara dos Deputados* 03-09-1915 p.11

¹³⁰ *Diário da Câmara dos Deputados* 07-09-1915

¹³¹ A pressão exercida sobre José de Castro para que reformasse a polícia e intensificasse os processos de saneamento de funcionários acabou por levar à demissão do chefe do governo. Cf. Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense editora, 1954; pp.129-131 Miguel António Dias

fracturantes da sociedade portuguesa e pugnar por um compromisso político e social que permitisse a entrada de Portugal na I Guerra Mundial¹³². Gorada a prossecução de legislação radical, a intervenção de Domingos Pereira, nas câmaras parlamentares, até à revolução sidonista, seria muito discreta¹³³.

Em Abril de 1917, o PRP tinha assumido a governação exclusiva do país após o desmembramento da União Sagrada, que reunia, no mesmo executivo, democráticos e evolucionistas. O terceiro governo de Afonso Costa viu-se em sérias dificuldades para debelar os problemas crescentes que assolavam o país, resultado directo da participação na I Guerra Mundial¹³⁴. Esses meses foram marcados por vários incidentes que incluíam greves de serviços públicos, como os Correios e Telégrafos, assaltos a padarias e inúmeros motins, respondendo o governo com uma intensa repressão que apenas fazia aumentar o descontentamento¹³⁵. A intransigência de Afonso Costa em manter uma acção governativa isolada, desgastando bastante o PRP, não deixava de merecer sérias críticas, até dentro do seu próprio partido. Em Junho, a imprensa revelava que um grupo de deputados tentava demonstrar ao seu chefe do governo, o perigo de uma “política pessoal de carácter restrito e excessivamente partidário”, comentava a *Capital*, que apresentava listas de deputados pertencentes a esse “grupo”, onde se incluía o nome de Domingos Pereira¹³⁶. Jaime Cortesão, um dos promotores desse movimento, recordará nas suas memórias o esforço que encetaram para convencer Afonso Costa a formar um “governo nacional”, do qual fizessem parte todos os partidos republicanos, membros das “classes operárias” ou católicos, “dos que se afirmavam neutros em matéria política”, a fim de obstar ao caos governativo que se alastrava¹³⁷. Esta tomada de posição teve a total oposição de Afonso Costa que, irredutível, derrotou a discordância interna, continuando o seu plano governativo até ser derrubado em Dezembro¹³⁸.

Santos, *Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009, p. 345

¹³² Nuno Severiano Teixeira, *O Poder e a Guerra: 1914-1918: objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Estampa, 1996; Filipe Ribeiro de Meneses, *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em guerra, 1916-18*, Lisboa, Cosmos, 2000

¹³³ Entretanto, constituiu família, tendo-se consorciado com Maria Leopoldina Guimarães de Carvalho Pereira, do qual nasce um filho, Guilherme Jaime de Carvalho Pereira Cf. António Ventura, *Revolta para resistir: a Maçonaria em Almada 1898-1937*, Almada, Câmara Municipal, 2010, pp.108-109

¹³⁴ Filipe Ribeiro de Meneses, *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em guerra, 1916-18*, Lisboa, Cosmos, 2000, pp.125-217

¹³⁵ Valente, Vasco Pulido, “Revolta dos Abastecimentos: Lisboa, Maio de 1917” in *Economia*, vol. I, n.º 2, Maio de 1977, pp. 187-218

¹³⁶ *A Capital* 20-06-1917

¹³⁷ Jaime Cortesão, *Memórias da Grande Guerra*, Porto, Renascença Portuguesa, 1919, pp.43-53

¹³⁸ Rui Ramos, “A Segunda Fundação (1890-1926)”, vol. 6 de J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, pp.452-458

Após a morte do seu líder político, Domingos Pereira haveria de reconhecer que Afonso Costa “era efectivamente um autoritário”, como chefe de partido, mostrando, por vezes, “intransigências implacáveis”. No entanto, e escrevendo já durante o Estado Novo, realçava que Afonso Costa era dotado dum “poder dialéctico formidável, férreo na lógica, orador de verdade, mas orador de argumentos, o seu autoritarismo não se impunha pela forma da trilogia arbitrária e antipática do «posso, quero e mando». Nunca definiu nem impôs o dogma da sua infabilidade. Tinha o prazer da discussão e satisfazia-se no triunfo pelo argumento. Não tapava a boca a ninguém. É evidente, sem embargo, que, para manter a disciplina na hoste do seu comando, sabia usar da autoridade do seu prestígio e da ascendência indiscutível do seu talento raro. E essa qualidade ninguém a igualava”¹³⁹.

Para Domingos Pereira, o ano de 1917 marcou como que a antecâmara da sua ascensão política. Na véspera de ser eleito membro substituto do directório do PRP, no congresso realizado em Julho¹⁴⁰, Domingos Pereira fez parte da Sociedade Editora d’*O Mundo*, juntamente com Henrique de Vasconcelos, Augusto Monteiro, Januário Esteves Nogueira, José Maria dos Santos, Carlos Trilho, Afonso Costa e Magalhães Lima, que comprou o jornal aos herdeiros de França Borges¹⁴¹. Carlos Trilho ocupará o cargo de director-gerente do *Mundo* e terá um papel fundamental na edificação da imagem política de Domingos Pereira.

Após a revolução dezanovista, Domingos Pereira refugia-se na sua cidade natal. A 14 de Janeiro de 1918 foi detido, ficando incomunicável durante a visita de Sidónio Pais à cidade, num movimento de perseguição contra figuras ligadas ao PRP, perpetuadas pelas novas autoridades administrativas¹⁴². Durante o seu encarceramento, Domingos Pereira elaborou umas notas políticas, onde reflectia sobre os motivos da sua detenção: “vou ver do que me acusam, tenho muita ansiedade de o saber. Mas talvez me não interrogam e me deixem estar aqui dentro o tempo que julgarem suficiente para ficarem saciados ódios pessoais, que ocultamente têm procurado satisfação à sombra do momento excepcionalmente presente, e ódios determinados uns pelo meu amor de sempre à Pátria e à República - que considero sinceramente a garantia única de

¹³⁹ *O Diabo* 30-05-37

¹⁴⁰ *O Mundo* 04-07-1917, *A Capital* 03-07-1917

¹⁴¹ *O Mundo* 30-06-1917; Rocha Martins, *Pequena história da imprensa portuguesa*, Lisboa, Inquérito, 1941, p. 84; Rui Manuel Afonso da Costa – *O Mundo» e a questão religiosa (1900-1927)* Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 1988, p.10

¹⁴² Carlos Jaca, “Domingos Pereira, um bracarense na 1ª República: trajectória política” *Revista Fórum*, Jul. Dez 2006 pp. 85-86 Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e sidonismo, História de um caso político*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2005, Vol. II p.69;

felicidade, de independência e do nosso futuro de Nação livre - e outros pela minha dedicação – honesta e esforçada, sem intolerâncias para com os adversários”. Não deixava, porém, de se exaltar, ao constatar a prisão “no mesmo dia em que muitos monárquicos, inimigos finos e declarados da República, alguns deles tendo figurado em tentativas revolucionárias contra ela, glorificados com grandes provas de confiança de quem governa dentro da República!”¹⁴³

Depois de libertado, Domingos Pereira esteve envolvido nas conspirações contra o governo, sobretudo a norte do país¹⁴⁴. A nível pessoal foi um período trágico, marcado pela morte de três irmãos e constantes assaltos policiais a sua casa, como haveria de recordar a *Capital*: “Durante a situação sidonista”, a casa de seu pai foi “diversas vezes assaltada a pretexto de buscas”. Seus irmãos, “perseguidos como feras, andaram a monte e morreram. Tendo falecido com a Pneumónica, a irmã do sr. Dr. Domingos Pereira, quando o cadáver estava em câmara ardente, sem nenhum respeito pela dor daquela família, a polícia de Braga assaltou a casa, uma vez mais”. As “torturas desta família” tinham sido “indiscritíveis”¹⁴⁵.

1.5- Ministro da Instrução

Em 1919, Tamagnini Barbosa, que tinha assumido a chefia do governo, alguns dias após o assassinato de Sidónio Pais, viu-se desde logo em sérias dificuldades para manter o frágil equilíbrio existente entre a governação sidonista, que tentava sobreviver após a morte do fundador, e os monárquicos e republicanos mais radicais que começavam a marcar posições. A revolta republicana de Santarém e os movimentos monárquicos, que eclodem no norte e centro do país, deitam por terra a política de compromisso encetada pelo chefe do governo.

Em Lisboa, o entrincheiramento dos monárquicos no Monsanto, e a neutralidade declarada por alguns quartéis, obrigaram o governo a armar batalhões de voluntários, que uniam populares, operários e republicanos radicais na investida contra o inimigo comum. O êxito desta ofensiva acabou, não só por afastar o perigo monárquico de Lisboa, mas, também, por deixar o governo refém dos republicanos proscritos durante o sidonismo, que voltaram rapidamente a assumir a sua preponderância no plano político.

¹⁴³ Citado in Carlos Jaca, “Domingos Pereira, um bracarense na 1ª República: trajectória política” *Revista Fórum*, Jul-Dez 2006 pp.84-85

¹⁴⁴ Rocha Martins, *Sidónio Pais: ídolo e mártir da República*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2008

¹⁴⁵ *A Capital* 08-10-1925

De facto, Tamagnini Barbosa não teve outra alternativa senão pedir a demissão, com o intuito de ser formado um novo governo que incluísse todas as tendências republicanas para fazer frente aos monárquicos que dominavam o norte do país.

Álvaro de Castro, recentemente libertado, depois de participar na revolta malograda de Santarém, ressurgia na vida política sob o signo da unidade¹⁴⁶. Em entrevista à *Capital*, defendia a formação de um governo “retintamente republicano” que combatesse as forças monárquicas. Após a vitória, seria necessário uma renovação política, através da dissolução dos partidos existentes, “para que todos os ódios se apaguem e todos os erros se esqueçam”. O passo seguinte seria a convocação de um congresso geral com representantes das antigas agremiações que elegeriam um “Directório”. Desta “conjugação de esforços” deveria sair a “natural diferenciação de correntes políticas” que não deveria ser feita em torno de homens, mas de “ideias e programas de governo”. Essas correntes republicanas organizariam, num “novo” parlamento, “maiorias destinadas a apoiar a realização de programas governativos determinados pelas oportunidades do momento”. Álvaro de Castro fazia questão de frisar que, para a união ser completa, seria necessário um “entendimento estreito com o Partido Socialista e, por intermédio desse partido, com as organizações que representam no nosso país a vontade das classes trabalhadoras”¹⁴⁷. Esse apelo unitário foi também perceptível no comunicado do directório do PRP, onde se afirmava que “no melindroso momento que atravessamos se impõe a formação de um governo de concentração republicana que inspire a maior confiança no povo republicano”¹⁴⁸.

Este período marcou o início da rápida ascensão política de Domingos Pereira que fazia parte, como delegado do PRP, na junta de partidos que negociavam com o governo de Tamagnini Barbosa a libertação dos prisioneiros políticos, resultantes da revolta de Santarém¹⁴⁹. Na sede d’ *A Luta*, Domingos Pereira participou, juntamente com Cunha Leal, Álvaro Castro, Barros Queirós, Aresta Branco, Fernandes Costa, Xavier Esteves, Inocêncio Camacho, Ladislau Batalha e Augusto Dias da Silva, na reunião onde se discutiu a liderança do futuro governo¹⁵⁰. José Relvas, político

¹⁴⁶ Carlos Olavo, anos mais tarde, revelou que “Depois de Monsanto”, a voz de Álvaro de Castro tinha-se erguido “para proclamar a única verdade, para defender a única fórmula adequada às circunstâncias do momento e inspirada nas lições do passado: a dissolução dos partidos e a união de todos os republicanos para a obra de salvação que se impunha”. Carlos Olavo, *Homens, fantasmas e bonecos* Lisboa, Portugal, 1950, pp.148-152

¹⁴⁷ *A Capital* 25-01-1919

¹⁴⁸ *O Mundo* 26-01-1919

¹⁴⁹ *O Século* 22-01-1919

¹⁵⁰ Jesus Pábon, *A Revolução portuguesa*, Lisboa, Aster, 1951, p. 397

conservador que soube manter-se “sempre limpo” e fora do alcance da “lama que durante anos os republicanos filiados arremessaram mutuamente¹⁵¹”, afiançava a *Vanguarda*, foi a figura escolhida¹⁵² de uma lista que incluía os nomes de Anselmo Braamcamp Freire e Teixeira Gomes¹⁵³, para formar um governo de “concentração republicana”, com o objectivo de “fazer uma política pacifista de união republicana”, frisava José Relvas em entrevista¹⁵⁴.

Durante o processo de formação do novo governo, composto por um compromisso republicano, da direita sidonista à esquerda socialista, José Relvas conseguiu que o PRP aceitasse o seu “programa mínimo”: manutenção da “reforma da Lei de Separação da autoria de Moura Pinto”; impedir que regressassem, “sem que se normalize a vida política”, os exiliados políticos, permitindo, deste modo, o afastamento temporário de Afonso Costa e Bernardino Machado; a integração no governo da “corrente republicana do Sidonismo, evitando-se mais “fermentos de desordem e de revolta”. Por último, a nomeação das novas autoridades administrativas seria realizada por acordo entre as partes. Nesse formato, o governador civil de Lisboa manter-se-ia afecto ao sidonistas, dividindo-se os restantes vinte distritos pelos outros partidos. Por sua vez, os governadores civis nomeariam as comissões administrativas municipais, de acordo com as comissões políticas locais, tendo os socialistas direito a representação nos sítios onde tivessem núcleos formados. No Porto, anda sob domínio monárquico, o cargo estava reservado para um “republicano extrapartidário”¹⁵⁵.

A 27 de Janeiro, a imprensa garantia que seria João de Barros o novo ministro da Instrução¹⁵⁶. A sua relutância em aceitar esse cargo viabilizou a entrada de Domingos Pereira no governo, formando com António Paiva Gomes, que tomou a pasta da Finanças, os dois representantes do PRP no novo executivo. Este método marcou uma atitude defensiva deste partido que preferiu apresentar duas figuras secundárias, quase desconhecidas, resguardando-se num governo onde coabitavam sidonistas. Ao apresentar o novo ministro da Instrução, o próprio *Mundo* tinha de reconhecer a sua falta de notoriedade política, afirmando que, depois da implantação da República, Domingos Pereira tinha surgido no parlamento como “uma figura a fixar, não, é certo,

¹⁵¹ *A Vanguarda* 28-01-1919

¹⁵² Maurício de Oliveira, *O drama de Canto e Castro: um monárquico presidente da república* Lisboa, Marítimo Colonial, 1944, pp.115-123

¹⁵³ *A Capital* 26-01-1919

¹⁵⁴ *A Vanguarda* 27-01-1919;

¹⁵⁵ José Relvas *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra livre, 1978, vol.II, pp. 83-89

¹⁵⁶ *A Capital* 27-01-1919

no primeiro plano, mas entre aquela boa reserva de gente nova, sem impaciência de ambições de curta data, tudo confiando do trabalho e do estudo, e que é a mais segura garantia do futuro do regime”¹⁵⁷. Já a *Capital*, garantia que o novo ministro tinha “talento e bondade, qualidades que nem sempre se encontram reunidas”¹⁵⁸.

Diante da câmara, ao apresentar-se perante os “representantes da Soberania Nacional”, José Relvas declarou que o seu governo “quer e deve viver com o parlamento, numa atitude de absoluto respeito pelas prerrogativas do Poder Legislativo e na mais perfeita comunhão de vistas, de intuitos e de acção com os elementos republicanos que nele têm assento”. O seu plano executivo assentava em quatro bases: “subjugar enérgica e rapidamente a revolta monárquica, promover a punição justa e legal de todos os responsáveis por tão criminosa tentativa, restabelecer a normalidade em todo o país e em seguida entregar o regime, salvo e purificado, em mãos que forem competentemente escolhidas para a continuação da obra redentora iniciada apenas em 5 de Outubro, de 1910”¹⁵⁹. O seu empenho de governar em cooperação com o parlamento sidonista não passava de uma ilusão, pois tinha bastantes dúvidas que um Congresso que “já não representa a opinião política nacional” pudesse sobreviver num ambiente que lhe seria cada vez mais hostil, agravada pela incapacidade inconstitucional de se poder dissolver o parlamento de uma forma legal¹⁶⁰. De facto, ciente do equilíbrio precário que mantinha a existência do parlamento sidonista, após a morte do seu fundador, e o rápido ressurgimento dos restantes partidos, principalmente do PRP, José Relvas ambicionava uma profunda reformulação do sistema republicano. Dentro do espírito de “baralhar para voltar a dar”, o novo chefe do governo desejava a dissolução dos partidos, com o intuito de se formarem duas grandes forças políticas: uma mais conservadora, outra mais radical para que, entre si, gerassem uma alternativa de governo, um bipartidismo que, auxiliado pela capacidade de dissolução do parlamento, concedida ao Chefe de Estado, se poderia formar um regime mais estável, através da rotação no poder, sem o monopólio governativo de um só partido, que impelisse a oposição para soluções não constitucionais¹⁶¹. No fundo, a principal preocupação, para José Relvas, seria a formação de um grande bloco conservador que impedisse o PRP de voltar a dominar politicamente o país. Nas suas memórias, ele revela a intenção de

¹⁵⁷ *O Mundo*, 02-02-19

¹⁵⁸ *A Capital* 29-01-1919

¹⁵⁹ *Diário da Câmara dos Deputados* 03-02-1919

¹⁶⁰ José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978 vol. II, p.92

¹⁶¹ Cf. Entrevista de José Relvas *O Século* 09-02-1919; José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978 vol. II, pp.94-97;

“aproveitar as eleições para deixar temporariamente o Partido Democrático na oposição, e promover pela acção de Governo a formação de um partido conservador”. Para ele, só um “Parlamento escolhido, com uma soma importante de valores morais e intelectuais, e já organizado no propósito de distribuição de forças partidárias, com garantia de ascensão de elementos conservadores, seria eficiente para o início da nova era do regime, continuando a obra do Governo Provisório”¹⁶².

O inimigo monárquico comum, que punha em perigo a sobrevivência republicana do regime, permitia todo o tipo de compromissos e transigências, tacitamente aceites por todos os partidos. Durante os primeiros dias, a apreciação do presidente do Ministério sobre as reuniões do Concelho de Ministros era “excelente”, com “múltiplas cedências, para um acordo inteligente e patriótico”¹⁶³. O próprio *Mundo* apelava para o “indeclinável dever dos republicanos, seja quais forem as doutrinas que defendem” de “estar ao lado do governo, nesta hora de crise, para salvarem a República, para salvarem a Pátria!”¹⁶⁴ Domingos Pereira, por seu lado, já na sua tomada de posse, apelava à unidade republicana considerando que, se os monárquicos tinham “formado um só bloco para atraiçoar a República e comprometer a Pátria”, seria necessário também que os republicanos formassem outro “bloco para a defender”. Sem República, afirmava, Portugal não podia “viver independente”¹⁶⁵. No parlamento, Domingos Pereira, apontava igualmente para a necessidade de “que ponhamos de parte partidarismos, que constituamos um bloco, forte e sólido, para vencer, eficazmente, a criminosa investida dos inimigos da República”¹⁶⁶.

Na sua primeira grande entrevista, enquanto decorria o conflito monárquico, Domingos Pereira abordava a “questão política” como a primeira “preocupação do momento”. Para ele, o PRP devia abater as suas “bandeiras” para realizar, numa “união perfeita com todas as correntes de oposição não hostis às instituições a grande obra patriótica da sua defesa”. Contudo, frisava que o PRP não esquecia o que devia à sua “tradição”, não abdicando das “conquistas democráticas e sociais que realizou à custa dos maiores esforços dos seus bons correligionários”. Isto não invalidava que o PRP não devesse ceder o “que for preciso a todos os bons republicanos, dentro da República”. Tinha também o cuidado de atenuar a questão religiosa, acentuando antes

¹⁶² José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978 vol. II, p.137

¹⁶³ José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978 vol. II, pp.91-92

¹⁶⁴ *O Mundo* 29-01-1919

¹⁶⁵ *O Século* 30-01-1919

¹⁶⁶ *Diário da Câmara dos Deputados* 10-02-1919 p.17

que o PRP “não combateu, nem combate o catolicismo, que foi durante séculos a religião de Estado, mas não consentiria nunca numa capitulação, conduzindo o país ao domínio clerical”. Afirmava mesmo a ambição do seu partido em querer “intransigentemente a liberdade religiosa como a liberdade económica e a liberdade de pensamento”. Sobre o seu próprio papel, tinha “esperança de contribuir para a conciliação nacional”, “enérgica defesa do regime e ao mesmo tempo, o mais aberto espírito de tolerância”. Em relação à sua pasta, o seu objectivo seria o “plano da República – continuar o resgate do país; educando-o, erguê-lo todo para a luz da civilização, da escola aos campos, do laboratório à oficina. A educação e o ensino são a base essencial das democracias”. Dentro das escolas deveria haver “liberdade de opinião”. A “missão” das escolas, num “país que renasce, é uma verdadeira missão religiosa, e a liberdade não poderia ser limitada para a Ciência quando o não é para a Fé”. O seu grande “carinho”, acima de tudo, seria o ensino primário que, “custe o que custar”, tinha de se tornar “em breve geral e obrigatório”. Assim, queria empenhar-se em melhorar os vencimentos dos professores, apoiar artistas, promover “excursões académicas”, bibliotecas escolares, “congressos de instrução” e “cursos de férias”. No final da entrevista, o redactor do *Mundo* não se esquecia de marcar o seu apoio, rematando que Domingos Pereira, “a quem nenhuma especialização parecia destinar a esta pasta, sabe o que vai fazer com uma precisão absoluta, simples, decididamente irreduzível”¹⁶⁷. Estas declarações tiveram o forte condão de o promover politicamente. Afonso Costa, em correspondência com Domingos Pereira, apreciava a entrevista que “teve o valor moral de ser clara” numa “hora ainda confusa”. Afonso Costa elogiava-o, não só por ser “um antigo republicano, cheio de serviços num meio hostil”, mas também por ser “um dos consagrados pelas brutais violências dos miseráveis, que governaram o país à prussiana durante mais de um ano!” O líder histórico do PRP dava o beneplácito à entrada no governo de Domingos Pereira, proclamando que a “sua chamada a uma pasta é justamente louvada por todos os velhos combatentes, que tudo têm sacrificado pela República, e é também uma consagração aos seus méritos, à sua inteligência, à sua dedicação incedível, ao seu zelo e amor pelo Povo, em favor do qual é preciso trabalhar muito no seu Ministério”¹⁶⁸.

No ministério da Instrução, Domingos Pereira iniciou uma ampla reforma estrutural dos seus departamentos que se mantinham inalterados desde a criação do

¹⁶⁷ *O Mundo* 02-02-1919

¹⁶⁸ Arquivo Particular Domingos Pereira (APDP) Carta de Afonso Costa a Domingos Pereira 23.02.1919

ministério, em 1913. Segundo o decreto nº5267, (19-03-1919); Domingos Pereira queixava-se da excessiva burocracia existente que o obrigava a despachar com nove chefes de serviço, vendo-se na contingência de “esgotar o melhor da sua vontade e do seu tempo no trabalho de ordenação e coordenação do sistema com manifesto prejuízo das outras atribuições que lhe competiam”. Com o fim de “simplificar e tornar mais harmónico o seu funcionamento”, eram criadas as seguintes dependências: Conselho Superior de Instrução Pública; Secretaria Geral; Direcção Geral do Ensino Primário e Normal, Direcção Geral do Ensino Secundário, Direcção Geral do Ensino Superior e a Direcção Geral de Belas Artes. Procedeu ainda a alterações no Instituto de Professorado Primário, que recebeu um novo regulamento, assim como nas escolas móveis, criadas para combater mais eficazmente o analfabetismo, e que o ministro queria “restabelecer em bases modernas”, como referia em entrevista. A partir dos escalões mais baixos do ensino, Domingos Pereira queria encetar “uma completa remodelação do ensino primário e a seguir resolveremos o problema dos outros ramos de ensino”¹⁶⁹.

A sua medida mais popular deveu-se ao aumento de vencimentos dos professores do ensino primário¹⁷⁰ que há muito reclamavam melhorias salariais. Durante o mês de Março tinham feito uma grande pressão sobre o governo para que fossem satisfeitas as suas reivindicações¹⁷¹. O próprio ministro reconhecia ser “justo que quem trabalha receba uma paga condigna”¹⁷². Tendo em conta a “imperiosa necessidade de melhorar a situação económica de todos estes beneméritos servidores do estado”, foram aumentados os vencimentos dos professores primários e dos inspectores escolares, regulando-se também os processos de promoção da carreira e aposentação. Este decreto (5322/27-03-1919), segundo a *Federação Escolar*, órgão dedicado aos professores, tinha feito surgir no seio da classe a “radiosa esperança de uma vida mais desafogada, embora modesta, que lhe permitisse dedicar todo o tempo e todo o seu esforço à escola”. Não deixavam, no entanto, de continuar a manter uma certa desconfiança: “É que têm sido tanto as desilusões, tanto os desenganos e falsas promessas, que o professorado se tornou quase céptico e, porventura, até descrente de que em Portugal

¹⁶⁹ Cf. Entrevista a *República* 23-03-1919

¹⁷⁰ Jorge Salvado Sampaio, *O ensino primário: 1911-1969: contribuição monográfica* Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Investigação Pedagógica 1975 1vol., pp.135-142

¹⁷¹ Áurea Adão, *O Estatuto Socioprofissional do Professor Primário em Portugal (1901-. 1951)*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp.205-206

¹⁷² Cf. Entrevista à *República* 23-03-1919

ainda possa aparecer um homem capaz de fazer justiça ao tão desprotegido professor primário”¹⁷³.

O *Mundo* continuava a enaltecer Domingos Pereira como um “republicano”, que não pensava “apenas no presente da República, na sua segurança e estabilidade actual”, mas “igualmente” no “futuro e deseja que as gerações vindouras continuem a obra encetada”. O jovem ministro, “para quem o povo não é uma coisa abstracta, uma criação metafísica, pois o conhece e o ama, julgou bem que era necessário dignificar a escola, dar ao professor garantias suficientes, de maneira a facilmente conseguir um recrutamento de escolha, que facilite o desenvolvimento da instrução neste país onde o analfabetismo é uma tara de mais de cinquenta por cento da população”. Para *O Mundo*, ele tinha posto as suas “notáveis qualidades de orador ao serviço dos grandes ideais emancipadores, homem do governo, é o coerente continuador do propagandista”¹⁷⁴.

O frágil equilíbrio tutelador que o inimigo comum monárquico fazia unir, cessará após a queda da cidade do Porto, a 13 de Fevereiro. Logo no dia 14, José Domingues dos Santos saiu directamente do Aljube, onde se encontrava detido, para ser investido como governador civil do Porto por “indicação revolucionária”¹⁷⁵. Quebrava-se assim o acordo que previa a neutralização política desse cargo, exasperando José Relvas. Como desabafa nas suas memórias: o “facto é bem significativo e mostra até que ponto eu posso contar com o apoio eficaz dos organismos partidários para levar a bom termo a minha missão política. Estes incorrigíveis republicanos, só sabem unir-se e dar apoio quando sentem que um grande perigo ameaça a República. Libertos desses receios, são sempre os mesmos sectários de uma política mesquinha, sem elevação de intuítos, e apenas sujeita a interesses partidários, quando não a interesses pessoais”¹⁷⁶.

Durante a insurreição monárquica, começaram a intensificar-se os apelos para um efectivo saneamento¹⁷⁷ e republicanização do Estado, expurgando-o dos elementos nocivos, renovando-se os ideais que nortearam a revolução de 14 de Maio de 1915. Como sentenciava o *Mundo*: “Seria um crime se os republicanos deixassem passar esta ocasião de sanear a burocracia, como medida primária de defesa da República”¹⁷⁸. A *Capital* lembrava que “a fórmula «a nação é de todos, o Estado é republicano» tem de

¹⁷³ *A Federação Escolar* 22-03-1919

¹⁷⁴ *O Mundo* 08-03-1919

¹⁷⁵ António José Queiroz, *José Domingues dos Santos: o defensor do povo: 1887-1958*, Lisboa, Assembleia da República, 2012, pp. 31-32

¹⁷⁶ José Relvas *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978 vol. II p. 105

¹⁷⁷ Norberto Ferreira da Cunha – “A ordem e a pátria na acção de um presidente da república monárquico: Canto e Castro”. *Revista da História das Ideias* Coimbra, Faculdade de Letras Vol. 27, 2006, pp.390-393

¹⁷⁸ *O Mundo* 06-02-1919

aplicar-se integralmente se se quiser entrar em nova vida, e eliminar o gérmen de perturbações futuras”. E quem quisesse o “contrário”, garantia o jornal, seria “cúmplice” de” uma traição à República”¹⁷⁹. Este processo intensificou-se, após a derrota monárquica, quando as bases do PRP tomam de assalto as administrações locais sem qualquer respeito pelas negociações anteriormente feitas, sendo perseguidos não só os monárquicos mais notórios, mas também bastantes elementos sidonistas e até unionistas¹⁸⁰. O Governo tinha dificuldade em fazer valer a sua autoridade, tendo necessidade de enviar várias circulares aos governadores civis, proibindo o reconhecimento de autoridades administrativas que não tivessem sido nomeadas nos termos legais. As denúncias falsas, as detenções ilegais que não resultassem de um mandato das autoridades, também eram alvo de censura¹⁸¹. Esta sucessão de acontecimentos punha em causa o projecto reformador de José Relvas que não tinha dúvidas sobre as verdadeiras intenções dos “democráticos” que “convenceram-se de que a restauração da República foi a sua própria restauração como partido político e como não podem assaltar o poder Central vão treinando as suas forças nos assaltos locais de que tirarão partido oportunamente para o grande salto sobre o Terreiro do Paço”¹⁸².

Este apelo para “Republicanizar a República”¹⁸³, como exigia o *Mundo*, acabou por se institucionalizar, de forma célere, numa Comissão Nacional de Defesa da República¹⁸⁴, que se assumia como tuteladora da pureza republicana do regime¹⁸⁵. A sua acção passava pela organização de grandes comícios onde se exacerbava o espírito radical contra o parlamento, ainda dominado pelos sidonistas, mobilizando as bases urbanas que sempre tinham apoiado o PRP. Antigos membros da carbonária, formigas, revolucionários e voluntários civis, muitos deles armados de novo após o assalto ao Monsanto, voltavam a assumir um grande protagonismo nas ruas de Lisboa, dispostos a vingarem-se por todos os vexames sofridos durante o sidonismo. A polícia preventiva, as guarnições militares mais conotadas com o sidonismo também foram alvo de ameaças¹⁸⁶. Assistia-se a um crescente inflamar de discursos nos comícios contínuos

¹⁷⁹ *A Capital* 20-02-1919

¹⁸⁰ António José Telo, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, A Regra do Jogo, Lisboa, 1980, Vol.1 pp. 114-115, 134

¹⁸¹ José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978 vol. II p. 134-136

¹⁸² José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978 vol. II p. 136

¹⁸³ *O Mundo* 20-02-1919

¹⁸⁴ José Relvas *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978 vol. II pp.100-102

¹⁸⁵ *O Mundo* 10-02-1919

¹⁸⁶ José Luciano Sollari Allegro, *Para a História da Monarquia do Norte*, Amadora, Bertrand, 1988, pp.247, 267-268

que se realizavam, onde oradores, como Cunha Leal, Ramada Curto, Estevão Pimentel, Ramada Curto e Amâncio de Alpoim, exigiam a dissolução imediata do parlamento, sem qualquer transigência¹⁸⁷, conseguindo, desta forma, condicionar a acção de José Relvas que tentava ainda contemporar com os elementos sidonistas que mantinham no parlamento o seu último “reduto”¹⁸⁸.

No intuito de evitar uma dissolução parlamentar, sobre a qual não havia base constitucional, José Relvas pressionava as câmaras parlamentares a votarem as medidas depuradoras que eram exigidas, ao apresentar no parlamento um projecto lei que conferisse ao executivo as “faculdades necessárias para na actual conjuntura, e em vista das circunstâncias que a determinaram, garantir ordem em todo o país, tomando, a respeito do funcionalismo público, civil ou militar, as medidas extraordinárias que julgue indispensáveis para a defesa e segurança da República¹⁸⁹”. Por outro lado, o chefe do governo incitava o parlamento a votar a sua própria dissolução. Cada vez mais isoladas e bloqueadas, as câmaras parlamentares viam as suas sessões serem constantemente interrompidas por distúrbios nas galerias ou anuladas por faltas de *quórum*, devido à ausência de bastantes deputados, muitos deles monárquicos, que se encontravam presos¹⁹⁰. O presidente do Senado, Zeferino Falcão, acabou por se demitir confessando que a constituição do “Parlamento” não era “harmónica com a nova orientação política, que deu lugar à formação do Gabinete actual”¹⁹¹. No dia 19 foi eleito Machado Santos para a presidência do Senado¹⁹², sendo o primeiro subscritor de uma proposta, na derradeira sessão de 21 de Fevereiro, para a marcação de uma reunião extraordinária do Congresso, com o “fim de deliberar sobre a revisão da Constituição, na parte que respeita à adopção do princípio da dissolução parlamentar pelo Presidente da República, dando assim cumprimento ao mandato com que foram eleitos”. Alguns parlamentares não deixavam de clarificar que o Senado “não pode, nem deve deliberar a sua própria dissolução, contra todos os princípios constitucionais e legais e em condições que representariam uma coacção, não só ilegítima, mas em absoluto injustificada”¹⁹³.

¹⁸⁷ António José Telo, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, A Regra do Jogo, Lisboa, 1980, Vol.1, p. 115

¹⁸⁸ José Relvas *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978 vol. II p.104

¹⁸⁹ *Diário da Câmara dos Deputados* 20-02-1919

¹⁹⁰ José Relvas *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978 vol. II pp.104-110

¹⁹¹ *A Capital* 17-02-1919

¹⁹² *Diário do Senado* 19-02-1919 p.7

¹⁹³ *Diário do Senado* 21-02-1919

O impasse, na adopção de uma solução clarificadora, foi o pretexto de mais um comício revolucionário para forçar a dissolução do Congresso. Como assumiam os seus organizadores, a assembleia prevista para o Coliseu dos Recreios, pela sua amplitude, queria significar ao “Governo que os desejos da massa republicana representavam quase uma ordem, num momento tão excepcional como aquele”¹⁹⁴. Num editorial denominado “O que o povo quer”, o *Mundo* sintetizava as principais reivindicações que deveriam sair da projectada reunião: “Separação dos oficiais e sargentos monárquicos do exército”; “Demissão do funcionalismo civil monárquico”; “Dissolução do parlamento”; “Confiscação dos bens monárquicos implicados na insurreição” e a “dissolução do corpo da polícia cívica”. O *Mundo* deixava claro que “se o governo se desviar do caminho traçado, não calaremos a nossa reprovação”¹⁹⁵. Perante esta intransigência, José Relvas ficava na mão, como se queixava, daqueles que denominava de “meneurs”, “audaciosos”, “aventureiros” que agitavam diante das massas populares “reivindicações impossíveis, retaliações desnecessárias, violências que, a executarem-se, serviriam para comprometer cada vez mais a pacificação da família portuguesa”¹⁹⁶.

Durante o comício revolucionário, presidido por Boto Machado, vários oradores, como Estevão Pimentel, Ramada Curto, Costa Júnior e Cunha Leal, incitaram o governo a dissolver imediatamente o parlamento e a legislar a defesa do regime, sem se prender com nenhum tipo de constitucionalidade porque o “Povo” já tinha mostrado “claramente, que coloca a Salvação da República acima de quaisquer preocupações pretensiosamente legalistas, que, na hora presente, são descabidas”¹⁹⁷. Bastante pressionado, José Relvas decidiu, enquanto decorria o comício, a dissolução unilateral do congresso¹⁹⁸. Dentro do coliseu, esse momento foi aproveitado para se organizar uma manifestação que se dirigisse imediatamente ao Terreiro do Paço, a fim de “reclamar a satisfação das nossas aspirações”, tendo em vista, especialmente, o “saneamento da polícia”, como reclamavam alguns dos “assistentes”¹⁹⁹.

Domingos Pereira foi o membro do governo escolhido para receber e dialogar com os manifestantes, a partir de uma varanda do ministério do Interior. Apelando à serenidade, anunciou-lhes a dissolução das câmaras, expressando assim o desejo do

¹⁹⁴ Cunha Leal, *Eu, os políticos e a Nação*, Lisboa: Portugal-Brasil Soc. Ed., 1926, p.42

¹⁹⁵ *O Mundo* 21-02-1919

¹⁹⁶ José Relvas *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978 vol. II p.101-102, 110

¹⁹⁷ Cunha Leal, *Eu, os políticos e a Nação*, Lisboa: Portugal-Brasil Soc. Ed., 1926, p.43

¹⁹⁸ José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978 vol. II pp.109-112

¹⁹⁹ Cunha Leal, *Eu, os políticos e a Nação*, Lisboa: Portugal-Brasil Soc. Ed., 1926, p.46; Rocha Martins, *A monarquia do Norte*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2008, Vol. II, p.214--218

governo em “pôr em prática a vontade da opinião republicana no país”. Esclarecia que os membros do executivo “queriam viver com o parlamento, e queriam defender a República dentro da lei”, pedindo as medidas indispensáveis para a sua” defesa. A sua recusa em fornecer esses “remédios”, quando a “opinião pública já se manifestava em desfavor das duas casas no Congresso”, que não representava a “vontade unânime do país”, levaram o governo a decidir a sua dissolução. Reiterava, porém, que não se tratava de um “golpe de estado, mas sim da satisfação do sentimento republicano, que o parlamento não exprimia”²⁰⁰.

Esta intervenção apaziguadora não impediu que fossem atacadas várias esquadras de polícia, com fortes confrontos entre manifestantes e as forças policiais, causando um elevado número de feridos e mortos²⁰¹. O próprio ministério do Interior chegou a ser invadido, obrigando o governo a refugiar-se no quartel do Carmo²⁰². No dia seguinte foi atacado o Batalhão de Infantaria nº 33, aquartelado no Castelo de S. Jorge, por suspeitas de movimentações monárquicas. Esta unidade tinha dado um apoio fundamental à revolta de Sidónio Pais, declarando-se neutral aquando da tentativa de restauração monárquica no Monsanto²⁰³.

Temendo perder completamente o controlo da situação, José Relvas acabou por transigir com as imposições da rua, ao ordenar o desarmamento da polícia preventiva, cujas funções passavam para as mãos da GNR e da Guarda Fiscal, e a transferir de Lisboa as unidades de exército mais conotadas com o sidonismo.

A dissolução do parlamento marcou um novo ciclo. Ao marcar novas eleições para dia 13 de Abril, José Relvas via aí uma derradeira oportunidade para interferir na evolução política através de uma reorganização partidária que fosse legitimada eleitoralmente: “Só uma questão bem resolvida, a dos partidos, poderia dar ao bloco governativo a estabilidade precisa para ele poder presidir às eleições gerais da Constituinte, desde que essa questão fosse resolvida em torno de princípios e não de personalidades. Com a definição exacta dos propósitos dos partidos, não seria difícil orientar as eleições para uma maioria moderada, sendo o seu conservantismo compensado pelo voto da dissolução”²⁰⁴. No entanto, o eixo político começava a virar-se definitivamente para os partidos tradicionais, especialmente o PRP. “Os restos do

²⁰⁰ *O Século* 22-02-1919

²⁰¹ José Luciano Sollari Allegro, *Para a História da Monarquia do Norte*, Amadora, Bertrand, 1988, pp.268-269

²⁰² José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978 vol. II, pp.111-113

²⁰³ Rocha Martins, *A monarquia do Norte*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2008, Vol. II, p.218-224

²⁰⁴ José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978 vol. II p. 127

sidonismo eram varridos da política como uma poeira vã²⁰⁵”, lembraria Luiz de Magalhães, ministro durante a Monarquia do Norte. A comissão administrativa municipal de Lisboa foi dissolvida e o governador civil de Lisboa foi substituído por Preste Salgueiro, afecto ao PRP. A nível internacional, a delegação portuguesa que participava nas negociações do tratado de paz, foi substituída pelos elementos afastados por Sidónio Pais, como Afonso Costa e Norton de Matos, enquanto os ministros sidonistas iam progressivamente abandonando o governo. Por outro lado, tendo em conta que a lei eleitoral adoptada, durante o governo de Sidónio Pais, ser “origem de um grave conflito de princípios”, regressava-se ao Código Eleitoral de 1913, abolindo-se o sufrágio universal masculino. Além disso, devido a problemas relacionados com o recenseamento, as eleições são adiadas para o dia 4 de Maio²⁰⁶. Quem saiu beneficiado com este sistema foi o PRP que, voltando a controlar a administração local, e perante um eleitorado mais restrito, teria amplas vantagens na organização do acto eleitoral.

Tendo a noção do seu poder, o PRP mostrava uma atitude de despreendimento, revelando não querer assumir a governação imediata. Ainda estava bem presente o desfecho da governação exclusiva que tinha encetado no crucial de 1917. *O Mundo* garantia ser “opinião geral no partido, não convir, não actual momento, tomar o encargo do governo”²⁰⁷. O PRP fazia intenção de se apresentar a eleições, segundo a *Capital*, com “carácter de fiscalizador, senão de oposicionista”²⁰⁸. Esta abnegação, por parte do PRP foi interpretada pelos outros partidos como uma oportunidade de serem eles próprios a governar. Os evolucionistas, em comunicado, rejeitavam qualquer alteração da sua estrutura, assumindo que queriam manter-se como um partido “uno e íntegro, não se dissolvendo nem se fusionando” e “pronto a assumir as responsabilidades que as circunstâncias lhe imponham”²⁰⁹. Mais do que a desejada reorganização partidária, que José Relvas tentava incutir, os partidos esperavam ascender ao poder aproveitando o estado de grande indefinição política.

Qualquer direcção que José Relvas resolvesse tomar, estaria condicionada pelo saneamento dos funcionários desafectos ao regime, uma questão que se tornaria, rapidamente, no móbil das reivindicações mais radicais. *O Mundo* tomava a dianteira desse imperativo, em editoriais diários, onde assumia ser não só “urgente” que fossem

²⁰⁵ Luiz de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1925, p.42

²⁰⁶ António Pedro Ribeiro dos Santos, *A imagem do poder no constitucionalismo português*, Lisboa, Instituto de Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1990 pp260-262

²⁰⁷ *O Mundo* 23-03-1919

²⁰⁸ *A Capital* 17-03-1919

²⁰⁹ José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978 vol. II p. 133

“demitidos os oficiais e sargentos monárquicos, para que o exército não seja um elemento de perturbação”, mas também seria essencial a “limpeza das secretarias do lixo monárquico que a República conservou”. Desta forma podia “perder-se uma ou outra competência”, mas “essa pequena perda” seria compensada com o “sentimento de segurança”²¹⁰. *O Mundo* tinha consciência que seria uma “obra dolorosa”, mas uma obra “necessária”: o “critério que se funda na bondade não é de aceitar-se”. Era preciso “fazer justiça, evitar à pátria novos perigos. Sabemos que os monárquicos não desarmam. Tornemo-los inofensivos, enxotando-os das posições que a nossa criminosa benevolência lhes conservou ou lhe deu”²¹¹. Estas exigências não eram exclusivas dos jornais mais extremistas. O órgão dos evolucionistas apelava também para a “depuração” que tinha de ser exercida com um “meticuloso cuidado, não consentido que à sombra da República continuem medrando os parasitas daninhos que silenciosamente lhe corroem o organismo, seres mais perigosos e prejudiciais que os inimigos confessos e declarados contra quem a defesa é muito mais fácil”. A selecção tinha de ser “cuidada, mas rigorosa”, sendo requerida “Justiça serena e imparcial”. A *República* não deixava também de clarificar que “não é republicano quem republicano se diz, mas sim quem pelos seus actos, que não apenas pelas suas palavras, republicano se mostra”²¹².

Em correspondência com Domingos Pereira, Afonso Costa esperava que as “sombras se dissipem depressa e que os culpados de tantos crimes contra a Pátria e a República não possam por muito mais tempo julgar-se, não só perdoados, - o que já seria monstruoso,- mas equiparados ou porventura ainda superiores aos paladinos incansáveis duma República virtuosa e pura e duma Pátria respeitada e feliz,- o que se tornaria simplesmente infame”. Tendo em conta o que tinha acontecido em Portugal nas “últimas semanas”, a sua “dúvida pungente” não poderia subsistir: “Manda de novo em Portugal o Povo republicano, a grande massa de dedicados que só pede o que é justo, e por isso a verdade triunfará completamente, sejam quais forem os obstáculos que se lhe antepuserem”²¹³.

Este amplo saneamento do Estado, não deixava esconder uma grande ambição: empregos públicos. “Faziam-se reuniões diariamente”, lembrava Rocha Martins: “acenovam-se com as vagas das repartições, das quais seriam escorraçados todos os monárquicos, e logo apareciam numerosos patriotas em grita furibunda. Eram

²¹⁰ *O Mundo* 23-02-1919

²¹¹ *O Mundo* 11-03-1919

²¹² *República* 21-03-1919

²¹³ APDLP Carta de Afonso Costa a Domingos Pereira 23.02.1919

candidatos revolucionários daquele instante”²¹⁴. José Relvas também tinha de reconhecer que, se algumas destas “imposições” eram efectuadas por “conveniência política”, a maior parte desta “política de depuração” significava um “eufemismo que em muitos mascara uma ânsia insaciável do emprego público, um dos grandes cancros da República. Toda a gente se julga no direito de ser funcionário do Estado”²¹⁵. Alberto Xavier, deputado do PRP, haveria de recordar nas suas memórias que, «Após Monsanto» criou-se no mundo republicano, popular, um estado de espírito tendente a exigir dos governos o afastamento dos quadros dos serviços públicos, civis e militares, de todas as pessoas que se mantinham fiéis ao ideal monárquico. Os governantes de então viram-se em sérias dificuldades para resistir a semelhantes exigências”²¹⁶.

José Relvas tentava controlar as reivindicações mais radicais, chamando a si a organização dos saneamentos. A sua principal preocupação seria redigir a nova legislação de forma que ela não se tornasse “uma origem de arbítrios”, procurando evitar “excessos jacobinos”²¹⁷, sendo assegurados todos os meios de defesa. No dia 6 de Março era publicado o decreto nº5203 com vista a apurar responsabilidades dos “magistrados e funcionários públicos civis e militares” que tinham participado em “actos anormais”, faltando no “exercício dos seus cargos” à lealdade e subordinação “devidas às instituições e suas leis”. Este diploma estabelecia a “acção disciplinar” a exercer sobre “infracções” que incluíam, por exemplo, a participação efectiva na insurreição monárquica, a recusa de, sendo oficiais, aceitar ordens por parte do governo; a ofensa ou injúrias contra as instituições, a aceitação de cargos públicos, a assistência a actos oficiais, e a pública e espontânea adesão a qualquer movimento revolucionário contra as instituições republicanas. Para se apurar a “verdade” seria nomeado um sindicante que, no mais breve espaço de tempo, teria de organizar um processo disciplinar. Para esse efeito poderia recorrer de todos “meios legais de indagação”, detendo igualmente amplos poderes para organizar interrogatórios, inquirir testemunhas, entre outros meios, para obter o máximo de informação dos arguidos. Estes teriam acesso ao processo entretanto efectuado, para poderem organizar a sua defesa. Ao sindicante caberia de novo, após analisar os meios de defesa dos arguidos, formular um relatório onde seriam indicadas as acusações, caso fossem consideradas provadas, e as

²¹⁴ Rocha Martins, *A monarquia do Norte*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2008, Vol. II p.214

²¹⁵ José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978 vol. II p. 176-177

²¹⁶ Alberto Xavier, *Memórias da vida pública*, Lisboa, Ferin, 1950, pp.66-67

²¹⁷ José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978 vol. II, pp.106, 127

penas proponentes. A decisão final caberia ao ministro responsável, havendo hipótese de recurso para o Conselho de Ministros²¹⁸.

A legislação seguinte previa a republicanização dos cargos públicos que seriam ocupados consoante a ideologia política do candidato. Deste modo, o decreto 5229²¹⁹, estabelecia que o preenchimento de vagas de lugares de “directores gerais, de chefes de repartição das secretarias e de chefes ou encarregados de quaisquer serviços do Estado”, recaíssem em pessoas “idóneas da confiança do regime”, independentemente das “formalidades e requisitos estabelecidos na lei”. Já o decreto 5268²²⁰, previa que nos provimentos de “cargos públicos por concurso”, os ministros podiam alterar as “ordem das classificações” sempre que o candidato a nomear se houver manifestado adverso às instituições vigentes. Perante este modelo, a *Vanguarda*, um jornal sidonista, não deixava de comentar que estes decretos permitiam a qualquer “moço de fretes ser director geral... com tanto que tenha muita, muita fé republicana”²²¹.

Os ministérios do Exército, da Justiça e da Instrução foram os mais activos no saneamento de funcionários²²². Logo após a queda do regime monárquico que vigorava no Porto, Domingos Pereira telegrafou a todos os liceus do norte do país, ordenando que lhe fosse transmitido o nome dos funcionários e professores que tivessem aderido à Monarquia ou que tivessem assistido a alguma “tomada de posse²²³” de autoridades administrativas monárquicas. A 5 de Março, o *Século* anunciava que já tinham sido suspensos 74 professores, e demitidos 12²²⁴. O *Mundo* chamava a atenção para uma “obra de saneamento sem transigências” que se estava a realizar no ministério: “Esta atitude merece toda a simpatia do povo republicano”²²⁵. No dia 11, a ordem de serem notificados todos os funcionários “adversos à República ou a ela prejudiciais”, foi alargada a todos os liceus do “continente e ilhas”²²⁶. No ministério da Instrução, a depuração de funcionários apenas se tinha cingido ao ensino primário e secundário. A meio do mês de Março começava a ser escrutinado o ensino superior²²⁷. A Universidade

²¹⁸ Decreto nº 5203 *Diário de Governo* I série nº45 06-03-1919

²¹⁹ Decreto nº 5203 *Diário de Governo* I série nº45 12-03-1919

²²⁰ Decreto nº 5203 *Diário de Governo* I série nº45 20-03-1919

²²¹ *A Vanguarda* 03-04-1919

²²² António José Telo, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, A Regra do Jogo, Lisboa, 1980, Vol.1 p.115

²²³ *O Século* 28-02-1919

²²⁴ *O Século* 05-03-1919

²²⁵ *O Mundo* 06-03-19

²²⁶ *O Século* 11-03-1919

²²⁷ No dia 13 de Março iniciou-se uma sindicância na Universidade do Porto. Cf. Cândido dos Santos, *História da Universidade do Porto*, Porto, U.Porto Editorial, 2011, p.121

de Coimbra tinha vindo a sofrer diversas acusações sobre o comportamento político de alguns dos seus membros. O próprio reitor tinha-se dirigido a Lisboa para reafirmar, junto do ministro da Instrução, a “absoluta lealdade do professorado universitário para com o Governo da República”, insistindo para que fosse aberto um inquérito. No Senado da Universidade, o vice-reitor anunciava que o “Governo, pelo que ele, orador, ouvira ao sr. Ministro da Instrução, estava na disposição de se manter superior à campanha levantada e de resistir às múltiplas pressões com que tentavam obrigá-lo a proceder contra a Universidade – embora tais pressões, fossem muitos fortes e capazes, talvez, de vencer tudo”²²⁸. De facto, a 14 de Março foram suspensos quatro professores da Universidade de Coimbra: Oliveira Salazar, Fezas Vital, Magalhães Colaço e Carneiro Pacheco. Sobre eles “pesavam graves acusações políticas que seriam apuradas em inquérito”²²⁹. O Ministro da Instrução justificava a sua decisão declarando que desde “há muito que a opinião republicana vinha reclamando o afastamento desses professores por a sua acção ser nefasta à República e a sua estada na Universidade uma afronta a todas as consciências republicanas”. Domingos Pereira estava a preparar-lhes um inquérito, quando, uma noite, tinha recebido informações “absolutamente seguras” de que a “grande massa republicana” de Coimbra preparava um “assalto” à Universidade e “violências” contra “determinados lentes”. Levado o caso a Conselho de Ministros, tinha sido decidido de forma “unânime” a sua suspensão²³⁰. O *Mundo*, considerando os professores como alguns dos mais “notórios” inimigos do regime, saudava a sua suspensão, recordando que a “limpeza das escolas é mais necessária que a da magistratura e das forças armadas. Depende dela o futuro da República e da Pátria. A instrução não pode estar nas mãos dos reaccionários”²³¹.

Para evitar que a Faculdade de Direito deixasse de funcionar por falta de docentes, Domingos Pereira, logo no dia 15, sugeriu alguns bacharéis republicanos (Joaquim José de Oliveira, António Granjo, Ramada Curto, Joaquim Manso, José Beleza dos Santos, Campos Lima e Augusto Monteiro) para que, se a Universidade aceitasse, pudessem ser rapidamente nomeados para substituir os professores suspensos²³². A forte reacção provocada na Universidade impediu a continuação deste

²²⁸ Cf. Acta da reunião do Senado da Universidade - 2ª Sessão em 10 de Março de 1919 in Manuel Augusto Rodrigues (compil.) — *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas do Senado: 1916-1924*. Coimbra, Arquivo da Universidade, 1990, Vol. II, pp.91-96

²²⁹ Franco Nogueira, *Salazar, A Mocidade e os Princípios*, Coimbra, Atlântida, 1977, vol. I, p. 204

²³⁰ Cf. Entrevista de Domingos Pereira à *República* 23-03-1919

²³¹ *O Mundo* 16-03-1919

²³² Franco Nogueira, *Salazar, A Mocidade e os Princípios*, Coimbra, Atlântida, 1977, vol. I, p. 205

processo. O reitor, Mendes dos Remédios, auto-suspendia-se do seu cargo e outros professores solidarizaram-se com os seus colegas, requerendo que também fossem abrangidos pela sindicância que ia ser realizada²³³. A contestação intensificou-se com a nomeação, por “conveniência urgente de serviço público”, de Joaquim Coelho de Carvalho, bacharel de “absoluta confiança da República”, para reitor interino da Universidade²³⁴. A intromissão do poder político, na autonomia universitária, fez unir a maior parte dos seus elementos que desafiavam a autoridade do novo reitor e as decisões do governo. Este braço de ferro foi usado pelo *Mundo* para iniciar uma campanha contra a Universidade, acusando-a de ser germanófila, reaccionária, jesuítica e monárquica²³⁵. Ao mesmo tempo, enaltecia a actuação de Domingos Pereira, “delegado das massas republicanas”, que tinha entrado por esse “velho bastião de anacronismo pedagógico e científico”, sacudindo “aqueles professores que não podem continuar a ensinar ou a proclamar o ódio à República”²³⁶.

Em entrevista, o ministro da Instrução defendia a sua actuação, declarando que de “uma vez por todas”, tinha de se acabar com as “contemplações com os nossos inimigos”. Tinha acabado a “política de captação”. A República “só pode e deve” ser servida por republicanos, pois, um monárquico “nunca poderia servir com sinceridade as instituições republicanas”. Havia então que “depurar”, afastar aqueles que usavam os seus cargos para “propaganda monárquica”²³⁷. A sindicância, conduzida pelo juiz Vieira Lisboa, averiguava as principais acusações que recaíam sobre os professores suspensos, nomeadamente as suas alegadas simpatias germanófilas e a participação em acções monárquicas²³⁸. Porém, o relatório final do juiz indicava que o “processo não revela a menor cumplicidade dos professores da Universidade no último movimento monárquico

²³³ Cf. Acta da reunião do Senado da Universidade - 3ª Sessão em 15 de Março de 1919 in Manuel Augusto Rodrigues (compil.) — *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas do Senado: 1916-1924*. Coimbra, Arquivo da Universidade, 1990, Vol. II, pp.96-99

²³⁴ Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República: (1910-1926): alguns apontamentos*, Lisboa: Inst.de Inovação Educacional, 1990, p.319

²³⁵ Norberto Ferreira da Cunha - "Leonardo Coimbra e a I República", *República e liberdade: [actas II Seminário de História e Cultura Política]*; coord. Ernesto Castro Leal. Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011, pp.88-90; Rui Manuel Afonso da Costa, *O Mundo» e a questão religiosa (1900-1927)* Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 1988, pp.204-205

²³⁶ *O Mundo* 16-03-1919

²³⁷ *República* 23-03-1919

²³⁸ António Pedro Vicente, “Conflitos académicos durante a 1ª república: professores acusados de ofensas às Instituições democráticas”. 1919, Actas do Congresso “*História da Universidade*” no 7º centenário da sua Fundação, 1991, pp. 337-400

e não resulta dele prova jurídica de que alguns desses professores tenham praticado actos que, perante a lei, possam considerar-se de hostilidade à República”²³⁹.

As leis de defesa do regime não satisfaziam ainda as alas mais revolucionárias que exigiam uma intensificação dos processos, manietando o governo que era acusado, nos comícios quase diários, de “frouxidão” de tibieza, de não ser suficientemente firme na depuração do sistema²⁴⁰. Na verdade, estas reivindicações foram fundamentais, como forma de comprometer e neutralizar qualquer opção mais conservadora, quando se começavam a extremar posições para os membros mais radicais, aliados tacitamente com o PRP, porem em cheque os projectos reformistas e moderados de José Relvas: “E como actuam, no meio desta desordem, os partidos”, perguntava: “não actuam. Deixam o governo entregue às *feras*, a ver qual é, dentro eles, o que sai desta confusão com melhores condições de triunfo. Mas não pode haver dúvidas sobre o *tertius gaudet*, o Partido Democrático, para o qual todos os outros estão trabalhando com uma inconsciência, que frisa pela imbecilidade”²⁴¹.

Numa derradeira tentativa de comprometer a actuação dos partidos políticos, e sendo as eleições novamente adiadas para o dia 1 de Junho, o chefe do governo remeteu-lhes uma missiva onde lhes questionava os seus “desígnios” e “sobre a forma por que cada um deles julga que melhor possa ser resolvido o problema político”²⁴². Este apelo não surtiu efeito. Os partidos imobilizavam-se sem se quererem comprometer. Isolado, José Relvas tinha sido completamente ultrapassado pelos membros mais radicais do PRP, dos evolucionistas e até de antigos sidonistas, como Cunha Leal, que mobilizavam as massas populares²⁴³ a seu favor, servindo de barreira a qualquer outra solução que José Relvas tentasse implementar²⁴⁴, ao mesmo tempo que os unionistas e evolucionistas anulavam-se mutuamente na tentativa de se sobressaírem Tendo o governo perdido todo o capital de actuação, José Relvas pretendia abandonar o poder o

²³⁹ Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República: (1910-1926): alguns apontamentos*, Lisboa: Inst.de Inovação Educacional, 1990, pp.320-330

²⁴⁰ José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978, vol. II, p. 127, 178-179

²⁴¹ José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa Terra Livre, 1978, vol. II, p. 120

²⁴² José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978, vol. II, pp.217-222

²⁴³ A pressão da “rua” tinha um grande ascendente político. Num telegrama, Jaime Cortesão explicava a Raul Proença como haveria de ser nomeado director da Biblioteca Nacional. Para isso, seria necessário uma “representativa manifestação do pessoal da biblioteca a favor do seu nome”, com notícia em todos os jornais, se possível, para afastar “eventuais concorrentes”. Ao mesmo tempo, ele próprio escreveria “duas curtas linhas ao Domingos Pereira”. Cf. António Reis, *Raúl Proença: biografia de um intelectual político republicano* Lisboa: Imp. Nac. - Casa da Moeda, 2003, Vol. I, p.279

²⁴⁴ João Bonifácio Serra, Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente in *Portugal contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp.69-71; João Bonifácio Serra, “O sistema político da Primeira República”, in *A Primeira República Portuguesa – entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, coord. de Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto, Lisboa, Colibri, 1999 p.122-124

mais rapidamente possível, ficando apenas à espera que os partidos se entendessem numa solução governativa para ser anunciada oficialmente a crise ministerial. O *Mundo* considerava que o governo “não soube “erguer-se ao pleno entendimento das responsabilidades do instante”²⁴⁵. Para o *Século*, a crise devia-se a “divergências quanto à acção política do governo, ou seja, a “eterna questão política que derruba mais um Governo, elevando outro que, em breve, a mesma questão política, sob este ou outro aspecto, fará soçobrar”²⁴⁶.

Os unionistas, por seu lado, procuravam negociar com o PRP uma solução que permitisse superar o impasse criado. Nesse sentido, Moura Pinto, ministro da Justiça de Sidónio Pais que tinha alterado a intangível Lei da Separação, encetou conversações directamente com Álvaro de Castro, defensor de uma transigência partidária que reformulasse o sistema político. Os unionistas ambicionavam reorganizar os partidos republicanos em duas grandes vertentes através da fusão entre os democráticos e os evolucionistas num único agrupamento, seguindo o exemplo da União Sagrada, formando-se assim a facção mais radical. Deste modo, nas eleições seguintes, caberiam as maiorias aos democráticos-evolucionistas, ficando os unionistas com as minorias. A União Republicana esperava sair bastante beneficiada desta remodelação, congregando em si a facção republicana conservadora e moderada que servisse de alternância, através da influência do Presidente da República, com novos poderes, a um PRP remodelado com a integração dos evolucionistas²⁴⁷. O Partido Evolucionista seria o mais prejudicado, pois ver-se-ia quase obrigado a dissolver-se dentro do agrupamento mais forte: os democráticos, podendo os evolucionistas mais conservadores juntar-se aos unionistas²⁴⁸. António José de Almeida, temendo o fim da sua relevância política, bloqueou esta possível reorganização partidária, rompendo as negociações que decorriam para formar o novo governo, “pela atitude dos representantes do Partido Democrático e Unionista, com o qual os evolucionistas não podiam de maneira nenhuma concordar”²⁴⁹. Este gesto inviabilizou o governo Sá Cardoso que tinha sido convidado a presidir ao novo ministério. O líder evolucionista apenas consentia que correligionários seus integrassem o executivo, se os restantes partidos se comprometessem a apresentar uma proposta de dissolução partidária nos próximos

²⁴⁵ *O Mundo* 26-03-1919

²⁴⁶ *O Século* 27-03-1919

²⁴⁷ Cf. *A Luta* 11, 12, 13 e 14 de Junho de 1919 onde os unionistas apresentaram a sua versão dos acontecimentos

²⁴⁸ José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978 vol. II, pp.192-196

²⁴⁹ *República* 29-03-1919

congressos. Este gesto inviabilizou o governo que Sá Cardoso estaria a ultimar. Por outro lado, o nome deste general foi neutralizado pelas alas mais extremistas que pretendiam a tutelar constituição do próximo ministério²⁵⁰.

Júlio Martins, um dos ministros mais próximo dos radicais, encetou ele próprio uma tentativa de formar governo, embora sem sucesso. Na realidade, os partidos inviabilizavam qualquer opção, temendo que alguém se conseguisse sobressair. Nenhum deles queria assumir sozinho a governação. Estava apenas assegurado que seria um executivo igual ao de José Relvas, com exclusão dos sidonistas. Como lembrava a *Opinião*, todos os partidos queriam “governar e medrar, mas sem as responsabilidades do Poder”²⁵¹. Nas negociações contínuas que se realizavam os evolucionistas e os unionistas eram os que mais se hostilizavam, deixando o caminho aberto para o PRP, que, através do *Mundo*, continuava a mostrar o seu desinteresse, reiterando que “em nada nos interessa os ministros nossos partidários”, desejando apenas que o governo fosse formado por “republicanos”²⁵². Disputava-se, acima de tudo, a pasta mais importante. Como notava a *Capital*, se os “dirigentes partidários” se mostravam “sempre irredutíveis”, tomando as mais diversas “atitudes” e “orientações”, uma coisa tinha em comum: “a sofreguidão idêntica com que todos disputam a pasta do Interior”²⁵³. Para a *Batalha*, os “embaraços” que demoravam a solucionar a crise devia-se ao facto dos partidos não se entenderem na maneira de distribuir a “almeçadas cadeiras ali do Terreiro do Paço”, pois cada um reivindicava “as melhores, aquelas em que é possível servir um maior número de amigos e arregimentar mais votantes”²⁵⁴.

Enquanto durava o impasse governativo, o nome de Domingos Pereira começava a merecer cada vez mais atenção. Durante a Monarquia do Norte tinha tido ligações com os elementos que, no Porto, organizavam a resistência republicana, estando a par da insurreição que ia derrotar as forças de Paiva Couceiro²⁵⁵. A *Capital* elogiava a sua conduta tratando-o como um “valoroso republicano, que na defesa da República tem procurado sempre os lugares de maior perigo e de mais decisiva acção”²⁵⁶. Por outro

²⁵⁰ José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978 vol. II, pp.199-200

²⁵¹ *A Opinião* 31-03-1919

²⁵² *O Mundo* 28-03-1919

²⁵³ *A Capital* 28-03-1919

²⁵⁴ *A Batalha* 30-03-1919

²⁵⁵ A 13 de Fevereiro, o *Século* dava conta de uma “carta escrita no Porto em 7 do corrente e dirigida ao Sr. Dr. Domingos Pereira, democrático, ilustre ministro da Instrução, em que se faz um rápido esboço da preparação revolucionária em marcha, apontando-se a falta de armamento como razão única da demora da reacção republicana”. *O Século* 13-02-1919

²⁵⁶ *A Capital* 14-02-1919

lado, Domingos Pereira servia como um elo de ligação entre as facções mais radicais e os elementos mais conservadores que disputavam a governação. Isso tinha sido demonstrado quando foi o membro do governo escolhido para dialogar com a manifestação que se dirigia para o Terreiro do Paço, durante a dissolução do Congresso. *O Mundo* não deixava de o patrocinar, garantindo que ficava a trabalhar no seu gabinete, “até depois das 3 da manhã”, tendo encarregado os chefes de repartição, afectos ao seu ministério, de verificarem “se entre os seus subordinados há quem não seja digno de confiança na República”. *O Mundo* calculava que ainda faltava sanear, “aproximadamente”, 200 professores²⁵⁷. Colocando-se à frente das exigências mais radicais, Domingos Pereira tinha realizado no seu ministério, lembrava a *Capital*, “uma obra de saneamento que até os próprios adversários do gabinete louvam”²⁵⁸. A sua importância política tinha crescido muito rapidamente, ocupando, interinamente, a pasta das Colónias, desde o dia 20 de Março, após a demissão de Carlos da Maia, sendo quase certa a sua presença no próximo ministério²⁵⁹.

Com o intuito de pressionar e influenciar o desenlace do processo político, voltava a ser convocado um “comício monstro²⁶⁰”, nas palavras de José Relvas, para o dia 30 de Março. A *Capital* alertava para a necessidade urgente de um entendimento até à data da sua realização: “Se até lá não estiver organizado governo é possível que as resoluções tomadas na assembleia popular forcem uma solução à crise política que, tão ingloriosamente, se vem arrastando”²⁶¹. Perante a urgência de uma solução, o PRP e os unionistas acabaram por aceitar tacitamente o ultimato de António José de Almeida, anunciando que iriam propor nos próximos congressos uma proposta de dissolução²⁶², viabilizando deste modo a composição ministerial que se preparava.

Na madrugada do dia 30, temendo-se uma insurreição revolucionária saída do comício no Coliseu, Domingos Pereira surgiu numa situação de recurso, à frente de um novo governo. Constituído por cinco membros do PRP, três evolucionistas, dois

²⁵⁷ *O Mundo* não deixava de apontar as grandes prioridades para o governo seguinte. Para além do “saneamento da República, de forma que os republicanos não sejam vezados nem preteridos”, devia fazer um “estudo atento dos problemas económicos de forma a evitar o agravamento da profunda crise que se atravessa”; tomar “resoluções rápidas sobre a questão das subsistências” e fazer a “guerra aos açambarcadores que exercem uma acção tão funesta como os monárquicos”. *O Mundo* 28-03-1919

²⁵⁸ *A Capital* 24-03-1919

²⁵⁹ A Comissão Nacional de Defesa da República fazia questão de sugerir alguns nomes que deviam integrar o governo, entre os quais, António Granjo e Domingos Pereira: “dois vultos de destaque nas fileiras republicanas e que, sempre desde a monarquia, foram republicanos, o que lhes dá garantia de confiança”. Cf. *A Vanguarda* 26-03-1919

²⁶⁰ José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978 vol. II p.181

²⁶¹ *A Capital* 29-03-1919

²⁶² *Diário de Notícias* 30-03-1919

unionistas, um socialista e um independente, *A Opinião* explicava a sua escolha pelo facto de “ninguém” querer “ser presidente, tendo-se todos agarrado ao sr. Domingos Pereira” que “escolheu quem quis, ficando mais uma vez comidos os unionistas e salvos os evolucionistas. De esperar é que os primeiros em breve tenham de sair”²⁶³.

Cunha Leal, um dos participantes do comício, recordará nas suas memórias que o novo governo foi escolhido ao fim de “três dias de trasteios e negociações entre os profissionais duma política de certo modo mexeriqueira”²⁶⁴. José Relvas, por seu lado, era taxativo ao afirmar que os organizadores do comício tinham planeado “desencadear as mais graves perturbações de rua contra um gabinete que não fosse da sua feição e agrado”. Domingos Pereira, “improvisado chefe de Governo à última hora”, com “grande surpresa sua”, tinha destruído “todos os cálculos dos conjurados, que tiveram de transformar o célebre comício da Revolução num apoio constrangido a um gabinete, em que entravam Ramada Curto, Dias da Silva, Júlio Martins e Leonardo Coimbra”²⁶⁵. Domingos Pereira haveria de relatar, no Senado, que aceitara o cargo por lhe terem afirmado que os “destinos da República estavam dependentes” da sua “resolução”, não tendo outro “remédio senão arcar desde logo com essa tremenda responsabilidade”, tendo apenas tempo de formar a “lista definitiva” dos novos ministros numa “meia hora rápida”²⁶⁶. Em Outubro, diante do congresso do PRP, Domingos Pereira voltou a justificar a sua anuência com a ameaça que lhe fizeram de um “governo de subversão, prestes a sair de um banquete do coliseu. A ditadura que este governo propunha fazer era a completa negação da democracia”²⁶⁷.

²⁶³ *A Opinião* 31-03-1919

²⁶⁴ Cunha Leal, *As Minhas Memórias*. Edição do autor, Lisboa, 1967, Vol. II, p. 176

²⁶⁵ José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978 vol. II, pp.199-200

²⁶⁶ *Diário do Senado* 11-06-1919 p.12

²⁶⁷ No congresso, Domingos Pereira fazia a firme menção de que nunca “ambicionou ser ministro, e se o foi, é porque não podia fugir ao dever imperioso que lhe apontavam os directórios de todos os partidos, e do qual não podia afastar-se. Foi tal a sua pertinácia na recusa que até o sr. Fernandes Costa disse para alguém, reportando-se a essa recusa: «Luta como um elefante agrilhado». *O Mundo* 28-10-1919

2-I Governo de Domingos Pereira-1919

Domingos Pereira serviu como uma solução de compromisso, conseguindo integrar no seu governo elementos radicais e moderados. O pouco peso político que ainda detinha serviu também como um elo de consenso, dentro do PRP, onde as várias facções rivais começavam a disputar abertamente a sua liderança.

O novo executivo tentava marcar um corte com o passado. O *Século* chamava-lhe um governo de “jovens”²⁶⁸. A idade e a inexperiência de todos os membros do governo não passavam despercebidas às publicações mais satíricas²⁶⁹. A maioria tinha menos de 40 anos e nenhum deles, com excepção de Domingos Pereira, Jorge Nunes, Júlio Martins e Augusto Dias da Silva, que transitavam do governo precedente, tinham ocupado cargos ministeriais²⁷⁰. Domingos Pereira pôde apresentar-se perante a população, o operariado, como um “político republicano que ainda não estava *queimado*²⁷¹”, recordaria Alexandre Vieira. Por outro lado, dispunha do apoio fundamental do *Mundo* que tentava canalizar os elementos mais radicais em torno do novo governo. *O Mundo*, aliás, fazia questão de vincar que Domingos Pereira tinha conseguido formar governo quando outros “homens de prestígio” não tinham tido “sucesso”: “Álvaro de Castro nada conseguiu, e era o chefe prestigioso do movimento honesto de Santarém. Sá Cardoso obteve o mesmo resultado apesar de ser uma grande alma republicana. O dr. José de Castro não aceitou o encargo. O dr. Júlio Martins desistiu”. Com “um carácter “austero, digno, independente, altivo, capaz de todos os sacrifícios, disposto a todas as energias”, *O Mundo* não poupava elogios ao novo presidente do Ministério garantindo que era “homem para arcar com a situação, arejando-a, tornando a atmosfera política respirável por muitos miasmas que se acumulem no seu gabinete”²⁷².

²⁶⁸ *O Século* 01-04-1919

²⁶⁹ “Ó da guarda que o novo ministério é todo de gente desconhecida! (...) Quem sabe? Talvez que este, exactamente por não ser conhecido, faça alguma coisa! (...) Conhecidos ou por conhecer, eles já fizeram sentir pelas repartições do Estado, que quem não é bom republicano pode tratar de se pôr no olho da rua e não esperar que o ponham. (...) As coisas são o que devem ser, e quem os inimigos poupa, nas mãos lhes morre. Isto é República ou é Monarquia? É República! (...) Dirão que na Monarquia não se fazia assim, que em todas as repartições públicas, em todos os estabelecimentos de ensino, a começar pela Universidade, em toda a parte havia republicanos à farta! Havia! E foi por isso mesmo que a Monarquia se estendeu de vez.” *Os Ridículos* 02-04-1919

²⁷⁰ A. H. de Oliveira Marques, *Estudos sobre Portugal no século XX. Aspectos do Poder Executivo, 1900-1932, O Tempo e o Modo*, Lisboa, 1967, n.º 47-48, p 292

²⁷¹ Alexandre Vieira, *Em volta da minha profissão: Subsídios para a história do movimento operário no Portugal continental*, Lisboa, Edição do autor, 1950, p. 112

²⁷² *O Mundo* 31-03-1919

A *República* destacava a juventude do novo governante, que não o impedia de ser um “velho republicano de firme carácter e rija têmpera. De antes quebrar do que torcer”. Mencionando a sua proveniência partidária, “manda a verdade que se diga que não foi a ambição banal e mesquinha de presidir a um governo que, no momento presente, o levou à alta situação política que ocupa”. Para o órgão evolucionista, tinha sido com “sacrifício e obedecendo a severas imposições de dever, mais que partidário, republicano, que ele se vira colocado à frente do governo”. Não deixava de rematar: “Nisto está todo o seu elogio, mesmo o seu maior elogio. Inteligente, firme e resoluto ele procurará honrar a confiança em que foi investido. Assim lealmente o esperamos”²⁷³. Já a *Batalha*, enunciava “a tropa toda presidida pelo Sr. Dr. Domingos Pereira, a modos que doutor em direito”, garantindo que o novo governo ia “resolver de vez os abarbantes problemas que o termo da guerra suscitou”, que consistia “em deslocar, para substituí-los «por gente da cor», os possuidores actuais dos nichos rendosos”²⁷⁴. Para a *Vanguarda*, Domingos Pereira “é presentemente, o homem do dia: é pau para toda a obra, até para resolver uma intrincadíssima crise ministerial. Ou se celebra, pela altura a que deseja subir ou, então, estatelar-se-á, rebentando como um sapo”²⁷⁵. Os unionistas, que esperavam ver neste governo o embrião de um bipartidismo, em que seriam eles a face conservadora, com a diluição dos evolucionistas, acabaram por integrá-lo a contragosto, numa posição minoritária, explicando em comunicado que a sua entrada devia-se a “circunstâncias impositivas”, tendo deixado de lado “conveniências partidárias”, dando “plena liberdade de acção” para que o governo se organizasse em “harmonia com as exigências do momento”²⁷⁶.

Na sua tomada de posse, Domingos Pereira assumiu o “saneamento da República” como a “principal preocupação” do seu governo: “E porque assim é, faz ali, publicamente, o juramento mais solene de que não hesitará um momento no cumprimento do seu dever de republicano e patriota”. Procurando congregar o apoio das “classes trabalhadoras”, Domingos Pereira afirmava que podiam estar tranquilas: “Sou já um amigo: jamais serei um inimigo! Hei-de governar olhando para cima e por elas. E se não fizer tudo quanto os trabalhadores e eu próprio ambicionamos, farei, com certeza, quanto puder, porque assim servirei a República e garantirei a sua segurança.” Apelava também ao “espírito republicano dos jornalistas que o são”, para que avaliassem o

²⁷³ *República* 01-04-1919

²⁷⁴ *A Batalha* 31-03-1919

²⁷⁵ *A Vanguarda* 31-03-1919

²⁷⁶ *Diário de Notícias* 05-04-1919

governo, apontando-lhe qualquer tipo de erro: “Emendá-lo-ia sem hesitação”, garantia, porque “só a verdade e o que é justo me seduz e, pelo contrário, me horroriza persistir no erro. Não é propriamente benevolência que peço à imprensa; é justiça. Justiça para as minhas intenções e os meus actos”. Ramada Curto, novo ministro das Finanças, resumia a prioridade do novo ministério em “governar com o coração, ainda mais que com inteligência. Temos de nos apoiar no povo, que é republicano. Temos de fazer justiça a quem fundamentalmente a pedir. A lei e a equidade devem ser as nossas supremas inspiradoras.” Os socialistas, através de Ladislau Batalha, davam apoio “incondicional” ao governo para a defesa do República, “ainda mesmo que essa defesa tenha de exercer-se contra os exageros do bolchevismo”²⁷⁷.

Como não podia apresentar o seu programa no parlamento, o novo executivo fez publicar na imprensa um manifesto onde apresentava as principais directrizes governativas: defesa do regime, realização de eleições e a resolução possível dos problemas económicos, enquadrados na expectativa dos resultados da conferência de Paz, em Paris. Nesse sentido, e assumindo a grande importância da assinatura do tratado de paz como modelador de uma nova era, o governo ia antecipar o acto eleitoral, que seria marcado para o dia 11 de Maio “para que, se houver necessidade de rectificar brevemente os preliminares da Paz, o Estado tenha a funcionar todos os seus órgãos”. Em termos de “política interna”, a governação visava “essencialmente a defesa da República”. Embora desejando que a sua obra fosse ditada por um “sentimento de tolerância e até de bondade”, era frisado que, embora não querendo cometer “excessos”, qualquer “motim ou tentativa de rebelião” seria alvo de “implacável repressão usando de todos os meios”. O governo manifestava igualmente a intenção de continuar o saneamento das instituições, embora não “saindo jamais da justa medida de defesa, acarretando orgulhosamente com o odioso que porventura essa missão importe”. No seu manifesto, o executivo assumia não só a incumbência da “punição dos delinquentes”, mas também a “resolução dos problemas sociais e económicos que assoberbam os governantes de todo o mundo”, prometendo cuidar “zelosamente da administração pública”, efectivar as “medidas necessárias para o aproveitamento das riquezas naturais, para o desenvolvimento da produção, para o barateamento das subsistências, para a protecção aos operários e para a assistência às classes mais desfavorecidas”. Para levar a “cabo a sua “tarefa”, era sublinhado que tinha “apenas diante de si alguns dias”,

²⁷⁷ *A Capital* 30-03-1919

apelando para que todos os portugueses “amparem o governo com os seus braços e os seus conselhos para a altíssima obra de avigoramento nacional”²⁷⁸.

Em telegrama de saudação, enviado a Domingos Pereira, Afonso Costa esperava que o governo, “inspirando-se na vontade do povo consiga desembaraçar o Estado republicano de todos os traidores à Pátria e inimigos das instituições”²⁷⁹. Sob a ameaça permanente das bases radicais que tentavam, a tudo o custo, controlar a governação, o saneamento da função pública era uma das maiores preocupações com que Domingos Pereira tinha de lida. *O Século* reconhecia ser “necessária a defesa das instituições”. Porém, tinha de se evitar “violências escusadas, degolação de inocentes e sangueiras, para satisfazer apetites vorazes”. A depuração devia ser “severa e, ao mesmo passo, criteriosa, a fim de que não se diga que a defesa do regime é um pretexto para que se exerçam ódios e vinganças”²⁸⁰. A morosidade e a complexidade dos casos, que aumentavam a cada dia, e a intensa pressão para incrementar os processos, levaram Domingos Pereira, como ministro do Interior, a alterar a legislação do governo anterior “que se tem manifestado insuficiente para levar a efeito, com a necessária eficácia e rapidez, o saneamento da República”. Considerando ser “impossível expurgar o funcionalismo civil e militar de elementos hostis”, usando dos “processos ordinários”, o poder executivo ficava incumbido de apreciar e julgar os suspeitos de cometerem crimes contra a República. O procedimento tornava-se agora muito mais simples, abandonando-se as inquirições previstas no anterior modelo, cabendo ao governo um maior poder a nível judicial. Doravante seria apenas necessário que as autoridades judiciais, civis e militares, ou as chefias dos serviços públicos, enviassem a comunicação dos funcionários que tivessem cometido algum tipo de penalidade previsto na legislação aos respectivos ministros que, se assim o entendessem, suspenderiam os funcionários, podendo estes apresentar a sua defesa com documentos ou depoimentos por escrito. A decisão final caberia de novo ao ministro responsável, havendo possibilidade de recurso para o Conselho de Ministros²⁸¹. Para além do afastamento de

²⁷⁸ *Diário de Notícias* 06-04-1919

²⁷⁹ Filipe Ribeiro de Meneses, *Afonso Costa*, Lisboa, Texto, 2010, p.91

²⁸⁰ *O Século* 01-04-1919

²⁸¹ Decreto nº 5368 *Diário de Governo* I serie nº73 09-04-1919. Segundo Hipólito Raposo, que foi alvo daquilo que denominava de “Lei do Afasta”, este decreto foi responsável pela destituição ou suspensão de “centenas de funcionários civis e oficiais do Exército, por simples denuncia ou suspeição.”cf. Hipólito Raposo, *Folhas do meu cadastro*, Lisboa, Ed. Gama, 1945, pp.83-91

funcionários, tinham de ser organizados os julgamentos, através de tribunais militares especiais, dos indivíduos implicados na tentativa de restauração monárquica²⁸².

Domingos Pereira, em entrevista, afirmava ao *Mundo* o desejo do seu governo de que a “República seja enfim republicana, não só pelas instituições que a cercam, mas também pelos funcionários que a servem”. Garantia, porém, que não se tratava de “perseguição sistemática a monárquicos; trata-se apenas de impedir que monárquicos sistematicamente persigam a República e os republicanos”. Para ele, a instabilidade do regime devia-se à “conspiração sempre latente dos *soi disants* realistas e a desorganização das verdadeiras forças republicanas”. Estava consciente que a ideia de República não era consensual em todo o país: Pelas “circunstâncias” em que a República tinha triunfado em 1910, o “regime não se organizou devidamente, e o espírito democrático em que devia repousar a sua estrutura não penetrou as instituições, não se fundiu com elas”²⁸³.

Prosseguindo o plano reformador delineado por João Chagas²⁸⁴, em 1915, Domingos Pereira encetou uma profunda remodelação da GNR, com o intuito de a transformar numa tropa de elite republicana. Para além de um grande acréscimo de efectivos²⁸⁵, e de aumento considerável de armamento, com armas pesadas, a GNR passaria a dispor de maiores instalações em quartéis estratégicos na cidade de Lisboa²⁸⁶. Na capital do país, a sua capacidade militar seria superior ao do próprio exército²⁸⁷. Com um poder acrescido, a GNR ficava encarregada de reprimir “casos graves de alteração pública, como sejam as revoluções, e no intuito de impedir e jugular prontamente qualquer tentativa de insurreição contrária ao regime republicano vigente”. Para ser-se admitido como oficial, seria necessário que “previamente se inquiria da sua

²⁸² Sobre os julgamentos, cf. Helena Isabel Simões de Carvalho Moreira da Silva, *A monarquia do Norte: a tentativa de restauração monárquica no Porto e a reacção do regime republicano*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001, Vol. I, pp. 110-126; José Luciano Sollari Allegro, *Para a História da Monarquia do Norte*, Amadora, Bertrand, 1988, pp. 274-282

²⁸³ *O Mundo* 12-04-1919

²⁸⁴ Diego Palácios Cerezales, *Portugal à coronhada: protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011, pp.244-249

²⁸⁵ O número de efectivos aumentou, dos 4475 elementos existentes, em 1918, para os 11131, em 1920, atingindo o máximo em 1921, com 14341 militares. Cf. Maria Carrilho, *Forças armadas e mudança política em Portugal no séc. XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 1985, pp.214-215

²⁸⁶ António Pedro Ribeiro dos Santos, *O Estado e a ordem pública: as instituições militares portuguesas*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1999, pp.211-214

²⁸⁷ Luís Salgado de Matos, “República: um “corpo com alma”, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 4, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004, p. 130

fé republicana”, sendo consultadas as “respectivas informações anuais” sobre o seu comportamento político²⁸⁸.

Através do seu grande reforço militar, esperava-se que a Guarda Nacional Republicana não só fizesse frente a novos movimentos subversivos contra o regime, mas também servisse de contrapoder radical a um exército considerado conservador e de pouca confiança. De facto, temia-se que o exército pudesse tentar algum tipo de levantamento, providenciando as autoridades para que os oficiais mobilizados do Corpo Expedicionário Português, quando regressassem ao país, seguissem directamente para aos quartéis da província, actuando como um entrave à contra-revolução²⁸⁹. O exército seria alvo de uma depuração²⁹⁰. Nas suas memórias, o general Gomes de Sousa descreveu a forma como os sargentos organizavam os saneamentos, discutindo publicamente com os oficiais milicianos “a maneira de preencher essas vagas”. Os quartéis estavam “franqueados ao público”. Ali “entravam os políticos nos primeiros dias a apresentarem os seus pedidos, não se esquecendo nunca de declinarem a sua qualidade de bons republicanos, acrescentando depois em voz mais baixa: (e democrático), julgando assim que tratariam com um bom correligionário”. O próprio general foi objecto de uma sindicância²⁹¹. Os “grupos de defensores da República” voltavam a controlar a vida militar dentro dos quartéis, recordaria por sua vez o general Ilharco, que tinha de lidar com as milícias que lhe ofereciam “serviços” e apresentavam relações de “pessoas, militares e civis, que deviam ser suspeitas ao regime”²⁹².

As restantes forças policiais também sofreram várias alterações na sua orgânica. A 7 de Abril, a Polícia Preventiva foi transformado em Polícia de Segurança do Estado (PSE). Tal como a força policial precedente, ficava subordinada ao ministério do Interior, através da Direcção Geral de Segurança, contendo basicamente as mesmas competências, sendo apenas expurgadas as anteriores chefias. A nova polícia detinha as mesmas atribuições na vigilância e prevenção de crimes políticos e sociais, podendo deter suspeitos e organizar cadastros de todas as agremiações políticas ou sociais e respectivos membros. Com a obrigação de apresentar relatórios diários sobre tudo o que pudesse alterar a ordem pública e a segurança do Estado, o seu director podia contratar

²⁸⁸ Decreto n.º 5568, inserto em Suplemento ao Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919,

²⁸⁹ José Medeiros Ferreira, *O comportamento político dos militares: Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Estampa, 1992, p. 85

²⁹⁰ António José Telo, *Primeira República II Como cai um regime*, Barcarena, Presença, 2010, p.222

²⁹¹ Gomes de Sousa, *Meio século de vida militar: 1888-1938*, Coimbra, Coimbra Ed. 1938, pp.138-144

²⁹² A. Ilharco, *Memórias: alguns apontamentos sobre a influência da política no exército*, Porto, Chardron, 1926, p.95

auxiliares e vigilantes temporários que ajudassem o corpo reduzido de agentes adstritos a essa polícia nas suas investigações²⁹³. Deste modo, a nova força policial integrou e institucionalizou muitos dos revolucionários civis, radicalizando bastante a sua actividade. A sua importância fez-se logo notar, quando, passados poucos dias após a sua criação, a PSE viu aumentada a sua verba orçamental, estando o seu director autorizado a exceder os duodécimos orçamentais²⁹⁴. O próprio ministério do Interior tinha aberto um crédito especial de 2.000\$ para reforçar a dotação destinada a “investigações e inquéritos”²⁹⁵. A PSE tinha assim uma acção vincada, não só para combater os movimentos monárquicos, mas, também, para controlar e espionar o movimento operário que fazia sentir a sua actividade de uma forma crescente²⁹⁶.

2.1 A Questão Social

O ano de 1919 foi marcado por uma intensa contestação social. Por toda a Europa, após o final da I Guerra, surgiram movimentos que reivindicavam melhores condições de vida, maior redistribuição dos bens e da riqueza e um papel mais interventivo dos governos na protecção dos trabalhadores e dos mais carenciados. Influenciados pela experiência soviética, as revoltas alastraram no continente, com especial impacto na Alemanha e na Hungria, alarmando os governantes europeus. Em Portugal, o primeiro número do jornal *A Batalha*, fez ênfase dessa aspiração, no mundo operário, que “se convulsiona na ânsia, bem legítima, de diminuir o predomínio da classe rica conquistando-lhe uma parcela das regalias até agora usurpadas”. Esta “subgente” estava consciente do seu esforço, “sabendo de antemão que trabalhar por essas ideias é embrenhar-se em lutas gigantes, rudes, ingentes”²⁹⁷. Para fazer frente a este movimento, visto como potenciador de insurreições bolchevistas²⁹⁸, o novo planeamento estratégico seguido pelos executivos no pós-guerra, depois da intensa

²⁹³ Maria da Conceição Ribeiro, *A polícia política no Estado Novo: 1926-1945*, Lisboa, Estampa, 1995, pp. 38-42

²⁹⁴ Decreto nº 5380 *Diário de Governo* I serie nº76 12-04-1919

²⁹⁵ Decreto nº 5390 *Diário de Governo* I serie nº77 14-04-1919

²⁹⁶ António José Telo, *Primeira República II Como cai um regime*, Barcarena, Presença, 2010, p.222

²⁹⁷ *A Batalha* 23-02-1919

²⁹⁸ Como explicava o *Mundo*: durante “séculos foi contida a reclamação dos eternos servos das glebas com vários nomes e modificações de regime. Mas a continuidade do sofrimento, longe de criar o hábito, despertou a revolta. E se não forem ao encontro das justas reivindicações, a inércia ou a recusa por parte dos dirigentes tornarão mais acesas as cóleras, e os braços vigorosos que pediram, armar-se hão em revolta desordenada, os cérebros dos pensadores criarão as ideias extremas que aniquilarão, por certo, as organizações existentes, criando o caos, como na Rússia, em que um pequeno número oprime e explora as grandes massas. É um tiranismo vermelho sucedendo ao tiranismo branco”. *O Mundo* 27-03-1919

repressão exercida sobre o operariado, em 1917, seria enveredar por uma política de cedências, pondo um membro do Partido Socialista à frente do ministério do Trabalho. Deste modo, ambicionavam canalizar e institucionalizar as aspirações proletárias para um pequeno partido, que esperavam controlar, desarmando a força dos sindicatos, predominantemente anarquistas e apolíticos²⁹⁹. Álvaro de Castro, em declarações ao jornal *Vitória*, pugnava pela “conciliação” e “entendimento” com as forças à esquerda do PRP, frisando mesmo que o regime deveria encetar uma “orientação socialista³⁰⁰”. A relação, porém, continuava a ser de mútua desconfiança. Se o operariado tinha contribuído de forma decisiva para vencer os “reaccionários³⁰¹”, durante a insurreição monárquica no Monsanto, a *Batalha*, não deixava de lembrar que o país voltava a ser “feudo de um partido – precisamente daquele partido que foi, pelo povo, derrubado revolucionariamente em 5 de Dezembro³⁰²” de 1917.

O Mundo, querendo capitalizar o apoio operário, lançava-se na vanguarda das suas reivindicações: “A questão social é hoje a importante”, garantia. “Não é possível com paliativos retardar o dia da justiça. Nem a esmola. Nem a fraude. Frente a frente, havemos de olhar o problema”. “Não só a justiça, mas a ordem social, também, exigem que repartamos com mais equidade as riquezas, que os ricos se contentem com menos e que os explorados de sempre possam enfim achar um pouco de bem-estar na vida.” Agoniza o “regime capitalista”, afiançava o *Mundo*, o “regime do desmascarado privilégio, à custa dos países vergados sempre ao trabalho”³⁰³.

Mais contido, o chefe do governo declarava que o “problema social, em breve será para nós, como para toda a terra, o mais instante”, reconhecia em entrevista. Domingos Pereira apelava para que todos os republicanos se unissem, constituindo uma “unidade de frente”. Só assim, afirmava, “vencerão sem recorrer a violências extremas, só assim poderão ser generosos, sem ser imprevidentes, só assim, indo ao encontro das justas reivindicações do proletariado, conseguirão evitar que pela desordem permanente, venhamos a dar ao mundo a ideia de um povo de convulsionários”³⁰⁴.

²⁹⁹ António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, vol. I, pp.146-147; Fernando Medeiros, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, p.160

³⁰⁰ *A Vitória* 14-04-1919; Olga Maria Vasco Xavier, *Álvaro Xavier de Castro: esperanças e fracasso de um republicano demo-liberal: 1878-1928*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990 Vol.1, pp.50, 72

³⁰¹ Alexandre Vieira, *Para a história do sindicalismo em Portugal*, Lisboa, Seara Nova, 1974, pp.139-140

³⁰² *A Batalha* 20-03-1919

³⁰³ *O Mundo* 13-04-1919

³⁰⁴ *O Mundo* 12-04-1919,

O primeiro governo de Domingos Pereira destacou-se por uma intensa legislação social, sobressaindo a delimitação do horário máximo de trabalho e a criação dos seguros sociais obrigatórios em casos de doença (Decreto n.º 5636); desastres no trabalho (Decreto n.º 5637); invalidez, velhice e sobrevivência (Decreto n.º 5638). Foram organizadas as bolsas sociais de trabalho (Decreto n.º 5639) e fundado o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral (Decreto n.º 5640)³⁰⁵. Este amplo conjunto legislativo, publicado sobretudo nos sucessivos suplementos de 10 de Maio de 1919³⁰⁶, preconizou as bases para a edificação de um Estado-Providência que assumisse um papel mais interventivo na protecção dos trabalhadores, dos mais desfavorecidos, mulheres e crianças e desempregados³⁰⁷.

A ampla reforma social assentava, porém, num frágil equilíbrio, procurando-se atender, ao mesmo tempo, os interesses dos trabalhadores e das classes patronais. O governo fazia questão de comunicar que, no “intuito de encontrar uma solução para os conflitos pendentes entre operários e patrões, tem ouvido vários representantes da classe operária e patronal”. O industrial Alfredo da Silva, por exemplo, chegou a participar em reuniões do Conselho de Ministros onde foram discutidas várias “reclamações operárias”, como o “salário mínimo” e o “horário de trabalho”³⁰⁸. A CUF era um dos locais de maior tensão e conflitualidade laboral. Alfredo da Silva não transigia facilmente com as reivindicações operárias. Em Abril, devido a diversas tentativas de ser formada uma Associação de Classe, vários trabalhadores foram despedidos da fábrica do Barreiro, sob o pretexto de falta de trabalho. Este conflito deu origem a uma greve de solidariedade nas fábricas da empresa, até que todos os operários fossem readmitidos, sendo igualmente reivindicados aumentos nos vencimentos e a regularização do horário de trabalho³⁰⁹. Perante a tensão crescente, Domingos Pereira acabou por intervir, negociando com ambas as partes. Como referia o *Século*, tanto a direcção da empresa como os trabalhadores tinham entregado nas “mãos do sr. Presidente do Ministério a solução do conflito”, acabando por aceitar a sua proposta: a

³⁰⁵ David Oliveira Ricardo Pereira, *As Políticas Sociais em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, FCSH, 2012 pp.320-344

³⁰⁶ Maria Alice Samara, “A Legislação de Maio de 1919” in *Sub Judice. Justiça e Sociedade*, 27 – *Trabalho: Novos Problemas, Novo Direito*, Janeiro/ Março 2004, p.137-141.

³⁰⁷ Miriam Halpern Pereira, “As origens do Estado-Providência em Portugal: as novas fronteiras entre o público e o privado”. In: Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (Coordenadores), *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, pp.47-76

³⁰⁸ *O Século* 23,24-04-1919, *Diário de Notícias* 23-04-1919.

³⁰⁹ Vanessa de Almeida, *Um discurso escondido: Alfredo da Silva e as greves na CUF durante a Primeira República 1910-1919*, Lisboa, Bizâncio, 2009, pp.91-96

empresa readmitia os operários despedidos, abdicando estes das reivindicações relativas aos salários e ao horário de trabalho, levando ao fim da paralisação³¹⁰.

Em termos económicos, a política imediata do governo tentava obstar aos graves problemas que se faziam sentir. A carestia, a desvalorização da moeda, os baixos salários, a crise das subsistências, as dificuldades crescentes no abastecimento das populações, acutiladas por surtos epidémicos, faziam agravar de forma considerável o nível de vida³¹¹. De Portalegre e Lisboa chegavam relatos pormenorizados, pelas autoridades locais, ao gabinete do ministro do Interior, dando conta da escassez de trigo, falta de pão e do aumento de preço do peixe, factores que faziam aumentar substancialmente o descontentamento das classes populares³¹². A resposta governativa passou por liberalizar de forma progressiva o comércio, através do estabelecimento de preços máximos em vez de preços fixos. Entre outras medidas, foi concedida a livre importação de azeite estrangeiro com acidez não superior a cinco graus e procedeu-se à reforma dos preços das carnes. Como forma de impedir açambarcamentos, estabeleceu-se o rateio das ramas de açúcar branco colonial³¹³. Para combater o desemprego de forma urgente, foram canalizados fundos especiais para obras públicas, através do Ministério do Trabalho³¹⁴. Nesse âmbito, foram também aprovados vários projectos de construção de bairros operários em Lisboa³¹⁵. Com o objectivo de obter recursos rapidamente, “atendendo às necessidades inadiáveis do Tesouro Público”, o governo, querendo incidir os impostos no emprego de riquezas que menos representam as satisfações imprescindíveis da vida” lançou tributações sobre vários artigos de luxo. Por acção de António Granjo, ministro da Justiça, publicava-se um decreto codificador de “toda a legislação referente ao arrendamento de prédios rústicos e urbanos”, estabelecendo, a título permanente, a proibição da elevação das rendas e a liberdade de sublocação aos inquilinos³¹⁶.

³¹⁰ *O Século* 14-04-1919

³¹¹ António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa Lisboa*, A Regra do Jogo, 1980, vol.I

³¹² Ana Paula Pires, *Portugal e a I Guerra Mundial: a República e a economia de guerra*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011, p.357

³¹³ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense editora, 1954, p.239

³¹⁴ David Oliveira Ricardo Pereira, *As Políticas Sociais em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, FCSH-UNL, 2012, p. 356; Ana Paula Pires, *Portugal e a I Guerra Mundial: a República e a economia de guerra*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011, p.358

³¹⁵ Ana Catarina Pinto, *A Primeira República e os conflitos da modernidade (1919-1926): a Esquerda Republicana e o Bloco Radical*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011, pp-79-80

³¹⁶ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense editora, 1954, pp.240-241; H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Portugal da Monarquia para a República*, “*Nova História de Portugal*”, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. 11, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p.63

Para o governo, a grande esperança de uma efectiva regeneração nacional relacionava-se directamente com o resultado da Conferência de Paz em Paris³¹⁷. Com a substituição ocorrida na delegação portuguesa, esperava-se que Afonso Costa, um dos maiores impulsionadores do envolvimento na I Guerra Mundial, abrisse como que uma nova frente de combate, a nível diplomático, com amplas vantagens para Portugal³¹⁸. Domingos Pereira fazia questão de enfatizar isso, salientando, em entrevista que, em “Paris, nesta hora se está decidindo o nosso futuro: o império colonial, o desenvolvimento económico estão profundamente ligados às decisões do congresso. É uma questão de vida ou de morte”³¹⁹. As principais ambições portuguesas prendiam-se com o não pagamento das dívidas de guerra, contraídas pelo país, e o direito às reparações e indemnizações de guerra por parte da Alemanha. Por outro lado, esperava-se obter do antigo inimigo o reequipamento militar do Exército, Armada e da Aeronáutica Militar³²⁰. A 6 de Abril, o governo recordava, num telegrama remetido a Afonso Costa, o empenho para que as negociações com vista ao reequipamento da frota portuguesa, às custas da Alemanha, fossem bem-sucedidas³²¹.

A luta por melhores condições de vida começava a dar frutos, registando-se algumas vitórias parciais³²². A 20 de Abril, *O Combate*, órgão socialista, anunciava, em primeira mão, que tinha sido aprovada, em Conselho de Ministros, uma proposta do ministro do Trabalho em que seria estabelecido o “dia normal de trabalho em 8 horas de duração”, acrescentando que esse decreto iria entrar em vigor no dia 1 de Maio, “que será considerado feriado nacional”³²³. Para a *Batalha*, essa lei significava uma “velha aspiração proletária”, tão “longamente e tão persistentemente defendida,” que os governantes não tinham tido outro “remédio” senão reconhecer-lhe a “justiça”. Não deixava, porém, de ser céptica em relação à sua real efectividade, pois entre a publicação de um decreto e a sua execução vai um “abismo. Um abismo que só a acção

³¹⁷ José Medeiros Ferreira, *Portugal na Conferência da Paz. Paris, 1919*, Quetzal Editores, Lisboa, 1992

³¹⁸ Filipe Ribeiro de Meneses, *Afonso Costa*, Lisboa, Texto, 2010, pp.77-136

³¹⁹ *O Mundo* 12-04-1919

³²⁰ Nuno Severiano Teixeira, “Portugal e a Grande Guerra”, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 4, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004, p. 34

³²¹ Filipe Ribeiro de Meneses, *Afonso Costa*, Lisboa, Texto, 2010, p.99

³²² Os corticeiros, por exemplo, reivindicavam aumentos salariais de 50%, enquanto o patronato apenas estava disposto a aumentar 30%. No entanto, depois de uma paralisação de 10 dias, os corticeiros conseguiram um aumento de salário na ordem dos 40% e a aplicação da jornada de 8 horas de trabalho. Cf. Fernando Medeiros, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, pp.164,172

³²³ *O Combate* 20-04-1919

operária poderá transpor”³²⁴. A *Capital* defendia que essas medidas reformistas representavam a “prova de simpatia” com que a República encarava as “reclamações legítimas e ponderadas” dos trabalhadores. Não a “assustavam”, pelo contrário, significavam apenas a necessidade de “converter em realidades todas as antigas promessas da propaganda”³²⁵.

Esta política de cedências espoletou um intenso movimento de reivindicações sociais. No final de Abril, a greve dos serviços camarários de Lisboa era quase total, fazendo-se sentir, especialmente, no serviço de bombeiros, nos matadouros, na limpeza da cidade e na inumação de cadáveres nos cemitérios. A greve dos trabalhadores da Companhia da Carris e da Companhia das Águas deixava a capital do país sem transportes e sem abastecimento de água³²⁶. A estas paralisações juntavam-se também os corticeiros, estofadores, decoradores, metalúrgicos, cesteiros, alfaiates e os trabalhadores da moagem³²⁷. O movimento grevista, que começava a alastrar a outras cidades, parecia transformar as contínuas paralisações parciais numa greve nacional³²⁸.

A forte contestação social não era alheia à celebração do dia do Trabalhador, aguardada com grande expectativa. Como afirmava *A Comuna*, novo periódico socialista, face ao “agitar das classes proletárias”, as próximas comemorações significavam a antevisão de uma “próxima felicidade colectiva com o estabelecimento da República social em transição para o Socialismo”³²⁹. Nesse período crucial, o chefe do governo, encontrava-se bastante debilitado, devido a uma forte gripe, chegando a ser substituído, interinamente, pelo ministro da Guerra, que ocupou a pasta do Interior entre 20 a 30 de Abril. O *Mundo* não se cansava de promover Domingos Pereira como “um republicano que fez a propaganda das suas ideias entre o povo. Tem afirmações, promessas. Entre ele e o povo existe um pacto. Não faltou a ele”, garantindo *O Mundo* que os conflitos tinham sido resolvidos com “justiça imparcial”; os desejos do povo foram “sucessivamente satisfeitos” e mesmo quando as “circunstâncias” não permitiam a imediata realização dos “planos”, era lançada a “semente, que futricará em breve”³³⁰.

³²⁴ *A Batalha* 23-04-1919

³²⁵ *A Capital* 24-04-1919

³²⁶ Fernando Medeiros, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, p.161

³²⁷ João Bonifácio Serra, *Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente in Portugal contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p.71

³²⁸ António José Telo, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, A Regra do Jogo Lisboa, 1980 vol. I, p. 149

³²⁹ *A Comuna* 30-04-1919

³³⁰ *O Mundo* 23-04-1919

Ao mesmo tempo que as greves se intensificavam, no final do mês, registaram-se movimentações sidonistas e monárquicas³³¹. Em alguns quartéis de Lisboa ocorreram tentativas de insubordinação, rapidamente debeladas pelo governo que, ordenando rusgas, e pondo o exército de prevenção, efectuou bastantes detenções³³². Segundo o *Mundo*, os conspiradores tencionavam lançar bombas junto da UON e de outros centros sindicalistas, atribuindo o lançamento a “republicanos”, pretendendo arrastar consigo a “classe operária”. Para além de serem soltos “prisioneiros monárquicos”, estavam ainda previstos assaltos a ministérios, em que se realizaria uma “verdadeira chacina”³³³. Procurando acalmar o operariado, Domingos Pereira, em declarações à *Capital*, garantia que o governo não confundia “movimentos de carácter político”, em que seria “absolutamente intransigente”, com os de “revindicações sociais”, esperando, portanto, que o dia do Trabalhador fosse de “sossego e ordem completa, dando assim mais força” às suas “aspirações”³³⁴.

O dia 1 de Maio decorreu de forma pacífica, sendo marcado por vários comícios e desfiles de organizações sindicais com a participação de milhares de trabalhadores³³⁵. Nesse dia, o *Mundo* também se considerava como pertencente à classe operária: “Quem é ela? Somos todos nós, os que trabalhamos; todos nós que prosseguimos a estrada do Futuro; todos nós os que combatemos pela liberdade da justiça, arriscando tudo a essa causa sagrada, com a serenidade de quem deita fora a ponta de um cigarro”³³⁶.

A situação alterou-se completamente, no dia 2, quando um grande incêndio deflagrou na ala oriental do Terreiro do Paço, destruindo completamente os armazéns das Encomendas Postais, afectando, ainda, várias dependências dos edifícios dos ministérios aí instalados. O combate às chamas foi dificultado pela falta de água, resultante das paralisações dos trabalhadores da Companhia das Águas e dos bombeiros

³³¹ Miguel António Dias Santos, *Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009, pp.523-524

³³² *Diário de Notícias* 30-04-1919; *A Época* 30-04-1919

³³³ *O Mundo* 29-04-1919

³³⁴ *A Capital* 29-04-1919

³³⁵ A UON, numa moção que queria apresentar ao Presidente do Ministério, assumia que não abdicava do programa de “realizações económicas e sociais que a organização sindical se propõe levar a efeito quando a transformação que se está operando na Europa lhe entregar a gerência da produção e a administração dos demais interesses colectivos”. Pediam ao governo um conjunto de medidas tendentes à “gradual e progressiva socialização da terra e da indústria”, de modo a aumentar a produção nacional, atendendo sempre aos interesses dos produtores e consumidores, combatendo os “criminosos manejos do comércio açambarcador”. Os dirigentes sindicais incitavam igualmente todo o proletariado a fiscalizar e a reclamar a generalização do horário de trabalho de 8 horas; o regresso de todos os operários deportados em África por “questões sociais”. Por fim saudavam os “trabalhadores do mundo”, afirmando a sua “simpatia pelos princípios iminentemente socialistas que a revolução do Oriente está efectuando”. *A Batalha* 02-05-1919

³³⁶ *O Mundo* 01-05-1919

municipais. Para além disso, os actos de sabotagem efectuados nas mangueiras e nas condutas de água, os roubos e assaltos ocorridos na mesma altura, faziam indicar um ataque programado³³⁷. No dia seguinte, surgia outro incêndio, com igual intensidade, na cadeia do Limoeiro, onde se encontravam bastantes prisioneiros políticos³³⁸. Em resposta, o governo, através do ministro da Guerra, determinou a detenção de dezenas de operários, por suspeitas de envolvimento nos incêndios; efectuou a requisição dos bombeiros grevistas, ao mesmo tempo que ordenava a ocupação das instalações da Companhia das Águas por parte do exército, a fim de serem evitados novos actos de sabotagem³³⁹.

Reunido de urgência, o Conselho de Ministros emitiu um comunicado onde frisava a sua “firme convicção” em recorrer a todos os meios, “ainda os mais extremos”, para evitar mais crimes “contra a propriedade, a vida humana, e a segurança do Estado”. O governo justificava a acção repressiva, com a apreensão de manifestos, distribuídos pela cidade, que apelavam à “revolução social” e ao “incitamento de incêndios em edifícios públicos”, sendo “certo” que no ataque aos incêndios a “canalização e as mangueiras” tinham sido cortadas, “estando presos alguns dos criminosos”. O governo mencionava ainda os “gravíssimos actos de sabotagem”, ocorridos na Companhia das Águas, com a abertura de torneiras, tentativas de esvaziamento de tanques e desvio de canais, assim como as ocorrências nos serviços camarários, como o roubo de ferramentas e a inutilização de carroças, o que dificultava os serviços de limpeza e a inumação de cadáveres nos cemitérios. Ao concluir o comunicado, o governo tinha de “reconhecer com mágoa, que uma parte do operariado parece disposta a favorecer as tentativas reaccionárias, servindo de instrumento a escuras especulações políticas”³⁴⁰.

As “lutas violentas só servem para lançar o desânimo nos espíritos”, lamentava *O Mundo*³⁴¹. A poucos dias das eleições, alguns órgãos mais conservadores, como o *Jornal do Comércio*, mencionavam que, se os conflitos não se resolvessem de uma “maneira rápida e satisfatória, o governo anuncia que se demitirá. Suceder-lhe-á um governo militar, que suspenderá as garantias constitucionais até ao completo

³³⁷ *A Capital* 02-05-1919

³³⁸ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense editora, 1954pp-237-239

³³⁹ Fernando Medeiros, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, pp.166-167

³⁴⁰ Fernando Medeiros, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A, Regra do Jogo, 1978, pp.167-168

³⁴¹ *O Mundo* 03-05-1919.

restabelecimento da ordem”³⁴². Temendo perder o controlo da situação, *O Mundo* afirmava ser “necessário que a classe operária dê ao governo a mesma solidariedade que este lhe tem dado para a obra comum de libertação económica, que complete a da libertação das consciências, que a República conseguiu”³⁴³.

A forte repressão efectuada conduziu, no entanto à demissão do ministro do Trabalho, a 3 de Maio. O *Combate* declarava que o ministro estava ao lado do governo para reprimir “actos indignos”, mas não pactuava com “perseguições ao operariado”, acusando o ministro da Guerra de prender operários sem motivo justificado³⁴⁴. Em carta dirigida ao chefe do governo, Augusto Dias da Silva afastava qualquer interferência das organizações operárias nos incêndios ocorridos, referindo que os sinistros tinham sido determinados por uma “especulação política de monárquicos, dezembristas, sidonistas, etc.” O ex-ministro podia concordar com a repressão de actos criminosos, “mas sem confundir os seus autores com os operários”. O Governo devia manter a neutralidade ente o “Capital e o Trabalho”, representando todos os actos de força uma “provocação à classe operária”, não deixando de realçar a “solidariedade” que tinha recebido de Domingos Pereira face às suas “propostas tendentes à consolidação da República tornando-a progressiva”³⁴⁵.

Para o chefe do governo, como este relataria em Junho, no parlamento, o verdadeiro motivo para a demissão do ministro do Trabalho tinha sido a sua confessada “incompetência e incapacidade absolutas” em conseguir que os “organismos orientadores e dirigentes da classe operária” controlassem os seus membros, fazendo-os entrar num caminho “justo e razoável”. Segundo Domingos Pereira, Augusto Dias da Silva tinha sido mandatado, pelo Conselho de Ministros, para se dirigir ao Concelho Central do Partido Socialista, à União Operária Nacional e à União dos Sindicatos, para lhes “dizer que não tendo o Governo manifestado outro sentimento que não fosse o de simpatia, afirmativo da disposição de favorecer as classes trabalhadoras, desde que fossem ordeiras, não se compreendia a sua atitude”. O ministro socialista tinha regressado ao Conselho de Ministros sem conseguir que aqueles organismos fossem capazes de “meter na ordem e bom caminho as classes operárias de Lisboa”,

³⁴² *Jornal do Comércio* 04-05-1919 citado in Fernando Medeiros, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, p.168

³⁴³ *O Mundo* 04-05-1919

³⁴⁴ *O Combate* 04-05-1919

³⁴⁵ *O Século* 03-05-1919

considerando que desse modo não tinha condições para continuar em funções³⁴⁶. António Maria Baptista lembrava também que o governo tinha seguido uma “política a favor dos operários e só se afastou dela” quando o ex-ministro do Trabalho alegou que “não se responsabilizava pelos excessos que praticassem certos elementos operários”, declarando-se “impotente para os conter”³⁴⁷.

Após a demissão do ministro socialista, a sua pasta foi ocupada, interinamente, por Jorge Nunes, unionista e ministro da Agricultura que continuou a fomentar a intensa legislação social que ia sendo decretada. Na sua tomada de posse, o novo ministro declarou que procurava atender aos “interesses legítimos dos patrões e operários”, não se “inclinando nem para um lado nem para outro”³⁴⁸. Sem a intermediação do ministro socialista, o ministro da Guerra, dada a intensificação das acções grevistas, assumiu, com o ministro do Interior, um papel de maior relevo na mediação das negociações entre os operários e patrões. O ministro da Guerra não se coibia de ordenar ao exército que ocupasse as principais empresas e auxiliasse a condução de eléctricos, a inumação de cadáveres, a limpeza das ruas, entre outros serviços, sendo a sua acção vista com bastante benevolência pelas classes mais conservadoras³⁴⁹. Em Julho, já depois de abandonar a presidência do ministério, Domingos Pereira haveria de recordar que esses “curtos meses” tinham sido dos mais “difíceis que a República tem atravessado. As greves sucederam-se desde a primeira hora. O Governo não teve um momento de tranquilidade”. Os conflitos de ordem pública com que tinha de lidar estavam “entrelaçados uns nos outros, quase sem o Governo ter tempo nem possibilidade de fixar uma suficiente atenção sobre um só desses problemas”, obrigando-o a “apreciá-los quase no mesmo momento, quase em conjunto”³⁵⁰.

Perante o conflito crescente, que poderia assumir “um extremo estado de agudez”, a *Capital*, segundo informações recolhidas no ministério do Interior, afirmava que o governo se encontrava na “impossibilidade material de satisfazer a totalidade das reclamações”, acusando os trabalhadores de não terem uma “oportuna moderação, compatível com as forças do Tesouro e os orçamentos das Indústrias”. O único “remédio” seria uma “transigência equilibradora”³⁵¹. “Pode-se pedir até um certo limite”, continuava, no dia seguinte o mesmo vespertino, “além dele, toda a elasticidade

³⁴⁶ *Diário da Câmara dos Deputados* 20-06-1919 p.6

³⁴⁷ *Diário da Câmara dos Deputados* 25-06-1919, p.10

³⁴⁸ *A Luta* 04-05-1919

³⁴⁹ Cf. *A Capital* e *A Época* de 03 a 10 de Maio de 1919

³⁵⁰ *Diário da Câmara dos Deputados* 07-07-1919, pp.43-44

³⁵¹ *A Capital* 02-05-1919

acaba por desaparecer”³⁵². *O Mundo* também assegurava que algumas exigências “são por tal forma graves que o Estado não tem meio possível de as satisfazer sem lançar mais contribuições”³⁵³. Depois do conflito bélico que tinha assolado as nações europeias, explicava o *Mundo*, o povo desejava “conhecer direitos insofismáveis, empregando nesse desejo todo o seu esforço, tão nevroticamente que chega a atingir a epilepsia”. Julgava, “porventura”, que as “transformações se realizam abruptamente, em nomes de vagos sonhos de uma sonhada justiça. É o engano”³⁵⁴.

Fazendo questão de repelir qualquer “solidariedade moral com os autores de semelhantes atentados”, *A Batalha* assegurava que a sucessão de incêndios se deviam aos conservadores que “impotentes para derrubar o governo por meio de um acto revolucionário”, procuravam lançar mão de todas as armas para “indisporem o governo com as classes trabalhadoras”. Ao operariado aconselhavam “calma e serenidade, convictos de que o governo não cairá no laço que os reaccionários lhe estão armando”³⁵⁵. *A Batalha* tomou até a iniciativa de entrevistar o chefe do governo. Evitando pronunciar-se sobre a culpabilidade dos operários nos incêndios ocorridos, por estarem em curso as investigações policiais, Domingos Pereira referia que as “medidas tendentes à manutenção da ordem pública são da responsabilidade de todo o ministério”, não desejando o governo “perseguir os trabalhadores”. Ele próprio, no exercício do seu cargo, procurava fazer o “possível em relação ao operariado e às violências” de que tinha tido conhecimento, tinha dado “imediate reparação”. O chefe do governo não acreditava “de resto, que a grande maioria do proletariado secunde as manobras reaccionárias”. Ao concluir a entrevista, os redactores da *Batalha* não deixavam de assinalar a “situação em que ficou o mundo após a guerra, que claramente deixa antever uma breve e radical transformação das sociedades. E o sr. Domingos Pereira, concordando em que esse facto se virá a dar, em que a humanidade será completamente remodelada, diz que a República deve continuar a ser progressiva, pois Portugal tem de continuar essa evolução. Ele não é um espírito retrógrado. Pelo

³⁵² *A Capital* 03-05-1919

³⁵³ *O Mundo* 03-05-1919.

³⁵⁴ *O Mundo* 05-05-1919

³⁵⁵ *A Batalha* 04-05-1919 Fernando Sousa, como que defendendo-se destas acusações na *Época*, não deixava de condenar estes “Crimes Satânicos”, considerando que a “sabotagem é um crime; o incêndio é um crime”, mas também não deixava de lembrar que “crime é também a greve que paralisa a vida nacional”. Cf. *A Época* 05-05-1919

contrário, considera-se um avançado, recebendo bem as transformações sociais de que resulte um benefício evidente³⁵⁶.

2.2-Os decretos de 10 de Maio / Eleições de 11 de Maio 1919

Em 1919, para além de legitimarem o regresso do PRP ao poder, as eleições legislativas careciam de grande urgência, pois esperava-se para muito breve a assinatura do tratado de paz, formulado na conferência internacional, sendo necessária a sua rectificação parlamentar.

Até à realização de um novo sufrágio, a base legitimadora do governo continuava a ser, em grande medida, a lei n.º 373, de 2 de Setembro de 1915, que se mantinha em vigor, e que conferia ao Poder Executivo as “faculdades necessárias para, na actual conjuntura, garantir a ordem no país e salvaguardar os interesses nacionais, bem como para ocorrer a quaisquer emergências extraordinárias de carácter económico e financeiro”. O governo ficava obrigado a “dar conta ao Congresso, na sua primeira reunião, do uso que tiver feito dessas faculdades”: “Todos os governos se têm servido dela”, confirmaria Domingos Pereira em entrevista, já em 1920: “É que essa lei está em vigor. Não foi revogada. Logo pode ser aplicada quando as circunstâncias o indicarem e as necessidades constantes e urgentes assim o exigirem. E só o governo é juiz dessa oportunidade”³⁵⁷. Esse limbo constitucional, que unia o poder executivo ao poder legislativo, permitia encetar um intenso labor legislativo sem o necessário crivo parlamentar, até à realização de eleições

Tal como em 1910, após a implantação do novo regime, a questão colocava-se sobre se seria mais conveniente uma rápida legitimação e constitucionalização da República, através de eleições, ou, pelo contrário, aproveitar o momento de excepção, para, de forma ditatorial, transformar revolucionariamente a sociedade³⁵⁸. Como questionaria Nóbrega Quintal: Se “não funcionava o Parlamento, se o Governo era do povo porque não conceder a esse Governo todos os poderes para proceder a bem da República”. Segundo este deputado, o executivo de Domingos Pereira tinha sido “para todos os republicanos uma esperança, porque tinha uma ponta de jacobinismo, no

³⁵⁶ *A Batalha* 11-05-1919

³⁵⁷ *A Capital* 15-03-1920

³⁵⁸ Luís Farinha, “O regime republicano e a Constituição de 1911. Entre a “Ditadura do Legislativo” e a “governação em ditadura”: um equilíbrio difícil”, *Historia Constitucional*, n. 13, 2012, pp. 597-609

sentido honesto da palavra, porque tinha mocidade, porque tinha uma acentuada cor vermelha, porque se organizara em condições especiais para salvar a República”³⁵⁹.

Para o sector mais radical que tentava tutelar e condicionar a acção governativa, a total republicanização do Estado, com o conseqüente saneamento de todas as instituições, o julgamento revolucionário dos monárquicos; a depuração do exército e a preferência de ingresso na função pública aos revolucionários civis seria bastante prejudicada se se seguisse o regular funcionamento das instituições. Já em 1915, depois da revolução de 14 de Maio, o governo e o parlamento tinham sofrido sérias críticas por não terem facilitado a republicanização radical do sistema, que seria porventura mais fácil de implementar, num regime excepcional, através de uma ditadura revolucionária. Sá Cardoso, sucessor de Domingos Pereira na chefia do governo, fez menção disso ao reconhecer no parlamento que, se quisessem conservar dentro das normas constitucionais, estariam desarmados para afastar do exército e das repartições públicas os elementos perniciosos à República³⁶⁰. De facto, o governo de Domingos Pereira sofreu todo o tipo de pressões para que as eleições fossem adiadas indefinidamente. Em Junho, diante do Senado, Domingos Pereira revelou ter recebido “indicações” de “republicanos de todos os partidos, que me disseram, em nome do que eles supunham ser o grande perigo para a República, que não fizesse as eleições gerais para Deputados e Senadores” no dia em que estava indicado, tendo mesmo de resistir “a todas as solicitações e até a todas as ameaças” para que o acto fosse adiado³⁶¹. E após as eleições, “ainda recebi no meu gabinete sugestões e quase pressões de bons republicanos para que a abertura do Parlamento fosse adiada, por ser possível que da sua abertura resultasse inconveniente para a República”³⁶².

Em França, Afonso Costa e, sobretudo, Bernardino Machado, pressionavam o governo para que, ao invés de eleições, convocasse-se antes o Congresso de 1915-17, dissolvido por Sidónio Pais³⁶³, para assinar o tratado de Paz. Para além de demonstrar o repúdio pelo parlamento sidonista, a convocação do anterior Congresso podia servir como uma forma velada de Bernardino Machado regressar à presidência da República. Ele próprio reclamava, numa missiva enviado a Domingos Pereira, que todos vinham

³⁵⁹ *Diário da Câmara dos Deputados* 27-08-1919, pp.8-9

³⁶⁰ *Diário da Câmara dos Deputados* 24-07-1919; Rui Ramos, “Foi a Primeira República um regime liberal? Para uma caracterização política do regime republicano português entre 1910 e 1926” in *Elites e Poder A crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)* Lisboa, CIDEHUS, Edições Colibri, pp. 185-246

³⁶¹ *Diário do Senado* 11-06-1919 p.10

³⁶² *Diário do Senado* 19-06-1919 p.6

³⁶³ *A Capital* 22-04-1919; Bernardino Machado, *No exílio*, Famalicão, Tip. Minerva, 1922 pp. 263-271

“obtendo sua justa reparação, recobrando as posições diferentes que lhes pertenciam, todos, menos os representantes da Nação”³⁶⁴. A *Capital* chamava a atenção também para todos aqueles que desejavam o adiamento das eleições, que incluía pessoas de “respeitabilidade, grandes comerciantes ou industriais”³⁶⁵.

Domingos Pereira teve igualmente de lidar com múltiplas conspirações que ambicionavam fomentar um golpe de Estado antes do governo se legitimar eleitoralmente. Uma delas, liderada por Machado Santos, procurava congrega a tríade fundadora da República, composta por ele, António Maria da Silva e Luz de Almeida. Em correspondência com Ezequiel de Campos, a quem queria aliciar para o seu “hipotético governo”, Machado Santos afirmava que a tomada de poder tinha de ser: “agora, já, antes do acto eleitoral é que um governo da minha presidência podia ser útil; será a acalmia política. Depois só um acto revolucionário me poderia impor à Nação”³⁶⁶. Embora o seu adiamento tenha sido discutido em Conselho de Ministros, Domingos Pereira foi firme na defesa da constitucionalização do regime através do sufrágio, a “preocupação absorvente das eleições” que, segundo Nóbrega Quintal, tinha impedido o governo de realizar a sua “missão”³⁶⁷. Em contrapartida, a Comissão Nacional de Defesa da República anuiu à realização de eleições, apoiando “o governo, a fim de que o saneamento do exército, da marinha e do funcionalismo seja um facto, logo depois do acto eleitoral”³⁶⁸.

Perante a obrigatoriedade de serem realizadas eleições e a intensa pressão para as adiar, a solução passou por uma política de compromisso em que as eleições se realizariam, continuando o governo a legislar, ao mesmo tempo, ao abrigo das leis de excepção, assinando sempre os decretos com a data da véspera das eleições, 10 de Maio. Deste modo, evitando que as autorizações especiais cessassem após o acto eleitoral e a abertura do Congresso, o governo podia continuar a decretar importantes medidas que deveriam pertencer apenas ao foro das câmaras parlamentares. Como explicaria Cunha Leal, alguns anos depois, este método não permitiria uma “ditadura, às claras, feita por maus republicanos, mas sim uma ditadura disfarçada, feita por bons

³⁶⁴ Bernardino Machado, *No exílio*, Famalicão, Tip. Minerva, 1922 p. 265

³⁶⁵ *A Capital* 09-05-1919

³⁶⁶ Armando Malheiro da Silva, Carlos Cordeiro, Luís Filipe Torgal, *Machado Santos: o intransigente da República (1875-1921)* Lisboa, Assembleia da República, 2013, pp.259-260

³⁶⁷ *Diário da Câmara dos Deputados* 27-08-1919 pp.8-9

³⁶⁸ *O Mundo* 06-05-1919

republicanos, em especiais circunstâncias”. No fundo, tratava-se da “necessidade de fazer, naquele dia, trabalho que o Parlamento levaria meses ou talvez anos a fazer”³⁶⁹.

A partir do dia 10 cessou a publicação do *Diário de Governo*, saindo apenas os sucessivos suplemento com a mesma data, começando pelo decreto nº 5568, na página 816, até ao decreto nº 5787, distribuído a 24 de Maio. Nesse dia, porém, tinha de ser publicado, obrigatoriamente, em órgão oficial, a data de abertura do novo Congresso com os candidatos considerados eleitos, nas assembleias de apuramento geral: o decreto nº 5788, na página 1347. Para evitar que esse decreto fosse ultrapassado e mantivesse-se a aparência de que nada tinha sido legislado, ditatorialmente, após a realização das eleições, os novos decretos vão saindo com os números 5787 A, 5787 B, etc., na página 1346 A, 1346 B, de forma sucessiva. Nas suas memórias, António Cabral haveria de comentar este processo, sublinhando que, quando “acabou o alfabeto”, na página 1346-Z, “essa página seguiu sempre a sua marcha triunfante, acompanhada pelas letras do alfabeto em dobrado, assim: 1346-A,A, 1346-B,B, até aos dois ZZ. Depois, foram postas a seguir à mesma página, 1346, três letras do alfabeto: 1346 – A, A, A, 1346- B, B,B. Chegados os três ZZZ, voltou-se ao princípio, com quatro letras do alfabeto, e depois com cinco. Por fim, como já era enorme a bicha das letras, passou a indicar-se a interminável página 1346 d`esta maneira: 1346-6A, 1346-6B, até 1346-6Z. E assim se foi reproduzindo aquela eterna página, até 1346-10A, 1346-10B e 1346-10C. Foi só então que a página 1346 expirou, de cansada e exausta, seguindo-se a página 1347!”³⁷⁰ O primeiro governo de Domingos Pereira, com 91 dias de duração, lançou 877 diplomas legislativos (leis, decretos e portarias) alcançando uma média diária de 9, 63 diplomas, a maior de todos os dezasseis anos do regime³⁷¹.

A maior parte destes decretos preconizaram uma profunda reforma estrutural em quase todos os sectores da administração pública, não só através da criação de novos organismos, mas também da reorganização de ministérios, direcções gerais, repartições e serviços que permitiram a entrada maciça para o Estado de milhares de funcionários³⁷², muitos deles sem as habilitações necessárias, por “conveniência urgente

³⁶⁹ Cunha Leal, *Eu, os políticos e a Nação*, Lisboa: Portugal-Brasil Soc. Ed., 1922 pp.184-185

³⁷⁰ António Cabral, *Em plena República*, Lisboa, 1932, pp. 431-432

³⁷¹ Cf. A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), Portugal da Monarquia para a República, “*Nova História de Portugal*”, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. 11, Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp.306-307

³⁷² O novo Instituto de Seguros Sociais, por exemplo, previa 310 funcionários e 600 colaboradores, 11 direcções de serviço e 27 secções espalhados pelo país. Cf. José Luís Cardoso, Maria Manuela Rocha, “O seguro social obrigatório em Portugal (1919-1928): acção e limites de um Estado providente”, *Análise Social*, vol. XLIV (192), 2009, pp.460-461

de serviço público³⁷³”, ou sequer funções atribuídas, acarretando uma excessiva responsabilidade financeira para o Tesouro Público. Não havia na lembrança dos “homens, um bodo igual a este”, garantia António Cabral: “Não ficou parente pobre, nem doutor que não apanhasse prebenda”³⁷⁴. O aumento do número de funcionários da administração pública deveu-se também ao alargamento de efectivos das várias forças policiais, especialmente na GNR, e à possibilidade concedida aos oficiais milicianos, que tinham sido mobilizados para a guerra, de poderem permanecer no exército como supranumerários³⁷⁵.

Entre as centenas de decretos, datados com aquela data, para além do pacote legislativo laboral que já referimos, podemos destacar a reorganização do serviço primário; criação das missões civilizadoras; organização dos serviços Postais, Telégrafos e Telefónicos; fundação do Instituto de Hidrologia e exploração das águas mineromedicinais; regulação e constituição do Conselho Superior de Instrução Pública; reorganização da Guarda Nacional Republicana; aprovação da organização da escola militar, regulamentação das Escolas Normais Superiores; organização dos Serviços Agrícolas da Província de São Tomé e Príncipe; reorganização dos serviços da Biblioteca Nacional de Lisboa, regulação dos serviços prisionais, organização do Ministério das Colónias: criação em Lisboa de um Laboratório Nacional; reorganização do jardim colonial em Lisboa³⁷⁶.

A intromissão do executivo no papel que devia estar reservado ao parlamento não passava despercebida: “Porventura julga o governo que ilude alguém?” Perguntava a *Capital*”. Porventura julga o governo que a opinião pública se capacita de que realmente no dia 10, à meia-noite, as penas ministeriais se recusaram a traçar uma só linha, invadindo as atribuições do parlamento? A opinião pública não é uma opinião de cretinos, e só cretinos acreditariam que os suplementos ao número do *Diário do Governo* do dia 10 são realmente publicados porque o original destinado a esse número era tão grande que requeria 19 ou 20 suplementos, feitos vagarosamente, dois ou três por dia, e não se sabendo ainda quando acabarão”³⁷⁷. A *Época* não deixava de afirmar a

³⁷³ José Luciano Sollari Allegro, *Para a História da Monarquia do Norte*, Amadora, Bertrand, 1988, p.272

³⁷⁴ António Cabral, *Em plena República*, Lisboa, 1932 p. 432

³⁷⁵ António José Telo, *Primeira República II Como cai um regime*, Barcarena, Presença, 2010, p.291

³⁷⁶ Fernando Castro Brandão, *1ª República Portuguesa: uma cronologia*, Macau, University of Saint Joseph, 2011, pp. 371-379

³⁷⁷ *A Capital* 29-05-1919

sua oposição a esse “delírio legislativo”³⁷⁸”, denunciando a “colossal falsificação”³⁷⁹ das datas dos decretos. A *Vanguarda* fazia contas aos aumentos na despesa pública que se elevavam a cada dia: “A conta, que já ia nuns 25 mil contos”, contabilizava o jornal a 10 de Junho, “subiu mais 1.300 contos”³⁸⁰. Em 1920, Domingos Pereira reconhecia que foi “realmente com o aumento de vencimentos a alguns funcionários e a operários de estabelecimentos do Estado, com o aumento da Guarda Republicana e com a elevação dos soldos dos oficiais do Exército de terra e mar que as despesas públicas se agravaram”. Perguntava, porém, se “haveria algum Governo que em idênticas circunstâncias recuasse diante das exigências e das dificuldades da vida”³⁸¹.

As consequências destes decretos provocaram denúncias constantes de abusos. No parlamento, João Gonçalves afirmava que “estão a aprender a ler e a escrever menores que são funcionários públicos”, para além dos “mais ridículos barbeiros e sapateiros” que chegavam da “província” para exercerem lugares devidos a bacharéis”³⁸². Cunha Leal denunciava que a Direcção Geral da Estatística Agrícola, criada no ministério da Agricultura, “tinha sete funcionários quando dependia da Direcção Geral da Estatística e pela nova reorganização passou a ter 577”³⁸³. A *Época* garantia que só no hospital do Desterro estavam empregados 105 sapateiros ao serviço do Estado, usufruindo dos recursos que o governo tinha canalizado de forma urgente para obras públicas³⁸⁴.

Nos anos seguintes, o primeiro governo de Domingos Pereira seria recordado, com frequência, pelos seus volumosos decretos, servindo como crítica ao próprio regime republicano. Em 1925, Magalhães Colaço garantia que “enquanto houver memória de homem”, o governo de Domingos Pereira seria lembrado pelos “30 suplementos, tudo com a falsa data de 10 de Maio”³⁸⁵. Luís de Magalhães assegurava que, “na embriaguez do triunfo, supondo a sua força invencível e a sua situação política inexpugnável, os vencedores lançaram-se ávidos de despojos, ao saque do tesouro e do país, na mais desafortada orgia orçamentária, de que ficaram, como padrão imortal, os famosos 30 suplementos ao *Diário do Governo* de 10 de Maio de 1919, que criaram

³⁷⁸ *A Época* 23-05-1919

³⁷⁹ *A Época* 25-05-1919

³⁸⁰ *A Vanguarda* 07,10-06-1919

³⁸¹ *Diário da Câmara dos Deputados* 28-01-1920 p.22

³⁸² *Diário da Câmara dos Deputados* 20-08-1919 p.12

³⁸³ *Diário da Câmara dos Deputados* 06-01-1920 p.14

³⁸⁴ *A Época* 18-05-1919

³⁸⁵ João Telo de Magalhães Colaço, *Da vida pública portuguesa. Conservadores e radicais*, Lisboa, J.T.M.C., 1925-1926. 2º Vol., p. 94

17000 mil burocratas novos e aumentaram as despesas públicas em dezenas de milhares de contos³⁸⁶. David Neto atacava a “obra criminosa dos corifeus do jacobinismo”, denunciando que “nesses suplementos foram empurrados para as repartições públicas, já então saturadas de funcionários sem carteira nem competência, milhares e milhares de indivíduos do que havia de pior nas organizações partidárias daquela época”³⁸⁷. Humberto Delgado, em 1933, homenageando Salazar, perguntava: “Quem obrigou a malandragem metida, como funcionários públicos, sem lugares, após o Monsanto, pelos célebres 39 suplementos do *Diário do Governo* de 10 de Maio de 1919 - autoria do «formiga» Domingos Pereira - a apresentar documentos de habilitações e cadastro?”³⁸⁸ O próprio Salazar, em entrevista a António Ferro, comentando a sua acção governativa, referia que “podíamos ter simulado uma grande obra publicando decretos sobre decretos, decretos vistosos. A nossa legislação social de 1919, por exemplo, na qual há muitas ideias aproveitáveis, é um modelo desse género, dessa obra social decorativa”³⁸⁹. Mais contemporizador, Armando Marques Guedes reconhecia que os suplementos tinham provocado um aumento de “despesas públicas de mais de 30.000 contos”. Salientava, no entanto, que uma parte “muito apreciável, de tal aumento, proveio de despesas com serviços de instrução e assistência social - escolas técnicas e escolas primárias superiores; bairros sociais e seguros sociais obrigatórios”³⁹⁰. Para o PRP, bastante fragilizado durante a repressão sidonista, este processo foi fundamental para voltar a dominar as suas redes clientelares com prebendas, cargos e sinecuras, como forma de pagar favores, agremiar votos, ganhar eleições e sustentar-se no poder através da chamada empregomania, do devorismo e nepotismo, satisfazendo as suas bases, ávidas de empregos, com cargos políticos e administrativos³⁹¹.

Embora regressasse ao poder, a liderança do PRP encontrava-se esfacelada. Em carta ao Directório, Afonso Costa mostrava-se muito crítico com situação percorrida desde o sidonismo e a forma como o PRP o tinha tratado, anunciando a sua renúncia da actividade partidária³⁹². O *Mundo*, embora continuasse a apelar à união interna,

³⁸⁶Luiz de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1925, p.43

³⁸⁷David Neto, *Doa a quem doer*, Porto, Liv. Tavares Martins 1933, p.58

³⁸⁸Humberto Delgado, *Da pulhice do homo sapiens: da monarquia de vigaristas pela República de bandidos à ditadura de papa*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes, 1933, p.214

³⁸⁹António Ferro, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2007, p.19

³⁹⁰Armando Marques Guedes, *Páginas do meu Diário*, Lisboa, Enciclopédia, 1957, pp.164-165

³⁹¹Douglas L. Wheeler, *História política de Portugal de 1910-1926*, Mem Martins, Europa-América, 1985, pp. 179-186; António José Telo, *decadência e queda da 1ª república portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, vol. I, pp. 113-125; Fernando Farelo Lopes, *Poder político e caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1994

³⁹²Oliveira Marques, *Afonso Costa*, Lisboa, Arcádia, 1975, pp.413-415

mostrando-se contra qualquer tentativa de dissolver o PRP, um “partido radical”, que devia “continuar, aperfeiçoando-se, modernizando o seu programa”, não sendo “alheio a nenhuma das justas aspirações da democracia³⁹³”, fazia sentir, ao mesmo tempo, a necessidade de uma profunda renovação partidária que passaria pela realização de um congresso onde fosse eleito um novo Directório. A última direcção do PRP fora eleita em 1917 e muitas alterações na vida política portuguesa tinham ocorrido desde então. A reforma estrutural que o *Mundo* desejava, deixava antever uma ambição: a subida de Domingos Pereira na hierarquia do partido. O chefe do governo, ao contrário de Álvaro de Castro e de António Maria da Silva, continuava a ser apenas membro suplente do Directório. A estratégia do grupo que se começava a congregar em seu torno apostava num congresso partidário que, segundo os estatutos, estaria marcado para o final de Abril, de modo a eleger os novos órgãos directivos do PRP antes das eleições legislativas. Não seria uma tarefa fácil, mostrando as irredutibilidades que começavam a marcar o PRP, tendo de fazer frente aos elementos da comissão organizadora do congresso que achavam que não havia condições para o realizar. Após vários dias de impasse, a assembleia magna do partido foi adiada para depois das eleições. *O Mundo* reagiu através do seu próprio director, Carlos Trilho que, no editorial, demonstrava o seu descontentamento, acusando a paralisação dos órgãos internos do partido, demissionários há muito tempo. Segundo Carlos Trilho, o Directório estava “gasto por uma longa gerência, em que os erros se foram acumulando, mutilado pela ausência dos seus mais prestimosos membros”. Era necessário, então, que “completamente se renovasse, que o Partido indicasse os homens que melhor representassem, neste momento, as correntes que dentro dele prevalecem. Ficámos vencidos”, acentuava: “Não estamos convencidos”³⁹⁴. Dias antes, em entrevista, Domingos Pereira, questionado sobre a crise que afectava, de modo geral, todos os partidos, apelava: “deixem solucionar o problema político naturalmente, e tudo se tornará bem simples. Não inventem divisões, não criem patrulhas, organismos artificiais, ficções”³⁹⁵.

Os candidatos a deputados pelo PRP acabaram por ser escolhidos, em grande parte, pelo Directório que continuava em funções. Ao longo do mês de Abril tinham decorrido diversas negociações entre evolucionistas, unionistas e centristas, no sentido de ser formado um Partido Republicano Reformador que congregaria os partidos mais

³⁹³ *O Mundo* 06-04-1919

³⁹⁴ *O Mundo* 24-04-1919

³⁹⁵ *O Mundo* 12-04-1919

conservadores numa frente contra o PRP. Este projecto político acabou por fracassar rapidamente devido às dúvidas, dentro das bases do Partido Evolucionista³⁹⁶, especialmente dos elementos ligados a Júlio Martins³⁹⁷, em diluir-se noutra agremiação partidária que continuaria a não ter a mesma força que o partido hegemónico do regime. Durante o processo eleitoral, António José de Almeida preferiu entender-se directamente com os democráticos, negociando as eleições com o partido que dominava o ministério do Interior. A sua relação com o chefe do governo tornar-se-ia cada vez mais forte, não sendo de estranhar o apoio fundamental que este lhe dá nas eleições presidenciais seguintes. Os acordos alcançados permitiram aos evolucionistas sair beneficiados com as minorias, sendo que, ao PRP, estavam reservadas as maiorias nos vários círculos a disputar. Em Lisboa, o acordo figurava uma lista conjunta que incluía os nomes de Afonso Costa e António José de Almeida³⁹⁸.

Os unionistas seriam os mais penalizados, carregando sobre si o ónus, não só de terem colaborado com Sidónio Pais, mas também de se terem oposto à intervenção portuguesa na Guerra, sofrendo alguns dos seus membros a mesma repressão efectuada sobre monárquicos e sidonistas. A sua permanência no governo era, aliás, bastante frágil, com constantes notícias na imprensa que indicavam a demissão de todos os seus ministros. Como referia a *Capital*, os unionistas mostravam-se “magoados” com o afastamento de alguns funcionários “seus amigos”, que nem sequer “eram monárquicos ou desafectos ao regime”. Contando com apenas com 5 governadores civis, alguns unionistas defendiam até que o partido se devia abster nas eleições³⁹⁹.

Enquanto os monárquicos não se atreveram a apresentar candidaturas devido à “época de terror” que se vivia após “Monsanto⁴⁰⁰”, os Católicos apresentaram, timidamente, candidaturas em alguns círculos⁴⁰¹. Os socialistas, pelo contrário, estavam confiantes: “a alma republicana há-de vencer e o elemento socialista há de ter o seu

³⁹⁶ Manuel Roque Azevedo, “Inquérito sobre o Partido Republicano Evolucionista (1912-1919)” *Nova História*, nº2, Lisboa, Editorial Estampa, 1984, p. 112

³⁹⁷ Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas: o campo partidário republicano português (1910-1926)* imprensa da Universidade, Coimbra, 2008, p.80

³⁹⁸ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense editora, 1954, p.224. A *Capital* garantia que tinha ficado resolvido que, nos círculos onde os governadores civis fossem “democráticos, as forças destes auxiliassem com os seus votos as minorias evolucionistas”. A *Capital* 23-04-1919

³⁹⁹ A *Capital* 24-04-1919. Para a *Época*, os unionistas andavam descontentes pelo facto dos seus próprios ministros “nomearem sistematicamente para as vagas que se dão, apenas democráticos e evolucionistas” A *Época* 04-04-1919

⁴⁰⁰ A *Monarquia* 18-08-1921, 11-07-1921, citado in Fernando Farelo Lopes, *Poder político e caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1994, p. 151

⁴⁰¹ Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Lisboa, Presença / Gabinete de Investigações Sociais, 1980, p. 273

lugar seguro no parlamento”, garantia a *Comuna*⁴⁰². A campanha eleitoral realizou-se de forma quase despercebida, com os candidatos a deslocarem-se aos seus círculos para garantirem seus votos, surgindo queixas sobre funcionários públicos coarctados a votar nos candidatos preferidos do governo e de eleitores pressionados a votar nos favoritos de industriais, comerciantes e proprietários, pois viviam na sua dependência⁴⁰³.

Apesar de todas as pressões, as eleições realizaram-se no dia indicado. “Era indispensável eleger imediatamente” um “parlamento que dê legalidade definitiva à vida social da Nação”, declarava, na véspera, a *Capital*: “a ditadura, embora patrioticamente atenuada pelos homens do governo, não nos serve”. O jornal mostrava-se confiante: “Os inimigos da República andam desesperados, porque lhes falharam os esforços produzidos para forçar o governo ao adiamento eleitoral; e aos ambiciosos também não ocultaram o seu despeito, porque vêm a impossibilidade de levar a opinião pública a reclamar a convocação do Parlamento de 1915-1917”⁴⁰⁴.

No dia 11 de Maio, assistiu-se a uma vitória esperada do PRP. Nesse mesmo dia, Fernando de Sousa, na *Época*, antecipando o resultado eleitoral, lembrava que em “Portugal as câmaras e os governos não saem do voto popular. Saem do grupo político que venceu a última revolução”⁴⁰⁵. O acto eleitoral foi marcado por uma elevada abstenção, com a *Batalha* a assegurar que isso demonstrava a “desilusão popular” com o parlamento cujo “prestígio dia a dia mais se apaga”. Deste modo, não tinha sido o “Partido Democrático” que tinha vencido as eleições, mas a “corrente avançada do operariado, que, descrente da panaceia parlamentar, conta apenas com os seus próprios meios para alcançar os seus próprios fins”⁴⁰⁶.

O *Mundo* desvalorizava a pouca afluência às urnas, declarando que tal se devia à falta de “luta eleitoral” para os republicanos que “sabiam previamente não ficar vencidos, nem mesmo que contra ele se unissem todos os partidos”. Segundo o *Mundo*, apenas entre os socialistas, centristas e unionistas, tinha havido “luta”, pois “disputavam as minorias” em alguns círculos. Para o PRP, não tinha havido “luta nenhuma”. Tinha sido apenas um “episódio vulgar na sua vida política, sem, ao menos, ter o carácter de uma parada de forças”. Frisava, porém, que a “abstenção não foi indiferença”⁴⁰⁷. A

⁴⁰² A *Comuna* 03-05-1919

⁴⁰³ Fernando Farelo Lopes, *Poder político e caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1994, pp.138-139

⁴⁰⁴ A *Capital* 10-05-1919

⁴⁰⁵ *Época* 11-05-1919

⁴⁰⁶ A *Batalha* 12-05-1919

⁴⁰⁷ O *Mundo* 13-05-1919

Vanguarda, por seu lado, tinha satisfação em recordar que as verdadeiras eleições tinham sido as de Sidónio Pais, que tinham levado à urna “meio milhão de votos”⁴⁰⁸.

Para os socialistas, que alcançaram oito deputados, tinha sido uma “lídima conquista”, referia César Nogueira, lembrando que tinham vencido, em Lisboa, dois partidos que já tinham tido responsabilidades governativas, como o “unionista e o centrista, assim como venceria o evolucionista se por acaso fosse à urna sem ser encostado à muleta democrática”⁴⁰⁹. Satisfeitos com os resultados obtidos, com trinta e oito deputados eleitos, os evolucionistas faziam salientar, acima de tudo, a ordem e a tranquilidade com que tinha decorrido o acto eleitoral⁴¹⁰. Os unionistas, com apenas dezassete deputados eleitos, lembravam que o desinteresse manifestado pelas eleições resultava de uma “gravíssima crise política” que impedia uma verdadeira consulta às correntes de opinião pública devido à interferência do poder central⁴¹¹. Barros Queiroz, por exemplo, não escondia o seu desagrado, denunciando “os mais escandalosos acordos” e “desdobramentos contra os candidatos” unionistas, por parte dos democráticos e evolucionistas⁴¹². Deste modo, para a *Luta*, deveriam ser estes dois partidos a acordarem a formação do “próximo ministério”: “Será ainda a União Sagrada, para a continuação da qual parece não haver o menor estorvo nem de homens nem de princípios”⁴¹³.

Ao analisar o acto eleitoral, *A Capital* punha em evidência a vitória sobre os monárquicos, em Monsanto, como o verdadeiro acto de legitimação política: “o povo cimentou a República em fortes alicerces, impondo-a pelas armas. Uma vez assegurada a vitória julgou inútil sublinhá-la demasiadamente nas urnas eleitorais”. Seria esse o mesmo argumento de Domingos Pereira que, em entrevista ao mesmo jornal, mostrava-se satisfeito com o acto eleitoral, desvalorizando a abstenção⁴¹⁴: “O facto era de prever, porque ele significa, principalmente, que uma grande calma se apoderou dos espíritos. As paixões políticas vão se atenuando.” O “período agitado” em que se vivia estaria prestes a “extinguir-se, pelo equilíbrio natural que a vida constitucional há-de

⁴⁰⁸ *A Vanguarda* 12-05-1919

⁴⁰⁹ *A Comuna* 14-05-1919

⁴¹⁰ *República* 13-05-1919

⁴¹¹ Fernando Farelo Lopes, *Poder político e caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1994, p. 152. Ginestal Machado relatava, precisamente, que em vez de manter uma neutralidade política, o “poder” apenas tinha em vista em vista “exterminar” o “partidos que fora dele estejam”, continuando sempre os mesmos erros de “concepção dos partidos políticos”. *A Luta* 06-06-1919

⁴¹² *A Luta* 17-05-1919

⁴¹³ *A Luta* 13-05-1919

⁴¹⁴ No círculo de Braga, o chefe do governo conseguiu obter 11344 votos, enquanto Marques de Azevedo, o segundo candidato mais votado, obteve 9949. Cf. Anexos- Quadro II

forçosamente trazer”. Fazendo ênfase na legitimação revolucionária, demonstrada no ataque ao Monsanto, perguntava: “Havia alguma razão capital que determinasse os republicanos a correrem em massa para junto das urnas eleitorais? Nenhuma, com certeza. A República está bem defendida, está definitivamente consolidada; e, não tendo aparecido oposição inconstitucional, os republicanos fizeram-se representar e entenderam que isso era suficiente.” Apesar disso, a *Capital* não deixava de rematar que a abstenção eleitoral “significava ainda que o povo republicano repudia os partidos, considerando-se desligados deles, e não obedecendo, portanto, às indicações dos directórios”⁴¹⁵.

O processo político encontrava-se num impasse. O governo tinha ainda de realizar as eleições administrativas para as Câmaras Municipais e para as Juntas Gerais do Distrito (25 de Maio)⁴¹⁶. As eleições legislativas tinham legitimado de novo a hegemonia do PRP no parlamento e na vida política nacional. Apesar disso, partido encontrava-se fragmentado em diversas facções. Com o “afastamento” de Afonso Costa, a “única autoridade, que era geralmente acatada” descreveria Cunha Leal, anos mais tarde, “passaram a ser legítimas todas as ambições”⁴¹⁷. De facto, a ausência do líder histórico do partido iria proporcionar uma intensa luta política pelo controlo do PRP. *O Século*, no final de Maio, apontava os nomes de Norton de Matos, Sá Cardoso. Álvaro de Castro, António Maria da Silva e Domingos Pereira, como possíveis candidatos à sua liderança⁴¹⁸. O capital e a notoriedade pública que começava a receber⁴¹⁹, aliada a uma intensa propaganda encetada pelo *Mundo*, faziam do chefe do governo um sério candidato a assumir maiores responsabilidades dentro do partido. No entanto, em entrevista à *Manhã*, Domingos Pereira causou alguma surpresa ao declarar que não só estava arredado de qualquer tentativa de liderança do PRP, como também pensava abandonar a vida política depois de cumprir a sua função governativa⁴²⁰. Isso mesmo reafirmou ao *Mundo*, quando este lhe questionou se o partido não tinha de se

⁴¹⁵ A *Capital* 12-05-1919

⁴¹⁶ As eleições para as Juntas de Freguesia só se realizariam a 13 de Julho. Cf., por exemplo, António Pedro Manique - "As eleições administrativas de 1919 no concelho de Vila Franca de Xira. Contribuição para o estudo dos fenómenos eleitorais concelhios durante a Primeira República". *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*. N.º 2, 1986 pp. 7-72

⁴¹⁷ Cunha Leal, *Os partidos políticos na República Portuguesa*. Corunha, Moret, 1932 p.104

⁴¹⁸ Cf. *O Século* 22,23,24-05-1919

⁴¹⁹ Artur Leitão, director do *Portugal*, declarava ser um “facto curioso, num país intoxicado até ao mais íntimo e essencial da sua estrutura pela acção deletéria dos politicantes, é precisamente de portas a dentro dos conciliábulo políticos que Domingos Pereira tem obtido o espontâneo reconhecimento do seu valor de homem público”. *O Mundo* 05-06-1919

⁴²⁰ A *Manhã* 23-05-1919

“remodelar”, de “modificar os seus meios de acção e o seu programa, harmonizando tudo com as exigências do momento”? Concordando, Domingos Pereira acentuava que não tinha “ambições” nem “ vaidades”, que não era “indispensável a essa grande organização partidária”. Iria para casa: “só dela saindo para defender a República”, como um simples “soldado”⁴²¹.

Este aparente abandono era explicado pelo *Mundo* num editorial onde dissertava sobre a “intriga” como uma “arma mundial” e na forma como “povo algum” se servia tanto dela “como o português”. Na política, então, era o “Éden”, intrigando-se por “snobismo, vaidade, por inveja, por não haver mais que fazer”. O *Mundo*, sem revelar nomes, imaginava um “sr. X”. Um “homem enérgico”, sem “ vaidades”, e que “só arrastado” aceitou o “lugar” que não queria. Um homem que não se “curvava”. Servia a República: “trabalha noite e dia e começa a ser mais conhecido. Os republicanos humildes, mas republicanos que não gastam as escadas dos ministérios a pedir empregos, olham para ele com carinho. Segreda-se «ali está o nosso homem» - e uma forte corrente de opinião envolve-o e acompanha-o”. No entanto, contra ele formou-se uma “coterie” que, “desnorteada”, intrigava, manejava sem “escrúpulos e sem “inteligência”, tentando de todas as formas dificultar o trabalho do “senhor X”: “Chegam a pedir-lhe favores para depois o censurarem por os ter feito. E de etapa em etapa vão às últimas infâmias”, continuava o jornal. Apercebendo-se disto, O sr. X, desesperado, abandonou o seu lugar. Tencionava ir para casa, mas regressou: era “Homem”. “Venceu. E a tal *coterie* que viu não vencer com os seus ignóbeis processos, ou rasteja como um totó cobarde ou vai pregar para outra freguesia”, concluía o *Mundo* que, perante a dureza do artigo, considerava ser “possível”, que se “atribuissem carapuças”, ficando à espera que alguém se sentisse visado para o poder confrontar⁴²².

Começavam a ser publicamente patentes as movimentações e conflitos internos no PRP, com vista a neutralizar facções rivais e granjear novos apoios e alianças. No Porto, os relatos constantes de sevícias sofridas por prisioneiros monárquicos, levaram o chefe do governo a enviar o seu ministro da Justiça, António Granjo, numa visita sem aviso prévio, ao Aljube, para averiguar a veracidade das acusações⁴²³. Não se chegaram a apurar violências físicas, mas o governador civil do Porto, sentindo-se desautorizado, demite-se do seu cargo. Domingos Pereira remeteu-lhe um telegrama a explicar que a

⁴²¹ *O Mundo* 25-05-1919

⁴²² *O Mundo* 26-05-1919

⁴²³ *O Primeiro de Janeiro* 28-05-1919

visita do ministro da Justiça “não obedeceu ao intuito de desconsiderar as autoridades dessa cidade”. Pelo contrário, serviria apenas para habilitar o governo a “responder com directo conhecimento de causa, de que carecem de fundamento as notícias postas em circulação, de que os presos políticos tinham sido agredidos”. A justificação não conseguiu demover a demissão de José Domingues dos Santos. Estes “melindres pessoais”, como revelava a imprensa, demonstravam bem a fractura interna do partido⁴²⁴. José Domingues dos Santos tornava-se cada vez mais próximo de António Maria da Silva, que começava a marcar uma posição bastante crítica em relação ao governo. A luta pela chefia partidária do PRP reflectia-se também na escolha dos seus líderes parlamentares. Depois de vários escrutínios, a solução de compromisso acabou por recair num triunvirato formado por António Maria da Silva, Álvaro de Castro e Vitorino Guimarães⁴²⁵.

Antes da abertura do parlamento, em Junho, uma das questões cruciais que o governo queria resolver com urgência, relacionava-se com a reformulação da política ultramarina, através da atribuição das cartas orgânicas e da criação dos altos-comissários. As decisões sobre essa matéria eram do foro das câmaras parlamentares. No entanto, o artigo 87 da Constituição previa que, quando “estiver encerrado o Congresso poderá o Governo tomar as medidas que julgar necessárias e urgentes para as províncias ultramarinas”. A descentralização, com vista a uma maior eficácia na administração colonial, tinha sido discutida na Conferencia de Paz, em Paris, pela delegação portuguesa, que se mostrava muito preocupada com a segurança, sustentabilidade e desenvolvimento das colónias, no meio dos fortes interesses de outras potências emergentes, como a África do Sul. Seria necessário, revelava Afonso Costa, em telegrama, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, “começar imediatamente a transformação colonial pela aplicação de um novo sistema que possa atenuar graves dificuldades existentes”⁴²⁶. Afonso Costa continuava a ter um grande ascendente sobre o governo português, não se coibindo de lhe manifestar, em telegrama, a intenção de enviar o “projecto-decreto para publicar imediatamente pelo artigo 67 Constituição”, pois era necessário que os altos-comissários partissem com muito brevidade “sem

⁴²⁴ António José Queiroz, *José Domingues dos Santos – O “Defensor do Povo” (1887-1958)*, Lisboa, Assembleia da República, 2012, pp. 33-36

⁴²⁵ *A Capital* 30-05, 31-05, 01-06-1919

⁴²⁶ Filipe Ribeiro de Meneses, “A diplomacia da Primeira República e as colónias” in *A Primeira República e as Colónias Portuguesas*, José M. Sardica (coord.) Lisboa, EPAL/CEPCEP, 2010, pp.77,79

dependência reunião Parlamento que depois confirmará decreto criando esses lugares e fixando poderes sendo seguidamente nomeações confirmadas pelo Senado”⁴²⁷.

O ministério das Colónias e as estruturas da administração ultramarina foram, desse modo, profundamente remodeladas como forma de implementar as novas medidas que, sobretudo, em Paris se decidia, numa tal celeridade que se reflectia na necessidade de constantemente rectificar-se os decretos que continuavam a sair. Os unionistas lançavam-se na linha da frente da crítica, denunciando as decisões que provinham de França, durante as negociações da Conferencia da Paz, “como se já competisse a estrangeiros intervirem na administração das nossas colónias”. O decreto publicado sobre os altos-comissários e “assinado por todos os ministros”, foi, para a *Luta*, o “diploma mais importante, para não dizermos o mais grave, da nossa opulenta legislação republicana, quase toda ela ditatorial”, a poucos dias da abertura do Parlamento, sem evocar sequer, “para justificar sua publicação de afogadilho”, o artigo 87 da Constituição⁴²⁸.

Na Universidade de Coimbra, a contestação voltou a subir de tom devido às medidas tomadas por Leonardo Coimbra, ministro da Instrução, que efectuou profundas alterações na estrutura da Faculdade de Letras, para além de nomear vários professores por determinação governamental⁴²⁹: “E nós a supormos que, a tão poucos dias da abertura do Parlamento, o governo só legislaria sobre matéria reconhecidamente urgente”, relatava a *Luta*⁴³⁰ que se mostrava solidária com os intensos protestos que as medidas governamentais provocaram na academia, consideradas abusivas e atentatórias dos estatutos da Universidade⁴³¹. Em resposta, o ministro da Instrução exonerou de vez o reitor suspenso, Mendes dos Remédios, nomeando como reitor definitivo, Coelho de Carvalho, para além de encerrar a Faculdade de Letras de Coimbra, transferindo-a para a Universidade do Porto. O Senado da Universidade não deixou de mostrar o seu repúdio por esta decisão, observando-se até a “monstruosa singularidade” de o governo “extinguir” a faculdade num diploma datado de “10 de Maio quando ela ainda reuniu

⁴²⁷ Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *Afonso Costa*, Lisboa, Texto, 2010, p.96

⁴²⁸ *A Luta* 28-05-1919

⁴²⁹ Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República: (1910-1926: alguns apontamentos*, Lisboa: Inst.de Inovação Educacional, 1990, pp.331-341

⁴³⁰ *A Luta* 16-05-1919

⁴³¹ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense editora, 1954, pp.249-251; Norberto Ferreira da Cunha - "Leonardo Coimbra e a I República", *República e liberdade*: [actas II Seminário de História e Cultura Política]; coord. Ernesto Castro Leal. Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011, pp.90-93

em 14 e foi extinta devido à representação votada nesta última data”⁴³². A forte reacção desencadeada pela acção governativa na Universidade deu origem a greves escolares em Coimbra e em Lisboa e a uma grande campanha na imprensa que se prolongaria nos meses de Junho e Julho, com representações e debates no parlamento⁴³³.

Em Lisboa, as bases radicais manifestavam o seu descontentamento pelo saneamento do Estado não estar a ser feito com a devida rapidez. *O Mundo*, defendendo o governo, explicava que ele não podia ter feito “milagres, evidentemente. Acusam-no de não ter feito a limpeza do funcionalismo como era mister que fosse feita. Os acusadores, porém, não sabem que esforço de energia teve o governo de despender para conseguir fazer o afastamento que fez”⁴³⁴. Todos estes factores fragilizavam bastante o governo, quando já se começava a preparar o próximo executivo. “A situação resume-se assim”, garantia a *Época*, no final do mês de Maio: “o ministério está em terra”⁴³⁵.

O mês de Junho começava no meio de intensas negociações políticas. A composição e a presidência do próximo governo seria um meio essencial para se perceber a força e a dinâmica de cada uma das facções do PRP, tornando-se a luta cada vez mais acesa. A facção próxima de Álvaro de Castro defendia a existência de governos formados por uma vasta coligação de partidos, enquanto a facção afectada António Maria da Silva defendia governos exclusivamente partidários do PRP⁴³⁶. Embora os unionistas rejeitassem participar num novo elenco governamental, os evolucionistas envolviam-se com expectativa na discussão sobre o próximo executivo, procurando aproveitar a disputa interna do PRP para servirem como intermediários e sobreviver politicamente, quando se começavam a aproximar as eleições presidenciais.

A crise política acentuou-se com o pedido de renúncia que o Chefe de Estado enviou ao Parlamento, alegando que, após as “eleições gerais e constituídas as duas câmaras”, julgava ser “dever impreterível” apresentar a sua demissão perante o novo Congresso⁴³⁷. Esta pretensão foi recusada, conseguido os parlamentares que o

⁴³² Cf. Acta da reunião do Senado da Universidade in Manuel Augusto Rodrigues (compil.) — *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas do Senado: 1916-1924*. Coimbra, Arquivo da Universidade, 1990, Vol. II, 4ª Sessão em 24 de Maio de 1919, pp.99-109

⁴³³ *A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ao país*, Coimbra, Tip. França Amado, 1919; Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense editora, 1954 pp.249-251; Fernando Fava, *Leonardo Coimbra e a I República: percurso político e social de um filósofo* Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008, pp.82-84

⁴³⁴ *O Mundo* 03-06-1919

⁴³⁵ *A Época* 31-05-1919

⁴³⁶ Cf., por exemplo, *O Século* 07-06-1919

⁴³⁷ *Diário do Congresso* 03-06-1919

Presidente da República retirasse o seu pedido⁴³⁸. O seu gesto, no entanto, acabou por ajudar a legitimar o último representante do regime sidonista, num período de grande indefinição política e social.

Em entrevista, Domingos Pereira garantia que o governo já tinha cumprido a sua “missão”, sendo necessário apenas apresentar no parlamento a justificação da sua obra governativa que, realçava, “não é mais que uma espécie de relatório, uma análise geral ou um sumário da obra ditatorial do governo. O parlamento, que é soberano, pronunciar-se-á depois sobre essa obra...” Para o Presidente da República, segundo a *Capital*, seria preferível que Domingos Pereira continuasse mais tempo à frente do executivo: “adiaria por mais algum tempo o acirramento” das “paixões políticas, que sempre se desencadeiam quando se trata de constituir novo governo”⁴³⁹.

Diante do parlamento, Domingos Pereira reafirmou a legitimidade do seu executivo, surgido “por virtude duma clara indicação da opinião pública”, que tinha recebido a incumbência de “liquidar as responsabilidades da última tentativa de restauração monárquica”; “assegurar a ordem pública”; procurar “indeclinavelmente” a “satisfação imediata às justas reclamações do operariado”; o “saneamento do Estado” e a “remodelação do mesmo regime administração ultramarina”. Por último, tinha de normalizar a “vida do Estado, pela realização do acto eleitoral e convocação do Parlamento”. A partir destas premissas, o chefe do governo começou por destacar os processos de defesa da República, como o saneamento já feito nas repartições do Estado, o julgamento dos monárquicos e a manutenção da ordem pública, realizada, sem “vexames inúteis nem violências escusadas”, não tendo sido necessário a suspensão de garantias. Nesse sentido, Domingos Pereira ressaltava a “tranquilidade que se vai fazendo nos espíritos”, a realização da “obra de reorganização nacional pelo rejuvenescimento dos sentimentos patrióticos”, que o governo procurou exaltar, pela “revivência da fé republicana” que o governo viu “restabelecida” e pelo “amor ao trabalho”, que o governo procurou “dignificar”. No seu balanço governativo, Domingos Pereira salientou os “vários decretos tendentes à resolução da questão social, de forma a assegurar um justo equilíbrio entre as classes patronais e operárias”, a assistência social, o aumento de salários nos funcionários civis e militares que viviam numa situação

⁴³⁸ *Diário do Congresso* 05-06-1919; Maurício de Oliveira, *O drama de Canto e Castro: um monárquico presidente da república* Lisboa, Marítimo Colonial, 1944, pp.131-140; Norberto Ferreira da Cunha – “A ordem e a pátria na acção de um presidente da república monárquico: Canto e Castro” in *Revista da História das Ideias*. Coimbra: Faculdade de Letras, Vol. 27, 2006, pp. 393-394

⁴³⁹ *A Capital* 04-06-1919.

“quase angustiosa”; realçando também a forma como “constantemente tratou, o abastecimento do país, de forma a diminuir os preços dos géneros de primeira necessidade”. Numa análise mais pormenorizada, em relação à obra dos vários ministérios, o chefe do governo destacava o das Colónias, com a remodelação da administração colonial através da criação dos “altos-comissários” e do restabelecimento das “cartas orgânicas” e o ministério dos Negócios Estrangeiros, onde “correm as negociações para a paz, o que é hoje a nossa mais grave questão. Da sua solução depende grandemente o nosso futuro económico e financeiro”. Demorava-se um pouco mais na Instrução, onde o governo tinha procurado “dignificar o professor e fazer uma ampla reforma do ensino primário, atendendo a todos os seus graus e às necessidades de cultura geral e profissional das grandes massas populares”, sendo de destacar a “organização das bibliotecas populares, fixas e móveis”, a “Universidade do Povo”, o “ensino artístico” e as “pensões de estudo”. O governo, como fazia questão de salientar, tinha a “visão precisa e nítida que só uma alta educação bem republicana pode salvar a Pátria, consolidando a República pelo aumento da sua capacidade do progresso, pelo seu estímulo para justas reformas sociais, pelo contínuo crescimento da sua beleza moral”. O presidente do Ministério não deixou também de abordar as questões mais sensíveis, como o défice “orçamental previsto e criado por inadiáveis necessidades de momento”, assegurando que ao “abrigo das autorizações de que dispunha” tinha criado as “receitas necessárias a fazer face a algumas despesas urgentes”. Por fim, depois de efectuadas as eleições, onde o governo manteve a “mais absoluta imparcialidade perante os partidos e a mais inteira liberdade no acesso às urnas”, considerava finda a sua missão, sem terem a “pretensão”, de “haverem realizado uma obra perfeita”⁴⁴⁰.

Na apreciação, António Maria da Silva deixava já adivinhar o seu distanciamento, saudando a obra do governo no que concerne à manutenção da ordem pública, mas não deixando logo de referir que ele não devia abandonar funções “sem antes ter assistido à discussão dos seus próprios actos, sem antes esclarecer-nos sobre um ou outro diploma, sobre que se suscitem quaisquer dúvidas, relativamente à sua aplicação”, com especial incidência, “naqueles que mais debatidos e ventilados foram na imprensa”. Em contraponto, António José de Almeida elogiava bastante a justificação ministerial, na sua honestidade “moral” e “intelectual”, encontrando nela um “fundo de equilíbrio, de ponderação, de sossego e de aquietação política”. Tomava

⁴⁴⁰ *Diário da Câmara dos Deputados* 05-06-1919, pp.13-16

em consideração que, perante as dificuldades em que foi constituído, a obra do governo, “politicamente”, tinha sido “simpática a todos os respeitos”. Não deixava de elogiar também a conduta do chefe do governo, pois, tendo sido uma das “principais vítimas desse terrível dezembrismo, que lhe vitimou umas poucas pessoas de família”, como “detentor do Poder, nunca exerceu quaisquer represálias”.

As maiores críticas vinham da parte de Augusto Dias da Silva que denunciava a excessiva repressão policial exercida sobre os trabalhadores em greve. Libertos das responsabilidades ministeriais, os socialistas radicalizam o seu discurso, aproveitando as bancadas parlamentares para fustigar a acção do governo. João Pinheiro, sidonista eleito como independente, foi quem mais afrontou mais o governo, em termos políticos e económicos, chamando a atenção para as despesas crescentes que os decretos do dia 10 de Maio estavam a proporcionar, a ingerência do governo em matérias que deveriam ser do foro parlamentar, as violências exercidas no acto eleitoral e os saneamentos realizados, não se coibindo de afirmar que se via “todos os dias, como num sistema de conta-gotas, separar-se, demitir-se funcionários que não são republicanos, isto contra todos os princípios que são a base dum regime liberal e republicano”⁴⁴¹.

Depois da apresentação da sua obra, no parlamento, o governo encontrava-se novamente num impasse. Por um lado, não tinha recebido nenhum *bill* de indemnidade que fizesse aprovar toda a legislação efectuada durante o interregno parlamentar ou sequer uma moção de confiança que lhe permitisse sair legitimado pelas novas câmaras. Por outro lado, continuava a legislar importantes reformas estruturais, antedatando os decretos, passando por cima do crivo parlamentar. *A Luta* não tinha dúvidas: “Vivemos em República há perto de nove anos, e tendo começado por fazer uma ditadura revolucionária, a do Governo Provisório, nunca mais deixámos de viver ditatorialmente, umas vezes com o Parlamento fechado, outras com o Parlamento aberto, o Executivo tratando o Legislativo como se ele não fosse um dos poderes de Estado”⁴⁴².

Perante este limbo governativo, ao *Mundo* não restava mais do que relançar a sua campanha a favor do saneamento do Estado⁴⁴³ e alertar, de forma constante, para o perigo de uma grande conspiração “monárquica-dezembrista” que se estaria a formar. O

⁴⁴¹ *Diário da Câmara dos Deputados* 05-06-1919 pp.16-22

⁴⁴² *A Luta* 30-05-1919

⁴⁴³ “Como não há-de ser assim, quando são sistematicamente postos em liberdade os inimigos do regime, elementos que contra a República combateram? Como não há-de ser assim, quando à frente dos serviços públicos continuam verdadeiros monárquicos? Como não há-de ser assim, quando à frente do ensino se encontram ainda professores manifestamente contrários à República? Como não há-de ser assim, quando andam à solta verdadeiros bandidos que têm ofendido os republicanos”. *O Mundo* 19-05-1919

Mundo, avaliando com êxito a missão do governo, e garantindo que “não interveio nas eleições, não indicou candidatos, não movimentou autoridades complacentes para o arrebanhamento de votos”, marcava já a posição de Domingos Pereira, considerando-o como “uma das mais altas e prestigiosas figuras da democracia portuguesa”⁴⁴⁴.

Ao mesmo tempo que se debatia o futuro político do governo, registava-se um forte aumento da contestação social, novamente com origem na CUF, devido à firme recusa de Alfredo da Silva em negociar com os trabalhadores e aceitar qualquer tipo de associação de classe. Novos despedimentos sucederam-se na empresa, motivando uma correspondente greve de solidariedade na CUF, que se alastrou à vila do Barreiro⁴⁴⁵. O industrial respondia com o *lock-out*, sendo auxiliado pelo governo que fez a GNR carregar sobre os grevistas⁴⁴⁶. A força da pressão patronal tinha-se feito notar igualmente no recuo do governo em aplicar a lei das horas de trabalho⁴⁴⁷. A repressão policial aumentou de intensidade em todo o território, conduzindo à morte de dois operários, em Gaia, sob o fogo da GNR, durante uma greve numa fábrica de curtumes⁴⁴⁸. O executivo era acusado pelos sindicalistas de proteger “abertamente” Alfredo da Silva, “exercendo perseguições sobre os grevistas da CUF, deixando cair de vez a máscara da tolerância que já estava um pouco deslocada do rosto, desde as importantes greves que, ainda há pouco, convulsionaram a vida cidadina”. A *Batalha* salientava que um “governo de confessos inimigos do dezembrismo, não hesitou em apoiar um dos seus maiores defensores”⁴⁴⁹. “Esquece-se o sr. Domingos Pereira as afirmações feitas perante operários e confirmadas por delegados seus na UON,” perguntava a *Batalha* que não estranharia se fosse outro governo a submeter-se às “imposições” de Alfredo da Silva: “Para o actual não, que depois das rubras declarações feitas pelos seus membros em várias ocasiões se lança nos braços dos capitalistas”⁴⁵⁰.

⁴⁴⁴ *O Mundo* 12-06-1919

⁴⁴⁵ O aumento da tensão social, não impede que, a 28 de Maio, ao analisar a obra governativa, a *Batalha* refira que “sob o ponto de vista do respeito pelas liberdades públicas, não se pode, em boa verdade, dizer que o governo houvesse cometido excessos de vulto”. Com as greves, esperavam “violência”, “porque é invariável suceder assim, que o governo perdesse a cabeça”. Até sob o ponto de vista das “reformas sociais”, o governo tinha feito “coisas boas, mas um pouco ao acaso, dispersas, sem conjunto,” *A Batalha* 28-05 1919

⁴⁴⁶ Vanessa de Almeida, *Um discurso escondido: Alfredo da Silva e as greves na CUF durante a Primeira República 1910-1919*, Lisboa, Bizâncio, 2009, pp.98-104

⁴⁴⁷ António José Telo, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, A Regra do Jogo, Lisboa, 1980, Vol.1, pp.97-99

⁴⁴⁸ Fernando Medeiros, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, pp. 176-177

⁴⁴⁹ *A Batalha* 31-05 1919

⁴⁵⁰ *A Batalha* 29-05-1919

Na realidade, os sindicatos tentavam mobilizar a intensa contestação operária com o objectivo de ser organizada uma grande paralisação, a primeira desde 14 de Novembro de 1918⁴⁵¹. A 11 de Junho, a *Capital* anunciou, em primeira mão, a convocação de uma greve geral⁴⁵², provocando sério alarmismo nas hostes governamentais que viam nessa contestação o prenúncio da revolução social há tanto propalada⁴⁵³. Este temor servirá, no entanto, de pretexto para o governo se legitimar novamente. Nesse sentido, António Maria Baptista, perante “circunstâncias excepcionais”, dirige-se à câmara, explicando-lhe que dum “momento para o outro” podia ser “perturbada a ordem pública”, devido a “díscolos que andam por aí a fazer a propaganda da desordem”. Segundo relatórios das forças policiais, o ministro da Guerra garantia que “nalguns meios operários” se preparava a greve geral com a participação dos “ferroviários da Companhia Portuguesa”, dos funcionários da “Companhia das Águas, Carris do Ferro e outras”, fazendo-se apelos à “revolução social”, incitando-se os operários a ir à “luta”. Noutra relatório, assegurava-se até que o “pessoal da União Fabril resolvera dinamitar a fábrica do Barreiro”. Em face disso, o ministro solicitava se a Câmara concedia ao Governo a “confiança para proceder em harmonia com as circunstâncias nos dias que se vão seguir”. Em resposta, António Maria da Silva mostrava o seu distanciamento, face ao governo, ao propor um voto de confiança de uma forma muito condicional, pois apenas resolvia “assegurar ao Ministério a sua inteira confiança, enquanto dela carecer para garantir a manutenção da ordem pública”. António José de Almeida, que contemporizava mais com o executivo, apresentou outra moção, reiterando-lhe a sua plena confiança, “considerando desde já encerrada a crise política que só deverá ser reaberta depois de o governo haver resolvido o incidente da ordem pública e assim o ter comunicado à Câmara”. Foi esta a moção aprovada por todos os grupos parlamentares, substituindo a moção original de António Maria da Silva⁴⁵⁴. Esta sessão parlamentar pôs em evidência a hostilidade que grassava dentro de diversos sectores do PRP, em relação à continuidade de Domingos Pereira no poder. A forma como António Maria da Silva demonstrava o seu apoio, fazia a *Capital* perguntar se a maioria não estava a indicar, ao governo, “a porta da rua?”⁴⁵⁵

⁴⁵¹ Fernando Medeiros, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A regra do jogo, 1978, pp.175-180; Joana Dias Pereira, *Sindicalismo Revolucionário- A História de uma Ideia*, Lisboa, FCSH, 2004, pp.120-125

⁴⁵² *A Capital* 11-06-1919

⁴⁵³ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense editora, 1954 pp.242-243

⁴⁵⁴ *Diário da Câmara dos Deputados* 13-06-1919 pp.20-24

⁴⁵⁵ *A Capital* 15-06-1919

Domingos Pereira, em declarações ao *Diário de Notícias*, reiterava que o seu ministério estava “em crise”, não deixando de acrescentar: “disse agora ao Álvaro de Castro que se preparasse”⁴⁵⁶. O *Mundo*, denunciando os “ataques subterrâneos de ambições vulgares” que visavam o governo, fazia questão de descansar as pessoas que tinham bastante “receio” que o executivo pudesse retirar a sua demissão: “Essas alminhas podem deixar de estar aflitas por isso”, pois ele não desejava estender por muito mais tempo a sua acção⁴⁵⁷.

Para evitar que a greve geral anunciada fosse bem-sucedida, António Maria Baptista, mobilizou o exército e as forças policiais para patrulharem a cidade, com artilharia pesada, sendo ocupados os locais onde se previam actos de sabotagem ou situações de maior conflito, como as fábricas da CUF, a Companhia das Águas, a Carris e as instalações dos Caminhos-de-ferro⁴⁵⁸. Esta demonstração de força, no meio de uma enorme tensão, não impediram Domingos Pereira de autorizar um grande comício operário, no parque Eduardo VII, onde foi proclamada oficialmente a greve geral, reiterando a *Batalha* que tal se devia porque a “má vontade, a atitude hostil, a fúria tirânica do governo porfiaram em esgotar até aos últimos limites, a paciência da classe operária”. Segundo a *Batalha*, a greve resultava de um “gesto instintivo de defesa” contra Alfredo da Silva que ao “operariado tem o ódio mais profundo”. A forma como o industrial tinha tratado os trabalhadores da CUF tinha sido um ataque a todo o “princípio associativo”, beneficiando do apoio do governo que secundava-o “com a protecção escandalosa que lhe tem dispensado”⁴⁵⁹.

Se a greve tinha como fim demonstrar solidariedade com os trabalhadores da CUF, para o governo, tratava-se de um pretexto para uma grande actividade revolucionária, ordenando a sua imediata repressão. Os principais sindicatos foram assaltados pelas forças policiais e, decorrente das rusgas efectuadas no seu interior, foram encontrados materiais explosivos e algum armamento, sendo encerrada a sede da UON e seladas as instalações do seu jornal. Esta acção desencadeou uma imediata greve tipográfica, em solidariedade com a *Batalha*. Embora a interdição do maior órgão

⁴⁵⁶ *Diário de Notícias* 17-06-1919

⁴⁵⁷ *O Mundo* 16-06-1919

⁴⁵⁸ *A Capital* 15-06-1919

⁴⁵⁹ *A Batalha* 17-06-1919

informativo operário tenha durado apenas um dia, a greve dos tipógrafos prolongou-se, impedindo a publicação de quase toda a imprensa em Lisboa durante vários dias⁴⁶⁰.

No parlamento, os socialistas chamavam a atenção para a excessiva repressão, por parte das forças policiais, que espancavam e prendiam operários. Domingos Pereira respondia a essas acusações, denunciando a existência de “*meneurs*, que exploravam a classe operária, levando-a “para um caminho que não podia deixar de suscitar da parte do Governo, que tem responsabilidades e obrigações, as providências que no caso tomou”. Para o governante, o encerramento das sedes sindicais e da *Batalha* deveu-se à descoberta de explosivos e armas no seu interior, afirmando ter informações de que o “Rossio ia ser escavacado... Escavacado, é o termo!” Os estabelecimentos comerciais que “estivessem abertos seriam assaltados à bomba. Chegar-se-ia às máximas violências, em suma.” No entanto, não deixava, de reprovar “absoluta e energicamente que se agridam presos. Afirmando que, se forem descobertos os autores dessas agressões, o Governo fará castigá-los severamente”⁴⁶¹. Domingos Pereira defendia que as forças policiais deviam manter “sempre a máxima serenidade”, tendo “sempre o máximo cuidado em não praticar violências escusadas”. Porém, seria “indispensável que aqueles que não querem que essas violências sejam executadas, se não querem que sangue algum seja derramado, não comecem por praticá-las contra aqueles a quem devem reconhecer superioridade de força”⁴⁶².

A estratégia do governo passava por acentuar a existência de “agitadores” que apelavam à “guerra social”, conseguindo mobilizar “parte” do operariado. Eram indivíduos que, embora não pertencessem aos sindicatos, reuniam-se nas suas instalações, onde estavam armazenadas “bombas e diverso material de guerra”, para “assentarem em planos de alteração da ordem” e distribuírem grandes somas de dinheiro, “proveniente de origens suspeitas”, quantias de uma “importância grande, excessiva, que de modo nenhum podia ser despendida por operários”. Foram esses “excessos cometidos por alguns operários” que deram ensejo à intervenção da força armada”, garantiam Domingos Pereira e António Maria Baptista que, com o intuito de “manter a ordem e a disciplina”, apenas queriam proteger os operários “sensatos”,

⁴⁶⁰ A partir de 21 de Junho era publicada a *Imprensa*, que juntava as redacções e os redactores dos seguintes jornais: *A Capital*, *Diário de Notícias*, *Época*, *Jornal Comércio*, *Jornal da Tarde*, *Luta*, *Manhã*, *Mundo*, *Opinião*, *Portugal*, *República*, *O Século*, *A Vanguarda e Victória*

⁴⁶¹ *Diário da Câmara dos Deputados* 20-06-1919, pp.4-7, 10-11

⁴⁶² *Diário da Câmara dos Deputados* 05-06-1919, p.25

“bem-intencionados e honestos”⁴⁶³. Os conflitos com o operariado não impediram a continuação da política social pelos executivos republicanos no mesmo modelo que o chefe do governo seguinte, Sá Cardoso, recomendava aos governadores civis: «responder em tudo o que seja possível às reivindicações da classe operária» mas «manter-se intransigente com as tendências subversivas que parecem dominantes entre os seus dirigentes»⁴⁶⁴. Ao longo desses meses, as autoridades estavam a par de relatórios, policiais e militares, assim como de muitas denúncias, que sugeriam a urdidura de uma grande revolução por parte de sectores mais radicais das organizações operárias. Muitos desses relatos denunciavam estranhas cumplicidades entre sidonistas, monárquicos, «operários sindicalistas e bolchevistas» e «despeitados republicanos», que se traduziria em distúrbios, provocações, atentados e assaltos, potenciadores duma greve geral revolucionária, precursora da erupção da grande revolução bolchevista. Este seria o pretexto, segundo as informações recolhidas, para que, do caos resultante, surgisse um levantamento monárquico que tomaria conta do país⁴⁶⁵.

A greve geral, que se previa muito violenta e abrangente, acabou por revelar resultados bastantes parciais, não cumprindo os seus objectivos, quer devido à forte prevenção militar, por parte do governo, quer devido a uma deficiente coordenação sindical, falhando a aderência de profissões essenciais como os ferroviários e os trabalhadores da Carris⁴⁶⁶. Deste modo, a 25 de Junho, o chefe do governo pôde esclarecer na Câmara que o problema da ordem pública tinha perdido “toda a gravidade” e, embora não estivesse “absolutamente resolvido”, tinha chegado a “hora de apresentar a sua demissão ao Parlamento”. António Maria da Silva, embora elogiasse o “grande espírito de sacrifício” do executivo e a “obra republicana” já realizada, não deixava de lamentar, mais uma vez, que o governo “não quisesse continuar nas suas cadeiras para explicar à Câmara toda a sua obra e dar os esclarecimentos que, porventura, qualquer Deputado lhe solicitasse no uso do seu direito”. Por seu lado, António José de Almeida, não se importava que o governo ficasse mais tempo nas “cadeiras do poder”. Não o considerava “gasto”, podendo “prestar ainda os seus serviços à República”. Em resposta, Domingos Pereira reiterava que “há muito que o

⁴⁶³ *Diário da Câmara dos Deputados* 25-06-1919, pp.10-14

⁴⁶⁴ Citado in Diego Palácios Cerezales, *Portugal à coronhada: protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011, p. 250

⁴⁶⁵ Miguel António Dias Santos, *Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009, pp.524-526

⁴⁶⁶ António José Telo, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, A Regra do Jogo, Lisboa, 1980, Vol.1, pp.151-153; Fernando Medeiros, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, pp.175-183;

Governo tinha a convicção de que a sua missão estava finda, pois das Câmaras não saiu a indicação da sua continuidade”. O chefe do governo demissionário frisava ainda que, desde então, o executivo esteve permanentemente em “crise”, não podendo continuar essa “situação instável que nada o prestigiaria nem o Parlamento”⁴⁶⁷.

Embora toldada pela greve tipográfica, a *Imprensa* dava conta das negociações constantes que teriam um incremento maior com a declaração oficial da crise ministerial. Apesar dos evolucionistas desejarem integrar o próximo governo, a maioria dos deputados democráticos, segundo a *Imprensa*, defendia um governo partidário⁴⁶⁸. Sá Cardoso, que exercia o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, acabou por ser convidado pelo Presidente da República⁴⁶⁹, surgindo como uma solução de compromisso entre as várias facções.

2.2-Presidente da Câmara dos Deputados

A 28 de Junho, Sá Cardoso formou um governo partidário, num equilíbrio precário que colocava Álvaro de Castro na liderança da bancada parlamentar democrática, cabendo a António Maria da Silva, a vice-liderança⁴⁷⁰. Domingos Pereira, por proposta de Álvaro de Castro, foi eleito presidente da Câmara de Deputados a 1 de Julho de 1919 com 67 votos. Durante a votação entraram na urna 75 listas, sete das quais brancas; Queiroz Vaz Guedes teve apenas um voto. Ao tomar posse, “agradece à Câmara a honrosa distinção que acaba de conferir-lhe. Promete dirigir-se no desempenho deste lugar com toda a imparcialidade, seguindo as prescrições do Regimento e procurando servir o melhor possível a Pátria e a República”. A imparcialidade foi a palavra mais utilizada pelos agrupamentos partidários, em resposta às declarações do novo presidente⁴⁷¹.

Sá Cardoso teria bastantes dificuldades em pôr em prática o seu extenso programa de governo, num contexto de forte conflituosidade política e social com

⁴⁶⁷ *Diário da câmara dos Deputados* 25-06-1919, pp.26-28

⁴⁶⁸ *Imprensa*, 25, 26-06-1919. Segundo a *Imprensa*, era António Maria da Silva quem mais se afiançava para formar um novo executivo, encetando negociações com os evolucionistas que não resultaram devido a desentendimentos sobre quem recairia a presidência e a pasta do Interior. *Imprensa*, 27, 28-06-1919

⁴⁶⁹ *Imprensa*, 28-06-1919

⁴⁷⁰ Na tomada de posse do novo governo, Domingos Pereira, fazendo um balanço da sua acção governativa, “comprazeu-se de ter realizado o programa que as circunstâncias lhe impuseram, tendo sempre em vista o completo saneamento do organismo nacional.” *Imprensa*, 30-06-1919

⁴⁷¹ *Diário da Câmara dos Deputados* 01-07-1919 p.12 Cf. Fernando de Sousa, Conceição Meireles Pereira (coord.) *Os Presidentes do Parlamento Português - I República (1910-1926)*, Lisboa Assembleia da República, 2012 Vol. II pp.329-331

greves sucessivas, atentados e confrontos com o operariado, aliado a uma grave crise económica⁴⁷². Apesar de deter uma maioria sólida no parlamento e de chefiar um governo integralmente constituído por membros do PRP, isso não proporcionava uma maior estabilidade devido à fragmentação do maior partido⁴⁷³.

A *Capital* garantia que o PRP se dividia em três grandes correntes: a de Álvaro de Castro, ao centro, sendo a ala direita representada por António Maria da Silva, e a esquerda representada por João Luís Ricardo⁴⁷⁴. A *Montanha* perguntava: “Partido Democrático? Qual? O de Afonso Costa? O de Domingos Pereira? O de António Maria da Silva? O de Álvaro de Castro?”⁴⁷⁵ Nas suas memórias, Alberto Xavier, chefe de gabinete de Sá Cardoso, notava que, com a ausência de Afonso Costa, “outras personalidades” do PRP julgavam-se em condições de assumir um “papel preponderante”, a nível partidário e governativo. Com a aspiração de serem chefes de governo, em seu redor formavam-se “grupos de amigos” dos pretendidos chefes” com ambições ministeriais, resultando uma “surda luta de ambições e de rivalidades pessoais sem grandeza” que se assinalava na vida interna do partido. Alberto Xavier concluía que daqui provinha a “carência de unidade, de coesão, de disciplina na maioria parlamentar, tornando difícil o funcionamento normal e profícuo do sistema político que a Constituição de 1911 havia adoptado”⁴⁷⁶. Cunha Leal, por sua vez, recordará como as candidaturas à “chefia” do PRP foram-se “delineando, paulatinamente, e corresponderam à formação, dentro deste organismo, de uma esquerda, recrutada entre as massas populares das grandes cidades, de uma direita, formada pelos poderosos restos do cacicato campesino da monarquia, e de um centro, que, sob a direcção de Álvaro de Castro e de Domingos Pereira, reunia o que havia de melhor no escol do partido, sem que, em todo o caso, exercesse sobre o eleitorado, quer urbano, quer rural, uma intensa força de atracção”⁴⁷⁷.

Um dos momentos de maior divisão política do PRP deveu-se à discussão sobre a revisão constitucional⁴⁷⁸. A alteração na Constituição que previa a dissolução

⁴⁷² Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954, pp.244-260

⁴⁷³ Ao contrário da defesa acérrima do governo anterior, *O Mundo* mostrava uma certa distância em relação ao novo executivo. Para *O Mundo*, deveria ter sido formado um governo nacional ou de conjugação partidária, pois um governo partidário “necessariamente provocará lutas estéreis nos partidos, lutas prejudiciais aos trabalhos indispensáveis ao ressurgimento do país”. *O Mundo* 04-07-1919

⁴⁷⁴ *A Capital* 06-07-1919

⁴⁷⁵ Citado in Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954 p.228

⁴⁷⁶ Alberto Xavier, *Memórias da vida pública*, Lisboa, Ferin, 1950, p.63

⁴⁷⁷ AA.VV., In *Memoriam Álvaro de Castro*, Lisboa, 1947 pp.172-173

⁴⁷⁸ Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas: o campo partidário republicano português (1910-1926)* imprensa da Universidade, Coimbra, 2008, p.98

parlamentar, atribuía ao Chefe de Estado um poder moderador, transformando-o, tal como os monarcas constitucionais, em árbitro do regime, através da possibilidade de oferecer a outro partido a organização e o triunfo nas eleições. O novo modelo constitucional podia alterar, radicalmente, o modo como funcionava o sistema político, quebrando o círculo que permitia a um partido permanecer permanentemente no poder. Esse projecto foi marcado por uma forte divergência interna: Álvaro de Castro era a favor e António Maria da Silva mostrava-se contra, tentando paralisar a discussão, através do prolongamento infinito das sessões, numa atitude intransigente, marcando a sua candidatura à liderança do partido⁴⁷⁹. Para a *Capital*, tratava-se de uma “Cabala⁴⁸⁰”, acusando o grupo de António Maria da Silva de querer, para o PRP, o monopólio do Poder, que eles, “como seus marechais, desfrutariam, e são ainda contra a dissolução, porque desejam vencer o grupo contrário”, de Álvaro de Castro, que estava a realizar “um esforço heróico para depurar o seu partido, reabilitando definitivamente com actos de desinteresse pessoal e abnegação partidária”⁴⁸¹.

Domingos Pereira⁴⁸² que, como presidente da Câmara dos Deputados, pautava-se por uma atitude de descrição e alheamento da linha da frente do combate partidário, teve oportunidade de mostrar a sua influência política durante as eleições presidenciais, que se realizaram em Agosto de 1919. António José de Almeida e Teixeira Gomes eram os dois candidatos mais cotados, decorrendo amplas negociações nos bastidores, devido à incerteza do resultado. Manuel Teixeira Gomes apenas viu confirmado o apoio oficial do PRP no próprio dia da eleição, em reunião do Grupo Parlamentar Democrático⁴⁸³. António José de Almeida, pelo contrário, era apoiado pelos Evolucionistas, independentes, parte dos Unionistas e várias facções dos outros partidos. Na primeira votação, 82 parlamentares votaram em Teixeira Gomes, recebendo António José de Almeida 87 votos. No segundo escrutínio, António José de Almeida obteve 93 votos, sobrando 84 votos para Teixeira Gomes, havendo necessidade de uma terceira volta.

⁴⁷⁹ Filipe Ribeiro de Meneses, “O impacto da Primeira Guerra Mundial no sistema político Português” in Manuel Baiôa, (Ed.), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004, pp. 438-439

⁴⁸⁰ A *Capital* 25-07-1919

⁴⁸¹ A *Capital* 26-07-1919

⁴⁸² As eleições desse ano tinham trazido à Câmara novas figuras que formariam o grupo dissidente de Domingos Pereira. Entre os mais proeminentes, destacavam-se Vasco Borges, Bartolomeu Severino, Albino Marques de Azevedo, Costa Cabral, Jaime de Sousa, Alberto Dias Pereira e Lúcio Pinheiro dos Santos, que se haveriam de juntar aos aliados do político bracarense provenientes das anteriores legislaturas, como Joaquim de Oliveira, João Soares, Domingos da Cruz e Henrique de Vasconcelos. No Senado, Domingos Pereira dispunha de dois aliados fiéis: Augusto Monteiro e Francisco Pereira.

⁴⁸³ A *Capital* 06-08-1919

Domingos Pereira viu-se assim obrigado a lembrar, na reunião dos parlamentares democráticos, que se realizou entre o segundo e o terceiro escrutínio, que deveriam votar em António José de Almeida⁴⁸⁴, correspondendo assim à promessa feita pelos evolucionistas e unionistas de votarem em Teixeira Gomes se este obtivesse maioria no segundo escrutínio. Ao fim da terceira votação, António José de Almeida somou 123 votos contra 31 votos de Teixeira Gomes. No entanto, dos 179 congressistas que votaram no segundo escrutínio, esse número desceu para 167 na terceira votação, aparecendo 13 listas brancas. Dos 84 votos em Teixeira Gomes, na segunda votação, só metade foram para António José de Almeida no terceiro escrutínio⁴⁸⁵. Estas eleições deixavam transparecer a grande disfuncionalidade do PRP que, dividido, facilitou a vitória do candidato evolucionista.

O próximo congresso do PRP era visto com grande expectativa para serem debatidos os seus problemas internos. Como lembrava a *Capital*: “Da atitude do Congresso depende o futuro do partido, e em grande parte os interesses da república a ela estão ligados”⁴⁸⁶. A assembleia magna do PRP⁴⁸⁷ acabou por se debruçar mais sobre a reforma da lei orgânica do partido do que propriamente debater as graves divergências internas. Um dos congressistas presentes, António José Correia, não deixava de apontar que a grande indiferença que se tinha visto nas últimas eleições se devia ao “péssimo tacto administrativo dos nossos governos”, apelando também que se “economizem os dinheiros públicos”. Sentindo-se visado, Domingos Pereira defendeu-se num discurso, segundo o *Mundo*, ouvido “religiosamente”. Recordando a composição do seu governo, salientava que, por ser “heterogéneo”, o seu presidente não podia “assumir a responsabilidade total dos seus actos”, Por outro lado, e aludindo as grandes despesas

⁴⁸⁴ Segundo a *Capital*, Teixeira Gomes tinha sido patrocinado por António Maria da Silva, Brito Camacho e Álvaro de Castro, enquanto António José de Almeida era “defendido vigorosamente” por Domingos Pereira, que o tinha “eloquentemente exaltado” num “discurso caloroso”, realizado no intervalo das votações. “Afirma-se mesmo que o sr. Domingos Pereira replicara a um seu correligionário, proferindo com veemência a seguinte frase: - votarei no dr. António José de Almeida e exorto os meus amigos a que assim façam também. E não sairei do partido nem me farão sair, porque estou onde estava e quero estar! O sr. António Maria da Silva defendia, pelo contrário, a candidatura do sr. Teixeira Gomes. E a sua paixão era tal que chegou a lançar à Assembleia (se acaso estamos bem informados) esta apóstrofe: - Vejam bem o que vão fazer. Se elegerem o dr. António José de Almeida cometem um verdadeiro crime partidário! Os amigos mais íntimos do sr. Afonso Costa, tendo assento no Congresso, votaram no sr. António José de Almeida e fizeram da sua candidatura quase pública propaganda.” A *Capital* 07-08-1919

⁴⁸⁵ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954 pp.226-227

⁴⁸⁶ A *Capital* 24-10-1919

⁴⁸⁷ O congresso coincidiu com a formação do Partido Liberal. Para se fortalecerem, os evolucionistas e unionistas, após a aprovação da revisão constitucional e a eleição de António José de Almeida como Presidente da República, aceitaram finalmente fundir-se num único agrupamento partidário. Cf. Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas: o campo partidário republicano português (1910-1926)* imprensa da Universidade, Coimbra, 2008, pp.80-85

efectuadas, Domingos Pereira frisava a sua utilidade, dando como exemplo o aumento de militares da GNR, necessária como um “corpo defesa da República”. António Maria da Silva, no discurso seguinte, salientou, em resposta a Domingos Pereira, que em todos os “momentos” se deveriam realizar “economias severas”⁴⁸⁸. Apesar de alguns momentos de tensão, Álvaro de Castro, no seu discurso, fez um apelo à união interna, convergindo as várias sensibilidades num aparente apaziguamento, elegendo-se um novo directório onde estavam presentes as principais facções⁴⁸⁹.

Fazendo um balanço do congresso, *O Mundo*, no seu editorial, declarava que o partido se mantinha “unido, forte, poderoso, invencível, não admitindo nenhuma ideia de dissolução ou de cisão”. O PRP continuava a ser uma “força evolucionando para a esquerda”, intransigente na “luta contra a reacção clerical, contra o predomínio das classes, contra o nepotismo na vida pública, contra as oligarquias, contra o privilégio tenha ele a cor que tiver”⁴⁹⁰. Na realidade, o resultado final acabou por ser bastante favorável a António Maria da Silva que conseguiu incluir, no novo directório eleito, aliados bastante próximos, como José Domingues dos Santos, Barbosa de Magalhães, José Nunes Loureiro e Mariano Martins que formarão o núcleo duro do partido em seu torno. A nova direcção do PRP, mantendo acesas as divergências, prefigurava um frágil equilíbrio que não tardou a desintegrar-se. O clima de hostilidade mantinha-se. Ramada Curto, por exemplo, abandonou o partido, logo nos dias seguintes ao congresso, declarando ao *Século* que a unidade dentro do PRP era “uma coisa artificial, um enorme aglutinado de interesses e mentalidades divergentes”⁴⁹¹.

⁴⁸⁸ *O Mundo* 28-10-1919

⁴⁸⁹ Efectivos – Afonso Costa, Álvaro de Castro, António Maria da Silva, Domingos Leite Pereira, José Domingues dos Santos, José Maria Barbosa de Magalhães, José Nunes Loureiro, Mariano Martins e Vitorino Guimarães; substitutos – António Pires de Carvalho, Artur Cohen, Baltasar Teixeira, Domingos Frias de Sampaio e Melo, Francisco Peres Trancoso, João Antunes Baptista, João Camoesas, João Vaz Guedes e Manuel Pinto de Azevedo

⁴⁹⁰ *O Mundo* 28-10-1919

⁴⁹¹ *O Século* 31 -10-1919

3-II Governo de Domingos Pereira -1920

O compromisso saído do congresso não fez diminuir a hostilidade vigente no partido, continuando o governo de Sá Cardoso bloqueado num impasse governativo, devido à contínua crise político-partidária. Segundo Pedro Fazenda, os “partidos históricos pulverizam-se sobre a pressão da atmosfera em que se acumulam todos os seus erros, revivendo em microorganismos que se sentem estrebuchar na ânsia de novas agremiações”⁴⁹². A estratégia das várias facções rivais passava por impedir que qualquer uma conseguisse preponderar e consolidar-se no poder, preferindo condicionar e boicotar a sua actividade parlamentar e governativa, anulando-se mutuamente, neutralizando, deste modo, a maioria absoluta que o PRP dispunha. A crise política não impediu que Domingos Pereira, pelo seu trabalho, bastante elogiado⁴⁹³, fosse reeleito Presidente da Câmara dos Deputados, a 2 de Dezembro. No seu discurso de agradecimento, apelava para que a Câmara trabalhasse, “norteando-se sempre pelos verdadeiros interesses da Nação e pelas prosperidades da Pátria e da República”⁴⁹⁴.

Numa tentativa de comprometer os vários grupos rivais, o presidente do Ministério promoveu uma remodelação do seu executivo, fazendo entrar para o governo, António Maria da Silva, Álvaro de Castro e José Luís Ricardo. Esta política de apaziguamento acabou por não surtir o efeito desejado, pois Sá Cardoso continuava a considerar que não dispunha de apoio suficiente, nas câmaras e no seu partido, para continuar a governar. Apesar de ter ganho uma moção de confiança no parlamento, por 51 votos a favor contra 39, o governo pediu a demissão a 8 de Janeiro de 1920⁴⁹⁵.

Perante este desfecho, se *A Manhã* declarava que “com o parlamento actual nenhum governo pode governar”⁴⁹⁶, *A Vitória* ia mais longe, exigindo que se fossem

⁴⁹² Pedro Fazenda, *A crise política (em Portugal)*, Lisboa, Lumem, 1921 p.98

⁴⁹³ Já em Setembro, a *Capital* salientava que na Câmara dos Deputados era unanimemente louvada a atitude imparcialíssima” que soube “manter. “Acentuava-se, principalmente, isto: que sendo o sr. Domingos Pereira um político partidário e sujeito, portanto, às paixões em que se debatem os partidos, soube, todavia, conservar-se estranho a elas, não desmentindo, nem uma única vez, as promessas que fez à Câmara e as esperanças que este depositou nele”. *A Capital* 09-09-1919

⁴⁹⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, 02-12-1919 pp.4-5

⁴⁹⁵ Nas suas notas políticas, Domingos Pereira descreve uma reunião do Directório, a 20 de Março de 1920, onde foi abordada a falta de apoio do PRP ao governo de Sá Cardoso: “Mariano Martins disse que Sá Cardoso já estava para fazer o que fez, sair do Partido, acompanhando Álvaro de Castro e por isso se não importava com o Partido nem com o Directório. Conta que nunca nomeou um certo governador civil para Coimbra. Barbosa de Magalhães explicou que efectivamente a culpa da falta de apoio da maioria a Sá Cardoso resultava de ser um ministério mau e Mariano Martins ainda acrescentou que na pasta das Finanças se não fez o que tantas vezes lhe foi dito que fizesse e o Partido queria”. APDLP *Notas Políticas: 1919, 1920, 1921* [manuscrito]

⁴⁹⁶ *A Manhã* 12-01-1920

buscar as “competências onde quer que se encontrem, dêem-se-lhe largos poderes para governar e adie-se o Parlamento para que a acção desse governo se possa exercer sem peias que estiolem, dificultem e demorem as soluções urgentes da administração pública”⁴⁹⁷. Em diversos sectores da sociedade, as instituições parlamentares eram cada vez mais criticadas pelo seu bloqueio constante ao poder executivo, exigindo-se antes governos mais fortes que não estivessem tão dependentes do controlo parlamentar e que tivessem firmeza e autoridade suficientes para executar o seu mandato, manter a ordem e conter o operariado que, reorganizado, começava a dar mostras de querer acentuar sua luta⁴⁹⁸. Desde o final de 1919 que se assistia também à organização da Confederação Patronal que, defendendo os fortes interesses capitalistas, ambicionava assumir um papel mais interventivo na vida política⁴⁹⁹. Sérgio Príncipe, um dos principais mobilizadores da Confederação Patronal, numa conferência, pedia “acções enérgicas, uma vez que os meios de acção pacífica se tinham esgotado”⁵⁰⁰. Por outro lado, sob a orientação do seu chefe de Estado Maior, Liberato Pinto, a reorganização que dotou a GNR de amplo poderes, transformando-a na guarda pretoriana do regime, não tardaria a manifestar-se começando a interferir activamente no funcionamento do sistema.

O PRP continuava a fragmentar-se com a saída de diversos políticos como Artur Leitão, director do *Portugal*, em rota de colisão com António Maria da Silva, criticando a “camarilha” que se tinha apossado do PRP para “satisfação das suas ambições e vaidades pessoais⁵⁰¹” ou Orlando Marçal que, abandona-o, acusando-o de ser incapaz de exercer a sua missão: “desmorona-se. Faltou-lhe a pedra fundamental... os seus blocos vão-se desagregando. Esfacela-se”⁵⁰². Domingos Pereira mantinha o seu capital de apoio no *Mundo* que lastimava o seu “prestígio que mal-empregado é à palavrosa e infecunda Câmara dos Deputados”⁵⁰³. A *Capital*, ao analisar as irreduzíveis facções dentro do PRP, como os “espíritos cordatos”, de Álvaro de Castro, e os “irrequietos”, de

⁴⁹⁷ *A Vitória* 08-01-1920

⁴⁹⁸ Fernando Medeiros, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, pp. 201-223

⁴⁹⁹ José Machado Pais, “Sérgio Príncipe e a Confederação Patronal: História de um atentado”. in *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio Realizado na Faculdade de Letras em Março de 1980* Lisboa, A Regra do Jogo, 1982 pp. 287-315

⁵⁰⁰ *O Século* 29-01-1920; Fernando Medeiros, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, pp. 218-220

⁵⁰¹ *Portugal* 13-01-1920

⁵⁰² *A Manhã* 17-01-1920

⁵⁰³ *O Mundo* 10-01-1920

António Maria da Silva, não se esquecia de mencionar a “hegemonia” que Domingos Pereira mantinha, “dentro do seu grupo de aproximadamente 10 parlamentares”⁵⁰⁴.

Para a resolução da crise governativa, após a demissão de Sá Cardoso, o Presidente da República começou por ouvir os presidentes das duas câmaras parlamentares. Domingos Pereira, à semelhança da posição oficial do seu partido, defendia um governo nacional⁵⁰⁵. Nesse sentido, Brito Camacho foi convidado a formar governo. Depois da sua recusa, António José de Almeida convidou os liberais e democráticos para apresentarem um ministério de concentração. Estes, tendo em conta a possibilidade de serem convocadas novas eleições, não se entendiam sobre quem ficaria a controlar a pasta do Interior, fazendo gorar esta solução⁵⁰⁶. Perante este impasse, o Presidente da República resolveu facilitar uma oportunidade governativa ao segundo maior partido com assento parlamentar, o Partido Liberal, que não escondia a ambição de lhe ser concedida a dissolução do parlamento. De forma cautelosa e evitando ferir susceptibilidades, o Chefe de Estado não se comprometeu com a hipótese de conceder a dissolução ao novo governo, antes “confiando que o Parlamento lhe dê o seu patriótico apoio⁵⁰⁷”, como revelava a nota oficiosa. Depois de várias negociações, Fernandes Costa formou um governo somente com membros do partido Liberal⁵⁰⁸. O PRP, em comunicado, não deixou de mostrar a sua estranheza para a solução da crise política, já que não lhe fora “solicitada a anuência à formação de um gabinete partidário.” Não o hostilizando abertamente, ficariam a aguardar, “numa perspectiva vigilante a atitude do governo no parlamento e a sua acção na política administrativa”⁵⁰⁹.

Apesar desta posição, as bases radicais, que continuavam a dominar as ruas de Lisboa, mobilizam-se, sendo marcados alguns protestos, no “Terreiro do Paço”, para confrontar o novo executivo e “solicitar a constituição de um governo em que só entrem autênticos republicanos”⁵¹⁰. No dia da sua tomada de posse, uma “manifestação do povo republicano⁵¹¹” interrompeu uma reunião do novo governo, acusando-o de integrar elementos dezembristas, causando alguns distúrbios, obrigando Fernandes Costa a dirigir-se a Belém para apresentar a sua demissão. Como explicava o *Mundo*: “O Povo

⁵⁰⁴ *A Capital* 02-01-1920

⁵⁰⁵ *Diário de Notícias* 11-01-1920

⁵⁰⁶ António José Queiroz, *José Domingues dos Santos: o defensor do povo: 1887-1958*, Lisboa, Assembleia da República, 2012, pp.45-46

⁵⁰⁷ *República* 13-01-1920

⁵⁰⁸ *República* 14, 15-01-1920

⁵⁰⁹ *Diário de Notícias* 14-1-1920

⁵¹⁰ *A Vitória* 15-01-1920

⁵¹¹ *A Vitória* 16-01-1920

de Lisboa tendo conhecimento de que no governo entravam elementos dezembristas manifestou-se contrário a essa entrada. Cumpriu honradamente o seu dever”⁵¹².

A *República* não deixava de criticar o *Mundo* que, “para não perder o velho hábito, faz no seu número de ontem a consagração das arruaças, elogiando o povo, como se o povo fosse uma dezena de desordeiros que enxovalham e agridem republicanos”⁵¹³. A manifestação radical não foi, no entanto, o principal motivo para a demissão do novo ministério. Como explicaria Fernandes Costa, em carta tornada pública, isso deveu-se à passividade da GNR, “não tendo nenhum agente da autoridade que persuadissem a multidão a dispersar”⁵¹⁴. Apesar do seu poder, a GNR mostrou-se neutra em relação aos protestos, não intervindo, indicando claramente ao novo governo indigitado, que não dispunha do seu apoio. A sua grande influência foi também notória na objecção que fez a Tomé de Barros Queiroz que, convidado por António José de Almeida para “constituir ministério com plena liberdade para a sua organização”⁵¹⁵, desistiu de depois de conversações com Mendonça de Matos, Comandante Geral da GNR⁵¹⁶. A *Época* não deixava de anotar esta atitude condicionante da GNR que apenas aprovaria um novo ministério depois de conhecer os ministros que fossem escolhidos⁵¹⁷. Mendonça de Matos observava que a GNR não faltaria a um “governo de elementos reconhecidamente republicanos, os meios necessários para garantir a ordem”. A *Época* perguntava o que “faltava fazer para ter as boas graças de Mendonça de Matos e Liberato Pinto”⁵¹⁸. Para evitar um vazio de poder, o Presidente da República viu-se obrigado a reconduzir o governo Sá Cardoso, que se encontrava demissionário, e a renovar as negociações para formar um novo ministério.

Os presidentes das duas câmaras parlamentares voltaram a ser chamados para solucionarem a crise política, sendo incumbidos de formarem governo. Se o general Correia Barreto, presidente do Senado, rapidamente desistiu da sua tarefa, Domingos Pereira não desistiu de encetar o caminho para a constituição de um governo de “concentração geral”. Para congregar o máximo de apoio possível, até fora do âmbito parlamentar, diversas personalidades são ouvidas, como Machado Santos, da Federação

⁵¹² *O Mundo* 16-01-1920

⁵¹³ *República* 117-01-1920

⁵¹⁴ *República* 18-01-1920

⁵¹⁵ *República* 17-01-1920

⁵¹⁶ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento, Barcelos*, 1954, p. 263; Vasco de Barros Queiroz, *A República de 5 de Outubro de 1910 a Maio de 1926 e a acção política de Tomé José de Barros Queiroz*, Lisboa, Editorial Eva, Lda., 1985, pp. 373-376

⁵¹⁷ *A Época* 18-01-1919

⁵¹⁸ *A Época* 19-01-1919

Nacional Republicana, ou Álvaro de Lacerda, da Associação Comercial de Lisboa, no sentido de poderem integrar o novo governo. Alguns agrupamentos, como os populares⁵¹⁹, uma pequena dissidência parlamentar formada por deputados evolucionistas radicais que se recusaram fundir com os unionistas, puseram-se logo de parte, só aceitando colaborar se lhes fosse cedido algumas das pastas chave: Guerra, Finanças e Agricultura⁵²⁰.

Os maiores obstáculos com que o Presidente da Câmara dos Deputados se deparou, para a formação do seu executivo, encontravam-se dentro do próprio PRP. Nas suas notas políticas Domingos Pereira queixava-se da falta de solidariedade do directório, com excepção de Vitorino Guimarães, que se “desinteressara tanto do grave encargo que eu tinha e da situação difícil da República”⁵²¹. A sua estratégia passava por comprometer as várias facções, convidando Álvaro de Castro e António Maria da Silva a permanecerem no governo, com as mesmas pastas que detinham no anterior. Ambos recusam⁵²². Mira Fernandes, Freire de Andrade e Santos Lucas são outras personalidades que não aceitam participar no novo governo, assim como João Luís Ricardo que se recusa a continuar à frente da pasta da Agricultura, levando Domingos Pereira a convidar Álvaro de Lacerda que, depois de muito instado, “resignou-se, contrariado” a aceitá-la⁵²³.

O processo arrastava-se numa “lentidão de alforreca”⁵²⁴, lamentava *o Mundo*, que não deixava de patrocinar Domingos Pereira como “uma nobre e intrépida figura de republicano, um novo em cuja grande alma vibram as mais generosas e desinteressadas aspirações. Dispõe de energia e reflexão. Tem a respeitabilidade que é devida às suas iminentes qualidades sobejamente comprovadas em todos os lugares, onde foi chamado a prestar colaboração eficaz do seu incontestável valor”. Embora fosse membro do PRP, “não é, com certeza, o fervor partidário que na situação do governo que constituir, o há-

⁵¹⁹ Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas: o campo partidário republicano português (1910-1926)* imprensa da Universidade, Coimbra, 2008 pp.85-88

⁵²⁰ O seu jornal relatava que apenas colaboraria “no caso de o colocarem em condições de poder no governo honrar os seus compromissos de oposição, a saber: saneamento do exército, melhoramento da nossa situação financeira e económica, repressão do açambarcamento, castigo dos funcionários do antigo Ministério dos Abastecimentos e barateamento da vida”. *O Popular* 21-01-20

⁵²¹ APDLP *Notas Políticas: 1919, 1920, 1921* [manuscrito]

⁵²² O “1º recusou-se por ter “de entrar num plano de acção” que não podia fazer no governo. Quer ver se levanta no País uma opinião consciente sobre a qual possa estabelecer uma fase de acção política necessária à República e aos interesses do País. O 2º recusou-se porque Álvaro de Castro não entrava. Se este ficasse, ficaria também. Álvaro de Castro disse-me não compreender esta razão e que se Antº Mª da Silva insistisse muito talvez tivesse que lhe dizer que ele, Álvaro de Castro, só entraria exactamente se Antº Mª da Silva não entrasse...” APDLP *Notas Políticas: 1919, 1920, 1921* [manuscrito]

⁵²³ APDLP *Notas Políticas: 1919, 1920, 1921* [manuscrito]

⁵²⁴ *O Mundo* 19-01-1920

de orientar. De resto, foi isso que plenamente demonstrou, quando numa hora crítica da vida da República, fez o sacrifício de presidir a um ministério”. Para o *Mundo*, Domingos Pereira era a “figura de alto prestígio a que ninguém deixa de render devida homenagem, deve, pois, merecer o apoio e franca cooperação de todos. A República o exige, a dignidade do país o reclama”⁵²⁵. “Venha, pois, um governo”, clamava a *Capital*: “A nação tem o direito de exigir que a governem, e se os políticos não são capazes de governar a nação, para que é então que existem, e se agitam, e embaraçam tudo aquilo que não podem solucionar?”⁵²⁶

Às “6 horas da manhã” do dia 21, depois de ter trabalhado “ininterruptamente, desde as 3 da tarde” do dia 19, segundo as suas notas, Domingos Pereira conseguiu apresentar um novo governo. Para este desenlace tinha sido o apoio firme do Presidente da República, a transigência dos liberais que, apesar da humilhação sofrida durante a formação do executivo de Fernandes Costa, acederam a apoiar o novo governo e o auxílio de Ramada Curto que, ao aceitar a pasta do Trabalho, deu origem a uma cisão no Partido Socialista⁵²⁷. Perante este desfecho, até *A Época*, temerosa de uma deriva radical, via com bons olhos a organização do novo ministério, considerando que “politicamente” não estava mal “constituído”. Domingos Pereira, “apesar do que consentiu no seu pródigo ministério anterior, é bem-intencionado e tem qualidades apreciáveis, entre as quais, o que vai sendo raro na República, a de ser honesto e bem-educado.” O jornal de tendência monárquica e católica apelava então que se unissem fileiras para o “desejo comum da ordem”⁵²⁸. O novo governo surgiu no meio de uma forte crispação social, com greves violentas em vários pontos do país, destacando-se a dos corticeiros, curtidores de peles, manipuladores de pão pessoal, pessoal da limpeza pública, descarregadores de terra e mar, para além de bastantes funcionários da Companhia dos Telefones. No Porto chegou a ser proclamada uma greve geral, levando à declaração do estado de sítio na cidade⁵²⁹.

⁵²⁵ *O Mundo* 20-01-1920

⁵²⁶ *A Capital* 20-01-1920

⁵²⁷ Segundo a *Batalha*, os deputados Costa Júnior, José de Almeida e Augusto Dias da Silva estavam a favor da entrada de um socialista no governo. Manuel José da Silva e António Francisco Pereira, por outro lado, mostravam a sua resoluta oposição. Ladislau Batalha “ficava na expectativa”. *A Batalha* 22-01-1920

⁵²⁸ *A Época* 22-01-1919

⁵²⁹ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954, p.264; Fernando Medeiros, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, pp.215-217

O executivo, formado por membros do Partido Republicano Português, do Partido Liberal, do Partido Socialista⁵³⁰ e Independentes, contava com o beneplácito fundamental dos revolucionários civis da Comissão Nacional de Defesa da República, que viam nele “aquele que neste momento convém aos altos interesses do país por ser constituído por homens cuja fé republicana é sobejamente conhecida”⁵³¹.

O Grupo Popular, que reunia poucos deputados, era o único agrupamento que se declarava em oposição aberta ao novo executivo⁵³². Isso não impediu que, na sua tomada de posse, Domingos Pereira lamentasse a falta de unidade que um governo de concentração proporcionava e a “opinião pública reclamava”, afirmando desde logo e, “peremptoriamente”, que o novo executivo não tinha “preocupações partidárias”, esperando que “dentro e fora do parlamento não levistem ao governo dificuldades que lhe obstruem o caminho”⁵³³. A preocupação do chefe do governo fazia-se sentir, pois, apesar de nominalmente deter uma maioria favorável de deputados, mantinha-se a incerteza como o parlamento haveria de receber o governo no meio de uma profunda desagregação partidária. Como lembrava a *Capital*: “O Partido Democrático já não é na realidade um partido mas a simples designação de três ou mais troços desse partido. O Partido Liberal dá manifestações de que tornam a dividir-se os elementos que o compuseram. O Partido Popular não tem organização, nem programa, nem mesmo se sabe se tem eleitores, porque os deputados com que conta foram eleitos com outros rótulos. O Partido Socialista está dividido em duas correntes que se hostilizam”⁵³⁴. Perante este ambiente, *O Mundo*, antevendo dificuldades, alertava que ao parlamento, cabia o “principal papel”, pois “se as câmaras legislativas não corresponderem paralela e assumidamente à obra do governo, todo o esforço resultará inútil”⁵³⁵. A questão principal prendia-se com o facto de António Maria da Silva não ter concordado com a constituição do novo governo e tudo fará para o derrubar⁵³⁶.

⁵³⁰ O *Combate*, órgão socialista, apenas referia que, embora não fosse um governo de esquerdas, “poderá acontecer que os elementos conservadores que o compõem se convertam em avançados e os avançados em conservadores (...) se o governo se afirmar esquerdista (...) terá o nosso leal e decidido apoio.” *O Combate* 21-01-1920

⁵³¹ *O Mundo* 22-01-1920

⁵³² Sobre o novo presidente do Ministério, o *Popular* referia ser “um rapaz simpático e inteligente, vai sempre arrastado para o poder como outrora as virgens que os pais levam à força para os conventos e tem sido o seu fadário de Monsanto até hoje.” *O Popular* 21-01-1920

⁵³³ *O Século* 22-01-1920

⁵³⁴ *A Capital* 09-02-1920

⁵³⁵ *O Mundo* 22-01-1920

⁵³⁶ Meses mais tarde, quando cindiram com o partido, o grupo dissidente de Domingos Pereira acusava António Maria da Silva de receber o novo governo de uma forma “hostil”: o “recebimento por parte do Sr. António Maria da Silva e dos seus é desabrido, poderíamos escrever insolente”. *O Mundo* 18-12-1920

Na apresentação parlamentar, Domingos Pereira considerava que o seu programa de governo seria “aquele que as condições actuais do país permitam realizar”. Tendo em conta a grave situação financeira, o governo procuraria realizar a mais “rigorosa economia dos dinheiros do Estado, intervindo ao mesmo tempo eficazmente no sentido de reduzir as despesas externas da nação”. Contava apresentar o orçamento geral do Estado para o ano de 1920-21, e promover na câmara propostas tendentes à diminuição das despesas públicas, “eliminando as que não forem indispensáveis, reduzindo as que forem excessivas e suspendendo as que não forem inadiáveis”. Em relação aos vários ministérios, o programa seria uma continuação e adaptação do governo anterior, não deixando de destacar, na Marinha, o melhoramento do “material dentro das circunstâncias financeiras do país”; nos Negócios Estrangeiros, consagrando especiais “atenções à execução do Tratado de Paz, cuja ratificação deve representar o início duma nova era, no tocante ao ressurgimento económico do país”. De modo especial, mereceria atenção o “essencial e momentoso problema aos transportes, assim como a questão hidráulica, na qual fará uma decidida política de realizações”. Em relação à pasta do Comércio, Domingos Pereira acentuava a promoção do desenvolvimento das actividades económicas que dessa pasta dependem, “favorecendo e ajudando todas as iniciativas tendentes ao aumento da produção nacional”. Sobre a questão social, referia que “pela pasta do Trabalho serão tomadas as providências para a completa execução da lei chamada das oito horas de trabalho”. Por fim, propunha a “nacionalização de certas indústrias, notavelmente a dos seguros, e promoverá o desenvolvimento dos seguros sociais⁵³⁷”.

Na apreciação, o governo foi recebido com expectativa moderada. O PRP, pela voz de Álvaro de Castro, prometia apoio completo, acrescentando que teria o “maior prazer se o actual Governo se conservar no poder de modo que a inquietação interna cesse e que a sucessão de governos acabe”. António Granjo fazia questão de clarificar que não era pelo facto de correligionários seus integrarem o governo, que eles representassem “no Governo o Partido Republicano Liberal”. No entanto, “lógico é que a minoria liberal ofereça ao Governo mais alguma cousa do que uma expectativa benévola”. Os populares, queixando-se da declaração “anódina, vaga, descolorida”, mostravam-se contra o novo executivo, advertindo, porém, que “não terá de nós aquela oposição intransigente e forte que o impossibilitará de trabalhar, mas há-de ter uma

⁵³⁷ *Diário da Câmara dos Deputados* 23-01-1920

oposição sistemática, de inteira fiscalização”. O Partido Socialista, que se encontrava dividido, referia que em princípio não apoiava nenhum governo, manifestando a mesma atitude que demonstrou em relação ao governo Sá Cardoso: “a acção socialista não lhe criará dificuldades, sem contudo abdicar da sua missão de vigilância”. O facto de Ramada Curto ter assumido um cargo governativo, algo “que consideramos e respeitamos”, não o fazia “um representante da vontade do nosso partido”⁵³⁸.

Estas declarações demonstravam o pouco comprometimento das forças partidárias em relação ao novo executivo, que continuaria a sua apresentação parlamentar nas sessões seguintes. Os liberais, sobretudo, queriam ver discutido o boicote ao governo Fernandes Costa e o condicionamento político efectuado pela GNR, que consideravam inaceitável⁵³⁹. No seu jornal, lembravam que embora o governo, presidido pelo “perfeito homem de bem e indefectível republicano”, Domingos Pereira, pudesse contar com o “decidido apoio de todo” o partido, não deixavam de lembrar a sua responsabilidade de “averiguar os agentes e cúmplices” que tinham abortado o seu governo e “puni-los com toda a severidade da lei”⁵⁴⁰. Tudo isto relegava para um plano secundário o novo ministério, paralisado no parlamento à espera de aprovação formal.

A situação deteriorou-se com a votação para a vice-presidência da Câmara dos Deputados. Quando se esperava a eleição de Alves dos Santos, do Partido Liberal, a vitória acabou por pertencer a Vasco de Vasconcelos, membro do Grupo Popular, precisamente o único agrupamento que se declarava em oposição ao executivo, devido à dispersão de votos de deputados do PRP, “criando assim uma situação difícil ao governo, cujos membros do Partido Liberal ficavam em «cheque», lembrava a *Capital*⁵⁴¹. Na *República*, os liberais culpavam a divisão do PRP pelo sucedido: “a actual maioria democrática, trabalhada por profundas dissensões, é o reflexo do actual Partido Democrático, igualmente trabalhado por profundas dissensões” Para os liberais, se a crise do parlamento resolvia-se pela sua “dissolução”, a do PRP, “há-de ser resolvida pela pressão das circunstâncias, que os homens nem podem iludir e remover”⁵⁴². No 26, a sessão parlamentar não se realizou por falta de quórum: “então isto é que são maneiras de receber um governo”, perguntava o deputado Abílio

⁵³⁸ *Diário da Câmara dos Deputados* 23-01-1920

⁵³⁹ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954, pp.263-264.

⁵⁴⁰ *República* 22-01-1920

⁵⁴¹ *A Capital* 23-01-1920

⁵⁴² *República* 26-02-1920

Marçal⁵⁴³. Estes incidentes, garantia a *Vitória*, “bem demonstravam a inconsistência do apoio que parlamento lhe fornece”. O órgão afecto a Álvaro de Castro ia mais longe: “o parlamento está lavrando a sua sentença de morte”, sentenciava. Nenhum governo podia manter-se sem uma “maioria sólida”, ou “disciplina partidária”. O novo ministério começava já a “compreender que a maioria não está disposta... a maçadas”⁵⁴⁴. Para *A República*, a instabilidade “demonstrava o cansaço da maioria e o desapego desta pela situação governativa”⁵⁴⁵.

Perante este impasse, *O Mundo* avisava que o “momento” não era “para jogos de intriga, para ardeices de qualquer espécie, para assomos de vaidade ofendida, para frémios de despeito, emulações tresvariadas ou qualquer outra das tristes coisas de que tantos dos nossos homens públicos vão enfermando”. *O Mundo* tinha de concluir ser “preciso que na hora angustiosa que atravessamos uma maioria homogénea e disciplinada possa apoiar um governo duradouro, um governo que realize um plano”⁵⁴⁶. Só no dia 27 de Janeiro, o governo viu terminada a sua apresentação diante da Câmara dos Deputados. Nesse dia, Álvaro de Lacerda, que tinha aceitado de forma muito relutante a pasta da Agricultura, demitia-se, sendo substituído por Joaquim Ribeiro.

O impacto dos primeiros dias parecia demonstrar a debilidade do governo. *O Norte*, um periódico do Porto, referia que Domingos Pereira era um “moço muito inteligente, espírito muito vivo e com notáveis dotes de atracção pessoal”. Contudo, não parecia a “muitos o homem próprio no lugar próprio e especialmente para a ocasião”. Segundo *O Norte*, tudo parecia ter indicado que seria Álvaro de Castro o chefe do governo desejado. Domingos Pereira, “levado porém pela impressão de que o Chefe de Estado, já cansado preferia renunciar a tentar novas soluções, organizou o gabinete actual, que apesar de conter elementos, de incontestável valor, nem por isso deixa de dar uma impressão geral de fraqueza”⁵⁴⁷.

Domingos Pereira não deixava de mobilizar esforços para uma reconciliação republicana. No funeral de Feio Terenas, o chefe do governo apelava ao espírito de união entre os políticos presentes, com o intuito de fazerem o “juramento de esquecerem os mútuos agravos para se darem as mãos na mesma obra patriótica e porem de parte os meios violentos para darem lugar à livre propaganda de ideias e opiniões”. António

⁵⁴³ *A Capital* 26-01-1920

⁵⁴⁴ *A Vitoria* 27-01-1920

⁵⁴⁵ *República* 27-01-1920

⁵⁴⁶ *O Mundo* 25 -01-1920

⁵⁴⁷ *O Norte* 31-01-1920

Granjo, em resposta, aprontou-se a “acudir ao chamamento” do presidente do Ministério: “E sobre o cadáver, que já para nós era um símbolo sacrossanto da ideia republicana, pronunciou as palavras sacramentais: Assim o Juro”⁵⁴⁸.

Em termos económicos e sociais, a política imediata do governo passou por combater a grave crise das subsistências, melhorar o abastecimento dos mercados e combater os açambarcamentos. Bastante condicionado pela grave situação económica e financeira, o governo seguia uma política híbrida, em que, se por um lado, fixou o preço do açúcar e do azeite e ordenou o arrolamento de todo o gado comestível existente, para evitar o contrabando, por outro lado, restabeleceu a liberdade de importação e de comércio do açúcar branco estrangeiro⁵⁴⁹. Em entrevista ao *Mundo*, Joaquim Ribeiro, ministro da Agricultura, explicava o seu plano de procurar abastecer o mercado convenientemente, com produtos originários de África, necessitando apenas que fossem feitos acordos com os Transportes Marítimos do Estado de forma a assegurar a sua regularidade. A ambição do ministro era grande: “Logo que possua autorização legal, tratarei de géneros de primeira necessidade, a começar pelo azeite, regulando o seu preço, estabelecendo o limite máximo para a venda a retalho; depois procederei da mesma forma para o açúcar, o arroz, sabões e adubos, que de todos os pontos da província me pedem com a maior urgência”. A prioridade, para o ministro, seria a organização de transportes, a fim de se evitar que as mercadorias ficassem “dias e dias nas estações, sem seguirem o seu destino”, não deixando de criticar a Companhia de Caminhos de Ferro que, evocando falta de vagões, usava-os no “transporte de mercadorias de tarifa especial, sacrificando as restantes”⁵⁵⁰. Poucos dias após ter tomado posse, Joaquim Ribeiro entrava em confronto com os fortes interesses da indústria do Açúcar, ao acusar, no parlamento, “que a greve dos operários refinadores de açúcar foi feita de acordo com os patrões”⁵⁵¹.

Durante o segundo governo de Domingos Pereira vão-se acentuar os conflitos com as grandes empresas, como a Moagem, que congregavam um imenso poderio económico e financeiro⁵⁵². Constituída em 1919, a Companhia Industrial de Portugal e

⁵⁴⁸ *República* 02-02-1920

⁵⁴⁹ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954 p.264; António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, pp.190-191

⁵⁵⁰ *O Mundo* 03-02-1920

⁵⁵¹ *Diário da Câmara dos Deputados* 10-02-1920 p.8; Fernando Medeiros, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, p.220

⁵⁵² Ana Paula Pires, *A Indústria de Moagem de Cereais. Sua organização e reflexos políticos do seu desenvolvimento durante a I República (1899-1929)*, Lisboa, FCSH, 2004; Jaime Alberto do Couto Ferreira, *Farinhas, moinhos e moagens*, Lisboa, Âncora Editora, 1999

Colónias, uma associação de industriais de panificação, proprietária do *Diário de Notícias*, viu-se envolvida no escândalo que se começava a registar no inquérito parlamentar ao extinto ministério dos Abastecimentos. Para além de livros de registo de pagamentos que tinham desaparecido, tinha-se apurado que a Moagem devia grandes somas de dinheiro ao Estado. Este conflito foi exacerbado por uma forte campanha que *O Século* moveu contra a poderosa empresa, obrigando o governo a intervir, abrindo processos “contra as entidades acusadas na imprensa de negócios ilícitos e feitos com os prejuízos dos interesses do Estado”⁵⁵³.

No final do mês de Fevereiro, *O Mundo* anunciava a criação do “Conselho dos Cinco”, que englobaria o presidente do Ministério com os ministros do Interior, da Agricultura, do Comércio e das Finanças, com a missão estrita de coordenar, com a maior celeridade possível, o abastecimento do país. Como explicava o *Mundo*, podia-se aproveitar os cereais que existiam em “grande abundância em África, bastando “apenas transportá-los para a metrópole antes de estarem inutilizados”, ou nos Açores”, onde “abunda o gado que se está pagando entre nós por um preço excessivamente elevado”. Este sistema, “posto em prática com uma decisão que não admitisse dúvidas”, garantia, “seria até certo ponto suficiente para provocar a baixa dos géneros, impedindo as manobras dos açambarcadores”. Ao “mesmo tempo”, sugeria, poderia ser estudada “a maneira de impedir os açambarcamentos, incumbindo as câmaras municipais da distribuição de produtos, auxiliando a criação de cooperativas e estabelecendo armazéns reguladores de preços, de forma que ninguém use ou abuse de uma situação especial para prejudicar o público!” Era isto, salientava o *Mundo*, que o “público espera do Conselho dos Cinco”⁵⁵⁴.

Noutra vertente, o governo, como estava previsto no seu programa, ia propor, no parlamento, a implementação de legislação que fizesse diminuir o elevado défice, sempre crescente. Esse grande objectivo foi anunciado durante a discussão do orçamento de Estado para o período 1920-1921. Segundo o ministro das Finanças, seria necessário realizar um “esforço realmente sincero e honesto no sentido de acabar para todo o sempre com este sistema de administração em que temos vivido, gastando à larga rios de dinheiro que não temos, e fazendo toda a espécie de vida faustosa e rica das grandes nações, quando não passamos dum pobre povo”. As contas indicavam um

⁵⁵³ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954, p.274; A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Portugal da Monarquia para a República, “Nova História de Portugal”*, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. 11, Lisboa, Editorial Presença, 1991 pp.100-102

⁵⁵⁴ *O Mundo* 25-02-1920

deficit de cerca de 115mil contos: “Os números eram preocupantes”. Comparando com o período antes da guerra, António da Fonseca apontava especialmente para os gastos excessivos, tendo em conta a dimensão do país, com o “pessoal civil” e com o “pessoal militar ou militarizado”, especificando que o aumento de despesa, desde 1913-1914, o último orçamento antes da guerra, tinha sido de “103%”. O problema agravava-se pelo facto das receitas públicas se manterem estacionárias. A situação ficava assim “muito aquém do que o país, pelo desenvolvimento da sua riqueza e até pela valorização actual da sua riqueza, podia e devia dar ao Estado”⁵⁵⁵. Para o ministro, o “caminho” a seguir seria o de “economia e do trabalho”, pois só assim se resolveria o “problema financeiro, não só com medidas de natureza fiscal”. Seria necessário pôr um “travão ao desregramento das despesas”, através da “revisão completa das contas públicas”, para além do necessário “aumento de receitas”.

Para atingir esse objectivo, foi proposta uma “lei travão”, semelhante à mesma medida, decretada por Afonso Costa em 1913, onde se estipulava que “nenhum Deputado ou Senador poderá apresentar quaisquer propostas que envolvam aumento de despesa ou diminuição de receita, desde a apresentação de Orçamento Geral do Estado até à sua aprovação final”⁵⁵⁶. A medida seguinte previa que, “enquanto se não estabelecer o equilíbrio entre as receitas”, as “despesas gerais do Estado dependiam da autorização do Ministro das Finanças para as “despesas do valor superior a 25.000\$, que não sejam concernentes a pessoal dos diversos serviços”⁵⁵⁷. Esta medida seria logo criticada por Ferreira da Rocha, do Partido Liberal, por achar que o ministro dessa área ficava com um poder acima de todos os outros ministros.

A terceira proposta seguinte seria aquela que, segundo o ministro das Finanças, previa uma “redução imediata de despesa...” Ela incidia sobre a redução dos “quadros de pessoal” do Estado, “suspendendo-se desde já todas as nomeações e todas as promoções, ficando os funcionários que excederem os quadros na disponibilidade.” Esta medida, para além da crítica dos populares, que mantinham uma oposição severa ao Governo, não deixava de ser recebida com hostilidade por Brito Camacho que, embora considerasse o funcionalismo público como o “mais perigoso cancro que rói o Tesouro

⁵⁵⁵ A *Vitória* não deixava de notar que “só em Portugal se entendeu que se podia fazer face aos novos encargos por meio do aumento da circulação fiduciária, de venda de bilhetes de Tesouro e do uso do crédito aberto em Londres pelo governo inglês para a sustentação em França. O resultado dessa desastrosa orientação financeira está patente aos olhos de todos. O Estado empobrecido, com uma dívida formidável, enquanto os indivíduos que fizeram com a guerra fortunas fabulosas por aí espalham às mãos cheias o dinheiro que não lhes custou a ganhar.” *A Vitória* 20-02-1920

⁵⁵⁶ *Diário da Câmara dos Deputados* 03-02-1920

⁵⁵⁷ *Diário da Câmara dos Deputados* 04-02-1920

Público”, Segundo ele, o “Presidente do Ministério, superintendendo em todas as pastas, podia impor, em todos os ramos da administração a política que julgasse mais conveniente. Mas se isso estava bem para um homem de finanças reconhecido e acatado, não estava bem para o homem facundo e fecundo, que assombrou o Universo com uma pirâmide de não sei quantos suplementos no *Diário do Governo*, maior que qualquer das famosas pirâmides do Egipto!”⁵⁵⁸ Este debate prolongou-se durante várias sessões com discursos muito prolongados de Brito Camacho que punham em causa a legalidade da proposta apresentada. Pelo contrário, a ala evolucionista do Partido Liberal reflectia na *República* que esta era a medida de “maior alcance” que o governo podia apresentar: “A avalanche de funcionários que pejam os quadros do funcionalismo é de tal grandeza que embora se proíba o ingresso de novos funcionários nas secretarias do Estado, os que existem obrigarão por muito tempo ainda o Tesouro Público aos encargos que actualmente estão orçados”⁵⁵⁹.

Em entrevista ao *Mundo*, o ministro das Finanças explicava que o Estado tinha funcionários a mais, muitos dos quais sem funções atribuídas ou sem que os serviços, onde estavam adstritos, estivessem a funcionar. Para acabar com “irregularidades” e reorganizar as “despesas”, determinava-se o impedimento de ingressar “para o serviço público do Estado ou dos corpos administrativos ninguém, que a partir de hoje, não seja já funcionário do Estado”. O ministro apelava “a cada um que gaste menos, restringindo ao máximo o seu consumo e em especialmente em tudo o que tenha de ser importado do estrangeiro”. Urgia que se fizesse “uma larga campanha de nacionalismo económico em benefício quer do consumo quase exclusivo dos produtos e manufacturas portuguesas, quer do aumento urgente da produção nacional, pelo desenvolvimento da agricultura, pelo aperfeiçoamento das indústrias existentes e estabilização de outras novas”⁵⁶⁰.

Numa entrevista ao *Século*, em 1921, Domingos Pereira recordaria o seu empenho no reequilíbrio financeiro, durante o seu segundo governo: “Eu mesmo, que caluniosamente tenho sido acusado de agravar as despesas públicas, para essa redução contribuí tenazmente, numa intransigência feroz, que só me criou hostilidades. Por todas as pastas do ministério a que presidi em 1920 as circunstâncias permitiram uma diminuição nas despesas orçamentais. E introduzimos essa diminuição na respectiva proposta de orçamento.” As “reduções foram ao quantitativo máximo possível”. O

⁵⁵⁸ *Diário da Câmara os Deputados* 05-02-1920, pp.17-18

⁵⁵⁹ *República* 11-02-1920

⁵⁶⁰ *O Mundo* 06-02-1920

ministro das Finanças “era absolutamente implacável nas discussões do Concelho de Ministros, como no trabalho do seu gabinete, para que as despesas fossem reduzidas ao mínimo. E a solidariedade que, como presidente do governo, eu lhe dei, a absoluta identidade de vistas que com ele tive, ninguém as pode negar”. “Mas esse governo”, concluía, “caiu após quarenta e tantos dias de vida efémera e amargurada, a vida efémera e amargurada dos ministérios em Portugal”⁵⁶¹.

Apesar da unanimidade dos discursos insistirem na necessidade de reequilibrar as contas públicas, a actividade parlamentar estava quase sempre bloqueada. Era bem patente a disfuncionalidade e indisciplina na relação entre o governo e o grupo parlamentar do PRP, com as sessões, pouco produtivas, a começarem sempre muito atrasadas e com poucos deputados presentes. As divisões entre Álvaro de Castro e António Maria da Silva, com os grupos de deputados que os apoiavam, reflectiam a grande descoordenação parlamentar. Como sintetizava a *República*: “Estes votam para um lado, com o líder; aqueles votam para o outro, com o sublíder. Hoje, um deputado democrático apresenta um projecto, contra o qual se manifestam os próprios líderes; amanhã qualquer dos líderes define uma atitude, que não é seguida pelas maiorias”⁵⁶².

António Maria da Silva não escondia a sua hostilidade⁵⁶³ contra o presidente do Ministério. Durante a apresentação do governo, Domingos Pereira foi bastante criticado por um deputado, Malheiro Reimão, devido às elevadas despesas do seu primeiro governo. No final da sessão, António Maria da Silva abraçou efusivamente Malheiro Reimão, num acto que o *Mundo* não deixou passar em branco⁵⁶⁴. Durante um debate

⁵⁶¹ *O Século* 26-11-1921

⁵⁶² *República* 06-02-1920

⁵⁶³ Nas suas notas políticas, Domingos Pereira teve a oportunidade de relatar um episódio, que aconteceu durante o governo Sá Cardoso, onde demonstra a hostilidade de António Maria da Silva. Segundo Domingos Pereira, o sublíder do PRP tinha ficado bastante arreliado, durante uma sessão parlamentar, com o facto de uma proposta sobre os Correios, que lhe interessava ver aprovada, ter sido preterida do debate. Não se contendo, dirigiu-se para os Passos Perdidos insultando os membros do governo, clamando que os ia “reduzir a torresmos” na Câmara. Perante este “espectáculo” e pelo facto de estar a “berrar”; Domingos Pereira, como presidente da Câmara dos Deputados, tenta-o acalmar, seguindo-se o seguinte diálogo: “Travei do braço a António Maria da Silva que me sacudiu malcriadamente, dizendo que d’ali não saia, pois estava ali muito bem. A certa altura disse-me «que felizmente não tinha o meu feitio». Respondi, intimidando-o a dizer o significado da sua expressão porque me parecia que ele reconhecia haver no meu feitio qualquer coisa que inspirava desprezo. Insisti e saiu-se com esta: «é que eu não sou o temperador-mor que V. é; eu sou combativo». Disse-lhe que o que eu não era é «maluco» no meio de tantos malucos que entendiam que deviam andar todos aos coices uns aos outros. Que já deviam estar fartos d’isso e retirei-me”. APDLP *Notas Políticas: 1919, 1920, 1921* [manuscrito]

⁵⁶⁴ “O sr. Malheiro Reimão fez um discurso na Câmara dos Deputados de cerrado ataque ao sr. Domingos Pereira e de defesa, em parte, do governo do sinistro João Tamagnini, a alma danada de Sidónio, o homem das juntas militares. Foi cumprimentá-lo depois do discurso, um deputado que se parecia muito, fisicamente, com o Sr. António Maria da Silva. Seria o sublíder da maioria e membro do Directório do Partido Republicano português?”. *O Mundo* 28-01-1920

parlamentar, quando Álvaro de Castro criticava as despesas exorbitantes que corriam nos vários ministérios, especialmente a nível militar, em aparte, António Maria da Silva lançou uma frase que seria muito glosada: “isto é um país que tem estado a saque”⁵⁶⁵.

Estes constrangimentos, quase diários, faziam prever a demissão do líder parlamentar, Álvaro de Castro, apontando-se mesmo a hipótese de uma cisão no PRP. A *Capital*, porém, não deixava de lembrar que, por mais que Álvaro de Castro ou Domingos Pereira pudessem contar com os seus apoiantes, em caso de fractura, seria António Maria da Silva quem ficaria com o “grosso do partido”⁵⁶⁶. A 5 de Fevereiro, a reunião entre o Grupo Parlamentar Democrático e o governo era vista com muita expectativa na imprensa pelos seus possíveis resultados. António Maria da Silva não se furtou de atacar a “marcha desagradável do governo”, os defeitos da sua organização”, os “males da heterogeneidade de que o mesmo enferma”. Não deixou também de ser bastante crítico em relação aos governos híbridos, “sem programa definido, sem orientação certa e definida”, atacando em especial o presidente do Ministério e os ministros da Guerra e das Finanças⁵⁶⁷. A discórdia interna não impediu que a nota oficiosa, decorrente da reunião, afirmasse que tinha sido aprovada por “aclamação” a “confiança plena do grupo parlamentar nos seus líderes” para continuarem a orientar a “acção dos partidos nas duas câmaras”⁵⁶⁸. O *Mundo* também fazia questão de salientar a “harmonia” existente⁵⁶⁹.

Apesar destas declarações oficiais, a instabilidade continuava. Não bastava proclamar o “excelente propósito” de união, comentava a *Vitória*, era “preciso realizá-lo”, aconselhando, numa alusão a António Maria da Silva, que os membros de maior “categoria” do PRP deviam “meditar no alcance das afirmações que preferem, nas frases que pronunciam, por forma que sobre o seu partido ou até sobre a República não venham a recair culpas de momentos de exaltação de melhor ou pior bom humor”⁵⁷⁰. A propósito da luta pelo controlo do PRP, A *Batalha* comentava que o que era “engraçado” era que “nenhum quer sair do partido porque ficaria sem força nenhuma. Cada um tenta, portanto, empurrar o outro para fora do partido para ficar com a força e influência da sua organização e do seu rótulo”⁵⁷¹.

⁵⁶⁵ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954, pp.265-266

⁵⁶⁶ *A Capital* 04-02-1920

⁵⁶⁷ *A Capital* 05-02-1920

⁵⁶⁸ *O Século* 05-02-1920

⁵⁶⁹ *O Mundo* 06-02-1920

⁵⁷⁰ *A Vitória* 06-02-1920

⁵⁷¹ *A Batalha* 05-02-1920

O chefe do governo tentava rebater a crise numa entrevista concedida à *Capital*. Os jornalistas iam da “rua, de junto dos políticos” e levavam os “ouvidos cheios de boatos terroristas, de cisões, de divergências, e de crise ministerial”. Desmentindo quaisquer “boatos” que indicassem a demissão do governo, pois ele só “cairá no dia em que as Câmaras lhe manifestem claramente que ele deve abandonar as cadeiras do poder”, Domingos Pereira, preferia salientar as medidas que contava levar ao parlamento, como a “maneira prática, urgente e eficaz de proibir a importação de todos os objectos de luxo”, para por cobro a uma “drenagem de ouro”, ou abordando a “questão dos abastecimentos” que o governo considerava essencial. A “hora é de sacrifícios para todos”. Domingos Pereira apelava para que o parlamento “secundando o país, ajude o governo dando-lhe aquela indispensável colaboração que o momento exige nas suas necessidades imperiosas e inadiáveis”. Mostrava-se esperançoso: “Havemos de levar a bom termo a nau do Estado. Mais uma vez a República triunfará das dificuldades do momento. Para isso basta trabalhar, produzir, economizar...”⁵⁷²

No propósito de combater o governo e de se afirmar politicamente, António Maria da Silva, não só mantinha encontros com os dirigentes das associações patronais, clamando pela redução de despesas públicas e pelo despedimento de funcionários⁵⁷³, como encetava negociações com os membros mais activos da oposição. Os populares, apesar de contarem com poucos deputados, conseguiam, através dos meios parlamentares ao seu dispor⁵⁷⁴, fazer ouvir as suas críticas, manobrar e conduzir os debates parlamentares, e bloquear na câmara as medidas apresentadas pelo governo, desgastando bastante a sua acção. Para além da indisciplina política de todos os agrupamentos, contavam sobretudo, com o apoio velado de António Maria da Silva. Cunha Leal haveria de confirmar nas suas memórias que, na senda de assumir o controlo do PRP, António Maria da Silva “estava fazendo blandiciosas negaças ao Grupo Popular cuja complacência se lhe afigurava altamente desejável para a satisfação das suas ambições”⁵⁷⁵. Nas suas notas políticas, Domingos Pereira apontava várias denúncias de agentes da PSE que implicavam António Maria da Silva numa

⁵⁷² *A Capital*, 08-02-1920

⁵⁷³ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, p.37

⁵⁷⁴ Luís Farinha, “O Parlamento Republicano. Funcionamento e Reformas (1918-1926)” in *Elites e Poder A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, CIDEHUS, Edições Colibri, Lisboa 2004 pp.49-81

⁵⁷⁵ Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, edição do autor, Lisboa. 1967, Vol. II, p. 204

conspiração com militares da GNR, especialmente com o seu chefe de Estado-Maior⁵⁷⁶. O protagonismo de Liberato Pinto, na vida política, começava a ser visto com desconfiança por parte de Domingos Pereira que procurou condicionar a sua actuação, nomeando o general Pedroso de Lima para Comandante Geral da GNR, depois de ter exonerado Mendonça de Matos⁵⁷⁷. João Pedroso de Lima, mais cioso da sua autoridade, haveria de lidar de forma diferente com Liberato Pinto. Como lembrava nas suas memórias, o general Gonçalo Pimenta de Castro, Pedroso de Lima “não se baixou” a Liberato Pinto, “como os seus colegas que o antecederam”⁵⁷⁸.

3.1 A Questão ferroviária e o Funcionalismo público

Os principais conflitos que condicionaram a acção do governo, até à sua exoneração, relacionaram-se directamente com as reclamações dos funcionários públicos e dos ferroviários que, exigindo aumentos nos seus ordenados, ameaçavam entrar em greve caso não fossem satisfeitas as suas reivindicações.

A classe de trabalhadores ferroviários, pelo seu número e capacidade de mobilização, num país com graves problemas de transporte e abastecimento das populações, conseguiam congregar um forte poder de pressão sobre os sucessivos governos⁵⁷⁹. A ameaça de novas paralisações, que poderiam ter um impacto severo na economia, eram vistas com muita apreensão pelo governo que não queria reeditar os métodos do governo anterior. Em Julho de 1919, a greve ferroviária que duraria dois meses tinha marcado o governo de Sá Cardoso pela sua violência, chegando a ser utilizados os chamados “vagões – fantasma”⁵⁸⁰.

Em Fevereiro de 1920, o ministro do Comércio prontificou-se a atender as suas reivindicações, tendo a certeza, no entanto, que ia “naturalmente concitar contra mim a

⁵⁷⁶ António Maria da Silva “conspira cada vez mais activamente, procurar estabelecer ligações na GNR” relatava-lhe o próprio director da PSE. Segundo outras informações, António Maria da Silva prometia-lhes a “dissolução do Parlamento e a satisfação certas reclamações entre as quais a «limpeza do exército». APDLP *Notas Políticas: 1919, 1920, 1921* [manuscrito]

⁵⁷⁷ António Pedro Ribeiro dos Santos, *O Estado e a ordem pública: as instituições militares portuguesas*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1999 pp.217-218

⁵⁷⁸ Gonçalo Pimenta de Castro, *As minhas memórias: na Metrópole e nas colónias*, Porto, Progredior, 1947, Vol,3 p.190

⁵⁷⁹ José Barreto, "Sindicalismo e política nos caminhos-de-ferro (1872-1961) ", in Maria Filomena Mónica (coord.), *Para a História dos Caminhos-de-ferro em Portugal, col. Estudos Históricos I*, Lisboa, 1999, CP, 88-168

⁵⁸⁰ Fernando Medeiros, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, pp.183-195

má vontade de muita gente”⁵⁸¹. Com efeito, Jorge Nunes, o ministro que tutelava os transportes, numa época de fortes apelos para a redução de despesas, apresentou uma proposta de aumentos salariais. O seu projecto lei implicava um empréstimo de 2000 contos para satisfazer as necessidades dos ferroviários, visto que a proposta concedia retroactivos a partir de Janeiro de 1920. A administração dos Caminhos de Ferro do Estado receberia do Governo um subsídio de 750.000\$, cujo reembolso ao Tesouro seria feito por duodécimos, a partir de 1 de Janeiro de 1921. Ao contrário do que se poderia supor, a proposta não traria um grande acréscimo de despesas para as contas do Estado, antes pelo contrário. Segundo o ministro, e visto não haver recursos financeiros para suportar novos aumentos salariais, seria responsabilizar financeiramente o utilizador dos meios de transporte: “o passageiro é quem terá de pagar esta melhoria ao pessoal ferroviário”: “Acho isto mais justo do que reclamar do Estado o que este não tem. Sendo a eles a quem se deveria buscar a verba necessária”⁵⁸².

O ministro mostrava-se bastante determinado na aprovação deste projecto, onde comprometia a sua continuação em funções⁵⁸³. Em entrevista ao *Século*, Jorge Nunes considerando o problema ferroviário como o “mais instante e momentoso” desenvolvia a proposta apresentada no parlamento. Como o Estado não podia suportar, por si mesmo, um aumento de vencimentos, essa verba ia surgir a partir do aumento das “taxas sobre transporte de mercadorias e passageiros”. Esse aumento seria regulado, por cada unidade, pouco “mais ou menos em cada décima de centavo, importância esta tão insignificante que não pode, só por si, provocar um aumento sensível no preço dos géneros”. Para evitar abusos, o governo “pensava” até criar uma tabela com os aumentos certos que haveriam de sofrer o “transporte de determinados géneros”⁵⁸⁴.

A proposta foi recebida com desgosto e desconfiança num leque alargado da Câmara, tornando-se no cavalo de batalha contra o governo. Contra ela se mostraram os populares, os socialistas dissidentes e parte do PRP afecto a António Maria da Silva. Embora António Granjo concordasse com os princípios da proposta apresentada e com as reivindicações ferroviárias, desde que inseridas na ordem institucional⁵⁸⁵, os liberais da ala evolucionista não deixavam de mostrar as suas reservas. O projecto não tinha grandes defensores, ficando o ministro, afecto à ala unionista do Partido Liberal, isolado

⁵⁸¹ *Diário da Câmara dos Deputados* 09-02-1920, pp.16-18

⁵⁸² *Diário da Câmara dos Deputados* 09-02-1920 pp.17-18

⁵⁸³ Cf. Entrevista do ministro à *Capital* 13-02-1920

⁵⁸⁴ *O Século* 12-02-1920

⁵⁸⁵ Ernesto Castro Leal, Maria Teresa Nunes, *António Granjo: república e liberdade*, Lisboa, Assembleia da República, 2012, pp.68-69

na sua defesa do projecto em discussão. Cunha Leal foi um dos deputados que mais se destacou nas críticas à proposta ferroviária, acusando o governo de favorecer as companhias ferroviárias que, com o aumento das taxas, aumentariam largamente os seus lucros em detrimento do custo de vida que seria ainda mais penoso nas populações que usufruíssem deste meio de transporte, dificultando a recuperação económica. Por outro lado, o governo era acusado de ceder às pressões dos ferroviários que seriam favorecidos com os aumentos de salários, em detrimento de outras classes que viviam em piores condições⁵⁸⁶.

Cunha Leal, entre outros deputados, conseguia prolongar o debate através de sucessivos pedidos de pareceres, explicações, inscrições no plenário, interrogações aos ministros e longos discursos que ultrapassavam o tema em discussão, protelando deste modo a votação da proposta e prolongar indefinidamente a discussão durante várias semanas, paralisando a acção governativa. Este método era criticado pela *Batalha* que acusava deputados como “o sr. Cunha Leal, que violentamente atacaram a proposta do ministro, pretendendo entravá-la com longos estudos que contribuirão apenas para agravar a situação precária e difícil dos ferroviários”⁵⁸⁷. *O Mundo* também criticava as discussões “estéreis, quando não prejudiciais”, que se faziam no parlamento, debatendo “assuntos irritantes, verdadeiramente inúteis, ou fazendo o que se convencionou de política, quando se trata apenas de politiquice, e não é mais do que a satisfação da vaidade de ambições ou especulações”⁵⁸⁸. Perante este impasse, a *Batalha* considerava que a “classe” ferroviária “ver-se-á na contingência de apelar para outros meios, se o parlamento, fazendo da sua situação uma exploração política, a não tomar em devida consideração”⁵⁸⁹. Estas ameaças de greve davam argumentos para que os deputados do Grupo Popular acusassem o governo de estar a ser cúmplice da coacção que se fazia no parlamento para aprovar a proposta ministerial⁵⁹⁰. António Maria da Silva e outros deputados do PRP, como João Camoesas⁵⁹¹, faziam também questão de publicamente rebaterem a proposta de aumento salarial dos ferroviários, considerando-a uma questão “aberta”. Embora dando razão aos ferroviários nas suas reclamações, para António Maria da Silva seria “indispensável ver primeiro se havia mais reclamantes e até onde

⁵⁸⁶ Luís Farinha, *Cunha Leal: deputado e ministro da República: um notável rebelde*, Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República: Texto, 2009, pp.79-80

⁵⁸⁷ *A Batalha* 10-02-1920

⁵⁸⁸ *O Mundo* 14-02-1920

⁵⁸⁹ *A Batalha* 17-02-1920

⁵⁹⁰ Para além disso, *O Popular*, fazia manchetes com “aumentos brutais nos impostos, com contribuições superiores a 30000 contos!” se a proposta ferroviária fosse aprovada. Cf. *O Popular* 19-02-1920

⁵⁹¹ *Diário da Câmara dos Deputados* 24-02-1920 pp.16-20

podiam ir os encargos para o Estado”⁵⁹². A *Capital* considerava que este discurso vinha dividir cada vez mais a câmara no voto que haveria de fazer sobre a questão ferroviária. O jornal demonstrava o dilema dos deputados desta forma: “aprovar a proposta é mau, reprová-la pode ser péssimo”⁵⁹³. A *Capital* chamava também a atenção para o “acto de miopia política” do ministro do Comércio que tinha “tomado, tanto a peito” a proposta dos ferroviários, “pois que a troco d’uma passageira popularidade numa classe, se coloca mal perante todos os outros funcionários, impedindo-os de usufruírem as justas vantagens d’um bem elaborado trabalho de conjunto e faz pressão no parlamento que, arreceando-se que à ordem pública trazia n’este momento uma crise ministerial, se resignará talvez a aprovar uma proposta com a qual não concorda inteiramente”⁵⁹⁴.

O governo queria resolver a questão rapidamente. Contudo tinha de lidar com a oposição de António Maria da Silva que, segundo a *Capital*, combateu “com veemência” a proposta” numa reunião do grupo parlamentar democrático. Nessa reunião, embora não se tivesse chegado a uma “conclusão prática”, para se “evitar um mal maior” tinha ficado assegurado que o PRP devia “aprovar imediatamente a proposta do ministro do Comércio”⁵⁹⁵. No entanto, no dia 26 de Fevereiro, quando se previa a votação da proposta, a sessão parlamentar não se realizou por falta de quórum. Marcada pela ausência de deputados, como Álvaro de Castro e António Maria da Silva, a *Capital* achava “imperdoável” a forma como a maioria se tinha feito representar nessa sessão abortada, “depois das promessas de apoio ao governo”⁵⁹⁶. A greve dos trabalhadores ferroviários tornava-se cada vez mais provável. No dia 27, a *Vitória*, tentando apaziguar a forte tensão instalada, esclarecia que a proposta apresentada pelo ministro do Comércio só não tinha recebido o “aplauzo unânime da câmara, por não apresentar um aumento proporcional para as diferentes classes do funcionalismo e ainda por ser apresentada ao Parlamento sem expor as providências iguais para o restante funcionalismo”. No entanto, garantia que a “maioria parlamentar” estava inteirada sobre a “sensíveis economias e importantes receitas que o governo conseguiu poupar ao Estado”, que em breve seriam apresentadas⁵⁹⁷.

Antes da votação, perante o parlamento, Domingos Pereira fez questão de frisar que o governo “é todo solidário” com a proposta apresentada sobre os ferroviários, o

⁵⁹² *Diário da Câmara dos Deputados* 23-02-1920 pp.16-21

⁵⁹³ A *Capital* 24-02-1920

⁵⁹⁴ A *Capital* 21-02-1920

⁵⁹⁵ A *Capital* 26-02-1920

⁵⁹⁶ A *Capital* 26-02-1920

⁵⁹⁷ A *Vitória* 27-02-1920

que foi logo interpretado pelos populares como se de uma questão de confiança se tratasse, requerendo a continuação da discussão da proposta⁵⁹⁸. Álvaro de Castro anunciou que votaria a proposta na generalidade, tendo algumas dúvidas que gostava de ver rectificadas na especialidade. Apesar de todas as questões e tentativas de adiamento, a proposta foi aprovada, na generalidade, por 58 votos a favor e 12 contra. Para além dos deputados populares e de alguns socialistas, votaram contra a proposta, dois deputados democráticos: João Camoesas e João Luís Ricardo. António Maria da Silva ausentou-se da sessão antes da votação⁵⁹⁹.

Apesar da proposta ter sido aprovada na generalidade, os ferroviários entraram em greve. Foi uma surpresa, até para a *Batalha* que, embora entendesse que eles tivessem “cheios de razão, nada perderiam no conceito da opinião pública se mais razões se enchessem ainda”. Teria sido mais sensato, assumia o jornal operário, se os ferroviários aguardassem a “atitude parlamentar na próxima segunda-feira, visto que nesse dia deve discutir-se aquela proposta na especialidade, e que então deliberassem sobre o caminho a seguir”⁶⁰⁰. A *Luta*, órgão afecto a Jorge Nunes, tinha também de reconhecer que, contra a “melhor expectativa, os ferroviários do Estado declaram-se em greve”, quando o parlamento já tinha reconhecido a melhoria da sua situação, “que outra coisa não significa a aprovação na generalidade da lei” do ministro do Comércio⁶⁰¹. *O Combate* considerava não haver razões para a greve, visto que as reclamações dos ferroviários foram atendidas pelo executivo: “é justo elogiá-lo pelo seu procedimento”, culpando antes, o Grupo Popular, por constantemente ter protelado a discussão e votação da lei⁶⁰², o seu “obstrucionismo odioso” para alcançarem o poder⁶⁰³. A greve foi declarada, segundo os ferroviários, “em virtude de a classe saber que a aprovação da proposta do ministro do Comércio na generalidade servir a habilitar o parlamento a dar um golpe na mesma proposta que de maneira alguma seria aceite pela corporação ferroviária”⁶⁰⁴. O comité que estava a coordenar a greve, em novo comunicado, considerava com mais pormenor que tinham sido as declarações de Álvaro de Castro, revelando que pretendia realizar alterações à proposta de lei, no debate da especialidade, que os levou a entrar em greve. Para além disso, o facto do parlamento

⁵⁹⁸ *Diário da Câmara dos Deputados* 27-02-1920 pp.40-41

⁵⁹⁹ *Diário da Câmara dos Deputados* 27-02-1920 pp.46-47

⁶⁰⁰ *A Batalha* 28-02-1920

⁶⁰¹ *A Luta* 28-02-1920

⁶⁰² *O Combate* 01-03-1920

⁶⁰³ *O Combate* 02-03-1920

⁶⁰⁴ *A Batalha* 29-02-1920

não se ter reunido no dia 26, “mostrou o seu desprezo perante as reclamações dos ferroviários”. Apenas o ministro do Comércio era digno de elogios por ter “demonstrado” uma “clara visão da situação económica que se atravessa e reconhecida a conveniência em evitar a greve agora declarada”⁶⁰⁵. A *República*, porém, era peremptória: “se os ferroviários não reconsiderarem, o Parlamento não poderá mais ocupar-se da proposta em discussão, enquanto se não restabelecer a ordem”⁶⁰⁶.

Era grande a expectativa sobre a atitude governamental perante esta paralisação quando o parlamento voltou a reunir-se no dia 1 de Março. O chefe do governo foi logo interpelado por António Granjo que o questionou sobre a oportunidade de se continuar a discutir a proposta sobre os ferroviários, agora que eles se encontravam em greve. Em resposta, Domingos Pereira reconheceu que a questão tinha mudado “um pouco de aspecto”, anunciando a convocação de um Conselho de Ministros para debater a continuação da sua “solidariedade” para com Jorge Nunes, aguardando-se apenas que o ministro do Comércio tivesse concluído as negociações que tinha encetado com os ferroviários grevistas para ser tomada uma decisão. Esta atitude mereceu fortes críticas por parte dos deputados oposicionistas. António Granjo, por seu lado, conseguiu fazer aprovar um requerimento para que fosse suspensa a “discussão da proposta do Sr. Ministro do Comércio e Comunicações até que o Sr. Presidente do Ministério, depois de reunido o Conselho de Ministros, nos possa informar acerca das providências que tenciona tomar, e da atitude do Gabinete em face do novo aspecto da questão ferroviária”⁶⁰⁷.

O ministro visado mantinha-se irredutível: “A greve, se me espantou, não me fez desviar em nada o caminho que me tinha traçado”, confessava à *Capital*. Garantia até que, caso não fosse aprovada a nova legislação na especialidade, pediria a demissão⁶⁰⁸. Após a realização do Conselho de Ministros, o governo, reiterou a confiança no projecto ministerial de Jorge Nunes, afirmando que não se sentia coagido pela greve iniciada: “Os ferroviários do Estado fizeram reclamações ordeiras pedindo ao Governo melhoramento dos seus vencimentos. O Governo falou-lhes, ouviu-os e depois disso trouxe à Câmara a proposta do sr. Ministro do Comércio. É com serenidade e ponderação que essa questão deve ser encarada, é com serenidade e ponderação que o Parlamento estudará esta questão até ao fim”. Os membros do Grupo Popular, perante a

⁶⁰⁵ *A Batalha* 02-03-1920

⁶⁰⁶ *República* 29-02-1920

⁶⁰⁷ *Diário da Câmara dos Deputados* 01-03-1920 pp.22-27

⁶⁰⁸ *A Capital* 01-03-1920

posição assumida pelo governo, demonstraram o seu descontentamento, abandonando a sessão parlamentar em curso. A votação da proposta na especialidade prosseguiu, sendo aprovada com pequenas alterações⁶⁰⁹.

Depois de aprovada na câmara dos Deputados, a proposta passaria para o Senado. *O Mundo*, tentando acalmar os ânimos, declarava a sua esperança de que a greve, que tinha sido “talvez um pouco impensada, apesar da justiça que assistia a esses trabalhadores”, terminasse rapidamente⁶¹⁰. Os ferroviários, no entanto, pretendiam manter-se paralisados até que a votação final fosse aprovada no Senado. Para a *Capital*, essa “atitude, equivale a uma imposição, a uma pressão exercida por uma classe contra um poder do Estado, o que é absolutamente inadmissível, tanto mais que a classe de que se trata é subvencionada pelo mesmo Estado”⁶¹¹. Esta intransigência, demonstrada pelos grevistas não impediu que, a 3 de Março, a votação sobre os vencimentos dos ferroviários, no Senado, fosse apresentada, discutida e votada numa única sessão. Todos os senadores declararam não conhecer bem a medida, como revelou Bernardino Machado. António Maria Baptista declarou-se “asfixiado”, por não se ter podido discutir a lei à vontade e outros senadores proclamaram que tinha sido última vez que isso haveria de acontecer na sala do Senado. Embora todos manifestassem a sua confiança no governo, declarando que ele não estava coagido pelos ferroviários, a pressão para a lei ser aprovada foi evidente. A proposta de lei, vinda da Câmara dos Deputados, foi aprovada, pelo Senado, quase sem discussão⁶¹². Em face da aprovação senatorial, os ferroviários dão por finda a sua paralisação, tendo começado a greve dos Funcionários Públicos⁶¹³.

A par da questão ferroviária, os dias eram também marcados pela contestação crescente dos funcionários públicos, ameaçando entrar em greve, caso não fossem aumentados os seus vencimentos⁶¹⁴. Uma paralisação da função pública seria algo quase inédito e visto como algo de subversivo. *O Mundo* fez logo questão de condenar a contestação dos funcionários que mais parecia “um movimento de protesto contra o governo do que um movimento para reclamar”. Esqueciam os funcionários, perguntava o jornal officioso do governo, “que obtiveram lugares no Estado, após muitas

⁶⁰⁹ *Diário da Câmara dos Deputados* 02-03-1920 pp.11-30

⁶¹⁰ *O Mundo* 03-03-1920

⁶¹¹ *A Capital* 03-03-1920

⁶¹² *Diário do Senado* 03-03-1920

⁶¹³ Beatriz Ruivo, Eugénio Leitão, *O sindicalismo do funcionalismo público na I República*, Lisboa, Seara Nova, 1977

⁶¹⁴ Nogueira de Brito, *Em Marcha! Notas e comentários sobre a greve do funcionalismo público em 1920*, Lisboa Seara Nova, 1976

solicitações? Que o Estado os empregou generosamente, sem precisar dos seus serviços, que já sabiam quanto iam ganhar. Uma casa comercial ou uma oficina, quando não precisa de empregados dispensa-os”, explicava o *Mundo*: Ora o Estado “tolera-os mesmo quando não fazem nada. Tudo isto devia pesar no ânimo dos reclamantes”⁶¹⁵.

Perante o avolumar dos protestos dos funcionários públicos, o governo, em Nota Oficiosa, lembrava que face às “melindrosas circunstâncias do Tesouro Público” e até das “injustiças e reclamações que dariam lugar”, não poderia satisfazer o aumento de salários pretendido. O executivo considerava ser essencial “dar aos funcionários remunerações que assegurem as indispensáveis condições de vida”. Para isso e enquanto a situação financeira não o permitisse, o governo estava disposto a apresentar uma proposta de lei “pela qual se concede uma «ajuda de custo de vida» aos funcionários que não ganham o bastante para viver”. Esse suplemento seria diverso, “conforme a localidade onde cada funcionário desempenhe as suas funções”⁶¹⁶. Em consonância com o executivo, O *Mundo* explicava que o aumento de salários “corresponde sempre a um aumento no preço dos géneros, o que dá margem a resoluções contraproducentes, entrando-se no círculo vicioso de ninguém melhorar de situação”. O *Mundo* afiançava que a luta devia passar pelo “embaratecimento” do custo de vida⁶¹⁷.

A resposta dos funcionários públicos surgiu numa assembleia, realizada no Liceu Camões, em que participaram, segundo a *Manhã*, mais de 10 mil pessoas. Nogueira de Brito, que presidia à sessão, resumia a maneira como o “funcionalismo público tem vindo a ser tratado pelos poderes de Estado, maneira essa que o levou a sentir-se pisado, vexado, menosprezado nas suas mais legítimas aspirações, o que tudo lhe fez criar esse espírito de quase revolta que actualmente o domina”⁶¹⁸. Após um intenso debate, foi decidido apresentar uma moção, aprovada por “aclamação” em que a “Assembleia Magna do Funcionalismo Público”, além de “manifestar a sua simpatia aos seus camaradas em luta”, afirmava não tomar “conhecimento da Nota Oficiosa do Governo publicada hoje nos jornais; e numa afirmação consciente de que saberá manter íntegras as suas reclamações, dar por findos os seus trabalhos, endossando ao Governo responsabilidades de factos futuros”⁶¹⁹.

⁶¹⁵ *O Mundo* 07-02-1920

⁶¹⁶ *O Século* 29-02-1920

⁶¹⁷ *O Mundo* 29-02-1920

⁶¹⁸ *A Manhã* 01-03-1920

⁶¹⁹ *O Século*-01-03-1920

A carestia, o aumento constante dos preços de bens essenciais, as dificuldades de abastecimentos dos mercados, potenciaram novos surtos de greves, coordenados pela CGT, que fazia apelos mais fortes para o “confronto decisivo” entre classes, aumentando as pressões da classe patronal para que surgisse um governo de força e ordem, um “executivo firme”⁶²⁰. A *República* perguntava com temor, visto que o movimento grevista alastrava-se internacionalmente, se não se tratava de “um movimento operário europeu com o fim de implantar o regime soviético”?⁶²¹

Numa mensagem enviada ao ministro da Justiça, em Fevereiro, a Associação Comercial de Lisboa denunciava que se procurava “inquestionavelmente estabelecer um regime de terror, provocar o pânico que há-de servir em dada ocasião para levar a efeito ainda mais nefandos atentados, pôr a sociedade portuguesa à mercê de um bando de energúmenos sem consciência e só dominado pelos mais desagravantes instintos”⁶²². O governo parecia estar bloqueado, bastante desgastado com a discussão ferroviária. Em entrevista ao *Século*, o ministro da Justiça, questionado sobre os seus planos governativos, desabafava: “Que lhe posso dizer... quando se está numa situação em que ao primeiro desencadeamento da tempestade política pouco ou nada se pode dizer ao público, porque nunca se tem a certeza de levar a cabo uma iniciativa, de realizar um vasto plano de reformas, de satisfazer longas aspirações”⁶²³. Na *República*, os liberais faziam como que um ultimato a Domingos Pereira: “Ou o governo se resolve a encarar de frente os problemas nacionais, quer de natureza política, quer de natureza moral, quer de carácter económico, quer de carácter financeiro e terá consigo a opinião pública, ou o governo não tem função e deve deixar passar quem conheça o caminho e apareça com o propósito de chegar ao fim”⁶²⁴. Perante o avolumar de tensão, *O Mundo* também pedia acção ao governo, “no mais largo e generoso sentido da palavra”, explicando que a “acção governativa, neste momento, deve consistir em realizar a revolução de cima para baixo, a fim de evitar uma dolorosa revolução de baixo para cima”⁶²⁵.

A ideia de um grande confronto entre classes permanecia como uma sombra. Na cerimónia de entrega da bandeira à Guarda Fiscal, o chefe do governo causa alguma apreensão ao considerar ser “possível que a República, é quase certo que a República

⁶²⁰ António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980 Vol. I., pp.155-157, 190-191

⁶²¹ *República* 01-03-1920

⁶²² *República* 23-02-1920

⁶²³ *O Século* 17-02-1920

⁶²⁴ *República* 29-02-1920

⁶²⁵ *O Mundo* 23-02-1920

vai passar por novas provas”⁶²⁶. A *Capital*, ao comentar a “iminência de graves perturbações da ordem pública”, proferidas no discurso de Domingos Pereira, lembrava que tudo quanto se fizer em “matéria de desordem, não pode dar senão o espectáculo do vandalismo e da chacina”. “Para evitar as tentativas subversivas, para evitar os despotismos, para evitar o espectáculo da anarquia sangrenta, para evitar - quem sabe? Uma intervenção estrangeira cujo resultado seria o desaparecimento de todas as nossas liberdades, e possivelmente o fim da nossa nacionalidade, unamo-nos todos em torno da imagem da Pátria e da debaixo da bandeira da República”⁶²⁷.

Quando se inicia a greve do funcionalismo público, acompanhando uma paralisação dos Correios e Telégrafos, a *Vitória*, dava grande destaque a novas declarações de Domingos Pereira que anunciavam um “vasto plano de agitação operária”⁶²⁸. A forma como reagirá perante esta paralisação, revestiu-se de um cunho totalmente diferente com que encarou a greve ferroviária. O chefe do governo ordenou a prevenção rigorosa da polícia e da GNR, que tomam posições em Lisboa, sendo detidos diversos indivíduos. Os livros de ponto dos ministérios são vistoriados para serem apurados os funcionários grevistas⁶²⁹. Em entrevista à *Vitória*, Domingos Pereira não se mostrava muito preocupado com a greve da função pública, que considerava parcial, acentuando antes a gravidade de que “na sua reunião magna, esses funcionários soltaram vivas à revolução social e a Lenine”. Tinha de reconhecer, porém, que a greve dos funcionários dos Correios e Telégrafos tinha-se alastrado ao Porto, Braga e Guarda mas garantia que o governo haveria de tomar as “providências” que “as circunstâncias exigirem, no interesse de todos, no bem da República”⁶³⁰.

No parlamento a “tensão dos nervos é enorme”⁶³¹. Domingos Pereira⁶³² clarificava que o governo nada tinha contra os funcionários públicos,

⁶²⁶ *Diário de Notícias* 28-02-1920

⁶²⁷ *A Capital* 29-02-1920

⁶²⁸ *A Vitória* 01-03-1920

⁶²⁹ *A Capital* 04-03-1920, Nogueira de Brito, *Em Marcha! Notas e comentários sobre a greve do funcionalismo público em 1920*, Lisboa Seara Nova, 1976

⁶³⁰ *A Vitória* 04-03-1920

⁶³¹ *A Capital* 04-03-1920

⁶³² “Em voz vibrante de caudilho o sr. Domingos Pereira expõe à Câmara Legislativa, e condena simultaneamente, o gesto do funcionalismo. (...) E... lembrei-me então do vigor sincero que, por vezes, tenho ouvido pôr nas suas palavras, ao dr. Domingos Pereira, cheio de mocidade e de razão, estigmatizando erros do passado e acenando aos nossos olhos o lenço vermelho do seu radicalismo. E... vi mau grado meu, que esse radicalismo o havia anuviado, como por magia, um conservantismo lastimável tão discordante da sua activa linha de combatente. As palavras de censura que o chefe do Governo pronuncia, destoaam daquela linguagem desabrida mas elegante do lutador inteligente que não sabe parar e que, antes pelo contrário, procura sempre deixar transparecer delas uma aspiração que arrasta o pensar e o sentir ao acalentamento de uma esperança em dias mais claros para a liberdade dos homens e

anunciando que nesse mesmo dia, o ministro das Finanças contava apresentar uma proposta que mitigasse os baixos vencimentos dos funcionários. O chefe do governo acusava, por isso, os funcionários de serem “dirigidos em grande parte por indivíduos que, com certeza, não trazem apenas no seu espírito o intuito de ajudar o movimento das reclamações sobre a equiparação pois logo fizeram votar a greve em princípio e, em nota oficiosa, declararam que não tomavam conhecimento da nota oficiosa do Governo”. Domingos Pereira não se coíbia de acentuar o carácter subversivo saído da sua assembleia que foi “caracterizada por vivas à revolução social, por vivas a Lenine e por vivas à Rússia”. Acrescentava também que tinha sido enviada uma “saudação à Confederação Geral do Trabalho, para a qual só agora olharam, porque podia muito bem servir de ajuda decisiva no movimento que os funcionários iam levar a cabo e que não tinha justificação”. O facto era de “altíssima gravidade”⁶³³.

Durante o seu discurso, o chefe do governo era interrompido constantemente pelos populares que perguntavam pelos ferroviários. Se os funcionários públicos incorriam na ilegalidade pelo facto da lei da greve lhes proibir a cessação do trabalho, os ferroviários, segundo a mesma lei, também exerceram de forma ilegal a sua paralisação, pois, fazendo parte de um serviço de interesse público, tinham a obrigação de ter afixado um pré-aviso de greve com, pelo menos, 8 dias de antecipação⁶³⁴.

Isso não impediu que Domingos Pereira apresentasse uma proposta, da sua própria responsabilidade, que previa o despedimento dos funcionários públicos grevistas. Segundo a sua proposta, aos “funcionários ou empregados do Estado que se coligarem e abandonarem o serviço público”, seria “permitido apresentarem-se nas suas Secretarias e Repartições a retomar o serviço, desde que o façam dentro das primeiras quarenta e oito horas”. Caso não o fizessem seriam, “para os efeitos disciplinares, considerados como tendo abandonado os seus lugares, sem que a verificação desse abandono dependa de qualquer auto ou formalidade-especial que não seja a falta de assinatura no respectivo livro de comparência”. Os funcionários públicos poderiam justificar a sua falta provando “por atestado médico que a não comparência resultou de doença com risco de vida, ou, por testemunhas em número não superior a cinco, de coacção física violenta.” Todos os outros seriam “demitidos” em “processo disciplinar”. A proposta de lei estipulava ainda que todas as “autoridades judiciais, civis e militares,

para o seu bem-estar!” Nogueira de Brito, *Em Marcha! Notas e comentários sobre a greve do funcionalismo público em 1920*, Lisboa Seara Nova, 1976, pp.59-60

⁶³³ *Diário da Câmara dos Deputados* 04-03-1920

⁶³⁴ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954, pp.266-267

e quaisquer chefes ou directores de serviços públicos, ou quem suas vezes fizer, enviariam directamente ao Gabinete do Ministro respectivo comunicação dos funcionários ou empregados que hajam abandonado o serviço.” Recebida essa informação, o ministro publicaria no *Diário do Governo* um aviso “para o funcionário ou empregado, no prazo máximo de cinco dias, justificar a sua falta”. Após estes procedimentos, a decisão final seria publicada no *Diário do Governo*, sendo prevista, ainda, a hipótese de recurso para o “Conselho de Ministros”. A nova lei deveria “entrar imediatamente em execução e revoga toda a legislação em contrário.”

Apesar desta demonstração de força, na câmara o apoio a esta proposta foi quase nulo. Os populares declaram-se abertamente contra. António Granjo, embora censurasse os funcionários grevistas, notava a atitude “contraditória” do governo “na maneira de proceder entre funcionários públicos e ferroviários”. O Parlamento devia “tomar conhecimento das reclamações dos funcionários e discutir uma proposta em que, na medida do possível, sejam atendidas as suas reclamações”. O líder da bancada liberal fazia questão de frisar que todo o “Governo que não tem a coragem de assumir as suas responsabilidades, não tem razão de existência”, anunciando que o seu partido não ia votar favoravelmente a proposta apresentada pelo chefe do governo⁶³⁵.

A sessão foi interrompida, para ser reatada às 22 horas. Foi uma sessão curta. Cunha Leal continuava a apontar as incongruências do governo perante as duas reivindicações. Apenas o deputado Pedro Pita, tentou defender a proposta em discussão, lançando uma moção em que considerava ser “necessário manter o princípio da autoridade e o prestígio do Poder”. Para este deputado, a proposta de lei do chefe do governo “significa não uma intransigência, mas uma ponte de passagem que os funcionários devem aproveitar”. No entanto, outro deputado do PRP lançava outra moção “considerando inoportuna a proposta do Governo”. Se Ramada Curto tentou auxiliar Domingos Pereira, declarando que o Tesouro do Estado estava exaurido, não havendo como acudir às reclamações dos funcionários, Álvaro de Castro, em contrapartida, acabou por pôr em cheque o chefe do governo ao lançar uma moção em que, embora lhe reconhecesse “os seus patrióticos intentos de defesa do regime”, não deixava de lhe significar a “necessidade de substituir a proposta em discussão por medidas mais conformes com a gravidade do momento presente”.

⁶³⁵ *Diário da Câmara dos Deputados* 04-03-1920 pp.18-22

Domingos Pereira, isolado, pela última vez, tentou justificar a diferença entre a proposta “justa” a favor dos ferroviários, em comparação com os funcionários públicos que tinham declarado greve, “sabendo” eles que o “Governo apresentaria ao Parlamento, muito brevemente, uma proposta em harmonia com a nota oficiosa”. Não concordava com a moção de Álvaro de Castro, nem com a atitude de António Granjo que, tendo “representantes” no Governo, “tinha atacado a proposta “com o fim de assegurar a ordem e defender a República”. Deste modo, não restava alternativa ao governo que não fosse pedir a demissão, “para ceder o seu lugar a outro que melhores garantias ofereça”, sendo de seguida aprovada a moção de Álvaro de Castro⁶³⁶.

A queda abrupta do governo não lhe deixou grandes defensores. Apenas o *Mundo* criticava o parlamento, e em especial os liberais, que, “procedendo contra as velhas praxes” e no “transe em que se atravessa”, não tinha dado ao governo, com a “indispensável largueza os meios que necessita para governar”⁶³⁷. Para a restante imprensa, a forma dúbia como tinham sido tratadas as duas reivindicações tinha sido fatal: “o governo sumiu-se por não ter argumentos que explicassem a manifesta incongruência”, sintetizava a *Capital*⁶³⁸. António Granjo, no jornal *República* também se referia a esse “antagónico critério”. A forma como o governo tinha conduzido a questão ferroviária sobre todas as conveniências, já tinha ditado a sua “condenação”. A crítica que Domingos Pereira lançou aos liberais significava que ele tinha tido a “clara visão de que a atitude da maioria democrática não seria diferente da minoria liberal”. O governo tinha caído com a vontade “quase unânime da câmara”⁶³⁹. Para a *Batalha*, o governo já se encontrava “agonizante”, esperando apenas “que lhe cerrassem as pálpebras e o removessem das cadeiras do poder para as mesas de mármore do necrotério ou para a cova do esquecimento”⁶⁴⁰.

Segundo as memórias de Cunha Leal, o segundo governo de Domingos Pereira não teve “forças para sobrepujar as dificuldades nacionais”⁶⁴¹. Profundamente dividido, numa guerra aberta pela sua liderança, o PRP decidiu sacrificar este executivo, dirigido por umas das suas facções, satisfazendo as pretensões das classes patronais em busca de

⁶³⁶ *Diário da Câmara dos Deputados* 04-03-1920 pp.22-24

⁶³⁷ *O Mundo* 05-03-1920

⁶³⁸ *A Capital* 05-03-1920

⁶³⁹ *República* 05-03-1920

⁶⁴⁰ *A Batalha* 06-03-1920

⁶⁴¹ Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, Vol. II, Lisboa, Edição do autor, 1967, p. 204

um governo forte⁶⁴². Álvaro de Castro, esperançado em liderar o próximo governo, explicava, em entrevista à *Vitória*, que “perante o decorrer das sessões parlamentares em que se discutiu a questão social nos seus aspectos relativos aos ferroviários e ao funcionalismo, verificou-se a necessidade de constituir um ministério que, afastados quanto possível os debates políticos, pudesse resolver o assunto, atendendo, por um lado, às justas reclamações e mantendo, por outro lado, o prestígio do Estado. Parece, pois, indicado que se procure constituir um ministério que reúna o maior número de forças republicanas, ainda que eivado de uma feição radical que lhe permita tratar mais abertamente os problemas sociais, por isso que a sua função consistirá, sem descurar a situação económica e financeira, em resolver as questões sociais em marcha. É também natural que este ministério contenha uma forte proporção daqueles que desde o primeiro momento mais intransigentes se manifestaram na resolução directa das reclamações de classe, pois apenas eles nas actuais circunstâncias têm força moral para darem o que for justo e só o que for justo”⁶⁴³.

A queda do governo fez avançar as duas grandes facções internas do PRP para formar governo. António Maria da Silva surgia à frente de uma coligação com os populares, que acaba por sair frustrada. Cunha Leal haveria de explicar nas suas memórias que uma das razões que impossibilitaram esse sucesso foi o facto de, embora António Maria da Silva ter-se mostrado contra a proposta sobre os ferroviários, quando tentou formar governo com os populares, pretendia que Cunha Leal, o qual estava reservada a pasta do Comércio, transigisse aos “princípios por mim defendidos quando em oposição anterior governo de Domingos Pereira”, levando ao rompimento da coligação⁶⁴⁴. Seguiu-se Álvaro de Castro que viu gorada a sua tentativa de formar governo por interferência sistemática da ala afecta a António Maria da Silva. As duas facções bloqueavam-se mutuamente, na tentativa de se sobressaírem, levando à dissidência de Álvaro de Castro⁶⁴⁵.

Perante as fortes rivalidades existentes dentro do PRP e a crise social vigente. António Maria Baptista, pela forma severa e intransigente com que exerceu o cargo de ministro da Guerra, durante o primeiro governo de Domingos Pereira, surgia como uma

⁶⁴² Fernando Medeiros, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, p.220; António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980 pp.155-157, 190-193; Jesus Pábon, *A Revolução portuguesa*, Lisboa, Aster, 1951, pp.520-522

⁶⁴³ *A Vitória* 05-03-1920

⁶⁴⁴ Cunha Leal, *As Minhas Memórias* Vol. II, Lisboa, Edição do autor, 1967, p. 227

⁶⁴⁵ Olga Maria Vasco Xavier, *Álvaro Xavier de Castro: esperanças e fracasso de um republicano liberal: 1878-1928*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990 Vol.1 pp.74-77

figura de compromisso e alguém capaz de organizar um governo forte e radical, com o apoio da GNR, que não tivesse pejos em reprimir de forma muito firme as manifestações proletárias⁶⁴⁶. Este modelo executivo tinha um forte apoio na opinião pública mais conservadora que tentavam, a seu modo, superar a fiscalização parlamentar, cada vez mais vista como perturbadora e bloqueadora, do que como efectiva reguladora da acção governativa. Domingos Pereira, durante a apresentação parlamentar de António Maria Baptista, advertia para a necessidade do novo executivo governar, “porque senão cairá, mas o País dirá de quem foi a culpa, se do Governo se do Parlamento”. Como clarificava: “se o Governo souber governar com decisão e souber governar com energia e acerto, não lhe dando o Parlamento os meios necessários para que possa governar, sairá daquelas cadeiras”⁶⁴⁷. Neste sentido, uma das primeiras acções do governo de António Maria Baptista foi, precisamente, fazer aprovar no Congresso, uma medida para que “a sessão legislativa se adie até o dia 11 de Abril de 1920⁶⁴⁸”, permitindo, a suspensão do parlamento durante um mês para que o governo tomasse todas as medidas necessárias para debelar a crise sem a interferência das câmaras.

Em entrevista à *Capital*, Domingos Pereira considerava que a questão dos funcionários tinha sido usada pelos liberais como um “pretexto” para fazer “cair o governo, que já estava condenado há bastante tempo” por António Granjo, não havendo hipótese de remodelação ministerial⁶⁴⁹. Reiterava que o “problema dos funcionários não podia ser resolvido de forma diferente”: o “Tesouro público não tem dinheiro”. Já tinha sido cortado nas “despesas do orçamento” “vinte e um mil contos”, não fazendo sentido dar “mais de 30 000 contos aos funcionários”. Apesar disso, acrescentava, a “ajuda de custo de vida” que o governo estava disposto a implementar, valia “sete ou oito mil contos”. Sobre os últimos incidentes políticos, que tinham levado à cisão de Álvaro de Castro, reconhecia que “podendo, por alguém, ser considerado como sendo o fracasso

⁶⁴⁶Diego Palácios Cerezales, *Portugal à coronhada: protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011 pp. 251-252

⁶⁴⁷ *Diário da Câmara dos Deputados* 09-03-1920, pp.19-21

⁶⁴⁸ *Diário do Congresso* 12-03-1920

⁶⁴⁹ “Ou os ministros liberais teriam que sair do governo ou do partido. Não havia meio-termo. E como saindo eles do governo, eu não os podia substituir por outros do mesmo partido, teria eu que recompor o governo com correligionários meus o que não podia fazer visto que não era a pessoa mas indicada dentro do partido democrático para presidir a um governo partidário. Além de que não era essa a base a que tinha obedecido a minha chamada ao poder, mesmo porque fui para lá na minha qualidade de Presidente da Câmara dos Deputados. Se os ministros liberais saíssem do partido o partido jamais deixaria viver o governo em sossego, o que o impossibilitaria de estudar e resolver as questões pendentes de alta gravidade e urgência. Demais, já não seria um governo de concentração e ficaríamos num mistério que nem era de concentração nem era partidário”. *A Capital* 09-03-1920

do próprio Partido Democrático, é de certo modo, para os inimigos da República, o fracasso da própria República”. Isso devia-se, segundo ele, à falta de “juízo, não há, entre os republicanos, nem dentro dos partidos a ordem, o entendimento, a disciplina necessárias. Ou os partidos se corrigem, modificam a sua mecânica interna, ou não têm o direito de viver perturbando a vida da República.” Lamentava a saída de Álvaro de Castro, mas reconhecia que ele, como líder do partido não era “obedecido”: A sua dissidência tinha sido um “grande mal” para o partido, “enfraquece-o profundamente, até porque muita gente pode dispor-se a seguir-lhe o exemplo”⁶⁵⁰.

3.2 O Congresso extraordinário do PRP

Apesar de alguns jornais, como o *Diário de Notícias*, anunciarem que ia desligar-se “do partido democrático, desgostoso com a marcha dos negócios públicos e com a atitude do parlamento face às questões nacionais⁶⁵¹”, Domingos Pereira manteve-se no seu agrupamento, em confronto aberto com António Maria da Silva.

Para ilustrar as convulsões internas do PRP, a *República* referia que a disputa entre Álvaro de Castro e António Maria da Silva “assemelhava-se uma luta de tracção, em que a corda era o partido, procurando cada um ficar com o maior bocado, se a corda se rompesse. A esta hora não se sabe bem ainda qual dos dois ficou com o maior bocado. Mas o sr. Dr. Álvaro de Castro levou a sua parte que ninguém lhe disputa. A parte que coube ao sr. António Maria da Silva ficou a arrastar pelo chão e antes que a enrolasse no braço, o sr. Domingos Pereira, tratou de a agarrar”⁶⁵². *O Mundo*, embora sem revelar ainda nomes, tornava-se cada vez mais directo ao criticar os problemas internos do PRP: “O facto é evidente: na hora em que o país atravessa uma crise dolorosa, necessitando reconstruir toda a sua existência, houve alguém - sabe-se quem é - que sem considerar na obra que realizava ou considerando criminosamente, tendo responsabilidades políticas, e uma tradição a respeitar, desprezou tudo para pensar apenas em si, na sua desmedida vaidade, nas suas inconcebíveis ambições de mando. Isto é miserável, é baixo, representa uma vileza que vai até à traição”⁶⁵³. Nos dias que se seguiram à cisão de Álvaro de Castro, alguns jornais publicavam listas com os nomes de

⁶⁵⁰ *A Capital* 09-03-1920

⁶⁵¹ *Diário de Notícias* 08-03-1920

⁶⁵² *República* 10-03-1920

⁶⁵³ *O Mundo* 10-03-1920

deputados que seguiam as diversas facções. A *Manhã* garantia que António Maria da Silva conseguia conservar 48 deputados, enquanto 18 seguiam Álvaro de Castro. Domingos Pereira mantinha na sua órbita um grupo de 5 parlamentares, havendo 12 indecisos⁶⁵⁴. As listas que a *Capital* apresentava também asseguravam, a António Maria da Silva, a maioria dos deputados⁶⁵⁵. Havia intensas reuniões nas bases do partido. Para a *Capital*, existia “uma espécie de guerra de trincheiras” em que António Maria da Silva e Domingos Pereira disputavam as “comissões paroquiais do partido”. Segundo o vespertino, António Maria da Silva tinha conseguido obter “vantagem” sobre Domingos Pereira, o que poderia dar lugar a “novas e emaranhadas surpresas”⁶⁵⁶.

A cisão de Álvaro de Castro provocou uma intensa campanha de reformulação organizacional e comportamental dos partidos políticos. Dinamizada em jornais, como a *Manhã*, o *Mundo*, a *Vitoria* e o *Portugal*, apelava-se para que os partidos pugnassem por ideias e correntes de opinião, sacrificando-se em prole do interesse geral do país, e não vivendo em torno de homens e meras ambições pessoais⁶⁵⁷.

Para a facção que se congregava em torno de Domingos Pereira seria crucial a convocação de um congresso extraordinário, como uma “necessidade urgente para todos”, para serem apuradas “responsabilidades”, lembrava o *Mundo*⁶⁵⁸. Numa reunião do Grupo Parlamentar Democrático, Domingos Pereira tinha alertado igualmente para a necessidade “urgente e inadiável de limpar o partido dos musgos e líquenes que, como numa velha árvore, o envolvem e prejudicam”⁶⁵⁹. O *Mundo*, por outro lado, começava a marcar de forma mais firme a sua posição política, indicando que Domingos Pereira “muito justamente enjoado com os processos políticos em prática para o conseguimento de ambições que poderiam ser legítimas se os processos empregados para o conseguir não fossem criminosos, reconhece que não pode permanecer no mesmo partido ao lado das criaturas desleais. Mas nem por isso procura ferir o adversário de hoje e por portas travessas”. Pelo contrário, na última reunião do grupo parlamentar, Domingos Pereira “falou frente a frente por forma tão clara e tão sincera” que, António Maria da Silva “não seria obrigado a ouvir, o que com toda a razão se lhe tem dito e não seria, o único responsável pelo desmembramento do velho Partido Republicano Português. A ambição

⁶⁵⁴ A *Manhã* 10-03-1920

⁶⁵⁵ A *Capital* 10-03-1920

⁶⁵⁶ A *Capital* 14-03-1920

⁶⁵⁷ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, «O clientelismo partidário durante a I República: o caso do Partido Reconstituente (1920-1923)», in *Análise Social*, vol. XXXII, n.º 140, 1997, pp. 32-33.

⁶⁵⁸ O *Mundo* 19-03-1920

⁶⁵⁹ A *Capital* 18-03-1920

do mando cegou-o e agora é tarde para reconhecer o erro.” Clarificava, quanto ao futuro de Domingos Pereira, que ainda não tinha definido a “sua situação”. “Sabemos que não ficará no partido onde militar o sr. António Maria da Silva e que é provável que forma também o seu grupo”⁶⁶⁰. Esta afirmação tão explícita do *Mundo* foi bombástica dentro do partido: “Camoegas atirou-se ao *Mundo*”, referiu Domingos Pereira nas suas notas políticas. A indignação tinha sido maior pelo facto de ele não ter desmentido a notícia que saiu no jornal⁶⁶¹.

A marcação do congresso extraordinário não era do agrado de parte do PRP. O *Mundo* acusava o directório, controlado por António Maria da Silva, em querer boicotar uma assembleia magna requerida por três comissões distritais, cinco comissões municipais e cinco paroquiais. Pressionado, o Directório ainda tentou desviar o congresso para a cidade do Porto, onde António Maria da Silva tinha uma grande base de apoio, mas, sem sucesso, confirmou a realização do Congresso, em Abril, em Lisboa. De facto, a ideia de uma reunião magna do PRP tornava-se cada vez mais aceitável para definir e esclarecer posições políticas. Em correspondência com Sousa Fernandes, Daniel Rodrigues, apoiante de António Maria da Silva, blasonava contra a “judiaria e as direitas” que faziam uma “campanha tendenciosa e impatriótica da dissolução” do PRP: “Estes ambiciosos de 2ª ordem, Álvaro de Castro à frente, hão-de desenganar-se de que o velho baluarte é ainda inexpugnável e nunca lograrão enfileirar mais do que uma patrulha de politicantes falhados. O próprio *Mundo* crivado de uma sarna caluniosa que lhe comunicavam, seguiu até ontem na mesma esteira, zargunchando” António Maria da Silva com “epítetos e insinuações desproporcionadas com os actos de menos correcção partidária que, à boca pequena, se atribuem ao homem dos Correios – aliás ambicioso como os seus rivais. Mas creio que isto é tempestade de pouca dura e o Congresso reporá as coisas no seu lugar”. Estava confiante que o partido haveria de avançar sem os “Pigmeus e morcegos” que julgavam imitar a “estatura e o talento do Afonso!”. De Paris chegavam “boas palavras a animar a boa união e o vigor do Partido, como sendo e ainda sempre a base mais firme da República”⁶⁶². Uma das questões mais importantes, no meio das intensas divergências políticas e pessoais que grassavam no PRP, era

⁶⁶⁰ *O Mundo* 19-03-1920

⁶⁶¹ “Disse que o *Mundo* afirmou que eu não ficava no partido se Antº Mª da Silva ficasse e que não tinha visto o meu desmentido. Respondi que tinha mais que fazer do que desmentidos e que os homens estavam bem servidos se andassem a fazê-los todas as vezes que lhes atribuem coisas. De resto eu era o senhor das minhas resoluções.” APDLP *Notas Políticas: 1919, 1920, 1921* [manuscrito]

⁶⁶² Carta de 22-03-1920 in Daniel Rodrigues, *Correspondência a Sousa Fernandes*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1990 p.92

perceber a reacção de Afonso Costa a todo este confronto e se tinha alguma empatia por algum das facções em luta.

À medida que se aproximava a assembleia magna do PRP, *O Mundo* estava confiante em relação aos seus objectivos, garantindo que haveriam de fazer “justiça” a quem a “merecer”: justiça “implacável, recta, republicana”⁶⁶³.

O Congresso extraordinário do PRP teve lugar no Liceu Camões, em Lisboa, entre 24 e 25 de Abril de 1920, no meio de uma greve tipográfica, impedindo que tivesse maior ressonância na imprensa. Na primeira sessão, ao analisar as divergências internas, o Directório, no relatório apresentado, justificava-as como uma “característica de todos os organismos democráticos, constituídos por consciências vivas e não por almas inertes ou amorfas”. A resposta de Domingos Pereira não tardou. Segundo *O Século*, quando subiu ao palanque para falar, sentiu-se na sala um grande rumor, “anunciando-se que se iriam ouvir revelações inéditas, destinadas a causar grande sensação”. No seu discurso, Domingos Pereira começou por declarar que apenas teve conhecimento do relatório do Directório, naquele momento, qualificando-o de “incolor, impreciso e deficiente”. Abordando a cisão de Álvaro de Castro, lembrava que, apesar do partido ter coesão, isso apenas se notava nas “massas” partidárias, faltando a “união” ao seu corpo dirigente. Embora não podendo elogiar a cisão efectuada, e esperando que os desavindos regressassem, considerava que tinham “havido razões importantes para o abandono”. Dava, como exemplo, a visão antagónica que existia no parlamento entre o líder e o sublíder do PRP, durante o seu último governo, acusando directamente António Maria da Silva de ter abraçado Malheiro Reimão quando este o atacou. “Mas há mais”: numa reunião do grupo parlamentar do PRP, “António Maria da Silva afirmou que ali dentro só existiam duas pessoas com direitos e ambições políticas que eram ele e Álvaro de Castro” Estas declarações apenas fizeram acirrar o congresso, seguindo-se um “enorme tumulto, dividindo-se o auditório, havendo congressistas exaltados que gritavam e barafustavam”⁶⁶⁴.

No dia seguinte, esperava-se a resposta de António Maria da Silva que subiu à tribuna “vivamente aclamado como mártir do Dezembrismo”. Não deixou de atacar Domingos Pereira, acusando-o de se intrometer nas “divergências” entre ele e Álvaro de Castro para “melhor se alpendorar as cadeiras do poder”. Segundo ele, era falso que tenha tido algum “critério pessoal para prejudicar” o PRP, nem nunca pretendeu

⁶⁶³ *O Mundo* 25-03-1920

⁶⁶⁴ *Diário de Notícias* 25-04-1920, *O Século* 25-04-1920

“impor-se nem a glória do mando o seduziu”. Explicava que tinha abraçado Malheiro Reimão, comprometido com os revolucionários de 10 de Janeiro, em Santarém, e que, enquanto ministro das Finanças durante a “ditadura sidonista,” não tinha sido um “esbanjador”. Fazia até questão de recordar que Domingos Pereira tinha colaborado no ministério Relvas com os “dezembristas”. Terminou pedindo a máxima unidade parlamentar e formulando votos para que o PRP exista muitos anos após a sua morte” sendo muito aclamado.

Apesar do congresso decorrer debaixo de uma tensão constante, numa atitude de apaziguamento, e para que se afastasse a ideia de que os dois rivais pretendiam chefiar o partido, tanto Domingos Pereira como António Maria da Silva decidiram não integrar o novo directório eleito durante a reunião extraordinária do PRP, pautado por figuras secundárias. Com excepção da presença quase obrigatória de Afonso Costa, os membros efectivos do novo Directório, composto por António de Paiva Gomes, António Xavier Correia Barreto, Herculano Jorge Galhardo, João Carlos Alberto da Costa Gomes, João Catanho de Meneses, José Joaquim Pereira Osório, Gaspar Lemos e Vítor Hugo de Azevedo Coutinho⁶⁶⁵ revelaram uma política de compromisso, dentro do partido, ao remeter para a sua direcção figuras mais distantes da linha da frente do combate político, reservando para um futuro próximo a verdadeira clarificação da liderança do PRP. Ao longo da assembleia, o *Século* vinha apontando que os congressistas da “corrente silvista” encontravam-se em maior número e eram mais “aguerridos” do que os apoiantes de Domingos Pereira. Após a votação do novo directório, segundo o *Diário de Notícias*, Domingos Pereira e António Maria da Silva foram “levados, ou melhor, são impelidos para os braços um do outro”⁶⁶⁶.

A concluir-se o congresso foi aprovada uma moção de Barbosa de Magalhães onde o partido definia a sua orientação política, assumindo-se como parte da “extrema-esquerda da República”, embora pusesse em relevo, na “hora actual”, a preferência, das “questões económicas, financeiras e coloniais, sobre as chamadas questões políticas, a supremacia do poder civil sobre o poder militar, e, em matéria religiosa, mantendo a essência dos diplomas do governo provisório, que reorganizaram o exército e garantiram a liberdade religiosa”: O PRP defendia uma “política económica e financeira radical, remodelando a organização dos serviços públicos, da propriedade e do sistema

⁶⁶⁵ Os membros substitutos do novo directório eram formados por António Maria da Silva Barreto, Augusto Pereira Nobre, Germano Lopes Martins, Jaime Salazar de Sousa, João Baptista Frazão, João Estevão Águas, Marcos Cirilo Lopes Leitão, Tomás José de Aquino. Cf. *Diário de Notícias* 26-04-1920

⁶⁶⁶ *Diário de Notícias* 26-04-1920

tributário mais equitativo da tributação de riquezas, administração financeira, rigorosamente proba, legalista e zelosa. Equilíbrio orçamental, desenvolvimento das fontes de riqueza, vias de comunicação, legislação tendente a melhorar a situação das classes trabalhadoras”⁶⁶⁷.

Ao fazer um balanço do congresso, o *Século* esperava que dele “estalassem escandalosas tempestades”: Afinal “tudo ficou em bem e por bem. Os congressistas manifestaram-se unanimemente pela união do seu partido, e, quanto à chamada roupa suja, como pitorescamente diz o povo, certo é que algumas farrapinhas se lavaram, mas foi só com sabonete, e não com sabão grosso. Depois guardaram-se as roupinhas usadas na arca do bragal. Realmente foi melhor assim”⁶⁶⁸. Quem se mostrou muito descontente com o congresso foi Afonso Costa. Em correspondência com o seu sobrinho, Fernando Castro, repreendia-o por ele e seu irmão, Artur Costa, se terem deslocado à assembleia extraordinária do partido, dando a impressão do seu próximo regresso, por intermédio deles: “Por pouco não se fez um Congresso de reabilitação da chamada Casa Civil!” Se o congresso queria mostrar “a unidade e a vitalidade do PRP”, ele não teria sido “apenas a explosão de fúrias contra aqueles que ainda ontem eram marechais dentro do agrupamento?”. Que “ideias se agitaram, que princípios se defenderam, que palavras de trabalho se discutiram, que obra de salvação nacional se preconizou”, perguntava: “Nada, nada, nada!” No fundo, não tinha passado de um “grito de maldição aos que saíram, de facto, por uma porta falsa, e a disputa entre dois galos, que afinal se abraçaram mas ficando ambos com as cristas ensanguentadas”⁶⁶⁹.

Após o congresso, Domingos Pereira teve de reduzir a sua actividade política, pois encontrava-se bastante debilitado fisicamente “por efeitos de uma melindrosa operação cirúrgica” que o fez ficar retido em casa, mais de um mês⁶⁷⁰. No princípio de Junho, a tensão volta a subir abruptamente, dentro do PRP, com a eleição para a Junta Parlamentar Democrática. António Maria da Silva conseguiu que a lista eleita fosse composta por ele, Vitorino Guimarães e Barbosa de Magalhães, sendo substitutos, Paiva Gomes, João Camoesas e José Domingues dos Santos⁶⁷¹. Perante isto, a 5 de Junho, em carta a Herculano Galhardo, membro do Directório e líder da bancada democrática do Senado, Domingos Pereira, sentindo-se excluído, desligou-se da bancada parlamentar

⁶⁶⁷ *O Século* 26-04-1920

⁶⁶⁸ *O Século* 28-04-1920

⁶⁶⁹ Fundação Mário Soares, DFC - Documentos Afonso Costa: Correspondência 30 de Abril de 1920

⁶⁷⁰ *A Capital* 28-05-1920

⁶⁷¹ *O Mundo* 04-06-1920

do PRP⁶⁷². Tudo se precipitou, porém, com a morte inesperada de António Maria Baptista no dia seguinte. Ramos Preto, ministro da Justiça, assumiu a presidência do Ministério, num executivo considerado logo de transição, iniciando-se negociações nos bastidores com vista à formação do governo seguinte⁶⁷³. A *Capital* anunciava a constituição, quase certa, de um governo nacional liderado por Domingos Pereira, “já por duas vezes chefe de governo em situações difíceis, e para quem mais uma vez se voltam todas as atenções”⁶⁷⁴. Contactado, este confirmava que a melhor forma de resolver a crise seria um governo de concentração republicana. Partia para a sua cidade natal, a fim de retomar a sua convalescença, aguardando “serenamente” que os políticos se “lembrem de que a hora gravíssima que passa não é de molde a novas experiências...”⁶⁷⁵. *O Mundo*, em consonância com Domingos Pereira, fazia a apologia de um governo de competências “que necessita de estar colocado acima dos partidos, recebendo a sua colaboração patriótica, mas neutralizando as suas ambições políticas”. Por oposição, um “governo partidário só levantaria dificuldades, provocando desde logo uma forte oposição dos adversários mal podendo os ministros ter tempo para responder aos ataques parlamentares que se fariam a propósito ou a despropósito de todos os assuntos”⁶⁷⁶.

Desde a cisão de Álvaro de Castro que o PRP tinha perdido a maioria absoluta no parlamento, obrigando a constantes negociações entre os vários partidos e facções, com vista a garantir soluções governativas. Deste modo, os grupos parlamentares mais pequenos acabavam por ganhar uma grande importância na formação de alianças políticas. António Maria da Silva procurava apoio entre os populares e os socialistas, com o intuito de se formar um “bloco das esquerdas”. Pelo contrário, reconstituintes e liberais tentavam entender-se num “bloco de direitas”. Com os cerca de 15 deputados que formavam o seu grupo de apoio, Domingos Pereira tinha um papel crucial nas negociações para formar uma possível maioria.

Após as recusas de Teixeira Gomes, Brito Camacho e Correia Barreto, o Presidente da República convidou Sá Cardoso para formar governo. O Presidente da Câmara dos Deputados, afecto agora aos reconstituintes, tentou formar um executivo das “direitas”, com a ala evolucionista do partido Liberal, afecta a António Granjo, e

⁶⁷² *O Mundo* 05-06-1920

⁶⁷³ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954, pp. 278-281

⁶⁷⁴ *A Capital* 07-06-1920

⁶⁷⁵ *A Capital* 10-06-1920.

⁶⁷⁶ *O Mundo* 15-06-1920

com os democráticos afectos a Domingos Pereira. Esta “tripla aliança” acabou por falhar devido a desentendimentos nas pastas ministeriais a atribuir, principalmente a do Interior e das Finanças⁶⁷⁷. Os democráticos afectos a António Maria da Silva, juntamente com os populares e socialistas tinham maior espaço de manobra em relação aos reconstituintes e liberais, Essa situação revelou-se, por exemplo, na eleição da vice-presidência da Câmara dos Deputados, em que o candidato das “esquerdas”, Abílio Marçal, venceu o candidato “das direitas”, Aboim Inglês⁶⁷⁸.

Num gesto de compromisso e apaziguamento para com Domingos Pereira, António Maria da Silva, que procurava formar um novo governo, promoveu uma nova eleição para a Junta Parlamentar Democrática, que se compunha de António Maria da Silva, Vitorino Guimarães e Domingos Pereira, sendo substitutos: Paiva Gomes, João Camoesas e José Domingues dos Santos⁶⁷⁹. Todavia, mantinha-se a incógnita se Domingos Pereira fornecia elementos para integrar o novo executivo que se estava a negociar, ou até se o apoiaria no parlamento⁶⁸⁰. As dúvidas são desfeitas quando Vasco Borges, um dos deputados mais próximos de Domingos Pereira, numa reunião do Grupo Parlamentar Democrático, declarou ser contra um governo “das esquerdas”⁶⁸¹. Isto não impediu António Maria da Silva de constituir, efectivamente, com os socialistas e populares, “um governo das esquerdas”, combatido de imediato pelo *Mundo*, que declarou não ser “um governo do P.R.P. mas em que entram elementos do P.R.P.”⁶⁸².

O directório do PRP tinha-se manifestado igualmente contra uma “coligação das esquerdas”, não apoiando explicitamente o novo governo. Isto permitiu que as facções internas do PRP pudessem mostrar o seu descontentamento. Como referia a *Vanguarda*, o governo foi recebido no parlamento “a murro fechado”⁶⁸³, sobrevivendo a uma moção de confiança por cinco votos (44-39). Os deputados afectos a Domingos Pereira abandonaram a sessão antes da votação, observando o *Mundo* que a “votação não pode, sem dúvida, representar um triunfo. Para isso ainda foi indispensável que alguns elementos democráticos, contrários à orientação teoricamente extremista do governo,

⁶⁷⁷ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, p.248

⁶⁷⁸ *Diário da Câmara dos Deputados* 21-06-1920, pp.11-12; *A Capital* 21-06-1920

⁶⁷⁹ *A Capital* 21-06-1920

⁶⁸⁰ *A Capital* 25-06-1920

⁶⁸¹ *A Capital* 27,28-06-1920

⁶⁸² *O Mundo* 30-06-1920

⁶⁸³ *A Vanguarda* 30-06-1920

não intervissem na votação, para que o ministério deixasse de sofrer um choque absolutamente completo logo na sua apresentação”⁶⁸⁴. No entanto, no Senado, foi apresentada pelos liberais, uma moção de desconfiança, aprovada por dois votos. Os senadores democráticos afectos a Domingos Pereira, Augusto Monteiro e Francisco Pereira, faltaram à sessão. Uma moção de desconfiança do Senado não previa demissão imediata do governo, pois ele dependia apenas da confiança da Câmara dos Deputados, mas fragilizava-o bastante⁶⁸⁵. Para ser solucionada a questão, foi convocada uma reunião do Congresso com o fim de ser autorizado o adiamento das câmaras. António Maria da Silva pensava, com o cômputo das duas câmaras, obter uma maioria de votos que lhe permitisse governar, mas ia ter de lidar com uma oposição tenaz dentro do próprio partido, com o *Mundo* a considerar que o governo “mal constituído, levado a efeito unicamente pelo indomável insofrimento duma ambição, que pode ser legítima, mas tinha de esperar a devida oportunidade para poder ser satisfeita, nasceu inviável...” Não havia poder executivo que pudesse “viver” sem a confiança das “duas Câmaras, em função própria, com a independência que lhes está atribuída”: Procurar-se “significado político em reunião conjunta dos dois corpos que constituem o Poder Legislativo”, garantia o *Mundo*, é “sofismar preceitos que, para bem e honra de todos, devem manter-se escrupulosamente na esfera do máximo respeito”⁶⁸⁶.

Na reunião do Congresso, Domingos Pereira fez questão de referir que não era seu propósito defender ou atacar o governo. Segundo ele, depois da crise do ministério anterior, deveria ter-se constituído um “ministério de concentração geral republicana”. Num momento tão grave para o país, a crise instalada tinha de permitir a união de todos os republicanos, sendo necessário abafar “paixões políticas e se ponham de parte retaliações e divisões para todos se conjugarem no mesmo esforço de salvação da Pátria e da República”. Nenhum partido devia antepor quaisquer “preocupação partidárias mesquinhas” ou quaisquer “divergências de princípios ou pessoas” para se recusar a governar e solucionar os “problemas que nos assoberbam”. Aconselhava o governo a demitir-se, dando o seu próprio exemplo, quando formou dois ministérios “sem que jamais tivesse resistido sequer à má disposição velada de uma das câmaras para com o governo”. Com a rejeição protagonizada pelo Senado ao novo governo, “não caberia no espírito de ninguém que esta proposta não trouxesse dentro de si, flagrante e iniludível

⁶⁸⁴ *O Mundo* 30-06-1920

⁶⁸⁵ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954, p. 280

⁶⁸⁶ *O Mundo* 02-07-1920

um significado político”⁶⁸⁷. Deste modo, Domingos Pereira votou contra a proposta do governo de serem interrompidas por duas semanas as sessões das câmaras, apresentando uma declaração de voto onde justificava a sua atitude por “considerar o adiamento simplesmente como uma forma inconstitucional de resolver o conflito suscitado entre o Senado e o Governo pela recusa de confiança que o Senado manifestou a este e sem a qual qualquer Ministério não pode manter-se no Poder”⁶⁸⁸.

A moção do governo foi aprovada por poucos votos (78-83), sendo adiadas as sessões das câmaras. O executivo de António Maria da Silva permanecia numa situação bastante precária. Os populares viam com apreensão o fim da sua primeira experiência governamental, não se cansando de atacar o “discurso jesuítico” de Domingos Pereira que, além de “Contador da Boa Hora”, era igualmente “Salvador da Pátria”. Se uma luta de partidos, nesta altura, já era “censurável”, que se “há-de dizer de uma luta meramente de pessoas?”⁶⁸⁹ Enquanto permaneceu no poder, o governo foi constantemente atacado pelo *Mundo* que acusava-o de governar contra o parlamento e a constituição, de estar a preparar uma ditadura⁶⁹⁰, aproveitando o interregno das câmaras para se perpetuar a no poder. O chefe do governo era a figura mais contestada, Em declarações à *Capital*, o deputado Domingos da Cruz, bastante próximo de Domingos Pereira, afirmava a necessidade de um governo de concentração “com toda a gente menos com o sr. António Maria da Silva”⁶⁹¹. Perante este impasse, o governo acabou por pedir a demissão. Em carta enviada ao Presidente da República, António Maria da Silva defendia o seu ministério que tinha um “programa de princípios concreto”, mas que a “súbita desconfiança de alguns elementos que não traduzem qualquer corrente de opinião” não lhe tinha podido desenvolver a sua proposta de governo⁶⁹².

Depois de bastantes dias de negociações António Granjo, conseguiu formar governo com os reconstituintes, participando nele dois membros do PRP (Velhinho Correia e Rego Chagas)⁶⁹³. Durante este período, avolumam-se as tensões internas dentro do maior partido, com a *Capital*, que se mostrava cada vez mais adversa a cisões parlamentares, a referir a saída próxima de alguns elementos “por uma questão de chefes, nunca por um princípio, por um programa, por uma divergência de ideias.

⁶⁸⁷ *Diário do Congresso* 02-07-1920, pp. 11-14

⁶⁸⁸ *Diário do Congresso* 02-07-1920, p.27

⁶⁸⁹ *O Popular* 03-07-1920

⁶⁹⁰ O título do editorial da sua edição de 6 de Julho, proclamava: “Ditadura não! Atentado contra a Constituição e o Parlamento”. *O Mundo* 06-07-1920

⁶⁹¹ *A Capital* 06-07-1920

⁶⁹² *O Século* 06-07-1920

⁶⁹³ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954, p. 281

Homens, chefes, vaidades e nada mais”. Segundo este vespertino, sem os “elementos desavindos”, o PRP haveria de readquirir a “força insofismável de uma coesão de verdade”, para uma verdadeira oposição no parlamento⁶⁹⁴. O *Status Quo* saído do congresso extraordinário não tinha surtido efeito e as atenções viravam-se para o próximo congresso ordinário do PRP, visto como uma das mais importantes assembleias magnas do partido “em que o choque fatal das duas correntes se há-de produzir. Liquidando-se de vez birras e mal entendidos”⁶⁹⁵. Para o *Mundo*, também era essencial “modificar o funcionamento do partido, que, sem agravo, podemos afirmar ser mau”⁶⁹⁶. O problema era a falta de “homogeneidade”, pois “acima dos interesses partidários colocam-se vaidades pessoais”⁶⁹⁷.

Nos bastidores partidários, durante a época estival, aproveitando o encerramento das câmaras, o chamado bloco das direitas continuava a negociar uma alternativa à hegemonia do PRP, controlado, em grande medida, por António Maria da Silva. Álvaro de Castro e António Granjo continuavam a reunir-se, sob o patrocínio do Presidente da República, com Domingos Pereira, como este revela nas suas notas pessoais, “para assentar numa resolução acerca da solução do problema político”. Depois de várias conferências realizadas, isoladamente, entre cada um dos intervenientes, na véspera da abertura do parlamento, “assentou-se solenemente «por compromisso de honra» (palavras de Granjo, aceites pelos dois) em fazer a fusão em um grande partido por meio do qual se procurava a resolução do problema político”⁶⁹⁸.

As restantes forças partidárias, não deixavam de ver com apreensão este entendimento partidário que congregaria os reconstituintes, a facção do PRP afecta a Domingos Pereira e a facção do Partido Liberal afecta a António Granjo. Com o apoio do Presidente da República, este novo agrupamento, se se conseguisse formar efectivamente, poderia constituir governo e organizar eleições, fabricando uma nova maioria que fizesse frente ao PRP controlado por António Maria da Silva. Na verdade, uma das estratégias do partido reconstituente para se fortalecer politicamente, seria induzir mais cisões nos dois grandes partidos aproveitando a sua heterogeneidade

⁶⁹⁴ *A Capital* 18-08-1920

⁶⁹⁵ *A Capital* 22-08-1920

⁶⁹⁶ *O Mundo* 17-09-1920

⁶⁹⁷ *O Mundo* 18-09-1920

⁶⁹⁸ APDLP *Notas Políticas: 1919, 1920, 1921*, [manuscrito]

ideológica e as lutas internas das várias facções⁶⁹⁹. Anos mais tarde, Cunha Leal, num artigo de homenagem a Álvaro de Castro, recordava a esperança existente de que “as rivalidades entre os aspirantes à chefatura política originassem no Partido Democrático fenómenos de cissiparidade que, por um lado, o enfraquecessem sensivelmente e, por outro lado, o fizessem aparecer na vida política novos grupos, que acabariam por fundir-se com outros já existentes, surgindo por fim do caos dos acontecimentos o Partido capaz de medir-se com aquele em força e em organização”⁷⁰⁰.

O governo de António Granjo viveu debaixo de uma intensa pressão, com parte do PRP a mover forças para o derrubar. No dia 7 de Setembro, o directório emitiu uma nota a insurgir-se contra o ministro Velhinho Correia, que, num assunto relacionado com a questão das “subsistências”, tinha declarado ao *Mundo* que veiculava “para si e portanto para o seu partido, responsabilidades políticas, contrariamente à plataforma adaptada”, pois o PRP, apesar de participar no governo, tinha declinado qualquer “predominância política”. Deste modo, o directório requeria que os ministros do PRP apresentassem a sua demissão. Velhinho Correia ao contrário de Rego Chagas, que obedeceu às ordens do Directório, permaneceu no governo, desligando-se do PRP⁷⁰¹.

Quando o parlamento reabriu, em Outubro, o PRP voltou a tentar derrubar o governo. Para além dos socialistas e dos populares, António Granjo foi interpelado por António Maria da Silva que, criticando a sua acção durante o interregno parlamentar, declarou não apoiar o “governo e nele não deseja também representação”⁷⁰². Perante esta retirada da confiança do PRP, tudo parecia indicar a demissão de António Granjo, quando Domingos Pereira, “rompendo claramente com os seus antigos correligionários⁷⁰³”, demonstrou-lhe um apoio firme: “Estou disposto a fazer, dentro da minha competência, o que for necessário para que o Governo continue, para evitar mais uma crise ministerial prolongada, não se sabendo se virá um Ministério que seja, porventura, o pior de todos que tem estado nas cadeiras do Poder”⁷⁰⁴. Esta intervenção foi um “duche de água fria na espinha dos que procuravam levar a efeito a queda do Ministério”, avançava a *Capital*⁷⁰⁵. De uma forma precipitada deu-se um volte face na

⁶⁹⁹ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, p.248

⁷⁰⁰ AA.VV., *In Memoriam Álvaro de Castro*, Lisboa, 1947, p. 172

⁷⁰¹ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954, p. 285

⁷⁰² *Diário da Câmara dos Deputados* 19-10-1920, p.17

⁷⁰³ *A Capital* 20-10-1920

⁷⁰⁴ *Diário da Câmara dos Deputados* 19-10-1920 p.27

⁷⁰⁵ *A Capital* 20-10-1920

situação, com a intervenção de Barbosa de Magalhães, onde este revelava ter havido um mal-entendido, esclarecendo que, embora o PRP não quisesse participar no governo, isso não queria dizer que não o apoiaria em questões essenciais, lançando, uma moção onde se resolvia “dar a este Governo os meios constitucionais de governar”⁷⁰⁶. No entanto, as verdadeiras intenções do PRP tinham sido outras. Sá Pereira, numa declaração de voto enviada para a mesa, anunciava que tinha rejeitado a moção de Barbosa de Magalhães porque a sua redacção não estava de acordo com as “deliberações pouco antes tomadas pelo Grupo Parlamentar Democrático”⁷⁰⁷.

Com a sua intervenção, Domingos Pereira tinha conseguido sustentar o executivo de António Granjo, mostrando a sua força política, num gesto com bastante significado, pois vinha “tornar definitiva a cisão entre os democráticos, já há tanto tempo anunciada”⁷⁰⁸, lembrava a *Capital*. Este vespertino garantia ainda que o governo, mais robustecido, ia ser remodelado por reconstituintes, liberais e dominguistas, formando o “bloco dos direitos”, dadas as negociações entre os três políticos, embora o chefe do governo desmentisse categoricamente qualquer remodelação⁷⁰⁹.

A atitude de Domingos Pereira não impediu a continuação da crise. A relação entre os reconstituintes e liberais, reunidos no mesmo governo, começava a azedar com acusações mútuas, reveladas pela imprensa, de escândalos políticos, favorecimentos e corrupção⁷¹⁰. Os reconstituintes davam mostras de querer quebrar a coligação para assumirem eles próprios a governação. Domingos Pereira, retido em Braga por motivo de doença de um familiar, era aguardado com ansiedade em Lisboa. Havia quem julgasse ver nele a “pessoa escolhida para entrar em negociações e efectuar «démarches» para a constituição do próximo governo, garantia a *Capital*: “Tal suposição estriba-se no facto do sr. Dr. Domingos Pereira figurar com os seus amigos no bloco das direitas e os dirigentes do mesmo bloco pretenderem portanto ouvir o antigo presidente do ministério, a fim de então se resolver sobre o caminho a seguir.” Durante a sua ausência, “de coisa alguma se tratará”, pois o político bracarense era “como que o agente de ligação entre democráticos, silvistas, reconstituintes e liberais”.

⁷⁰⁶ *Diário da Câmara dos Deputados* 19-10-1920 p.30

⁷⁰⁷ *Diário da Câmara dos Deputados* 20-10-1920 p.10

⁷⁰⁸ *A Capital* 20-10-1920

⁷⁰⁹ *A Capital* 21-10-1920

⁷¹⁰ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, factionalismo e a descridibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp.251-252

Se os “democráticos não hostilizem de futuro os reconstituintes”, concluía o jornal, o futuro governo das “direitas” poderia ter a “vida um pouco mais desafogada”⁷¹¹.

A crise ministerial acabou por se consumir sob o pretexto de umas declarações proferidas por António Granjo, em Santarém, resultado do ambiente hostil entre liberais e reconstituintes, onde o chefe do governo aludia certas a suspeitas sobre a forma como tinham sido realizados alguns contractos de trigo e de carvão. Sentindo-se visados, naquilo que consideraram ser graves acusações à sua conduta, os deputados António da Fonseca e Cunha Leal envolveram-se numa larga discussão, no parlamento, com António Granjo. Álvaro de Castro acabou por intervir, mostrando-se muito crítico com a atitude do chefe do governo. Perante a hostilidade criada, e embora tivesse sido aprovada uma moção de confiança, lançada por Brito Camacho, o governo apresentou a demissão⁷¹². No final do debate, Domingos Pereira não deixava de mostrar o seu desagrado com o desfecho da situação, declarando que “da lição de hoje se tira a conclusão de que, a dez anos de proclamada a República, ainda não temos o suficiente cuidado para nos pouparmos uns aos outros, para fazer justiça a nossa fé republicana e vontade de servir o país e a República, e de só acusarmos os homens da República, quando haja razões que os forcem a entrar na cadeia para serem castigados pelos crimes que praticarem”. Era indispensável, garantia, “termos muito cuidado, principalmente aqueles que se sentam nessas cadeiras, ao apreciar os homens da República e ao criticar a sua acção, porquanto é preciso não esquecer que temos a obrigação de os erguer, porque erguendo-os nós erguemos igualmente a própria República”⁷¹³.

⁷¹¹ *A Capital* 12-11-1920

⁷¹² Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954, pp. 286-288

⁷¹³ *Diário da Câmara dos Deputados*, 15 -11-1920

4-Dissidência

As negociações com vista à formação governo seguinte pareciam indicar um executivo de “concentração republicana”, como preconizava a Junta Parlamentar Democrática, logo a 16 de Novembro⁷¹⁴. O *Mundo* fazia questão de lembrar que a “hora era para abnegação e sacrifício” e que todos deviam sentir-se “ufanos de contribuir, seja em que lugar for, para a realização desta obra de colossal grandeza, que é a reabilitação e robustecimento da Nação”⁷¹⁵. No entanto, ao perceber que o Presidente da República tinha convidado Álvaro de Castro, líder dos reconstituintes, para o presidir, o PRP rapidamente abandonou a ideia de colaborar num governo de concentração. Os democráticos não iriam tolerar que o líder de um partido dissidente, saído do seu próprio seio, pudesse governar com o seu apoio. Como referia um “marechal” do PRP à *Capital*: “Nós não faremos questões de pastas, mas sim de chefia. O Afonso Costa que venha e tudo fica arrumado...”⁷¹⁶

O *Mundo*, criticando as dificuldades na constituição do ministério, que se tornavam “contrárias aos interesses da Nação”, avisava que o bloqueio do PRP seria um “acto imprudente que o país julgará severamente”, apelando para ele “sacrificar-se, cooperando na obra de ressurgimento nacional, sem preocupações de nome, desde que se trate de republicanos”⁷¹⁷. O PRP, porém, mantinha-se irredutível na sua posição contrária. Isso não impediu Álvaro de Castro de apresentar um governo, minoritário no parlamento⁷¹⁸, constituído por reconstituintes, populares, independentes e três membros do PRP que, rompendo com o seu partido, integraram o novo executivo, recebendo a pasta dos Negócios Estrangeiros (Domingos Pereira), das Colónias (Jaime de Sousa) e do Trabalho (Adriano Gomes Pimenta). Como salientava o *Mundo*, “um dos mais importantes corpos dirigentes do PRP tinha encarado patrioticamente a situação, desprendendo-se de tudo o que pudesse exprimir interesse pessoal ou partidário, para

⁷¹⁴ *O Mundo* 17-11-1920

⁷¹⁵ *O Mundo* 18-11-1920

⁷¹⁶ *A Capital* 18-11-1920

⁷¹⁷ *O Mundo* 19-11-1920

⁷¹⁸ Segundo a imprensa mais conservadora como o *Século* ou a *Opinião*, a obstinação de Álvaro de Castro em formar governo, contra todas as possibilidades de êxito, tinha sido uma exigência da ala mais radical do partido reconstituente para se robustecer e afirmar-se politicamente. Cf. João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp.254-255

unicamente contribuir, com nobre e aplaudível assombro, para a solução duma crise, que deve efectivar-se dentro desta fórmula simples: republicanismo e competência”⁷¹⁹.

Em carta enviada ao Directório, um grupo de deputados do PRP manifestavam a sua discordância com a atitude dos dirigentes do partido que, “em face da actual crise de governo, que coincide com o gravíssimo momento da existência nacional”, em que “raramente as circunstâncias impuseram com maior instância a prática das virtudes cívicas expressas no conceito da predominância dos interesses da Nação e da República, acima de partidos e homens”, tinham boicotado o nome de Álvaro de Castro, convidado pelo Presidente da República para formar governo, quando os próprios corpos dirigentes do PRP tinham preconizado um governo “com a mais ampla convergência de forças políticas do regime, para a efectivação dum programa mínimo de soluções inadiáveis e salvadoras”: Perante este facto, “que está longe de ser esporádico, os signatários determinaram-se a abandonar, se bem que magoadamente, o agrupamento em que militaram com lealdade, certos de que cumprem um dever não pactuando com esse sistema de embaraços periodicamente promovidos à marcha das defesas públicas, sem préstimo para a nação e para a República que sempre, e agora como nunca, em sua consideração prevaleceram as facções e às pessoas”. Assinavam esta carta Domingos Pereira, Marques de Azevedo, Bartolomeu Severino, Domingos Cruz, Costa Cabral, Jaime de Sousa, Lúcio dos Santos, Vasco Borges, Augusto Monteiro e Francisco Manuel Dias Pereira, assumindo que retomavam a sua “liberdade política, sem todavia, a submeter a outra disciplina partidária”⁷²⁰.

O *Mundo* explicava a dissidência como uma reacção à “triste condição” do partido que vivia “exclusivamente” para a satisfação de ódios”, “ vaidades que tão nocivas têm sido aos próprios interesses do velho e glorioso” PRP. “De tal orientação”, tinha levado à saída de Álvaro de Castro. “De tal procedimento”, levava agora à saída de um grupo de deputados “que em número e valor representam também um importante enfraquecimento na grande agremiação republicana que o desvairo parece apostado em aniquilar de todo”. O *Mundo* era peremptório: “Com isto não podemos concordar, a tal direcção não podemos submetermo-nos. E connosco está a massa geral do partido, todos os que não estão dispostos a servir interesses pessoais e unicamente têm trabalhado com fé, com alma, pela prosperidade do regime”. Denunciando a “oligarquia inconsistente” em que o partido se estava a transformar, o *Mundo* garantia que, a

⁷¹⁹ O *Mundo* 20-11-1920

⁷²⁰ O *Século* (edição da noite) 19-11-1920

continuar assim, o PRP ficaria reduzido ao “despotismo de um só homem”⁷²¹. A *Vitória*, órgão reconstituente, salientava que Domingos Pereira tinha ingressado no executivo de Álvaro de Castro por não querer participar das “responsabilidades deprimentes da odiosa imposição do seu partido, feita com o intuito de anular para a presidência do ministério a personalidade iminente do sr. Álvaro de Castro”⁷²².

O governo de Álvaro de Castro teve a particularidade de ser constituído por cisões partidárias, resultantes dos dois principais partidos, representando cerca de 55 deputados num total de 163. Embora contasse com o apoio do *Mundo* e da *Victória*, a restante imprensa mostrava-se muita crítica perante o novo executivo, atacando-o abertamente⁷²³. Segundo a *Capital*, Álvaro de Castro ao formar uma aliança, em “condições irregularíssimas” com os populares, considerados “vermelhíssimos jacobinos”, em vez de procurar o apoio do bloco das direitas, tinha transformado “inteiramente o xadrez da nossa política”⁷²⁴. Os populares eram também, para a *República*, o principal problema, pois, se o governo fosse apenas constituído por reconstituíntes, independentes e pelos “amigos do sr. Domingos Pereira”, os liberais não teriam problemas em o apoiar, formando então o “governo das direitas”⁷²⁵.

A dissidência de Domingos Pereira suscitou de início uma expectativa de que a sua “atitude” viesse a ter, como recordaria Cunha Leal, “fundas repercussões nos arraiais do PRP”. “Baldadamente” essa “esperança” redundou em “autêntico fracasso”⁷²⁶. A desilusão começou a verificar-se logo na coordenação ministerial do novo governo. O ministro indicado para a pasta do Trabalho, Adriano Gomes Pimenta, em declarações ao *Primeiro de Janeiro*, desmentiu qualquer ligação com o grupo dissidente, declarando que não tinha sido solicitado para entrar para o novo governo e que, “se o fosse, militando como milita no Partido Republicano Português, para poder aceitar tão honroso cargo, teria primeiro de ouvir o Directório do seu partido”⁷²⁷. Segundo a *Capital*, Domingos Pereira mantinha a confiança no seu ministro: “Só quando o Pimenta me disser que não vem é que eu acredito: - dizia-nos há pouco o actual ministro dos

⁷²¹ O *Mundo* 20-11-1920.

⁷²² A *Vitória* 20-11-1920

⁷²³ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, factionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 253,256

⁷²⁴ A *Capital* 22-11-1920

⁷²⁵ *República* 22-11-1920

⁷²⁶ Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, edição do autor, Lisboa. 1967, Vol. II, pp.191, 252

⁷²⁷ O *Primeiro de Janeiro* 20-11-1920

Estrangeiros⁷²⁸”. Outros políticos, como Leonardo Coimbra, dados como afectos aos dissidentes, negavam o seu abandono do PRP. Numa carta enviada à *Tribuna*, Leonardo Coimbra mostrava desconhecer os motivos “altamente poderosos” que tinham levado à dissidência de Domingos Pereira: “Como os desconheço, não os possuo e fico, pois, até que no próximo congresso desse partido inquiria de tais razões”⁷²⁹.

Entretanto, o PRP reagia à sua mais recente dissidência. Em reunião extraordinária, o Grupo Parlamentar Democrático “saudava” e mantinha a “confiança” no Directório, acusando antes Domingos Pereira de “procurar encobrir” com inexactidões o seu “acto de afastamento há muito anunciado e até manifestado”. Assim, manifestando “um absoluto desinteresse da satisfação, mesquinhas ambições ou vaidades incomportáveis na difícil situação decorrente”, o grupo parlamentar considerava que o partido recuperava a “coesão indispensável à sua necessária eficiência”⁷³⁰. Por outro lado, vários centros republicanos reuniam-se para adoptar uma atitude em relação ao desmembramento do PRP. A maior parte permaneceu fiel ao Directório, emitindo comunicados em que, invariavelmente, lamentavam que a “vaidade dos homens se sobreponha aos altos interesses da República, vaidade que os tem levado a atraíçoar a agremiação política que os elevou às mais altas e por vezes imerecidas situações sociais e, cõscia de interpretar fielmente o sentir de todos os seus associados, rectifica a sua confiança no Directório do mesmo partido”⁷³¹.

Na apresentação do governo, no parlamento, o Grupo Dissidente fez ouvir pela primeira vez a sua voz, através do seu líder parlamentar, Vasco Borges. Começando por acentuar a afirmação constante, ao longo de todo o regime, para a necessidade de estabilizar a “vida económica”, a “vida financeira”, e a “vida política do nosso país”, Vasco Borges esclarecia que, se esse facto era “pensamento e convicção” de quase todos os republicanos, não o estava “infelizmente, na vontade e no ânimo de muitos deles”. Quando um país esperava que na hora difícil que se atravessava, um governo pudesse produzir “aquela obra sequente e positiva que a situação verdadeiramente angustiada” exigia e impunha, quando se esperava que os “homens públicos se congracem e entendessem na obra “de ressurgimento nacional”, na “dignificação” do regime, assistia-se apenas a “interesses particularistas”, “ambições exclusivistas”, que prejudicavam e

⁷²⁸ *A Capital* 20-11-1920

⁷²⁹ Leonardo Coimbra, *Cartas, Conferências, Discursos, Entrevistas e Bibliografia Geral*, Lisboa, Fundação Lusíada, 1994, pp.85-86

⁷³⁰ *O Mundo* 20-11-1920

⁷³¹ Cf., por exemplo, *O Século* 24-11-1920

relegavam para “segundo plano as iniludíveis imposições da hora aflitiva que passa”. Deste modo, o país assistia a “crises sucessivas” que abalavam o poder, aniquilando a sua “obra produtiva e eficaz” e “soluções demoradas dessas crises” que enfraqueciam “perigosamente” o regime em frente de um “inimigo que não desarma”, preparando-se para, na “primeira oportunidade o ferir de morte”. Perante a “gravidade da hora actual”, impunha-se que “todos os republicanos se unissem”. Era o “mais alto serviço” que “deveriam prestar à República”, pondo de parte “interesses partidários, ou personalismos”, não abdicando dos seus “princípios”, mas exigindo-se que à “causa comum da Pátria dessem a sua competência e a sua energia”. Seria esse o “critério político na hora actual do grupo republicano dissidente”. Era isso que se desejava, e foi isso que os “actuais” dirigentes do “glorioso” PRP não fizeram ao recusarem “absolutamente” a colaboração com Álvaro de Castro. Foi por isso que os membros dissidentes, “embora magoadamente, mas procurando com inteira sinceridade e inteira lealdade servir interesses” que julgavam “muito altos”, resolviam “abandoná-lo”, embora mantendo-se “fiéis ao glorioso programa” do Partido Republicano Português: “Com todo o nosso esforço, toda a nossa inteligência, com toda a possibilidade da nossa acção, procuraremos sempre e através de tudo fazer a propaganda desses princípios. Como um só homem, como um bloco do mais puro aço, através de quaisquer vicissitudes, sejam quais forem os obstáculos, defenderemos sempre os puros ideais da Democracia, simplesmente discordando dos processos políticos, das formas de solução e apreciação das questões que os dirigentes do Partido Republicano Português têm entendido dever seguir; esses processos não os perfilharemos mais”. Em suma, procuravam lutar pela República e pela Pátria, “pela senda ampla do progresso e de todas as prosperidades”, oferecendo ao novo governo todo o seu “apoio”, “toda a acção do que precisar para cumprir e executar a sua obra.”⁷³²

Em resposta, João Camoesas, ao apreciar o programa do governo, não deixava de aludir o “iluminismo dominguista”, lembrando os “Camaradas que ainda ontem assistiam às nossas reuniões, que nelas tomaram parte, concordando com as suas conclusões, e que hoje para castigo dele e honra nossa ali estão sentados - ah! Sr. Presidente, a injustiça política fica menos vezes impune que o imaginam os homens que a praticam - esses camaradas afastaram-se de nós e ainda defendem, até já a frase é copiada, o velho e glorioso programa!... Afastaram-se de nós, coitadinhos, porque nós

⁷³² *Diário da Câmara dos Deputados*, 22-11-1920, pp. 13-14

tivemos a coragem cívica, moral e patriótica, de dizer que não era um chefe dum grupo em facção, que já no Governo manifestara antepunha os interesses particulares aos interesses gerais da administração nacional; que não era esse homem, não pela pessoa, mas porque os factos o demonstraram, até num Governo constituído por amigos seus; não era esse homem capaz de abafar, no Poder, os desejos de engrandecimento do seu grupo, para só cuidar, como nós queremos, dos altos interesses nacionais”⁷³³.

António Granjo, por seu lado, perguntava: “O que vale esse novo Grupo perante a vontade nacional? Ninguém o sabe, ninguém o pode saber. De facto, há um formidável bloco que é representado pelo Governo e que não foi eleito senão com votos dos outros partidos”⁷³⁴. A apresentação do governo prolongava-se em várias sessões. A *Capital*, denominando os dissidentes de “suplementistas”⁷³⁵, mostrava-se abertamente contra o novo executivo que representava a “intenção de legitimar a indisciplina partidária que assim recebe a sua ambicionada consagração”, contra os “partidos constitucionais”. A *Capital* assegurava que “não deixar viver tal organização ministerial será, portanto, um benefício para as instituições republicanas”, que não poderiam tolerar que “frutifiquem as deserções e dissidências dos partidos, quando não representem fortes correntes de opinião”⁷³⁶.

Na verdade, tanto os liberais como os democráticos, nunca poderiam viabilizar um executivo formado por dissidências partidárias, com a agravante de Álvaro de Castro, perante o impasse parlamentar, pudesse requerer a dissolução do Parlamento, pondo o risco a supremacia dos maiores partidos. Deste modo, esperava-se a qualquer momento uma moção de censura, que acabou por lançada, na tarde do dia 24, por João Camoesas, “reconhecendo que o Ministério, tal como está organizado, não satisfaz às indispensáveis condições de existência constitucional e parlamentar”⁷³⁷. Em reacção, Vasco Borges lembrava que o “Partido Democrático mais uma vez quis mostrar falsamente que põe a questão política, abaixo dos interesses da Nação, procurando todos os meios para estar no Poder e para nele se engrandecer”. Tinha sido essa a “triste realidade” que os tinham obrigado a afastar-se. Segundo ele, a moção simbolizava

⁷³³ *Diário da Câmara dos Deputados* 22-11-1920, p. 20

⁷³⁴ *Diário da Câmara dos Deputados* 24 e 25-11-1920, p.45

⁷³⁵ “Dos populares e reconstituintes já se conhece o bastante (...) Dos Dominguistas é que não temos nenhuma indicação (...). Esperamos, porém que (...) em breve o tricentésimo suplemento ao *Diário do Governo* de 10 de Maio nos elucidará acerca das virtudes e mais partes que concorrem nos dominguistas. Dominguistas... ora o Diabo!... Suplementistas!” A *Capital* 23-11-1920

⁷³⁶ A *Capital* 21-11-1920

⁷³⁷ *Diário da Câmara dos Deputados* 24 e 25-11-1920, p.50

apenas “ódio” contra os novos ministros e o seu chefe, apesarem de serem republicanos: Era “obra de ódio o que na sombra e no subsolo se trama contra o actual Governo”⁷³⁸.

A moção de censura foi aprovada por larga maioria, levando ao pedido de demissão de Álvaro de Castro. No dia seguinte, o *Mundo* frisava no seu editorial que o “número venceu a inteligência; o número venceu o valor; o número venceu a competência”⁷³⁹. O *Mundo* acusava a “suprema inconsciência, triste e dolorosa figura do PRP e dos liberais que não tinham “consciência da gravidade do momento”, nem noção das “próprias responsabilidades”⁷⁴⁰. Tinha sido uma “cabala política” contra o executivo de Álvaro de Castro, “lançado a terra por simples capricho, vaidade ou ambição”, com o parlamento a demonstrar uma “actividade doentia”⁷⁴¹.

Após a queda do governo, António José de Almeida convidou os dois maiores partidos, que se tinham coligado para derrubar Álvaro de Castro, para apresentarem uma alternativa. Abel Hipólito, que tinha recebido a incumbência de chefiar o novo executivo, rapidamente viu gorada a sua tarefa pelo manifesto desinteresse do PRP e do Partido Liberal em governarem juntos. Perante esta irredutibilidade, ao Presidente da República não restou outra alternativa senão confiar a governação à força que verdadeiramente tutelava o regime: a GNR. Liberato Pinto, que também representava o PRP no parlamento, acabou por ser quase uma figura consensual para a solução da crise política. O *Mundo* e a *Capital* foram unânimes em considerá-lo, o “único político que neste momento reúne as condições necessárias” para governar⁷⁴², aquele que “estava naturalmente indicado para congregar todas as energias republicanas, capazes de efectuarem a grande obra de rejuvenescimento económico-financeiro que tanto urge realizar”⁷⁴³. A chamada do seu chefe de Estado-Maior ao poder marcou a consagração da GNR como uma autêntica força moderadora, dadas as profundas divergências partidárias⁷⁴⁴.

O novo executivo foi composto pelos mesmos grupos que suportaram o anterior, com a inclusão de três membros do PRP. O Grupo Dissidente apenas conseguiu obter uma pasta, confiada a Domingos Pereira, que se mantinha como

⁷³⁸ *Diário da Câmara dos Deputados* 24 e 25-11-1920, pp.60-61

⁷³⁹ *O Mundo* 26-11-1920

⁷⁴⁰ *O Mundo* 27-11-1920

⁷⁴¹ *O Mundo* 28-11-1920

⁷⁴² *A Capital* 28-11-1920

⁷⁴³ *O Mundo* 29-11-1920

⁷⁴⁴ Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. 6 de J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, p.532; Diego Palácios Cerezales, *Portugal à coronhada: protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011, pp.250-252

ministro dos Negócios Estrangeiros A declaração ministerial foi também, “com ligeiríssima diferença⁷⁴⁵”, igual à que tinha sido realizada por Álvaro de Castro, notava o *Mundo*. Na apresentação parlamentar, Vasco Borges elogiava a formação do novo governo que se compunha de uma “larga concentração republicana”, o que não podiam deixar de concordar. O líder parlamentar do Grupo Republicano Dissidente lembrava ainda que não tinham levantado “embaraços e dificuldades” à sua organização; ao invés, para ele tinham concorrido com a maior “abnegação e sacrifício, não fazendo a esse respeito mais do que seguir o exemplo que lho deu a sua mais alta figura representativa”, Domingos Pereira. “Coerente com os seus princípios”, o Grupo Dissidente dava a mais “dedicada colaboração” ao novo executivo⁷⁴⁶.

Após o desfecho da crise política, dentro do PRP começava-se a preparar o próximo congresso. Após bastantes adiamentos, o Directório acabou por marcar a data da assembleia magna a 19 de Novembro, precisamente no próprio dia em que se formalizou a dissidência partidária de Domingos Pereira. O Congresso seria realizado no Porto, entre os dias 18 a 20 de Dezembro de 1920⁷⁴⁷. A facção afecta a António Maria da Silva que tinha ficado a dominar o aparelho partidário, aproveitava o momento para reorganizar o PRP em Braga. Em correspondência com Sousa Fernandes, Daniel Rodrigues relatava-lhe que, após a retirada da “patrulha” de Domingos Pereira, impunha-se a “necessidade de unir fileiras nas forças democráticas” do distrito de Braga: “Felizmente os velhos soldados do PRP mantêm-se firmes na sua grande maioria, indiferentes à defecção dos inquietos e ambiciosos e dos ingratos que, apenas alçapremados a situação alta de mais para os seus méritos, logo desprezam e mordem o generoso braço que os protegeu e fez *gente*”. Para Daniel Rodrigues, Braga não era “positivamente uma aringa dominguista”, sendo necessário que no “congresso do Porto tenha voz e voto o eleitorado republicano braguês”⁷⁴⁸.

Os dissidentes, também denominados de “dominguistas⁷⁴⁹”, tentavam implementar-se no terreno. Na sua tomada de posse, como ministro dos Negócios

⁷⁴⁵ *O Mundo* 03-12-1920

⁷⁴⁶ *Diário da Câmara dos Deputados* 02-12-1920 pp.11-12

⁷⁴⁷ António José Queiroz, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*. Lisboa, Livros Horizonte, 2008 p. 33

⁷⁴⁸ Carta de 01-12-1920 in Daniel Rodrigues, *Correspondência a Sousa Fernandes*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1990, pp.98-99

⁷⁴⁹ “Agora, outra tribo menos importante, acaba de separar-se do partido democrático – o povo eleito da República – e mais um patriarca surge a afirmar a tarefa incansável dos partidos, que não respeita o descanso do sétimo dia observado por Deus na formação do Mundo, o que aliás não admira pela sua índole ateuista, mas que coincide com o flagrante despeito à lei do descanso semanal consagrado quase na

Estrangeiros do governo de Álvaro de Castro, Domingos Pereira frisava que o “grupo se manteria com os seus amigos, até que numa nova e vasta organização republicana que se propusesse levar a efeito os princípios que jamais se têm afastado, pudesse ingressar com a lealdade que lhes é própria”⁷⁵⁰. *O Mundo*, embora apoiasse abertamente Domingos Pereira, fazia questão de manter a sua independência, não querendo ser conotado com nenhum agrupamento: “não somos reconstituintes, não somos populares e nem mesmo pertencemos ao Grupo Republicano Dissidente”⁷⁵¹. Foi, sobretudo, na *Vitória* que se observaram as declarações de militantes que se desligavam do PRP, em oposição à sua liderança, ingressando, alguns, no Grupo Dissidente: António Nápoles, Alberto Tota, Edmundo de Oliveira, Fernando Utra Machado, Carlos Pimentel, Jacobetty Rosa, Filipe Mendes e João Soares serão os elementos que mais se destacarão. Até ao final do ano foram feitas dezenas de adesões que incluíam professores universitários, funcionários superiores dos ministérios, alguns militares, vereadores de câmaras municipais, elementos de Confrarias e Misericórdias⁷⁵². Os novos elementos também seriam arregimentados a nível local. Por intermédio de Costa Cabral, por exemplo, “tinham dado a adesão ao Grupo Republicano Dissidente”, António Costa Furtado e José Paulo dos Santos, “importantes influentes em Forno de Algodres”⁷⁵³.

Na véspera da abertura do congresso do PRP, em que se previa consagração da liderança de António Maria da Siva, o *Mundo*, no seu editorial, mencionava o “partido glorioso que não tem chefes, que é dominado pelo pensamento único de servir a República”, apelando para que “se alguém aparecer a dominar o partido, intitulado-se seu editor, seu responsável, mestre ou senhor, o povo republicano, cujo coração bate muito sentidamente dentro do nosso, deve despedi-lo muito delicadamente, prestando homenagem aos seus préstimos e reconhecendo os seus perniciosos defeitos”. Para *O Mundo*, o PRP era um “partido de homens e não de um homem”⁷⁵⁴.

Apesar de não participarem na reunião magna, os dissidentes enviam uma carta ao Congresso, num longo texto, publicado em duas páginas no *Mundo*, cujo “único propósito” era esclarecer a sua “atitude política”. Voltando a lembrar as “imperiosas determinantes” que os tinham levado a romper com o partido, devido aos processos

generosidade daquele mesmo dia: o Domingo; e assim temos já os «dominguistas». Pedro Fazenda, *A crise política (em Portugal)*. Lisboa, Lumen, 1921, pp. 99-100

⁷⁵⁰ *O Mundo* 22-11-1920

⁷⁵¹ *O Mundo* 25-11-1920

⁷⁵² Cf. *A Vitória* de 22 de Novembro a 31 de Dezembro de 1920

⁷⁵³ *A Vitória* 28-11-1920

⁷⁵⁴ *O Mundo* 12-12-1920

“deslocados e discordantes” dos dirigentes democráticos, sem, contudo, submeter-se a “outra disciplina partidária”, frisavam que só os “factos com o seu império” deram origem à cisão antes de no congresso poderem discutir o seu “pleito”. Tinham a noção de que eram uma minoria dentro do partido e, por isso, deveriam acatar o maior número. Tal sucederia se, “acima de qualquer disciplina”, não se impusesse o “supremo interesse da Nação”. Qualquer partido tinha “rótulos”, “bandeira própria”, “processos diversos”, “princípios especiais”, mas, qualquer um deles tinha como objectivo comum “servir a causa pública, a Pátria”. Ora, “outrem que não a nós” tinham deturpado esse pensamento em “remexidos, irrequietos voejos de megalomaniaco predomínio personalista”. Seguir os ditames do partido, significava o predomínio “do interesse nacional” e que se apaguem “hostilidades pessoais”.

Estas considerações têm pouco eco na assembleia do PRP que se limitou, sobretudo, a discutir o programa do partido e a lei orgânica, em vez de abordar a grave crise económica e financeira ou trabalhar, como referia o *Norte*, para “garantir e restituir a sua antiga coesão, força e disciplina” do PRP. Segundo este jornal, a assembleia máxima do maior partido republicano tinha sido caracterizada por uma “esterilidade mortificante”⁷⁵⁵. O clima de tensão contra os dissidentes seria constante. Quando se saudava os órgãos jornalísticos presentes, segundo o *Primeiro de Janeiro*, logo vozes clamaram que “seria uma baixeza moral saudar o *Mundo* que está fora do Partido e é apenas o órgão do sr. Domingos Pereira”⁷⁵⁶.

Numa atitude apaziguadora, António Maria da Silva propôs um pequeno passo de reconciliação ao apresentar uma moção em que apelava ao retorno de Velinho Correia ao PRP. Em resposta, Eduardo Santos Silva advogava que essa moção devia ser alargada a todos o que tinham abandonado o partido. Leonardo Coimbra, por seu lado, queria que o Congresso mostrasse “não ter força repulsiva” pelos dissidentes, antes eles encontrassem ali uma “força amorosa, sem ódios”. Ao menos, que tivessem direito a chamar-lhes bons republicanos”⁷⁵⁷. Não se esquecia igualmente de recordar a carta que os dissidentes tinham enviado e que não tinha sido discutida. Em resposta, a organização do congresso explicou que a carta não tinha chegado às mãos do directório “apesar de ter sido publicado num jornal”⁷⁵⁸. Santos Silva chegou a apresentar uma lista

⁷⁵⁵ *O Norte* 24-12-1920 citado in António José Queiroz, *Um projecto descentralizador: o Núcleo Republicano Regionalista do Norte (1920-1924)*, Porto, O Progresso da Foz, 2010, p.14

⁷⁵⁶ *O Primeiro de Janeiro* 20-12-1920

⁷⁵⁷ *O Mundo* 22-12-1920

⁷⁵⁸ *O Primeiro de Janeiro* 20-12-1920

alternativa à “oficial” para a eleição do novo Directório, que o *Século* garantia ser apadrinhada pelo próprio Domingos Pereira. No entanto, num universo de 1500 congressistas, essa lista apenas obteve 122 votos⁷⁵⁹.

No final do congresso, João Camoesas, em face dos apelos de Leonardo Coimbra e Santos Silva, que pugnavam por uma reconciliação com os dissidentes, lançou uma moção, aprovada por “aclamação”, onde se considerava o PRP como “uma unidade espiritual de altos objectivos idealistas”, onde não existiam “actividades repulsivas”, demonstrando “sempre as manifestações precisas e espontâneas de lealdade como motivo bastante para integração de todos os homens honrados e republicanos nas suas fileiras”. Perante este desfecho, *O Mundo* podia relatar que embora não tivesse sido “apreciado os motivos que determinaram a saída” dos dissidentes, a “verdade é que o congresso viu bem que esses homens tinham bastante simpatia naquela sala”⁷⁶⁰.

Para além da eleição de um novo directório⁷⁶¹, a reunião magna do PRP foi marcada pela moção, assinada por trinta e nove elementos, sendo Eduardo Santos Silva o primeiro subscritor de uma lista composta por antigos deputados e ministros como Carlos Maia Pinto, José Alves Pimenta, João Baptista da Silva, Ângelo Vaz, António de Sousa Júnior, Adriano Gomes Pimenta, e que se mostrava muito crítica perante o funcionamento do partido desde 1917. A moção denunciava a falência das suas chefias após a saída de Afonso Costa, transformando-se o partido numa “multidão política sem finalidade, sem razão nem sentido de viver”, agravada pela tomada do poder de uma “força repulsiva” que se sobrepunha ao próprio Directório: “Essa força é personalista, eivada até ao âmago do espírito faccioso das *coteries*, combatendo com mais sanha os próprios correligionários que os inimigos do partido. Assim, os membros que assinavam a declaração faziam o seguinte ultimato: “ou essa força repulsiva e desorganizadora é contida e inutilizada” ou, então, ameaçavam formar-se como “força independente que, por todos os meios, a contrarie e a combata, buscando juntar em volta do velho programa dum partido, tantas vezes glorioso, as vontades amortecidas e as

⁷⁵⁹ *O Século* 22-11-1920; *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*. Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp.32-35

⁷⁶⁰ *O Mundo* 22-12-1920

⁷⁶¹ Efectivos – Afonso Costa, Alexandre Braga, Albino da Fonseca, Alfredo Rodrigues Gaspar, António Maria da Silva, Barbosa de Magalhães, Liberato Pinto, Vitorino Guimarães e Nunes Loureiro; substitutos – António Pires de Carvalho, António Resende, Domingos Frias de Sampaio e Melo, João Antunes Batista, João Camoesas, Pedro Botto Machado, Luís Simões de Almeida, Aníbal Ramos de Miranda e Baltasar Teixeira

susceptibilidades magoadas”⁷⁶². A denominada “força repulsiva” relacionava-se directamente com a ascensão meteórica de José Domingues dos Santos no seio do PRP, com o apoio de António Maria da Silva. Esta moção, conhecida como a Declaração dos 39, daria origem ao Núcleo Republicano Regionalista do Norte.

Em carta a Eduardo Santo Silva, poucos dias após o congresso, Domingos Pereira agradecia-lhe as “palavras amigas” que ele tinha tido em sua “defesa”. O líder dissidente mostrava-se insatisfeito com os “resultados desse Congresso” que “não quis discutir a questão fundamental para a unidade partidária”, tendo apenas a “preocupação de a desviar com a habilidade de fazer discutir a lei orgânica”, agravando a “situação interna do Partido sem vantagem para a República”. Para Domingos Pereira, “a «força repulsiva» obteve, na eleição do Directório, a sua consagração. E os que revelaram a sua existência, tendo cumprido um dever de lealdade para com o Partido, não puderam conseguir que este lhes desse razão”⁷⁶³.

Em Janeiro de 1921, o *Mundo* começava a encetar uma intensa campanha, em favor do Grupo Dissidente, apresentando listas onde demonstrava que um grande número de “republicanos”, vultos do “mais alto valor político e pessoal”, seguiam a “orientação” de Domingos Pereira⁷⁶⁴. A 16 de Janeiro anunciava que os parlamentares e vereadores dissidentes, numa reunião, tinham tomado “deliberações” sobre a “orientação política” a adoptar, resolvendo intensificar os “trabalhos de organização e propaganda”. O *Mundo* estava confiante, pois, em Braga, os dissidentes “que como temos dito são quase todos os republicanos desta cidade”, planeavam a edição de um semanário “que defenderá não só a política” de Domingos Pereira “como também e até muito principalmente os interesses desta cidade”, ressaltando, no entanto, que ainda não estava escolhido o “corpo redactorial”⁷⁶⁵. Porém, quando se intensificava a mobilização para a assembleia de 20 de Janeiro, onde seria institucionalizada a estrutura orgânica do Grupo Dissidente, através das eleições dos seus órgãos dirigentes, o *Mundo* cessou a sua publicação, desde o dia 17, devido a uma greve tipográfica, só reaparecendo a 8 de Maio⁷⁶⁶. Esta ausência privou o grupo dissidente do apoio fundamental do *Mundo* nos

⁷⁶² António José Queiroz, *Um projecto descentralizador: o Núcleo Republicano Regionalista do Norte (1920-1924)*, Porto, O Progresso da Foz, 2010, pp.14-16

⁷⁶³ Gaspar Martins Pereira, *Eduardo Santos Silva - Cidadão do Porto 1879-1960*, Porto, Campo das Letras, 2002, p.239

⁷⁶⁴ O *Mundo* 08-01-1921

⁷⁶⁵ O *Mundo* 16-01-1921

⁷⁶⁶ Decorrente da greve, surgem dois novos órgãos provisórios de imprensa: o *Jornal*, afecto aos proprietários dos jornais, e a *Imprensa de Lisboa*, afecta aos tipógrafos em luta. A *Imprensa de Lisboa* não deixa também de chamar a atenção para a notícia que “consta” de que o “grupo parlamentar do sr. Dr.

meses cruciais em que tentavam afirmar-se na vida política nacional, antes do golpe de 21 de Maio os ter privado da sua acção parlamentar.

No discurso inaugural da assembleia, Domingos Pereira sintetizou a “história das várias crises” que tinham surgido no país após “Monsanto”, aproveitando para realçar e elogiar, sobretudo, a “acção política de Afonso Costa”. No decorrer da reunião foi constituída a comissão dirigente do grupo dissidente, formada por Fernando Utra, Alberto Tota, João Soares e Domingos Cruz. A comissão de propaganda seria constituída por António Nápoles, Braga Carvalho, Lino da Silva, Abílio Salreu, João Sousa Coutinho, Manuel Vicente Gabino, Edmundo Oliveira, Sebastião Gasparinho, João da Silva Araújo, Henrique Vidal Claro, Ilídio Santos, José Alves Figueiredo, Calixto Barata e António Luz de Ceia. Embora não tenha sido delineado qualquer programa partidário, Alberto Dias Pereira, em declarações aos jornalistas, afirmava “que tanto por si como para o seu partido o seu programa é apenas comprimir despesas, fomentar receitas, defender a República”. No final, Domingos Pereira fazia questão de acentuar ser “a orientação do Núcleo absolutamente conciliatória para com todos os portugueses que queiram servir a República e a Pátria”⁷⁶⁷.

Os dissidentes procuravam assegurar, rapidamente, alianças que lhes permitissem sobreviver e crescer politicamente. Durante a sua assembleia fundadora tinha sido apresentada uma moção, proposta por Domingos Cruz, de saudação ao Núcleo Regionalista do Norte. A 25 de Janeiro, Lino Figueiroa, por parte do NRRN, apresentou uma moção para que Domingos Pereira ingressasse nesse agrupamento. Esta proposta provocou de imediato um certo desconforto, dentro dos membros do NRRN, que queriam evitar ferir susceptibilidades com o PRP, pois, apesar de serem muito críticos da sua direcção, não queriam ser vistos como uma cisão. Deste modo, os dirigentes do núcleo regionalista respondiam que, embora se sentissem muito penhorados pelas saudações dos dissidentes, salientavam que desejavam acolher todos os republicanos que procurassem “defender ao lado do programa do PRP, o programa do Núcleo”. Esta atitude prudente não impediu Domingos Pereira de ingressar no NRRN, a 15 de Fevereiro desse ano⁷⁶⁸.

Domingos Pereira, irá em breve ter um órgão oficial de imprensa”, anunciando igualmente a reunião dos Dissidentes “a fim de se elegerem as comissões”. *A Imprensa de Lisboa* 20-01-1921

⁷⁶⁷ A sessão encerrou-se depois de ser confirmado que o poeta Augusto Gil seria o novo director do órgão de imprensa do grupo, “cuja publicação, começará em breve”. *A Imprensa de Lisboa* 21-01-1921, *O Jornal* 21-01-1921

⁷⁶⁸ António José Queiroz, *Um projecto descentralizador: o Núcleo Republicano Regionalista do Norte (1920-1924)*, Porto, O Progresso da Foz, 2010, p.21

Apesar de ser tutelado pela GNR, o governo de Liberato Pinto não conseguiu sustentar-se muito tempo no poder. Continuavam bem patentes os atritos partidários, especialmente no PRP, que participava no mesmo executivo com as duas dissidências: os reconstituintes e o grupo de Domingos Pereira. Essas divergências tinham ficado expressas no último congresso do PRP, marcado igualmente por um discurso muito crítico de Alexandre Braga, atacando em especial Álvaro de Castro, acusando-o de impugnar a participação portuguesa na I Guerra Mundial, durante o movimento anti dezembrista, dando origem a larga polémica⁷⁶⁹, demonstrando a hostilidade e o clima de desconfiança mútua vigente no governo.

A *Capital*, por sua vez, denunciava que a primeira preocupação dos partidos que integravam o governo foi a forma de preencher, a seu favor, o maior número possível de autoridades administrativas locais⁷⁷⁰, revelando que eram “mais os pretendentes que os distritos⁷⁷¹. No dia 13, a *Capital* afiançava que “os populares e os suplementistas impõem-se para que lhes sejam dados tantos governadores civis como aos outros dois grupos que participam no poder, alegando (...) que constituindo gérmen de partidos a organizar precisam de ter governadores civis seus”⁷⁷².

Apesar do carácter inédito da presidência do Ministério ser exercida pelo chefe de Estado Maior da GNR, foi Cunha Leal o membro do governo que mais se destacou. Como ministro das Finanças, tentou impor, sem sucesso, uma reforma das contribuições tributárias, recebendo muitas críticas não só na imprensa e nas chamadas “forças vivas”, mas também dentro do próprio arco partidário que suportava o governo, degastando bastante a sua acção⁷⁷³. De facto, o executivo de Liberato Pinto acabou por não sobreviver à demissão de Cunha Leal e do ministro da Marinha, Júlio Martins, em conflito com os oficiais da Armada⁷⁷⁴.

A queda do governo, a 11 de Fevereiro, deu origem a uma crise ministerial de longa duração. O Presidente da República, reticente ainda em dissolver o parlamento, encarregou Bernardino Machado, após as recusas de Barros Queiroz e Augusto Soares,

⁷⁶⁹Olga Maria Vasco Xavier, *Álvaro Xavier de Castro: esperanças e fracasso de um republicano demo-liberal: 1878-1928*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990 Vol.1, pp.52-53; João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, p.262

⁷⁷⁰Cf., por exemplo, *A Capital* 07-12-1920

⁷⁷¹*A Capital* 08-12-1920

⁷⁷²*A Capital* 13-12-1920

⁷⁷³Luís Farinha, *Cunha Leal: deputado e ministro da República: um notável rebelde*, Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República: Texto, 2009, pp. 94-101

⁷⁷⁴Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954, p.294

para formar governo. Bernardino tentou constituir um executivo com figuras republicanas de peso como Afonso Costa, João Chagas, Norton de Matos e Leote do Rego⁷⁷⁵. Gorada esta hipótese, e depois de vários dias de negociações, o ex-Presidente da República conseguiu, a 2 de Março, constituir um executivo em que estavam presentes o líderes dos principais agrupamentos políticos com assento parlamentar, com excepção dos liberais, ficando a pasta dos Negócios Estrangeiros nas mãos de Domingos Pereira⁷⁷⁶. Na apresentação deste governo, Vasco Borges denunciava que o derrube de Ministérios “tornou-se cousa tão fácil e possível como difícil se tem mostrado organizá-los”. Isto tudo para, no final, vermos “surgir quase sempre os mesmos homens no tablado da política como figuras pintadas num cilindro que interminável e improficuamente girasse sobre si próprio”. Era necessário que estivessem à frente do governo “os mais competentes e os melhores” para “salvamos os seus destinos comuns”: a “Pátria” e a “República”. Por outro lado, frisava que desde a “primeira hora o Grupo Republicano Dissidente deliberou pôr-se desinteressadamente ao lado de quem quer que fosse, idoneamente indicado, para organizar um Governo de larga concentração republicana, capaz de defrontar-se com as dificuldades da hora presente. Fiéis aos nossos princípios e aos nossos sentimentos não fizemos imposição alguma, não apresentámos exigência nenhuma que não fosse a de, a ser possível, não fazermos parte do Governo; não no-lo permitiram, mas seria essa a prova da nossa isenção que desejaríamos ter dado a todos os republicanos”⁷⁷⁷. Estas declarações surgiram como uma resposta à *Opinião* que anunciava que Domingos Pereira apenas tinha sido ministro porque João Chagas não tinha aceiteado esse cargo⁷⁷⁸. Bernardino Machado teve de vir esclarecer que, se João Chagas tivesse aceiteado o seu convite, Domingos Pereira, certamente, ocuparia outra pasta⁷⁷⁹.

Desde o começo que o governo de Bernardino Machado viveu sob uma tensão latente⁷⁸⁰. Para os dissidentes, a sua principal preocupação seria sobreviverem

⁷⁷⁵ A.H. de Oliveira Marques, Fernando Marques da Costa, *Bernardino Machado*, Lisboa, s/e, 1978, pp.241-242

⁷⁷⁶ Maria Alice Samara, *Bernardino Machado: uma vida de luta*, Lisboa, Assembleia da República, 2012, pp.118-126

⁷⁷⁷ *Diário da Câmara dos Deputados* 07-03-1921 pp.18-19.

⁷⁷⁸ *A Opinião* 07-03-1921

⁷⁷⁹ *A Opinião* 09-03-1921

⁷⁸⁰ Ao analisar o novo executivo, a *Monarquia*, não deixava de ser sintomática: “Daqui a três dias, a uma semana, a um mês, o repertório acaba-se, o público boceja, os palhaços ruminam. Será então outro momento de ensaiar novas partituras e inéditas contra-danças. Para nós Bernardino é igual a Granjo e este idêntico a Domingos Pereira. São símbolos que se equivalem na vacuidade de espírito e na directriz das intenções. São pequenos arcos do mesmo zero, esse zero de mediocridades, dentro do qual não é possível

politicamente, procurando congregiar novos apoios. Segundo o *Diário de Lisboa*, fundado em Abril desse ano, a atitude de Domingos Pereira, perante a “política portuguesa, é a de quem agenda uma reorganização de partidos que ele facilitará, apoiando todas as medidas que visem a melhorar o estado de coisas actual”⁷⁸¹. O *Mundo*, quando reapareceu, lamentava como o regime ainda não tinha assumido a coragem para “aplicar os seus princípios com o rigor necessário, a fim de fazer uma sociedade verdadeiramente republicana”. Entre esses princípios estariam a eleição dos órgãos administrativos locais como os governadores civis, administradores do concelho e regedores: “tornando-se os eleitos autoridades de confiança dos povos em vez de autoridades de confiança dos governos”⁷⁸². O *Mundo* explicava que “quem deseja correligionários, conquista-os pelos seus actos, pela sua acção, propaganda, pelo seu exemplo moral, mas não os adquire através da porta falsa de um prestígio arranjado artificialmente no ministério do Interior”⁷⁸³. Estas considerações resultaram da desistência, por parte do grupo dissidente, da intensa luta que os partidos presentes no governo mantinham pela “distribuição dos governadores civis”⁷⁸⁴. Esta tomada de posição não deixava de ser vista por alguns jornais como um sinal da fraqueza e irrelevância do Grupo. Para a *Opinião*, Domingos Pereira reconhecia a “inviabilidade do seu grupo político como grupo independente”⁷⁸⁵.

Um dos factores mais decisivos que condicionaram a actividade política desse ano foi o processo imposto a Liberato Pinto, levando à exoneração do seu cargo de chefe de Estado Maior, por suspeitas de concussão, abuso de poder e utilização indevida de fundos públicos, pelo ministro da Guerra, Álvaro de Castro, com a anuência de Bernardino Machado⁷⁸⁶. Liberato Pinto tinha-se tornado demasiado poderoso, conseguindo colocar homens da sua confiança em vários pontos-chave, na GNR e na PSE, que não tardaram a reagir contra aquilo que consideravam uma purga política contra as próprias forças policiais, que também começavam a sofrer inquéritos disciplinares. A 21 de Maio, sob o pretexto de que Bernardino Machado pensava,

à República deixar de viver”. *Monarquia* 04-03-1921 citado in Hipólito Raposo, *Folhas do meu cadastro*, Lisboa, Ed. Gama, 1945 p.227

⁷⁸¹ *Diário de Lisboa* 29-04-1921

⁷⁸² *O Mundo* 14-05-1921

⁷⁸³ *O Mundo* 15-05-1921

⁷⁸⁴ *O Mundo* 16-05-1921

⁷⁸⁵ *A Opinião* 16-05-1921

⁷⁸⁶ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, factionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp.265-269;

conluído com Álvaro de Castro, fomentar um golpe palaciano que depusesse António José de Almeida e o reinstalasse na presidência da República, vários batalhões da GNR e da PSE, saíram dos quartéis, demonstrando o seu poder, exigindo a demissão do governo⁷⁸⁷. *O Mundo* mostrava-se abertamente contra o golpe. Apesar de reconhecer a existência de muitos “males” na sociedade, eles não se resolviam com “sedições ou golpes de caserna. Esse período vai passando. O espírito cívico torna-se cada vez mais exigente, impondo-se como senhor supremo dos destinos nacionais, e a força não pode esmagar o Direito”⁷⁸⁸.

O Presidente da República viu no golpe de Estado uma forma de patrocinar uma alternância política, aceitando sem muita relutância a demissão de Bernardino Machado, para convidar o liberal Tomé de Barros Queiroz que aceitou a formar governo na condição de lhe ser concedida a dissolução do parlamento⁷⁸⁹. Ao contrário do que se poderia supor, o PRP apoiou muito facilmente esta opção. António Maria da Silva, em entrevista ao *Diário de Notícias*, declarou que “o seu partido, posto que seja em princípio contrário à dissolução, a considera neste momento, não só porque o actual parlamento, em virtude das cisões políticas que se deram, não representa a expressão do eleitorado, como também porque, em consequência da sua pulverização partidária, a vida de qualquer ministério que se forme é sempre contingente”⁷⁹⁰. Embora correndo o risco de perderem as eleições, para o PRP, elas serviriam, sobretudo, como lembraria Bernardino Machado, para fazer a “guerra às dissidências”⁷⁹¹.

Conscientes da sua fraqueza eleitoral, os pequenos agrupamentos tentavam boicotar a dissolução do parlamento. É que, em caso de eleições, avisava a *Vanguarda*, os deputados dissidentes “jamais entrarão em S. Bento a não ser para as galerias reservadas ao público”⁷⁹². Como forma de se fortalecerem, começaram a surgir na imprensa alguns relatos que indicavam a fusão entre reconstituintes e dissidentes. O *Mundo* viu-se obrigado a desmentir essas informações, declarando que apenas se

⁷⁸⁷ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954 pp. 302-303; João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp.267-269; António Pedro Ribeiro dos Santos, *O Estado e a ordem pública: as instituições militares portuguesas*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1999, pp. 221-225

⁷⁸⁸ *O Mundo* 22-05-1921

⁷⁸⁹ Vasco de Barros Queiroz, *A República de 5 de Outubro de 1910 a Maio de 1926 e a acção política de Tomé José de Barros Queiroz*, Lisboa, Editorial Eva, Lda., 1985, pp.383-413

⁷⁹⁰ *Diário de Notícias* 31-05-21

⁷⁹¹ Bernardino Machado *Depois do 21 de Maio*, Famalicão: Tip. Minerva 1922, pp. 45-50

⁷⁹² *A Vanguarda* 01-06-1921

poderia estabelecer um “entendimento” entre vários “agrupamentos políticos para uma acção conjunta que as necessidades republicanas e nacionais porventura imponham”⁷⁹³.

Essa acção conjunta passava por evitar que a dissolução parlamentar pudesse ser bem-sucedida. Não seria uma tarefa fácil. No dia 23, a primeira sessão parlamentar, após o golpe de Estado, não se realizou por falta de quórum. O Presidente da Câmara dos Deputados, Abílio Marçal fez saber que “a próxima sessão será anunciada no *Diário do Governo*”⁷⁹⁴. Deste modo, conseguia adiar *sine die* a realização de novas sessões parlamentares, impedindo que os deputados se pudessem pronunciar ou apresentar alguma moção contra o novo governo de Barros Queiroz. Em resposta, cerca de 50 deputados e senadores reconstituintes, populares, dissidentes, socialistas e alguns independentes, assinaram um requerimento para uma reunião extraordinária do Congresso, ao abrigo do artigo 12 da Constituição, que previa a possibilidade de ele ser “convocado extraordinariamente pela quarta parte dos seus membros”.

O general Correia Barreto, presidente do Congresso, embora tivesse aprovado de início a reunião que os parlamentares dissidentes tinham requerido, depois de várias peripécias nocturnas, entre a sua residência e a Imprensa Nacional, com vista à impressão da convocatória oficial no *Diário do Governo*, acabou por voltar com a palavra atrás. Por pressão governamental, não deu seguimento à pretensão dos parlamentares dissidentes, evocando reservas constitucionais sobre a legitimidade da convocação⁷⁹⁵. A reunião extraordinária do Congresso não seria conveniente para o governo, pois os deputados poderiam tentar desautorizá-lo e evitar a dissolução parlamentar com os meios constitucionais ao seu dispor, à semelhança do conflito que ocorreu durante o governo de Pimenta de Castro. Isto não demoveu os proponentes que encetaram a realização da reunião, sem enquadramento legal, como prenúncio daquilo que *A Vanguarda* chamou, significativamente, a “2ª edição da Mitra”⁷⁹⁶.

No dia 1 de Junho, *O Mundo*, tentando desfazer mal entendidos, explicava, com grande destaque na primeira página que, “os parlamentares que reúnem por direito próprio, não querem – afirmam – impedir a dissolução das Câmaras, mas mostrar a inconstitucionalidade do acto que a determina”. No entanto, no editorial, o jornal não deixava de lembrar os “dois momentos na histórica política do regime em que o parlamento legalmente eleito não pôde reunir pela brutalidade da força”: no “período

⁷⁹³ *O Mundo* 29-05-1921

⁷⁹⁴ *Diário da Câmara dos Deputados* 23-05-1921, p.3

⁷⁹⁵ *A Capital* 31-05-1921, *Diário do Senado* 31-05-1921, pp.2-5

⁷⁹⁶ *A Vanguarda* 01-06-1921

desastroso de Pimenta de Castro e no período canalha de Sidónio Pais”⁷⁹⁷. A reunião extraordinária do Congresso realizou-se, não aparecendo nas actas oficiais da Assembleia por não tido sanção legal. A argumentação dos grupos parlamentares menores assentou essencialmente em três pontos que queriam apresentar ao Presidente da República. Em primeiro lugar, abordavam a inoportunidade da dissolução parlamentar, pois tal só poderia acontecer em caso de um grave conflito entre o poder executivo e o legislativo, o que não se deu, visto que o novo governo nem sequer se tinha apresentado perante o parlamento. Em segundo lugar, o novo executivo dispunha do apoio dos dois maiores partidos, o que lhe dava uma maioria confortável, não se justificando uma dissolução. Por último, assim que o parlamento fosse dissolvido e até que começasse a próxima legislatura, os poderes executivos seriam bastantes restringidos, que assumiriam apenas uma governação de gestão, não podendo, desse modo, realizar uma obra profícua. Na sua intervenção, Domingos Pereira criticou ainda a atitude de Abílio Marçal que tinha adiado *sine die* a reunião da Câmara dos Deputados, “acto sem precedentes na história agitada da República” e a dissolução que considerou “inoportuna e inconveniente”. Apesar disso, Domingos Pereira considerava não haver razão para uma “oposição sistemática” ao novo governo, esperando “serenamente” os actos do gabinete para “depois se pronunciar”⁷⁹⁸.

Após a reunião do Congresso, a última oportunidade de contrariar a decisão de encerrar a legislatura, ia ter lugar na primeira reunião do Conselho Parlamentar. Os liberais, “por discordarem do aparentamento de certos congressistas”, não tinham delegado nenhum membro para nele participar⁷⁹⁹. Isto podia “trazer complicações à solução política do momento”, garantia o *Diário de Lisboa*, pois, embora votassem a favor os democráticos (Vitorino Guimarães, Herculano Galhardo, António Maria da Silva) e o membro católico (cónego Dias Andrade); votariam contra: Domingos Pereira (dissidente), Júlio Martins (popular), Álvaro de Castro, Couceiro da Costa (reconstituintes), e José de Almeida (socialista). Faltava saber a posição de Costa Júnior (socialista) que presumivelmente votaria a favor pois vinha-se aproximando cada vez mais do PRP. Por outro lado, ignorava-se se Correia Barreto, como presidente do Conselho Parlamentar, teria direito de voto. Podia haver “surpresas”: “A abstenção

⁷⁹⁷ *O Mundo* 01-06-1921

⁷⁹⁸ *A Capital* 01-06-1921, *O Mundo* 02-06-1921, *O Século* 02-06-1920

⁷⁹⁹ A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Portugal da Monarquia para a República*, Vol. 11, Lisboa, Editorial Presença, 1991 p.313

duns... a falta de número, etc., etc.” podia condicionar o resultado da votação, considerava o *Diário de Lisboa*, citando um “parlamentar conhecidíssimo”⁸⁰⁰.

Durante o Conselho Parlamentar, que não contou com a presença de Couceiro da Costa, os grupos minoritários tentaram explorar as mesmas questões que debateram na reunião do Congresso. Júlio Martins propôs que se procurassem obter informações sobre a última revolta, insistindo na tese de que não tinha havido nenhum conflito entre o Parlamento e o Executivo que pudesse ter levado à dissolução, lançando uma moção sobre esse assunto que foi rejeitada pela maioria. Apesar disso, conseguiram, por pressão de Álvaro de Castro, que fosse enviado um emissário a Belém para averiguar se o Presidente da República tinha agido em liberdade quando concedeu a dissolução ou tinha sido coagido a isso por parte dos revoltosos, depois do golpe de Estado, interrompendo-se a reunião. As tentativas de bloqueio do órgão consultivo não surtiram efeito. António José de Almeida respondeu que não tinha tomado nenhum compromisso, nem estava sob nenhuma coacção quando concedeu a dissolução, acabando por ser retomada a reunião, saindo um parecer positivo com os votos a favor do PRP, do representante católico e de Costa Júnior, em rota de colisão com os socialistas. Correia Barreto também participou no escrutínio, votando a favor. Apenas José de Almeida votou contra. Antes de se proceder à votação, abandonaram a sala Álvaro de Castro, Júlio Martins e Domingos Pereira⁸⁰¹.

Em declarações ao *Mundo*, Domingos Pereira explicava que saiu da sala, não porque Correia Barreto tivesse participado na votação, como sugeria o *Diário de Notícias*⁸⁰², mas porque, dentro do Conselho tinham-se manifestado divergências de “opinião sobre a interpretação a dar à lei constitucional n.º 891” que tinha instituído o Conselho Parlamentar. Segundo o líder dissidente, esse órgão não tinha competência para interpretar leis, servindo somente como um meio de consulta do Presidente da República. Apenas o Congresso teria a faculdade necessária para a “resolução do assunto”⁸⁰³.

4.1 As Eleições de 1921

⁸⁰⁰ *Diário de Lisboa* 31-05-1921

⁸⁰¹ *O Século* 02-06-1921

⁸⁰² *Diário de Notícias* 02-06-1921, *A Pátria* 02-06-1921

⁸⁰³ *O Mundo* 07-06-1921

As eleições legislativas de 1921, organizadas pelo Partido Liberal, foram marcadas por intensas negociações e acordos pré-eleitorais entre o governo e as forças partidárias concorrentes, especialmente com o PRP, com o objectivo de bipolarizar o resultado entre os dois maiores partidos⁸⁰⁴.

No dia 3 de Junho, em entrevista à *Pátria*, Domingos da Cruz anunciava que o Grupo Dissidente Republicano ia submeter-se a sufrágio, disputando as maiorias e minorias em alguns círculos eleitorais⁸⁰⁵. O *Diário de Lisboa* relatava que iam disputar as maiorias em Braga, Viseu e “possivelmente no Porto se o Núcleo Regionalista do Norte lhes estender bem a muleta dos seus votos”⁸⁰⁶. O *Mundo* garantia que os dissidentes esperavam ganhar as maiorias em Braga, se não houvesse “violências e atropelos”⁸⁰⁷. Para além de Braga, tinham esperança de conseguir eleger Domingos Cruz por Gaia, Bartolomeu Severino por Viseu e João Soares por Alcobaça, círculos onde tinham influência pessoal⁸⁰⁸. Alguns dias depois, o *Mundo* anunciava que os dissidentes também iam apresentar candidaturas em Viana do Castelo, Penafiel, Gaia, Guarda, Viseu, Tomar, Alcobaça e Ponta Delgada⁸⁰⁹.

Apesar da confiança demonstrada pela imprensa afecta ao Grupo Dissidente, Domingos Pereira estava muito apreensivo em relação à sorte dos seus candidatos. Desde o princípio da campanha eleitoral que os dissidentes chamavam a atenção do governo “para preparativos tendentes a prejudicar as candidaturas de republicanos dissidentes onde estes têm base legítima de apoio na opinião pública”⁸¹⁰. Em correspondência com Ginestal Machado, ministro da Instrução, Domingos Pereira enumerava as dificuldades eleitorais que estava a ter no seu distrito. Segundo ele, os “governamentais fizeram acordo com os católicos de modo a votarem uma lista de maioria em que figuram dois partidários do governo e um Católico. Em Guimarães, julgo periclitante a candidatura de Costa Cabral porque foi feito um acordo nas nossas bases. Em Ponte de Lima está absolutamente abandonado pelo governo o Marques de Azevedo de que resulta ter de ser proposto por Braga como antigo deputado por aqui para não sofrer o injusto desaire de ser repudiado por mim e pelos correligionários meus

⁸⁰⁴ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996 pp.269-273

⁸⁰⁵ *A Pátria* 03-06-1921

⁸⁰⁶ *Diário de Lisboa* 03-06-1921

⁸⁰⁷ *O Mundo* 25-06-1921

⁸⁰⁸ *A Pátria* 11-06-1921

⁸⁰⁹ *O Mundo* 03-07-1921

⁸¹⁰ *Diário de Notícias* 07-06-1921

que aqui votam nele. Em Gaia, Domingos da Cruz não ajudado. O Vasco Borges mudou para a Guarda, porque em Penafiel não encontrou possibilidade de um auxílio, embora tivesse nos concelhos de Marco e Penafiel uma grande votação. O Dias Pereira não vai por Torres porque, ao que parece, o governo ali não pode distrair forças para o ajudar e, creio, propôs-se para Coimbra”. Em Braga, Domingos Pereira relatava que tinha sido proclamada a necessidade de se formar uma coligação para “me esmagarem, mesmo a mim pessoalmente (o que não é fácil) e nesse sentido trabalham os Governamentais e os Católicos com toda a força”. No concelho de Barcelos, o administrador do concelho, “apesar de velho republicano”, tinha nomeado os membros que iam fiscalizar as mesas eleitorais, sob a “indicação” de um “incorrigível chefe monárquico”. “Compreende V. Exa os resultado disto”, concluía: “Valoriza os monárquicos que hão-de dar que fazer, eles que estavam mal, desmoralizados e desorganizados”⁸¹¹.

As negociações entre os dissidentes e o governo já tinham sido anunciadas por alguns jornais⁸¹². O presidente do Ministério, Barros Queiroz, confirmava ao *Diário de Notícias* os “entendimentos” que tinha com os dissidentes, “nomeadamente no distrito de Braga”, frisando que o processo eleitoral decorria com normalidade⁸¹³. Numa missiva pública, enviada a Barros Queiroz, Domingos Pereira alertava-o que não estava “bem informado, pois é certo que a boa vontade de V. Ex no sentido de não sermos hostilizados, por merecermos a justa reputação de grupo político ordeiro quando a República não perigues, não obteve nos factos a correspondência que V. Ex sinceramente desejaria. Vamos às urnas com as forças que dispomos, apenas reclamando que não sejam empregados contra nós quaisquer violências e irregularidades”. O líder do Grupo Dissidente revelava ter reclamado junto do governador civil “perante a atitude dos monárquicos, principalmente de Barcelos, e dos católicos e liberais de todo o distrito que, encarniçadamente, procuram tornar impossível qualquer vitória nossa”⁸¹⁴. O *Mundo* também se queixava que, em Barcelos, a política ia “brava”, acusando o administrador do concelho de fazer um pacto com os monárquicos, ficando assente, naquela localidade, a “chapelada, a violência sem hesitação” contra Domingos Pereira a quem “não têm razão especial para odiar senão pelo seu firme republicanismo”⁸¹⁵. Barros Queiroz resolveu a contenda num telegrama enviado ao governador civil de Braga:

⁸¹¹ Carta de Domingos Pereira a Ginestal Machado 04-07-1921 in Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55 /988

⁸¹² *A Pátria* 24-06-1921, *Diário de Notícias* 26-06-1921, *A Opinião* 27-06-1921

⁸¹³ *Diário de Notícias* 08-07-1921

⁸¹⁴ *Diário de Notícias*, 10-07-1921

⁸¹⁵ *O Mundo* 08-07-1921

“Governo deseja dr. Domingos Pereira incluído lista governamental Braga e (...) tanto mais que partido só apresentou duas candidaturas para poder permitir inclusão Dr. Domingos Pereira na lista governamental. Peço V. Ex faça cumprir até onde lhe seja possível combinação feita e que mantenha máxima liberdade de voto e respeito direitos cidadãos. (a) T. J. Barros Queiroz.9-7-921”⁸¹⁶.

Deste modo ficava salvaguardada a sua candidatura no distrito de Braga que ia ser bastante disputado. Reorganizado, o Centro Católico, apostava em candidatos jovens, tentando afirmar-se em relação aos monárquicos⁸¹⁷. O seu candidato no círculo de Braga, José Maria Braga da Cruz, conseguiu obter o maior número de votos (7369) superando Domingos Pereira que ficou com 5762 votos⁸¹⁸. Miguel Ferreira foi eleito pelos dissidentes por Guimarães⁸¹⁹ e Augusto Monteiro foi eleito, também por Braga, como senador, depois da comissão de apuramento ter preterido o candidato do PRP⁸²⁰. O resultado eleitoral parecia, para os dissidentes, pouco auspicioso. *O Mundo* revelou que “todas as habilidades se valeram para combater a lista dissidente”. Isso não impediu *O Mundo* de saudar o exemplo de “grande republicanismo” que tinha sido demonstrado em Braga, com a “grande votação” que Domingos Pereira obtivera. Era a prova “iniludível que a republicanização desta terra é um facto e a lenda da Roma portuguesa se vai desfazendo”. Nos concelhos vizinhos, *o Mundo* chamava a atenção para Famalicão, onde “liberais, católicos e democráticos” se tinha coligado e feito um acordo contra os dissidentes, os “únicos que no círculo têm as simpatias do Povo pelo muito que têm feito em favor da sua terra e pelo seu republicanismo sem mácula”. Os dissidentes até tinham tido uma “grande votação” não obstante os abades que andavam a “mendigar votos de porta em porta” e a ameaçar com a “excomunhão” quem não votasse nos seus candidatos, garantia. Já em Barcelos, as “hostes reaccionárias se mancomunaram” contra os dissidentes⁸²¹.

⁸¹⁶ O mesmo telegrama foi remetido a Domingos Pereira, acrescentando apenas: “desnecessário afirmar máxima consideração”. Cf. Vasco de Barros Queiroz, *A República de 5 de Outubro de 1910 a Maio de 1926 e a acção política de Tomé José de Barros Queiroz*, Lisboa, Editorial Eva, Lda., 1985, pp. 433-434

⁸¹⁷ Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Lisboa, Presença / Gabinete de Investigações Sociais, 1980, pp. 281-284

⁸¹⁸ Cf. Anexos -Quadro III

⁸¹⁹ No próprio dia das eleições, um dos candidatos do círculo de Guimarães denunciava os acordos eleitorais realizados a favor dos dissidentes: “Houve acordos em alguns concelhos do círculo de Guimarães entre dissidentes e liberais, tendo já feito por actas falsas eleições (...) a fim de espoliarem a eleição do candidato regionalista em benefício do candidato Miguel Ferreira, dissidente, procurando agora torpedear o candidato católico para favorecer o dissidente Lúcio dos Santos. Toda esta porcaria eleitoral é apoiada pelas autoridades dos concelhos”. *A Pátria* 10-07-1921

⁸²⁰ *A Capital* 18-07-1921

⁸²¹ *O Mundo* 13-07-1921

Nos restantes círculos os resultados não foram melhores. Em Gaia, “roubou-se a eleição a quem tinha direito a ela”. *O Mundo* não se conformava com as “ignóbeis chapeladas” feitas contra Domingos da Cruz, “até hoje a individualidade que dentro do parlamento mais tem defendido os interesses do círculo”⁸²². No círculo de Viseu, Bartolomeu Severino escreveu uma carta ao ministro do Interior a queixar-se do falseamento dos resultados e das “violências” cometidas contra a sua candidatura⁸²³. Apenas Vasco Borges conseguiu ser eleito no círculo da Guarda, depois de algum compasso de espera, pela comissão de apuramento de resultados, e somente porque foi inserido numa lista do PRP. Como explicava o *Século*, havia uma grande “confusão nos círculos”, pois alguns candidatos continuavam a receber “votos dos eleitores” dias depois das eleições, resultando que em certos círculos “aparecer num só dia eleitos os candidatos de um partido, que logo no dia imediato se dão como derrotados” pela lista contrária. Na Guarda, Vasco Borges tinha “sofrido várias alternativas, ora eleito ora posto fora de combate”⁸²⁴. De facto, as eleições de 1921 foram marcadas por muitas acusações de fraudes e violência nas urnas⁸²⁵, com os resultados eleitorais a serem alterados nas comissões de apuramento de votos⁸²⁶.

Ao fazer um balanço eleitoral, António Granjo, ministro do Comércio, entrevistado pela *Capital*, reiterava que os dissidentes somente tinham elegido dois dos seus candidatos, em Braga, “com o favor do governo”. Na Guarda, o outro parlamentar apenas tinha sido eleito com “carácter independente, com o favor de todos os republicanos”. Quando questionado se os dissidentes representavam “partidos organizados”, correntes da opinião pública “devidamente definidas”, o ministro respondia que eles tinham-se “limitado a defender o princípio da continuidade governativa”. A sua cisão tinha-se manifestado, “justamente, contra o bota-abaixo democrático, contra as constantes quedas de governo”. Para António Granjo, a “razão de ser dos dissidentes tem um mero carácter de oportunidade”⁸²⁷.

Perante os resultados obtidos, o futuro do grupo dissidente passava a ser uma incógnita. Com apenas três deputados e um senador eleitos, o Grupo Republicano

⁸²² *O Mundo* 16-07-1921

⁸²³ *O Mundo* 19-07-1921

⁸²⁴ *O Século* 15-07-1921

⁸²⁵ Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 152-153.

⁸²⁶ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, 271-273

⁸²⁷ *A Capital* 19-07-1921

Dissidente tinha perdido quase toda a sua capacidade de intervenção e de influência com que poderia actuar no parlamento. O próprio *Mundo* tinha de reconhecer, numa declaração oficiosa, que os “dissidentes, cuja representação na câmara foi diminuída, ainda não assentaram no caminho a seguir”⁸²⁸.

A *Opinião*, jornal controlado pela Moagem, e que sempre tinha sido muito crítico dos dissidentes, era demolidor para com Domingos Pereira, considerando o seu grupo já “liquidado” e “duma forma pouco airosa”. Nem dispunham de deputados suficientes para integrar o Conselho Parlamentar. Para a *Opinião*, as eleições tinham sido um desastre, com poucos parlamentares dissidentes que conseguiram ser eleitos e somente devido à sua “influência pessoal”. Só o seu líder tinha alguma ascendência em Braga, “que ainda assim, se não fossem os votos do governo, não conseguiria ser eleito pelas maiorias”, não tendo “sequer força” para eleger Joaquim de Oliveira. Os outros candidatos falharam a sua eleição porque até à “última hora estiveram aguardando instruções sobre uma combinação com o governo, que afinal, segundo parece não se chegou a ultimar porque o líder dissidente queria deputados onde não tinha a menor influência”. O órgão da poderosa Moagem concluía que a dissidência não tinha tido “nenhum proveito para o país, senão o de demonstrar que nem toda a gente pode ser chefe de partido”⁸²⁹. Em resposta, Vasco Borges desmentia qualquer ideia que pudesse indicar que a dissidência estaria prestes a dissolver-se, garantindo que a sua posição seria “completamente a mesma, inalteravelmente a mesma”⁸³⁰.

Goradas as eleições, a estratégia de sobrevivência do grupo dissidente haveria de se centrar em abrir caminho para o regresso messiânico de Afonso Costa. Os dissidentes assumiram sempre uma atitude de lealdade e elogio constante em relação ao ex-líder do PRP⁸³¹. Uma das marcas da propaganda do grupo dissidente era justamente capitalizar, valorizar e apropriar-se da sua imagem e do simbolismo, como verdadeiros representantes e herdeiros de Afonso Costa que preparava lentamente o regresso à vida política. Durante o Verão de 1921, e sem tomar assento na nova legislatura, Domingos Pereira passou a época estival na serra da Estrela, onde Afonso Costa também veraneava. Como lembrava o *Diário de Lisboa*, numa reportagem realizada no local, o “interesse” de Afonso Costa por Domingos Pereira tinha sido “notado”, assim como a

⁸²⁸ *O Mundo* 20-07-1921

⁸²⁹ *A Opinião* 05-08-1921

⁸³⁰ *A Capital* 11-08-1921

⁸³¹ *O Mundo*, ao longo desse ano, tinha realizado uma intensa campanha com o fim de reabilitar a sua figura. Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *Afonso Costa*, Lisboa, Texto, 2010, p.138

“reunião política” entre os dois. O “sr. Dr. Afonso Costa conta muito com o sr. Dr. Domingos Pereira para a sua acção futura na política”, assegurava o jornal. Ali de Seia, o antigo líder do PRP, “estava formando o salto para o Terreiro do Paço”. O único contratempo era a “história” dos 50 milhões que “vieram turbar-lhe a atmosfera”⁸³².

Em Maio desse ano, Afonso Costa, que vinha servindo como ministro oficioso de Portugal no estrangeiro, desde que participara na conferência de Paz, fez chegar a António Maria da Silva, ministro das Finanças do governo de Bernardino Machado, uma proposta de financiamento, que o executivo, desesperado por financiamento, não recusará. Tratava-se de uma linha de crédito de 50 milhões de dólares, durante 5 anos, com um juro de 7%, proposta pelo *credite internacional*, um consórcio que englobava algumas firmas bancárias portuguesas situada em Antuérpia, e que seria usado para comprar trigo e carvão americanos. A empresa americana responsável pela abertura do crédito seria a *War Finance Corporation*, representada por Jefferson Williams⁸³³. Todavia, as negociações, realizadas de forma imprudente, sem verificar bem todas as condições e origens dos investidores e intermediários, continuam a decorrer durante o governo de Barros Queiroz. Tarde demais, depois de se assinar o contrato, começou-se a perceber que o negócio, afinal, não passava de uma enorme burla que acabou por agravar a economia e finanças portuguesas e manchar a reputação, honestidade e competência de Afonso Costa⁸³⁴.

A sua defesa passou a ser um imperativo para o Grupo Dissidente. A sua estratégia, conjugada com o *Mundo*, passava por preservar ao máximo o líder histórico do PRP, pondo antes em causa o governo e a sua suposta incompetência na forma como lidou com o processo e os presumíveis burlões. A actividade parlamentar de Vasco Borges, o único deputado dissidente que tomou assento na nova câmara, vai se centrar, sobretudo, em atacar, com discursos bastantes violentos, a actuação de Barros Queiroz, investindo-o para que esclarecesse completamente o negócio de 50 milhões⁸³⁵. Bastante acossado, o governo liberal de Barros Queiroz, que tinha um vasto programa reformista, acabou por não sobreviver ao escândalo financeiro⁸³⁶.

⁸³² *Diário de Lisboa* 15-09-1921

⁸³³ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense editora, 1954, p.305

⁸³⁴ Filipe Ribeiro de Meneses, *Afonso Costa*, Lisboa, Texto, 2010, pp.142-145; Alberto Guimarães, *A verdade sobre Afonso Costa*, Lisboa, A. Guimarães, 1935, pp. 171-209

⁸³⁵ Filipe Ribeiro de Meneses, *Afonso Costa*, Lisboa, Texto, 2010, pp.142-143

⁸³⁶ Manuel Pimenta Morgado Baião, *Elites e Organizações Políticas na Primeira República Portuguesa. O Caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Universidade de Évora, 2012, pp.73-76

A maioria relativa que o Partido Liberal dispunha não conseguia sustentar a necessária estabilidade política para governar, agravada por dissensões internas e constantes bloqueios no parlamento. António Granjo, em rota de colisão com Barros Queiroz, formou um novo executivo que viu-se desde logo envolvido por uma imensa rede conspirativa, latente e continuada, que não deixou de cercar o chefe do governo até ao fim⁸³⁷. A figura de António Granjo tornou-se como que o vértice onde confluíram todos os ódios, frustrações e vinganças⁸³⁸, num momento de uma profunda crise económica e financeira, que se poderia agravar com o caso dos 50 milhões, devido à extensa especulação cambial que provocou⁸³⁹. A hostilidade contra o governo abarcava um extenso leque político e partidário, cuja génese provinha das eleições de Julho de 1921 que tinha deixado de fora, ou reduzido bastante, os grupos mais pequenos, como os populares, reconstituíntes, socialistas e dissidentes⁸⁴⁰. Para além disso, o espírito revolucionário latente na poderosa GNR, cujo primeiro ensaio tinha sido a revolução de 21 de Maio, em defesa de Liberato Pinto, continuava a frutificar.

Para o *Mundo*, a principal preocupação continuava a ser a defesa de Afonso Costa, acusando os “escroques monárquicos⁸⁴¹” que tinham abusado da sua confiança para o enganar, querendo livrar a todo o custo qualquer responsabilidade fraudulenta por parte do ex-chefe do governo. Este, no entanto, recusava-se a dirigir ao parlamento para explicar todo o processo. Perante o clima de suspeição que crescia sobre o antigo líder do PRP, Vasco Borges chegou a pedir auxílio a Cunha Leal, que tinha acabado de assumir o seu mandato de deputado como independente. Segundo as suas memórias, Cunha Leal aconselhou Vasco Borges a tentar convencer Afonso Costa a expor no parlamento tudo o que se tinha sucedido, sem “ambages”, atacando antes o governo pela sua “complacência com a “gentalha do *Credite*” que os tinha feito cair numa “sinistra cilada”. Cunha Leal comprometia-se não a um “apoio incondicional”, mas a encarar as declarações de Afonso Costa com “benevolência” no sentido do completo esclarecimento da questão⁸⁴². Isto não demoveu Afonso Costa que, em entrevista ao

⁸³⁷ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, factionalismo e a descrédibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996 pp.273-283

⁸³⁸ Consiglieri Sá Pereira, *A Noite Sangrenta*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924; Jesus Pábon, *A Revolução portuguesa*, Lisboa, Aster, 1951.pp.539-569; José Brandão, *A noite sangrenta*, Lisboa. Alfa, 1991; José A. Martins Almeida, *Nos meandros do 19 de Outubro*, Braga, Ed. Correio do Minho 1998

⁸³⁹ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense editora, 1954

⁸⁴⁰ Luís Farinha, *Cunha Leal: deputado e ministro da República: um notável rebelde*, Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República: Texto, 2009, pp.104-107

⁸⁴¹ *O Mundo* 11-09-1921

⁸⁴² Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, Edição do autor, 1967, Vol. II, pp.276-277

Mundo, conduzida pelo próprio Vasco Borges, declarava que só estava obrigado a dar explicações ao governo, para além de estar afastado da “actividade política”. Frisava apenas que a sua “consciência” encontrava-se “atenta” ao que se passava no país⁸⁴³. Afonso Costa continuou a conceder entrevistas a vários jornais que tiveram o efeito contrário ao pretendido. Além de se contradizer bastante, não reconhecia a enorme burla financeira e confirmava a boa intenção dos intermediários, deitando por terra a suposta manipulação abusiva por parte deles⁸⁴⁴. Alguns jornais, como *A Capital*, todos os dias publicavam novas informações que o comprometiam cada vez mais, numa altura em que alguns banqueiros envolvidos no negócio começavam a ser detidos. Estas revelações causavam um grande azedume nos centros radicais republicanos, sofrendo os jornais várias ameaças se continuassem a hostilizar o antigo membro preponderante do PRP: “Fazer em cavacos meia dúzia de móveis, ou quebrar meia dúzia de cabeças, é que não decidiria de maneira alguma a questão”, considerava a *Capital*, antes a “agravaria, porque se poderia supor que os amigos do sr. Afonso Costa não tinham outra forma de provar a sua correcção e a sua inculpabilidade”⁸⁴⁵.

Perante este cerco, o *Mundo* empreendeu uma fuga para a frente, atacando com cada vez maior violência o governo, acusando-o de ceder aos interesses clericais, reaccionários e aos negócios da Moagem⁸⁴⁶. Desde 1920 que *O Mundo* tinha vindo a assumir de novo um forte discurso anticlerical⁸⁴⁷, sendo agora acentuado com a permanência dos liberais no poder. Este processo, usado para captar e mobilizar o antigo espírito radical, seria essencial em épocas de acção revolucionária para fomentar o ódio contra o governo que autorizava procissões e consentia que as crianças fossem “arrebanhadas para as catequeses”⁸⁴⁸; defendia as “exigências dos clericais” que favoreceram os liberais “durante a realização de eleições⁸⁴⁹”, para além de preconizar uma maior liberdade de culto. Como acentuava José do Vale: “Procuram chamar a esse processo tolerância... Chamo-lhe muito simplesmente contemporização com as forças

⁸⁴³ *O Mundo* 26-09-1921

⁸⁴⁴ Filipe Ribeiro de Meneses, *Afonso Costa*, Lisboa, Texto, 2010, pp.144-145

⁸⁴⁵ *A Capital* 28-09-1921

⁸⁴⁶ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense editora, 1954, pp.305-308

⁸⁴⁷ Rui Afonso da Costa, “As variações tático-estratégicas do anticlericalismo de *O Mundo* nos anos 20”. In *Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora: actas*, Évora, Instituto Superior de Teologia, Seminário Maior de Évora, 1994. Vol. I, pp.253-277

⁸⁴⁸ *O Mundo* 05-09-1921

⁸⁴⁹ *O Mundo* 06-09-1921

reaccionárias... Essa atitude significa apenas que os jesuítas já dominam o país como antes da República”⁸⁵⁰.

Aliado do *Mundo*, nos ataques contra o governo, encontrava-se a *Imprensa da Manhã*, órgão ligado a Liberato Pinto e financiado por Alfredo da Silva⁸⁵¹. A *Imprensa da Manhã* teve um papel essencial no arregimentar de forças contra António Granjo, ao revelar, no final de Setembro, um suposto plano do governo, logo desmentido pela *Luta*, que previa a concentração de tropas do exército em Mafra, com o objectivo de cercar a cidade de Lisboa e desarmar a GNR⁸⁵². Estes boatos provocaram um imenso alvoroço na Guarda Republicana que já vivia momentos de grande tensão, devido ao julgamento de Liberato Pinto, que seria condenado pelo ministro da Guerra, depois de receber o parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, a um ano de detenção no forte de Elvas. Esta decisão deu origem a um intenso coro de críticas, unindo fileiras dentro da GNR, contra o que consideravam uma ameaça e humilhação, ajudando a mobilizar de forma decisiva para o grande embate que se preparava contra o governo⁸⁵³.

Conspirava-se “às claras”, reconhecia o *Diário de Lisboa*: O “governo sabe que se conspira, sabe quais são os elementos que entram na próxima revolução, as forças de que dispõem, a hora certa em que a tropa deve sair para a rua...” Tinha-se, porém a “impressão”, concluía o *Diário de Lisboa*, “embora repugne acreditar às consciências bem formadas, de que se conspira contra o país”⁸⁵⁴. A *Capital*, desenrolando alguns fios da revolta iminente, destacava os “extremistas democráticos, restos da antiga organização carbonária”. Para eles, “não existe senão o sr. Afonso Costa. Só ele e mais ninguém reúne as qualidades de energia, inteligência e saber capazes de imprimirem uma diversão salutar na gerência dos negócios públicos”. Segundo a *Capital*, “houve um momento” em que Afonso Costa se “convenceu da viabilidade desse assalto ao Poder”, durante a sua estadia na serra. O escândalo dos 50 milhões, rebentando prematuramente, é que o tinha feito desviar dessas “ideias”⁸⁵⁵. As próprias declarações de Afonso Costa sobre o seu regresso à vida política eram ambíguas. Questionado sobre o assunto, declarou, em entrevista, que quando pudesse responder a essa “pergunta com um «sim», nesse momento estarei já em actividade, em acção enérgica e pronta. Espero e nunca demorarei a oportunidade de o fazer. Só as circunstâncias, de harmonia com os

⁸⁵⁰ *O Mundo* 25-09-1921

⁸⁵¹ Jesus Pábon, *A Revolução portuguesa*, Lisboa, Aster, 1951

⁸⁵² Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense editora, 1954, pp. 309-311

⁸⁵³ Consiglieri Sá Pereira, *A Noite Sangrenta*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924 pp.56-59, 65-66

⁸⁵⁴ *Diário de Lisboa* 24-09-1921

⁸⁵⁵ *A Capital* 23-09-1921

interesses nacionais, podem determinar a hora de agir”. Na mesma entrevista, os seus “amigos” acrescentaram que o “Afonso não quer ser Messias e entende mesmo que os Messias acabaram. Espera que a Nação reconheça a gravidade da hora que atravessa e se disponha a sacrifícios decisivos, para intervir. Se o fizesse, antes de um forte movimento de reacção nacional, queimar-se-ia no sorvedouro da política indígena”⁸⁵⁶.

Perante a grave crise que grassava, Afonso Costa, pelo seu passado político, seria a escolha óbvia para liderar um governo nacional que alguns sectores da sociedade desejavam promover. No entanto, a sua ligação ao escândalo dos 50 milhões deitava por terra qualquer hipótese dessa iniciativa ter sucesso: “o Afonso está, realmente, inutilizado durante um certo tempo. Chamá-lo agora ao governo, seria absolutamente impossível”, comentava Magalhães Lima ⁸⁵⁷. O grão-mestre da Maçonaria era, precisamente, o elo de ligação entre as várias tendências que se reuniam com o fim de organizar um movimento de Salvação Pública. A iniciativa directa partira da Loja Madrugada, uma secção do Grémio Lusitano, de que faziam parte, entre outros, Leonardo Coimbra, Maldonado de Freitas e Bartolomeu Severino, dissidente, bastante próximo de Domingos Pereira. Mal a notícia veio a público, *O Mundo* fez logo questão de salientar que se tratava de um “movimento ordeiro, pacífico e constitucional”⁸⁵⁸. Como explicava ao *Diário de Lisboa*, mais do que uma mudança de governo, para Magalhães Lima tornava-se indispensável “mudar de processos, de orientação, de métodos”. O país não podia suportar por mais tempo “a situação da indisciplina, da desordem, da decadência moral, económica e financeira”⁸⁵⁹.

O desejo de Magalhães Lima passava pela organização de um comício no Coliseu dos Recreios, seguido de uma grande manifestação civil e militar que fizesse ver ao Presidente da República a necessidade imediata de constituir o “almejado governo de salvação pública”, com a anuência de todos os partidos⁸⁶⁰. A viabilidade deste projecto rapidamente começou a ser posta em causa, levando ao afastamento de Magalhães Lima⁸⁶¹. É que, como haveria de recordar Cunha Leal, a “par de muitas almas generosas de iluminados, colaboravam na organização insurreccional indesejáveis

⁸⁵⁶ *Imprensa da Manhã* 17-09-1921

⁸⁵⁷ *A Capital* 30-09-1921

⁸⁵⁸ *O Mundo* 05-10-1921

⁸⁵⁹ *Diário de Lisboa* 06-10-1921

⁸⁶⁰ Consiglieri Sá Pereira, *A Noite Sangrenta*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924, p.83

⁸⁶¹ António Ventura, *Magalhães Lima: um idealista impenitente*, Lisboa: Assembleia da República - Divisão de Edições, 2011, pp.125-134

pescadores de águas turvas, de intenções menos honestas”⁸⁶². A *Capital* era contundente para com os promotores desse movimento, ao afirmar que não tinham “nenhuma ideia, nenhum plano sobre a resolução dos problemas económico e financeiro”. Apenas queriam reprimir a “reação clerical”, fazer “acordar o espírito jacobino”. Uma “verdadeira miséria”, garantia, no fundo da qual só existia “uma ideia assente e da qual se não desistiria em caso algum – a de assaltar as repartições do Estado, pondo fora milhares de empregados para anichar os salvadores nacionais”⁸⁶³.

A 30 de Setembro, desencadeou-se o primeiro movimento da revolução que se preparava, num processo logo dominado pelo governo que prendeu os principais cabecilhas⁸⁶⁴. Para o *Mundo*, este golpe falhado fora um “aviso” para o governo enveredar “pelo caminho das realizações republicanas” e abandonar a “política mesquinha” que mantinha com as “autoridades administrativas monárquicas”⁸⁶⁵. Já para a *Imprensa da Manhã*, a prisão dos oficiais da Armada, envolvidos no golpe, só poderia significar que o governo voltava os seus azedumes contra os marinheiros, que eram os “melhores sustentáculos” da República: “Mas que situação absurda esta! Um governo que se diz republicano, odiando republicanos, perseguindo republicanos, vexando republicanos!”⁸⁶⁶ Estas críticas, contínuas e demolidoras, focando especialmente o aspecto religioso e monárquico, agravadas com a acusação de que o governo recusava-se a aumentar o soldo dos marinheiros, e evitava amnistiar o assassino de Sidónio Pais⁸⁶⁷, faziam acirrar ainda mais as bases revolucionárias, espalhadas pela marinha, GNR e vários centros republicanos de Lisboa, num clima de permanente hostilidade. Estes incitamentos, marcando o “ponto extremo de uma colossal maré de ódios”⁸⁶⁸, deram o mote para a grande “limpeza”, o grande ajuste de contas que se preparava, fermentando nos núcleos radicais, por todas as humilhações, vexames e perseguições sofridas durante o sidonismo e que nunca tinham sido reparadas⁸⁶⁹.

⁸⁶² Cunha Leal, *as Minhas Memórias*. Edição do autor, 1967, Vol. II, pp.281-282

⁸⁶³ *A Capital* 11-10-1921

⁸⁶⁴ Consiglieri Sá Pereira, *A Noite Sangrenta*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924, pp.61-71

⁸⁶⁵ *O Mundo* 02-10-1921

⁸⁶⁶ Citado in Sousa Costa, *Páginas de Sangue (Buíças, Costas & Cª)*, Liv. Editora Guimarães, 5ª ed.,1938, p. 235

⁸⁶⁷ João Bonifácio Serra, *Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente in Portugal contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 76-77

⁸⁶⁸ Consiglieri Sá Pereira, *A Noite Sangrenta*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand,1924 p.176

⁸⁶⁹ Segundo Sousa Costa, “sem a exaltação dos espíritos, provocada pelos gerentes da opinião pública – jornais, Parlamento, comícios, boatos – a matança não teria instigadores nem executores. – A bem da República é preciso proceder à «limpeza» - propala-se todos os dias, nos centros políticos, na praça pública, nas redacções nos cafés. E os que lançam o lema terrífico no giro diurno e nocturno não atendem a que as palavras nem sempre são levadas pelo vento – não sentem que certas palavras, em certos

Durante as comemorações da implantação da República, *A Vanguarda* notava os “rugidos de protesto” contra António Granjo, junto aos túmulos de Cândido dos Reis e de Miguel Bombarda, que o obrigaram a findar o seu discurso. Por outro lado, comentava o jornal, “perante as campas de Buíça e de Costa a mesma manifestação manifesta-se com entusiasmo”⁸⁷⁰. No dia 13, *O Mundo* anunciava a “República em perigo”, com o principal conspirador a ser o próprio governo que lançava “sementes de discórdia”, criando “condições propícias à eclosão de movimentos revolucionários”⁸⁷¹.

Apesar da vontade férrea de António Granjo, o governo, tinha perdido toda a margem de manobra, sendo obrigado a recuar em algumas medidas como a lei do regime cerealífero que previa três tipos de pão, regressando à anterior política de pão único. Numa tentativa desesperada de controlar a tensão vigente, António Granjo ordenou o encerramento da Brasileira, café onde se juntavam os arruaceiros que, tradicionalmente, participavam em todas as revoltas, e encetou a remodelação da Polícia de Segurança do Estado, expurgando-a dos elementos mais radicais. Estas medidas apenas ajudaram a fomentar ainda mais a contestação, “propiciando a atmosfera da matança”⁸⁷², com o *Mundo* a acusar o governo de perseguir quem mais lutava pela protecção da República⁸⁷³. Circulavam “boatos sinistros”, recordaria Sousa Costa. Segundo este autor, Vasco Borges terá procurado auxiliar António Granjo: “previne-o de que se fala em atentados pessoais”⁸⁷⁴.

Na véspera da revolução, o *Mundo* perguntava se os republicanos podiam “tolerar um governo que se coloca francamente ao lado dos monárquicos e clericais, nomeando aqueles seus governadores civis, administradores de concelho e regedores, e pactuando com estes para vencer eleições?”⁸⁷⁵ Já a *Imprensa da Manhã*, no próprio dia 19, deixava transparecer a revolta iminente: “O povo português tem por vezes assomos de leão, sabe como ninguém castigar os que, pela sua acção desprezível, o atraíam e o vexam! Tem agora – que tristeza! – Ocasão para o fazer...”⁸⁷⁶ O “governo despreza o Povo”, sentenciava por sua vez o *Mundo*⁸⁷⁷ que, a 20 de Outubro, apoia

espíritos, têm as propriedades de semente que o vento espalha em larga germinação”. Cf. Sousa Costa, *Páginas de Sangue (Buíças, Costas & C^a)*, Liv. Editora Guimarães, 5^a ed. 1938, pp.337-228

⁸⁷⁰ *A Vanguarda* 03-10-1921

⁸⁷¹ *O Mundo* 13-10-1921

⁸⁷² Sousa Costa, *Páginas de Sangue (Buíças, Costas & C^a)*, Liv. Editora Guimarães, 5^a ed. 1938, p.236

⁸⁷³ *O Mundo* 19-10-1921

⁸⁷⁴ Sousa Costa, *Páginas de Sangue (Buíças, Costas & C^a)*, Liv. Editora Guimarães, 5^a ed. 1938, pp.236-237

⁸⁷⁵ *O Mundo* 18-10-1921

⁸⁷⁶ *Imprensa da Manhã* 19-10-1921 citado in José Brandão, *A noite sangrenta*, Lisboa. Alfa, 1991, p.189

⁸⁷⁷ *O Mundo* 19-10-1921

entusiasticamente a revolução que depõe o governo: “O movimento de ontem apresenta um carácter nitidamente republicano. Foi um protesto contra a política do governo Granjo, conduzida por tortuosos caminhos que comprometiam o regime. Forças militares, a marinha e elementos civis, irmanadas no mesmo pensamento demonstraram que existe, existirá sempre a alma republicana em Portugal. Não quiseram ouvir as reclamações constantes da opinião pública, negavam até a existência dessa opinião. O resultado viu-se, era inevitável. O movimento não encontrou inimigos, nem sequer adversários. Oxalá que novos dias de felicidade surjam para a Pátria, para a República, para o Povo”. Em notícia de última hora, porém, era relatado que alguns dos “revoltosos procuraram activamente” António Granjo, que se encontrava em casa de Cunha Leal: “Levaram-no para o Arsenal, no meio de grandes manifestações, em que havia também imprecações”. Soaram “alguns tiros e um deles acabou por prostrar” o chefe do governo deposto, ferido mortalmente⁸⁷⁸.

Na edição seguinte, a mensagem seria diferente: “Não podemos recorrer a mais movimentos para fazer a República. O regime é um facto e tem de ser prestigiado. Nem mais sangue, nem mais atentados contra a liberdade, ordem e trabalho. As democracias prestigiam-se pelas suas realizações e nunca pelas suas violências. Nesta hora dolorida que atravessamos todos os homens de bem devem unir-se, para que a República se engrandeça. Quem não contribuir para isso, poderoso ou simples, deixa de ser um republicano. É um inimigo do regime”. José do Vale, no editorial, tentava explicar os atentados pelo facto de certos “homens” não terem “uma visão clara dos acontecimentos”, pondo a sua “paixão pessoal acima dos interesses superiores do povo e a justiça popular tem por vezes aspectos bárbaros”. Para o redactor do *Mundo*, o “povo” tinha motivo para “cóleras que não reflectem, vergastado pelas mais diversas iniquidades, batido pelas medidas iníquas”. No entanto, ressalva que a “limpeza que a República necessita é simplesmente moral”⁸⁷⁹. *O Mundo* continuava a apoiar o executivo revolucionário de Manuel Maria Coelho, recordando que o anterior governo tinha-se tornado “senhor absoluto, sem fé e sem ideal, considerando a todos nós como submissos escravos em quem podia mandar despoticamente. O resultando viu-se”⁸⁸⁰.

Os trágicos acontecimentos provocaram um profundo repúdio na opinião pública que isolaram e descredibilizaram, completamente, os propósitos do novo governo e os

⁸⁷⁸ *O Mundo* 20-10-1921

⁸⁷⁹ *O Mundo* 21-10-1921

⁸⁸⁰ *O Mundo* 22-10-1921

ideais da revolução. O *Mundo*, rapidamente começou também a moderar o seu discurso, apelando antes à união entre o “povo e o governo”⁸⁸¹. O novo ministério contava com a aprovação do Partido Popular⁸⁸² e constava que os dissidentes também o apoiavam. Em declarações ao *Século*, Bernardino Machado afirmava peremptoriamente que o “governo, como órgão das aspirações da revolução, já conta, para o seu programa, com o apoio expresso dos populares e dos dissidentes”⁸⁸³.

Domingos Pereira, que se encontrava no norte do país, fez as primeiras declarações públicas, após o desfecho da revolução, numa entrevista ao *Jornal de Notícias* que o *Mundo* reproduziu. O diário portuense quis saber se tinha enviado “saudações” ao chefe do governo, “felicitado” o comité revolucionário, e manifestado a sua “solidariedade” para com a nova ordem. O líder dissidente aproveitou a ocasião para esclarecer essas insinuações, declarando que não correspondiam “inteiramente ao seu sentimento”. Segundo ele, a política que se vinha fazendo à “sombra do ministério vencido”, tinha sido “prejudicial” à República, justificando-se, então, o movimento de “reacção” que se organizou, tendo esperança que o novo governo, composto por “patriotas”, pudesse cumprir a sua “difícil tarefa”. Todavia, não poderia “calar palavras de reprovação”, perante os trágicos assassinatos evocando a longa amizade que mantinha, especialmente, com António Granjo”⁸⁸⁴.

A situação do *Mundo*, devido ao seu forte empenho na mobilização para a revolução, tornava-se delicada. Na noite dos atentados, depois de terem assassinado Machado Santos⁸⁸⁵, Abel Olímpio e alguns marinheiros dirigiram-se às redacções da *Imprensa da Manhã* e do *Mundo*, não só para felicitarem a defesa que estes diários fizeram da “Guarda e da Marinha”, mas também para saberem a morada de Fausto Figueiredo, pois queriam liquidar “moageiros”⁸⁸⁶. José do Vale chegou a ser acusado, alguns dias depois, por uma testemunha dos acontecimentos, de não ter “dirigido ao grupo sinistro quaisquer palavras de reprovação para os crimes que o grupo se vangloriava de ter cometido e ir cometer. Esse redactor não proferiu uma palavra!”⁸⁸⁷ O

⁸⁸¹ O *Mundo* 23-10-1921”. “Vamos Trabalhar!” Pedia o *Mundo* no dia 23. “Basta de Ódios”, era o título da sua edição de dia 25

⁸⁸² *Diário de Lisboa* 21-10-1921

⁸⁸³ *O Século* 25-10-1921

⁸⁸⁴ *O Mundo* 25-10-1921.

⁸⁸⁵ Armando Malheiro da Silva, Carlos Cordeiro, Luís Filipe Torgal, *Machado Santos : o intransigente da República (1875-1921)*, Lisboa, Assembleia da República, 2013, pp.281-299

⁸⁸⁶ Sousa Costa, *Páginas de Sangue (Buiças, Costas & C^o)*, Liv. Editora Guimarães, 5^a ed. 1938, pp.264,267

⁸⁸⁷ *A Manhã* 05-11-1921

Grupo Dissidente, porém, rejeitava qualquer responsabilidade na revolução outubrista. Silveira Júnior, um correligionário de Domingos Pereira, fazia questão de relatar a João Paulo Freire, jornalista da *Imprensa da Manhã*, que os dissidentes nem tinham tomado parte nesse “movimento, nem desejam a mínima solidariedade com os acontecimentos”⁸⁸⁸. Já o *Diário de Lisboa* informava que Domingos da Cruz, membro dissidente, tinha sido das pessoas que, “pela sua serenidade, muito contribuíram para acalmar excitações e adoptar medidas prudentes na noite de 19 para 20 do corrente”⁸⁸⁹.

O governo de Manuel Maria Coelho, sem qualquer viabilidade, depois do desfecho sangrento da revolução, encontrava-se bloqueado. Os elementos mais radicais que preponderavam na Junta Revolucionária, onde se incluía bastantes membros da GNR, Marinha e PSE, não queriam ceder o poder, exigindo a “realização integral do programa revolucionário”⁸⁹⁰, que previa, entre outras medidas, o regresso do regime à sua “pureza inicial”, a “restauração das leis basilares da república” como a lei de Separação de 1911, o saneamento e a republicanização completa do regime que permitisse um “estado republicano servido por republicanos”⁸⁹¹.

Perante este impasse, o Presidente da República teve um papel fundamental na resolução do conflito. Ao ponderar a sua demissão, no meio de uma das mais profundas crises do regime, tornou a sua figura quase que o único órgão legítimo e merecedor de simpatia, respeito e incentivo, congregando um forte apoio popular à sua conduta, que foi patente numa grande manifestação que percorreu Lisboa, onde se apelava para que não resignasse. Deste modo, António José de Almeida, saindo como que legitimado de novo na sua função, conseguiu promover a organização de um governo nacional onde todas as forças partidárias se pudessem unir numa frente comum contra os radicais que tinham tomado o poder. Procurando remeter o regime para a normalidade constitucional, Domingos Pereira foi um dos convidados pelo Chefe de Estado para o auxiliar. O líder dissidente, segundo a *Capital*, defendia a formação de um gabinete “extrapartidário, dando-lhe apoio todos os partidos ou, pelo menos, não o hostilizando sistematicamente”⁸⁹². *O Mundo*, que tinha um grande impacto na opinião pública mais radical, fazia igualmente um forte apelo à união partidária. Exaltando o exemplo do Presidente da República, *O Mundo* criticava os directórios dos maiores partidos que

⁸⁸⁸ Cf. João Paulo Freire (Mário), *Fogos-fátuos*, Porto, A Renascença Portuguesa, 1923, pp.85-86

⁸⁸⁹ *Diário de Lisboa* 26-10-1921

⁸⁹⁰ *Diário de Notícias* 29-10-1921

⁸⁹¹ *Diário de Lisboa* 19-10-1921

⁸⁹² *A Capital* 31-10-1921

recusavam-se a colaborar com os outubristas, por não se interessarem pela organização do novo governo e não “atenderem com preciosa brevidade aos interesses da vida nacional”, alegando que o período exigia sacrifícios de toda a espécie⁸⁹³. A *Capital* não deixava de observar como o *Mundo*, que tinha “acolhido com entusiasmo o movimento, e até preparado a atmosfera em que ele se desenvolveu, ultimamente tem feito mesmo o contravapor, evidentemente por se ter convencido da gravidade excepcional das circunstâncias presentes”⁸⁹⁴.

O tenente-coronel Carlos Maia Pinto, ministro das Colónias no governo de Manuel Maria Coelho, e que tinha estado ligado ao Núcleo Republicano Regionalista do Norte, começava a ser visto como uma figura de compromisso e apaziguamento que pudesse assumir a chefia de um novo governo de transição que unisse os revolucionários outubristas com as restantes forças partidárias. Domingos Pereira, perante o evoluir da situação, empenhou-se bastante na formação do novo ministério, promovendo a colaboração de Vasco Borges. O Partido Reconstituente chegou a transigir com a solução alcançada e tudo indicava um governo semelhante ao primeiro executivo de Álvaro de Castro, constituído por reconstituintes, populares, dissidentes e outubristas. Devido a fortes pressões internas, Álvaro de Castro acabou por retirar o seu apoio no último momento⁸⁹⁵. O novo governo, “de cujo elenco quase tinham sido expungidos, por completo, os outubristas, para o tornar mais suportável pelos portugueses”, nas palavras de Cunha Leal⁸⁹⁶, foi constituído por outubristas, independentes, populares e dois dissidentes: Vasco Borges (ministro do Comércio e Comunicações) e Costa Cabral (ministro da Instrução). Domingos Pereira, em entrevista ao *Diário de Lisboa*, defendia a viabilidade do novo executivo, tentando congrega a união partidária em torno de um “ponto de vista comum e que se encerra na defesa da República”. Para ele, a revolução era um “facto consumado” que teria sido “dispensável” se não houvesse a “dispersão das forças políticas”. Naquele momento, o ministério “ideal” seria aquele que “saísse das várias correntes partidárias”. Como tal não tinha sido possível, julgava o novo governo apto a “realizar um esforço profícuo”, apelando para que os republicanos, mesmo aqueles que não tivessem contribuído para

⁸⁹³ *O Mundo* 02-12-1921

⁸⁹⁴ *A Capital* 04-11-1921

⁸⁹⁵ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, factionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp.296-297

⁸⁹⁶ Cunha Leal, *As Minhas Memórias*. Edição do autor, 1967, Vol. II, p. 310

sua formação, pudessem “facilitar a sua obra”, até porque o seu programa era “em grande parte” constituído por artigos de “programas partidários”⁸⁹⁷.

A tendência para neutralizar o carácter radical do executivo, que a *Capital* considerava como “outubrista moderado”⁸⁹⁸, era também acentuada pelo seu presidente que, na sua tomada de posse, perante a insistência de um “funcionário público e revolucionário civil”, para que fosse cumprindo o “programa dos revolucionários”, respondeu que “não podia garantir a completa execução do programa”, provocando logo um “certo rumor na sala”⁸⁹⁹. Em entrevista ao *Século*, Maia Pinto salientava que aquilo que os “revolucionários pretendem há muito que se encontrava dentro das aspirações dos vários partidos políticos”. Estes, não lhes “puderam dar execução, porque a política os embargava”. O governo, que se encontra livre de quaisquer compromissos que não sejam fazer obra patriótica e republicana, procurará dar corpo a essas aspirações”. Programa “revolucionário não há”, acrescentava: “Há é o espírito revolucionário”⁹⁰⁰. Estas declarações provocaram o repúdio imediato das forças radicais que tutelavam a governação, não demorando a lançar um comunicado onde acusavam o executivo de não “corresponder às aspirações dos revolucionários por não ter perfilhado o seu programa”⁹⁰¹.

Uma das primeiras medidas do governo de Maia Pinto foi obter a dissolução do parlamento, sendo marcadas eleições para o dia 11 de Dezembro. Esta medida entrou em choque com os principais partidos que, afastados da governação, não podiam tolerar que fossem os outubristas a realizar e a controlar as eleições, possibilitando, deste modo, que conseguissem influenciar a constituição e a composição do futuro parlamento, preponderando-se no poder. O PRP manifestava o seu repúdio pela situação, sobretudo através d’*A Tribuna*, órgão democrático do Porto, dirigido por José Domingues dos Santos que não se coibia de criticar duramente o executivo⁹⁰². O PRP afastava qualquer hipótese de compromisso com os outubristas, planeando mesmo irradiar das suas fileiras os principais líderes da revolta, como Manuel Maria Coelho, fazendo exasperar o *Mundo*, que acusava o Directório do PRP de que só poucos dias antes da eclosão do movimento Outubrista, “de que aliás tinha largo conhecimento,

⁸⁹⁷ *Diário de Lisboa* 04-11-1921

⁸⁹⁸ *A Capital* 04-11-1921

⁸⁹⁹ *Diário de Lisboa* 05-11-1921

⁹⁰⁰ *O Século* 07-11-1921

⁹⁰¹ *O Mundo* 11-11-1921

⁹⁰² António José Queiroz, *José Domingues dos Santos: o defensor do povo: 1887-1958*, Lisboa, Assembleia da República, 2012, pp.73-75

resolveu” combater a política do governo anterior. “Quem sabe mesmo”, afiançava o *Mundo*, se o Directório teria evitado as “tremendas desgraças, as sangrentas e tremendas desgraças que se deram, se outra tivesse sido a sua atitude desde a falência política e administrativa do governo Granjo”. O Partido Liberal, por seu lado, acusava várias organizações políticas, entre os quais o grupo dissidente, de terem dado origem ao movimento revolucionário de trágicas consequências. O *Mundo* aprestou-se logo a garantir que os dissidentes não “tiveram a menor intervenção nesse movimento”, frisando até que “coisa alguma temos com o «grupo» a que preside o sr. Domingos Pereira, que muito queremos e consideramos, embora com S.Ex^a não tenhamos quaisquer ligações partidárias”⁹⁰³.

Nas suas memórias, Cunha Leal recordaria que o “gabinete de Maia Pinto procurava, de facto, sacudir aquela tutela revolucionária mas continuava a ser indiscutível a sua inviabilidade no plano nacional”⁹⁰⁴. Tentando servir de equilíbrio entre dois pólos, dentro e fora do executivo, que se tornavam antagónicos, o governo viveu em crise contínua desde a sua tomada de posse. Como definia a *Capital*, de um lado encontravam-se os outubristas moderados, partidários de uma “política de aproximação e conciliação” com as forças constitucionais. Do outro, estavam os outubristas mais radicais, que pretendiam “o cumprimento integral do programa revolucionário, com saneamento imediato do funcionalismo civil e militar e a redução do Exército à sua mais simples expressão”⁹⁰⁵. O Presidente da República teve de admitir, mais tarde, que transigiu com a situação e com as medidas que a “revolução, que se mantinha em armas”, reclamava por ser a “única maneira de conseguir um equilíbrio de momento, evitando a conflagração nacional, que estava iminente”⁹⁰⁶.

A revolução outubrista, seguida dos bárbaros assassinatos, tinha feito exacerbar, em grande parte da sociedade e da opinião pública, o seu espírito conservador, o descrédito contra os políticos e as forças partidárias, a repulsa pelas revoltas constantes, sendo feito um apelo firme para que houvesse ordem⁹⁰⁷. O exército, com Gomes da Costa na linha da frente, começava também a mobilizar-se, dando mostras de

⁹⁰³ *O Mundo* 08-11-1921

⁹⁰⁴ Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, Edição do autor, 1967, Vol. II p. 312

⁹⁰⁵ *A Capital* 13-12-1921

⁹⁰⁶ António José de Almeida, *Quarenta anos de vida literária e política* Lisboa, J. Rodrigues & C.^a 1934 Vol. IV, p.177

⁹⁰⁷ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, factionalismo e a descrédibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 283-292

impaciência pela deriva revolucionária do regime⁹⁰⁸. Esta reacção conservadora provocou imediatamente uma séria crispação entre as hostes mais radicais. Armando de Azevedo, um dos revolucionários com maior preponderância, lembrava à *Capital* que os “elementos do 19 de Outubro têm força suficiente para oporem uma barreira de ferro às suas ambições políticas”, assim como os “elementos extremistas”, os quais “no caso de se vir a dar um movimento revolucionário conservador, se ligariam a nós para o sufocar, realizando em seguida a greve revolucionária!” Os conservadores que se “acautelem” para evitarem o “derradeiro abismo”. Os “políticos” tinham de se aliar às “camadas populares”, acentuava, concluindo que foi devido a “esse divórcio do povo que António Granjo e outros deixaram de existir, fique você certo”⁹⁰⁹.

Perante este medir de forças, *O Mundo*, tentando servir de intermediário entre as duas partes, considerava que “uns e outros andam separados da razão neste momento em que se torna indispensável convergir forças republicanas para a obra comum a realizar”⁹¹⁰. A enorme tensão obrigou, no entanto, os três maiores partidos a entenderem-se, encetando negociações com vista a um acordo político que viabilizasse uma solução governativa e eleitoral⁹¹¹. Este diálogo era aplaudido pelo *Mundo* que fazia menção á união de todos os republicanos como o seu grande objectivo. “Imposta pelo medo⁹¹²”, a “frente única”, pacto assinado a 27 de Novembro de 1921, entre democráticos, liberais e reconstituintes, pugnava por um regresso à normalidade constitucional, através de um “Programa de Realizações Imediatas” que viabilizasse um governo com condições mínimas de estabilidade⁹¹³. Por outro lado, tinha sido aprovado um acordo pré-eleitoral para que as eleições fossem realizadas “de forma a obter um elenco condigno e proporcional à importância política de cada um dos três maiores partidos”, recordaria, anos mais tarde, António Maria da Silva⁹¹⁴. Ao definir de antemão os resultados eleitorais, deixando de fora as outras forças políticas, o acordo foi logo

⁹⁰⁸ António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, vol. I, pp. 200-207

⁹⁰⁹ *A Capital* 21-11-1921

⁹¹⁰ *O Mundo* 20-11-1921

⁹¹¹ João Manuel Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a I República (1920-1923)* tese de mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp.396-400

⁹¹² Cunha Leal, *As Minhas Memórias*. Edição do autor, 1967, Vol. II, p. 318

⁹¹³ Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas: o campo partidário republicano português (1910-1926)* imprensa da Universidade, Coimbra, 2008

⁹¹⁴ AA.VV., In *Memórias Álvaro de Castro*, Lisboa, 1947 p.134

alvo de fortes críticas⁹¹⁵. Os outubristas requeriam um largo conjunto de deputados no futuro parlamento para manterem a sua influência política. Os dissidentes não tinham sido convidados a participar na elaboração da frente única, exasperando o *Mundo* que, clamando contra a “ditadura dos dirigentes⁹¹⁶”, criticava duramente o pacto alcançado num momento em que o grupo dissidente estava muito próximo de reingressar no PRP. O *Mundo* acusava os directórios dos partidos signatários do pacto de quererem continuar o mesmo tipo de política exclusivista, recordando que o “PRL foi para o poder com o franco apoio do PRP”, tendo-se conservado no governo com “devotado apoio” por parte do PRP, “sem incomodada oposição do Partido Reconstituente”⁹¹⁷. Um membro dos reconstituintes, quando questionado sobre a ausência do Grupo Dissidente, haveria de lembrar à *Capital* que eles não tinham uma “organização e um programa definidos e nem mesmo um directório do partido...”⁹¹⁸

4.2 O Retorno ao PRP

Apesar da atitude ambígua do *Mundo* sobre os acontecimentos que assombraram Outubro, a figura do líder dissidente tinha sido poupada. Após a revolução, alguns jornais anunciaram o seu abandono da vida política. Desmentindo essas notícias, Domingos Pereira afirmava que “neste momento difícil, nenhum político tem o direito de desertar do seu posto, para escapar a responsabilidades passadas, presentes ou futuras”. Esta declaração, salientava o *Diário de Lisboa*, “merece registar-se porque denota que o desânimo não é tão geral, como pretendem insinuar alguns corvos que, porventura, aguardam a sua hora de regabofe livoroso, pútrido”⁹¹⁹. A *Capital* também sublinhava as declarações de Domingos Pereira e a forma como “activamente e desinteressadamente” tinha auxiliado o Presidente da República na formação do governo de Maia Pinto⁹²⁰. A *República*, órgão afecto a António Granjo, declarava igualmente que Domingos Pereira era um “ilustre homem público que sempre soube

⁹¹⁵ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, “O clientelismo partidário durante a I República: o caso do Partido Reconstituente (1920-1923)”, in *Análise Social*, vol. XXXII, n.º 140, 1997, p. 67

⁹¹⁶ *O Mundo* 25-11-1921

⁹¹⁷ *O Mundo* 01-12-1921

⁹¹⁸ *A Capital* 07-12-1921

⁹¹⁹ *Diário de Lisboa* 05-11-1921

⁹²⁰ *A Capital* 04-11-1921

fazer política com correcção e lealdade, pelo que conta em todos os seus próprios adversários verdadeiros amigos pessoais”⁹²¹.

Domingos Pereira dava mostras de procurar uma reconciliação partidária. Em entrevista ao *Século*, dissertou sobre a solução do problema político português, que passava por “todos os cidadãos porem de parte egoísmos - e a nossa terra está cheia d’eles! - todos os partidos porem de parte vaidades, ambições. Unamo-nos, abatamos bandeiras partidárias, esqueçamos divergências doutrinárias, ódios pessoais, rivalidades. Só assim será possível opor uma muralha forte à onda formidável de indisciplina geral, de horrível agitação que está dissolvendo a Nação. A República é garantia da ordem e da disciplina. Pois que todos se juntem em volta da República”. Para a governar não bastava o “esforço e o patriotismo de um partido”. Era preciso “o esforço e o patriotismo de todos, porque a tarefa é pesada e imensa. Suspendam-se as discórdias entre republicanos, porque a eles compete dar o exemplo da união entre portugueses, para que todos, de mãos dadas, possam empenhar-se na luta pela ordem, pela disciplina, pela tranquilidade dos espíritos. Estabelecidas estas, tomem os partidos os seus lugares aparte. Mas, antes, não”. No final da entrevista, Domingos Pereira reiterava que era um “conciliador e a acusação não me molesta. É de conciliação que se necessita! (...) Abandonemos de vez as revoluções! É necessário persistir, para que os ódios desapareçam e os políticos acusados de «criminosos» da pior espécie, apodados tanta vez dos mais infamantes epítetos, não sejam considerados honestos e virtuosos apenas quando, fulminados por balas assassinas que uma atmosfera envolvente de calúnias fabricou, tombam para todo o sempre na Morte, deixando aos seus, em herança única, a Miséria e a Saudade”⁹²². Esta entrevista foi igualmente vista com agrado na *Opinião*⁹²³ e no *Diário de Lisboa* que saudava o líder dissidente que “atravessava uma fase da vida política em que a verdade patriótica é o verdadeiro pão do seu espírito”⁹²⁴.

Domingos Pereira ambicionava regressar ao PRP e contava levar consigo um grande trunfo: Cunha Leal. Pela forma como tinha tentado de todas as formas defender a vida de António Granjo, durante a Noite Sangrenta, Cunha Leal tinha adquirido uma grande áurea na opinião pública, sendo visto com muita simpatia e heroicidade por quase toda a imprensa. Para o Presidente da República, Cunha Leal seria a última esperança de conseguir realizar, pacificamente, a transição do período revolucionário

⁹²¹ *República* 10-12-1921

⁹²² *O Século* 26-11-1921

⁹²³ *Opinião* 27-11-1921

⁹²⁴ Cf. *Diário de Lisboa* 26-11-1921,

outubrista para a normalidade constitucional. Segundo as suas memórias, Domingos Pereira e Vasco Borges procuram-no, pois pensavam reintegrar o “velho PRP e desejavam-no fazer sob a minha égide, se eu me resolvesse a dar-lhe uma adesão simultânea”. Era uma “proposta excepcionalmente honrosa e porque não dizê-la – sedutora”. Seguindo o seu relato, os dois membros mais proeminentes do grupo dissidente garantiam que iriam empregar os seus mais “árduos esforços para levarem aquele Partido a colocar-se sob a minha direcção com a finalidade da conquista, para a democracia portuguesa, de maior prosperidade material e espiritual”. Cunha Leal, porém, deu uma “rotunda negativa” a esse convite pois desejava afastar-se da “actividade política”, para além de achar que o movimento de 19 de Outubro tinha tido o “incitamento e a importante contribuição de muitos elementos do PRP”. Depois de uma fase de “esquerdismo desordenado”, Cunha Leal achava que a vida política devia passar por um “conservantismo esclarecido”. Mais tarde, haveria de reconhecer que a recusa daquele convite revelou-se no “maior erro” da sua “vida”⁹²⁵.

O futuro político do grupo dissidente permanecia incerto. No final de Novembro, a *Capital* já o considerava “virtualmente” “reabsorvido” pelo PRP⁹²⁶. O processo precipitou-se com a adesão de Joaquim de Oliveira aos reconstituintes, declarando que esse partido era o único, “depois do Democrático, que está identificado com uma notável corrente de opinião republicana”. Segundo ele, isso tinha sido demonstrado pelo fracasso que o Grupo Dissidente, os populares e o Núcleo Regionalista do Norte tinham experimentado nas últimas eleições. Até o Partido Liberal devia a sua vitória a “combinações eleitorais pouco lisonjeiras”. Na missiva pública a Domingos Pereira, Joaquim de Oliveira relatava-lhe que desde o princípio o tinha aconselhado a fundir o seu grupo dissidente com os reconstituintes de Álvaro de Castro. A “dispersão”, para ele, tinha sido a causa de todos os males⁹²⁷.

As reuniões dentro do grupo sucediam-se. A *Capital* notava o “pouco entusiasmo” que alguns membros dissidentes demonstravam com o regresso ao PRP. Havia ressentimentos antigos. Não era “certo” que todos o fizessem. Aproximavam-se eleições e a situação tinha de ser clarificada. Quanto a Domingos Pereira, faltava-lhe apenas achar o “*modus faciendi*” político próprio da sua “alta categoria”. O vespertino especulava que ele seria de novo presidente da Câmara dos Deputados e reentraria no

⁹²⁵ Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, Edição do autor, 1967, Vol. II, pp. 312-313

⁹²⁶ A *Capital* 19-11-1921

⁹²⁷ A *Pátria* 24-11-1921

Directório do seu partido num congresso próximo. Segundo a *Capital*, tinha sido o “gesto” assumido por Joaquim de Oliveira que tinha feito “repercussão” no “ânimo” de Domingos Pereira em aconselhar os “seus amigos” do distrito de Braga em reentrarem no PRP. “Como consequência prática verifica-se a seguinte: o Distrito de Braga passou a ser um baluarte inexpugnável dos democráticos”⁹²⁸. No resto do país, os dissidentes “ainda não assentaram definitivamente no regresso em massa ao PRP, se bem que tal ideia seja partilhada por quase todos eles”. A decisão final seria tomada no dia 28 de Novembro, numa assembleia cuja ordem de trabalhos se previa a “apreciação da situação política e resoluções a tomar perante os problemas nacionais”⁹²⁹.

Após a reunião, o *Mundo* relatava, de uma forma muito sucinta que, depois de uma “longa discussão”, tinha sido resolvido dar uma “nota de confiança” a Domingos Pereira para determinar a “futura posição dos dissidentes na política nacional”⁹³⁰. A *Capital* observava que a resolução tinha sido aprovada por uma “muito relativa maioria”⁹³¹. Já a *Opinião* acrescentava que a reunião tinha sido “agitada, mesmo violenta”, sendo discutidas três hipóteses: a “conservação da dissidência”, a sua “dissolução”, ou, então, a sua “junção aos reconstituintes”⁹³².

Algumas horas depois de ser concluída a assembleia, na manhã do dia 29, Domingos Pereira concedeu uma entrevista muito franca ao *Diário de Lisboa*: “Não me afastei do Partido Democrático porque divergisse dos seus agrupados ou tivesse ambições... Não! Era com os processos, com a tática do Directório que eu não concordava...” Fazia questão de frisar que a “dissidência democrática” nunca tinha hostilizado o PRP; “nunca fez guerra a qualquer dos seus agremiados; defendeu sempre o programa do velho partido...” Como clarificava: “Se quisesse formar partido, certamente que teria lançado ao país um manifesto e feita a minha propaganda...” Segundo Domingos Pereira, ao logo desse ano, já por várias vezes, os dissidentes tinham sido convidados “directa e indirectamente” a reingressar no PRP, revelando até que tinha sido António Maria da Silva, em Abril, durante a cerimónia de trasladação do Soldado Desconhecido, e aproveitando “a ocasião do ambiente patriótico que então envolvia todo o país, para nos fazer um convite...”

⁹²⁸ A *Capital* 25-11-1921

⁹²⁹ A *Capital* 26-11-1921

⁹³⁰ O *Mundo* 29-11-1921

⁹³¹ A *Capital* 29-11-1921

⁹³² A *Opinião* 30-11-1921

A questão principal, que se colocava, como a que lhe fazia o seu “importante” “eleitorado de Braga”, era se a “dissidência tinha ainda finalidade...” Nesse sentido, arredadas “aquelas razões que me levaram a sair”, vendo a “hora excepcional do perigo que a República atravessa”, Domingos Pereira pensou reingressar “num dos dois partidos”: o PRP e o reconstituente. A “dissidência esteve sempre colocada entre os dois. De resto os programas desses partidos, poucas diferenças têm...”

A situação, porém, não era de total sintonia com o seu velho partido. Os dissidentes não queriam sofrer vexames nem humilhações. Domingos Pereira revelou que o voto de confiança obtido, na última assembleia do grupo dissidente tinha algumas “restrições”: “entrar com todas as honras no PRP, observando-se sempre o máximo republicanismo...” Domingos Pereira admitia que caso não lhe fossem feitas todas as satisfações ingressariam “noutro partido...”, Questionado sobre “frente única”, mostrava o seu descontentamento, lamentando o facto dos dissidentes, assim como os socialistas, reformistas e populares não terem sido contactados para a sua elaboração⁹³³.

Para Domingos Pereira, reingressar no PRP, juntamente com Cunha Leal, seria a forma de mascarar o fracasso da dissidência e pugnar novamente dentro do partido, pelo seu controlo, com um aliado de peso que, muito presumivelmente seria o escolhido do Presidente da República para formar governo. O fracasso desta iniciativa acabou por fazê-lo “retornar com certo ar de contrição”, recordará Cunha Leal⁹³⁴.

A maior parte dos deputados dissidentes, com excepção de alguns nomes mais sonantes, como Joaquim de Oliveira, acabaram por reingressar no PRP sem grandes dificuldades. As bases dissidentes não tiveram a vida tão facilitada. A imprensa não deixava de relatar que, dentro do PRP se procuravam criar bastantes dificuldades no seu regresso exigindo, por exemplo, que reentrassem, um a um, com nova inscrição, num processo que se arrastaria até ao final do ano⁹³⁵.

O fim da dissidência coincidiu com o agravar da tensão entre os moderados e os mais radicais que disputavam entre si o controlo político do regime. Os outubristas revolucionários não queriam ceder de forma alguma o seu poder, extremando-se posições, requerendo até a formação de um novo governo radical presidido por Mesquita de Carvalho⁹³⁶. Sem grande autoridade, Maia Pinto, que tinha manifestado o

⁹³³ *Diário de Lisboa* 29-11-1921

⁹³⁴ Cunha Leal, *As Minhas Memórias* Edição do autor, 1967, Vol. II, p.191

⁹³⁵ *O Século* 28-11-1921

⁹³⁶ Cf., por exemplo, *Diário de Lisboa* 13-12-1921

desejo de realizar eleições sem interferência governamental⁹³⁷, procurava agora, numa política de compromisso, garantir a sobrevivência dos outubristas ao providenciar que no futuro parlamento fossem eleitos um conjunto de deputados escolhidos pelo governo⁹³⁸. Esta estratégia entrava em confronto com os restantes partidos que tinham assinado o pacto da frente única. Alguns membros do PRP, como José Domingues dos Santos, chegaram a requerer que fosse reunido fora de Lisboa o anterior Congresso, eleito em 1921, entretanto dissolvido⁹³⁹. Sem acordos definidos, e com o aproximar da data das eleições, num clima cada vez mais hostil, perante ameaças reiteradas dos revolucionários civis, em voltar a usar métodos violentos para formar um governo radical, as eleições acabam por ser adiadas para o dia 8 de Janeiro, com a anuência do Presidente da República: “Foi este o maior golpe que vibrei na Constituição”, haveria de reconhecer António José de Almeida. Apesar disso, o “adiamento foi uma válvula de segurança por onde se escapou, como por encanto, uma grande parte da tensão revolucionária, que não tinha ainda, após o 19 de Outubro, afrouxado na sua expansiva”. “A não se tornar uma providencia suprema”, considerava, a “revolução armada era nesse momento inevitável, e, coisa pior, uma parte dela, que era acessória mas a mais temível, sairia para a rua, fora de toda a responsabilidade dos chefes, sem nexos, epiléptica e alucinada, arrastando Lisboa para as lúgubres bacanais da sedição, e, depois, forçosamente, o País para os horrores da guerra civil”⁹⁴⁰.

O adiamento das eleições permitia ganhar tempo, tanto para Maia Pinto, como para António José de Almeida, que esperava ansiosamente a resposta de Cunha Leal ao seu apelo para que interviesse⁹⁴¹. O clima de hostilidade continuava a grassar. Como sintetizava a *Capital*, se a crise governativa persistisse, seria “quase insolúvel, porque os partidos não se sentem com força para governar e porque os elementos mais combativos do outubrismo não permitiriam uma revolução que lhes fosse adversa”⁹⁴². As duas correntes mediam forças entre elas. O “choque entre as duas facções está iminente”, declarava a *Capital*: “O que se procura, hoje, é evitá-lo, negociando-se uma plataforma mínima de execução imediata quanto a reformas de administração”⁹⁴³. “Tudo eram sombras e incertezas”, definia Cunha Leal: “a República agonizava”, a “Província,

⁹³⁷ Cf., entrevista de Maia Pinto ao *Diário de Lisboa* 21-11-1921

⁹³⁸ Cf., entrevista de Maia Pinto ao *Diário de Lisboa* 07-12-1921

⁹³⁹ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense editora, 154, pp 320-321

⁹⁴⁰ António José de Almeida, *Quarenta anos de vida literária e política* Lisboa, J. Rodrigues & C.a 1934 Vol. IV, pp.177-184

⁹⁴¹ Cunha Leal, *As Minhas Memórias* Edição do autor, 1967, Vol. II, pp.310-313

⁹⁴² *A Capital* 05-12-1921

⁹⁴³ *A Capital* 12-12-1921

exausta de paciência, teimava em marchar sobre Lisboa”, onde as “feras ululavam rondando os Ministérios. Mais um passo, para a frente, dos contra-revolucionários, e Lisboa tornar-se-ia presa fácil dos jacobinóides exaltados e de todas as feras sedentas de sangue”⁹⁴⁴.

Como forma de pressionar e obrigar rapidamente a um desfecho na crise, Vasco Borges e Costa Cabral pediram a demissão do governo. Os dissidentes, com o apoio velado do Presidente da República, tinham integrado o governo com o fim de facilitar a normalização do regime. Ao reingressarem no PRP, os ministros dissidentes acabaram por criar uma instabilidade maior no executivo, pois passavam a representar um partido em completa oposição aos outubristas. O governo de Maia Pinto, cada vez mais isolado e dividido, sofrendo fortes pressões de todas as forças políticas, entrava em “agonia”, apontava a *Capital*⁹⁴⁵, sem forças para lutar pela continuação da revolução ou para contê-la. Deste modo, Maia Pinto resolvia demitir-se, evocando “dificuldades que impossibilitam a sua marcha”⁹⁴⁶. Cunha Leal após alguns dias de impasse conseguiu organizar um governo que integrava os três maiores partidos, mantendo até, como medida de compromisso, um outubrista na Pasta da Marinha⁹⁴⁷. Vasco Borges, em entrevista, considerando a escolha de Cunha Leal, “acertadíssima”, assumia as suas “responsabilidades”, em relação ao fim do anterior governo, lembrando que o executivo de Maia Pinto “não podendo já pela sua situação em que se encontrava fazer o bem nem evitar o mal, tinha indicada a sua queda”⁹⁴⁸. A queda do governo de Maia Pinto coincidiu com o anúncio oficial do fim da dissidência. O *Mundo*, recordava que “por motivos que são conhecidos”, o afastamento de um “grupo importante” de “republicanos prestimosos”, com “larga folha de serviços” e “decisiva influência eleitoral em alguns círculos”, que tinham provocado um grande “enfraquecimento” no partido que continuava a ser o mais “decidido e eficaz esteio” da República, apesar dos “erros praticados pelos seus dirigentes”. O enfraquecimento do PRP, não podia ser “indiferente à rota normal do regime”, interessando apenas aos “inimigos das instituições” que especulavam “cobiçosos” a desunião dos republicanos. A “hora grave soou”. Perante o perigo, seria necessária a “congregação de esforços”. Deste modo, os dissidentes tinham esquecido “ressentimentos”, posto de lado “prevenções” e

⁹⁴⁴ Cunha Leal, *Eu, os políticos e a Nação*, Lisboa: Portugal-Brasil Soc. Ed., 1926, p.137

⁹⁴⁵ *A Capital* 13-12-1921

⁹⁴⁶ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense editora, 1954, p. 321

⁹⁴⁷ Luís Farinha, *Cunha Leal: deputado e ministro da República: um notável rebelde*, Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República: Texto, 2009, pp.127-135

⁹⁴⁸ *Diário de Lisboa* 17-12-1921

“espontaneamente” tinham reingressado no velho partido, sem “exigências, honrada, dignamente, ombro a ombro com os antigos correligionários, para que o apoio à República fosse mais eficaz”, num “acto que muito enobrece esse grupo estruturalmente republicano”⁹⁴⁹.

A constituição de um governo presidido por Cunha leal possibilitou a organização das eleições legislativas, realizadas em Janeiro de 1922. Domingos Pereira apresentou a sua candidatura, por Braga, novamente pelo PRP, sendo esperada a sua eleição sem grandes dificuldades. Como referia a *Vitória*: “Braga são os domínios do sr. Dr. Domingos Pereira. Triunfo do PRP assegurado, naturalmente, pelo reingresso deste político nas hostes democráticas. O bom filho à casa torna”⁹⁵⁰. O *Mundo*, no entanto, não se tornaria de novo o órgão oficioso do PRP, nem mesmo de Domingos Pereira. Carlos Trilho abandonou a direcção do jornal que, no princípio de Janeiro de 1922 encerrou para uma “profunda remodelação” durante alguns meses. Os principais jornalistas, como José do Vale, transitam para o novo órgão oficial do PRP, o *Rebate*. O *Mundo*, quando reapareceu, sob a nova direcção de Urbano Rodrigues, mostrava-se cada vez mais próximo da facção esquerdista do partido, que se começava a agrupar em torno de José Domingues dos Santos.

No começo da nova legislatura, a 20 de Fevereiro, “como se previa”⁹⁵¹, Domingos Pereira foi eleito Presidente da Câmara dos Deputados⁹⁵², recebendo cumprimentos amistosos de todos os lados da câmara, inclusivamente por parte dos monárquicos, com Carvalho da Silva a elogiá-lo como “uma pessoa que pelos primores da sua gentileza consegue quebrar dificuldades e arestas, ainda mesmo quando as paixões políticas sejam muito exacerbadas”. No seu discurso, Domingos Pereira reflectia que era “indispensável que todos nós, portugueses, façamos o propósito de prestigiar a Pátria, de a defender, dando o exemplo da ordem, no meio duma sociedade tão irrequieta.”⁹⁵³. Quando a actividade parlamentar estava cada vez mais desacreditada, Domingos Pereira fazia questão de lembrar ao *Diário de Lisboa* que mais valia “um mau Parlamento que uma boa ditadura”⁹⁵⁴.

⁹⁴⁹ *O Mundo* 14-12-1921.

⁹⁵⁰ *A Vitória* 14-01-1922

⁹⁵¹ *A Capital* 20-02-1922 *A Capital* já assegurava, desde o dia 15, que Domingos Pereira seria eleito por “grande maioria”. *A Capital* 15-02-1921

⁹⁵² *Diário da Câmara dos Deputados* 20-02-1922 p.8

⁹⁵³ *Diário da Câmara dos Deputados*, 23-02-1922 pp. 4-6

⁹⁵⁴ *Diário de Lisboa* 23-10-1922

Como Presidente da Câmara dos Deputados, Domingos Pereira procurava estimular um maior entendimento e cordialidade nas relações entre os partidos no sentido de serem moderadas as paixões políticas. A 2 de Março, a propósito de uma homenagem aos parlamentares assassinados na Noite Sangrenta, lembrava que a “fúria obstinada e louca de ruins instintos em desordem, a bárbara injustiça que os feriu não é apenas a obra tenebrosa dos que com crueldade estupenda lhes arrancaram a vida. Essa injustiça sanguinária, insaciável, implacável, é também a resultante de longa e estonteadora luta em que portugueses se vêm debatendo; luta que tanta vez atinge o aspecto e as proporções duma infundável guerra de extermínio; luta estranha e tão obcecante que, dir-se-ia, entre nós as ideias são delitos, e as opiniões são, crimes”⁹⁵⁵.

No congresso do PRP, que se realiza em Abril de 1922, Domingos Pereira foi eleito para a junta consultiva do partido⁹⁵⁶ e, em Novembro, voltava a fazer parte de um executivo, liderado por António Maria da Silva, ocupando a pasta dos Negócios Estrangeiros.

4.3-Ministro dos Negócios Estrangeiros

Como ministro dos Negócios Estrangeiros, Domingos Pereira continuou a política desenvolvida desde o consulado de Sidónio Pais, quando se reataram as relações com a Santa Sé, no sentido de ser mantido um *Status Quo* de respeito mútuo⁹⁵⁷. Numa missiva ao representante português em Roma, Domingos Pereira referia que “as relações da República com a Santa Sé devem continuar a ser não só de cortês entendimento, mas de mútuo desejo de conciliação, mas para isso é indispensável que a Santa Sé consiga o necessário acatamento às suas ordens por parte do clero português”, recomendando “que a Santa Sé faça pressão para que não continue por parte do epistolado português a hostilidade contra a República, que a escolha dos prelados seja feita de acordo com o acordo do governo da República e não por simples comunicação cortês”⁹⁵⁸. Apesar de regressar ao poder, o PRP nunca mais enveredou por uma política de conflito aberto com a Igreja. Domingos Pereira, no entanto, mantinha-se

⁹⁵⁵ *Diário da Câmara dos Deputados* 02-03-1922 p.13

⁹⁵⁶ *O Rebate* 25-04-1922

⁹⁵⁷ Sobre as relações entre Portugal e a Santa Sé neste período, CF. Bruno Cardoso dos Reis, “A Primeira República e o Vaticano (1910-1926): a sombra inglesa e o peso do império”. in Filipe Ribeiro de Meneses, Pedro Aires de Oliveira (Eds.), *A Primeira República Portuguesa: diplomacia, guerra e império*, Lisboa: Tinta-da-china, 2011, pp. 141-178

⁹⁵⁸ AHD- MNE – 3P, A11 M329 18-01-1921

intransigente na defesa de que a Santa Sé, como referia noutra missiva, se mantenha neutra politicamente na escolha dos bispos, pois um “alto clero hostil às instituições obriga-nos a aceitar a luta, por não estarmos dispostos a Viagem a Canossa”⁹⁵⁹

A ambição dos vários executivos do pós-guerra seria conseguir que a Santa Sé fizesse pressão para que os bispos portugueses acatassem o novo regime, não o hostilizando. Por outro lado, desejava-se manter alguns costumes que provinham da monarquia⁹⁶⁰, como o *Ralliement*, o visto prévio sobre os bispos que Roma quisesse nomear para as dioceses. Uma das grandes vitórias para o regime foi a carta encíclica do papa Bento XV, de 18 de Dezembro de 1919 dando como que o beneplácito ao sistema republicano português, defendendo que a Igreja devia exortar os fiéis a obedecer àqueles que exercem o poder, seja qual for a forma de governo, ou a Constituição Civil do País⁹⁶¹. Domingos Pereira mostrava a sua satisfação por este “ponto importante conquistado para a concórdia nacional”, numa comunicação ao representante na Santa Sé, reiterando a “possibilidade de vivermos em paz, cada um na esfera das suas atribuições, na leal execução da Lei da Separação do Estado das Igrejas”. O clero devia manter uma “neutralidade política”. No fundo, para Domingos Pereira, o seu desejo seria “afastar os católicos dos monárquicos”⁹⁶².

Essa ambição revelou-se também no plano político. Domingos Pereira desejava um entendimento mais estreito com o Centro Católico. Em 1928 reconhecia que se a “acção dos deputados católicos perdurasse na vida política nacional, dirigida como era no alto sentido do respeito à lei e na tenaz defesa das genuínas liberdades tão dificilmente conquistadas através das lutas que a História regista, a causa do «Centro Católico» em Portugal ganharia progressivamente vantagens, arredados cada vez mais excessos que tiveram a sua génese em horas agitadas, próprias dos estremecimentos bruscos das sociedades, dos erros comuns, mas inexplicáveis e impossíveis na tranquila e normal evolução dum povo”⁹⁶³.

Como ministro dos Negócios Estrangeiros, Domingos Pereira ficou conhecido por ter negociado a imposição do barrete cardinalício ao cardeal Lochatelli. O ministro que, na realidade, sugeriu esse projecto e organizou a sua concretização foi Júlio

⁹⁵⁹ AHD- MNE – 3P, A11 M329 24-02-1921

⁹⁶⁰ Bruno Cardoso dos Reis, Sérgio Ribeiro Pinto “República e Religião, ou a procura de uma separação”. Luciano Amaral (Org.) – *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 141-183

⁹⁶¹ António de Araújo, *Sons de sinos: Estado e Igreja no advento do salazarismo* Coimbra, Tenacitas, 2010 p. 739

⁹⁶² AHD- MNE – 3P, A11 M329 21-04-1921

⁹⁶³ Cf. Prefácio a Juvenal de Araújo, *Trabalhos Parlamentares*, Tip. Diário da Madeira, Funchal, 1928

Dantas, durante o governo de Cunha Leal⁹⁶⁴. Esse empenho seria continuado pelos ministros que lhe sucederam: Barbosa de Magalhães e Domingos Pereira, que ascendeu a ministro em Novembro, pouco tempo antes da cerimónia, que se realizou em Janeiro de 1923, apenas tendo tratado dos processos finais da negociação. Ele próprio homenageou o responsável pelo processo, num jantar organizado em sua honra, lembrando que “é ao dr. Júlio Dantas, antigo ministro dos Estrangeiros, que se deve o facto, altamente significativo para a honra e para e para o prestígio – não da República apenas – mas da Nação portuguesa, da imposição do barrete cardinalício ao Núncio. Este facto, que desgosta o espírito dos jacobinos, é uma afirmação do amor que os políticos das República têm à honra e às tradições universais da pátria. Mal de nós se se quiser levar o regime para um campo isolado do resto do mundo que nos cerca”⁹⁶⁵.

Dos esforços do ministro na normalização das relações com a Igreja, ao longo das várias vezes que ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros, o *Século* reconhecia que Domingos Pereira, mostrando “as suas distintas qualidades de Homem de Estado, preferindo a defesa dos interesses nacionais à popularidade fácil entre as camadas ultra-radicais do seu partido e entre a vasta multidão anticlerical que é um dos mais fortes e eficazes esteios das instituições”⁹⁶⁶.

Até 1925 a vida partidária de Domingos Pereira será mais discreta. Nesse ano, apesar da vitória sobre as forças revoltosas, que tentaram dominar o país através de uma tentativa de golpe de estado, a 18 de Abril, a estabilidade política não ficou assegurada. Embora sendo debelada, a revolta, contou, pela primeira vez, com a intervenção de altas patentes do exército. A derrota de 18 de Abril acabou por marcar a contagem decrescente até à vitória de 28 de Maio de 1926. A fragilidade do regime tornava-se cada vez mais evidente, agravada por uma nova luta em torno da liderança do PRP protagonizada José Domingues dos Santos e António Maria da Silva⁹⁶⁷. O congresso do PRP ia ser o palco da disputa entre as duas facções. Essa assembleia ia marcar também regresso de Domingos Pereira como membro efectivo do Directório. No seu discurso, e perante a fragmentação do partido, pedia respeito para aqueles que, divergindo de “opiniões”, não deveria divergir de “princípios”. Acima de tudo, devia

⁹⁶⁴ Luís de Oliveira Guimarães, *Júlio Dantas. Uma vida. Uma obra. Uma época*, Lisboa, Romano Torres, 1963, pp.229-233; Júlio Dantas, *Páginas de Memórias* Lisboa, Portugalia, 1968, pp. 177-187

⁹⁶⁵ *Diário de Notícias* 30-12-1922

⁹⁶⁶ *O Século* 07-07-1923

⁹⁶⁷ António José Queiroz, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*. Lisboa, Livros Horizonte, 2008

preconizar-se a “defesa” e a “integridade” da República, a união de todos os republicanos: “não travemos lutas que cheguem às raias do ódio. Não nos digladiemos numa obra que pode fazer com que a República corra perigo. Acolhamo-nos à bandeira da Pátria para que surja uma obra comum de defesa do progresso republicano”. Por outro lado, enfatizava que o PRP não podia querer para si o “monopólio odioso e injustificado da salvação da República”. O regime “não podia viver com um só partido”. Outras forças partidárias existiam para “exercer o poder”. Deste modo, e querendo deixar bem vincadas as palavras de “calma, justiça e de paz”, condenava “todas as intolerâncias”, apelando à cooperação de todos os “que honestamente queriam servir a República, até fora das fronteiras partidárias”⁹⁶⁸. Ao analisar o congresso, o *Diário de Lisboa* assinalava que o discurso de Domingos Pereira tinha sido “incontestavelmente” o mais elegante, o mais ponderado e o mais republicano de todo o congresso, para além de ter sido o único a conseguir os aplausos de todos os “grupos, de todas as correntes”⁹⁶⁹.

Este congresso acabou, no entanto, por marcar uma maior divisão, dentro do PRP, com a derrota da facção afecta a José Domingues dos Santos, num período crucial em que se começavam a mobilizar forças para as eleições gerais decisivas que deviam realizar-se no final desse ano. Quem controlasse e organizasse o processo eleitoral teria um poder fundamental na constituição das novas câmaras, na construção de uma maioria e no redimensionamento do espectro político. Desse modo, António Maria da Silva apressou-se a derrubar o governo de Vitorino Guimarães, querendo garantir o seu controlo no acto eleitoral seguinte.

Durante a crise ministerial, Domingos Pereira estava de partida para Paris. Em declarações ao *Diário de Lisboa*, recusou a ideia de poder formar um novo ministério, visto que, como Presidente da Câmara dos Deputados, e eleito “pelos votos de todos os partidos”, não devia ser a figura indicada para formar um governo “partidário”. Aceitaria apenas essa incumbência se fosse estritamente necessário, um “governo de concentração republicana ou de acalmação”⁹⁷⁰.

⁹⁶⁸O *Rebate* 09-06-1925, O *Século* 09-06-1925

⁹⁶⁹*Diário de Lisboa* 10-06-1925

⁹⁷⁰No entanto a sua figura era bem vista para formar governo, como declaram ao mesmo jornal, Carlos Olavo e Américo Olavo da Acção Republicana. *Diário de Lisboa* 27-06 -1925

5-III Governo-1925

As forças dentro do PRP que se opunham à liderança de António Maria da Silva, nomeadamente as que tinham perdido a disputa recente no congresso, não poderiam permitir que fosse ele o organizador das próximas eleições. De facto, o governo que António Maria da Silva conseguiu formar acabou por ser derrubado, menos de um mês depois, com o apoio fundamental de elementos do seu próprio partido, na maratona parlamentar que foi a sessão de 17 de Julho. Nesse dia, para evitar a queda do governo, que tinha sido sofrido uma moção de desconfiança quando bastantes deputados do PRP se encontravam ausentes, João Camoesas discursou 9 horas seguidas, sucedendo-lhe, Agatão Lança que discursou mais 4 horas. Esperava-se ansiosamente por um grupo de deputados, ausentes no Porto, para se rejeitar a moção que, não obstante, foi aprovada. Com o fim de evitar, por todas as formas, a demissão do seu executivo, António Maria da Silva fez votar, ao mesmo tempo, uma moção de confiança no Senado que foi aprovada com larga maioria. Com este trunfo e perante o impasse parlamentar, António Maria da Silva dirigiu-se ao Presidente da República para lhe pedir a dissolução do Parlamento. Teixeira Gomes, porém, recusou-se a conceder-lhe essa pretensão, obrigando o governo a demitir-se, depois de no dia 19 de Julho ter debelado um levantamento militar, chefiado por Mendes Cabeçadas.

Para formar um novo governo, o Presidente da República teve de contar com a oposição dos restantes partidos que esperavam a oportunidade de assumirem eles mesmo o ministério do Interior⁹⁷¹. Para além disso, António Maria da Silva, não iria facilitar a sua substituição. Perante o convite feito ao general Bernardo Faria, *O Rebate* anunciou logo que o Directório do PRP só aceitaria um governo de carácter partidário⁹⁷². O general acabou por desistir rapidamente do seu encargo, dado o desinteresse dos partidos políticos em ter à frente do governo um militar com ligações ao grupo de Álvaro de Castro. O presidente da República viu-se, assim obrigado a convidar Pedro Martins, como segunda opção, para iniciar conversações. Este diplomata, conotado com a ala mais à esquerda do PRP, observou igualmente que a sua

⁹⁷¹ Trindade Coelho explicava no *Século* que todos os partidos “pretendem, em nome da liberdade e do sufrágio, o Ministério do Interior. E porquê? Porque sabendo que o sufrágio não é livre, sabem também que a engrenagem eleiçoeira é esta, pouco mais ou menos: Partido elege Directório; Directório escolhe Ministério; Ministério compra Eleitor; Eleitor destapa Urna; Urna desentranha Maioria; Maioria assegura Governo; Governo distribui Benesse; Benesse engrossa Partido”. *O Século* 26-07-1925

⁹⁷² *O Rebate* 25-07-1925

incumbência não seria frutuosa. Em entrevista, declarou que tanto o Partido Nacionalista, como o PRP, se recusavam a aceitar um governo extrapartidário. Para Pedro Martins, a única solução, seria dissolver o parlamento e formar um governo “forte e homogéneo”, com energia suficiente para “arrostar com todas as consequências da guerra encarniçada que os partidos lhe moveriam...”⁹⁷³ Cunha Leal explicava, por sua vez que, desde a recusa de Teixeira Gomes em conceder a dissolução do Parlamento a Ginestal Machado, o PRP, depois de vários governos, “esgotou-se para mais soluções parlamentares”. A culpa, portanto, recaía no Presidente da República que não dava uma oportunidade ao Partido Nacionalista para governar. As soluções previstas: Bernardo Faria, com ligações a Álvaro de Castro e Pedro Martins, com ligações a José Domingues dos Santos, já faziam adivinhar o resultado: “duas incumbências fracassadas. Estava escrito”⁹⁷⁴.

A maior dificuldade estava no facto do líder do PRP não permitir que se organizassem eleições sem o seu controlo. Como clarificava a *Capital*, os partidários do PRP não aceitariam nenhuma solução que não fosse exclusivamente “democrático direitista”, obedecendo “incondicionalmente à vontade imperiosa” de António Maria da Silva⁹⁷⁵. Por outro lado, a facção “canhota” de José Domingues dos Santos, a Acção Republicana de Álvaro de Castro e os nacionalistas não aceitavam que fossem os “bonzos” a organizarem eleições, continuando desse modo o ciclo de vitórias do PRP. A crise governativa ia-se assim arrastando. Perante este impasse, o Presidente da República “teve de fazer sair da toca de grilos do PRP alguém que, pelos seus dons inatos de simpatia e de aprumo, merecia o respeito de todos os seus correligionários e, pela sua relativa imparcialidade, não iria pregar a *guerra santa* contra o *canhotismo*, agora travestido de *Esquerda Democrática*”, recordaria, nas suas memórias, Cunha Leal: “Esse alguém era – e não podia ser alguém senão ele- o dr. Domingos Pereira”⁹⁷⁶. O antigo chefe do governo era o “cidadão ilustre muito próprio para desengarrar a República”, avançava a *Capital*⁹⁷⁷. Quando se anuncia o seu nome, o *Rebate* advertia que essa devia ter sido logo a primeira opção do Presidente da República, pois ele era “com o consenso de todos, o político que pelo seu aprimorado porte de verdadeiro *gentleman*, consegue congraçar as opiniões mais divergentes, era a figura, que,

⁹⁷³ *Diário de Lisboa* 25-07-1925

⁹⁷⁴ *Diário de Lisboa* 25-07-1925

⁹⁷⁵ *A Capital* 24-07-1925

⁹⁷⁶ Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, edição do autor, Lisboa. 1967, Vol. II, p. 433

⁹⁷⁷ *A Capital* 25-07-1925

naturalmente, estava indicada para presidir a uma situação de concentração republicana. O que, com este objectivo, não conseguir o sr. Domingos Pereira, ninguém o fará”⁹⁷⁸. José Domingues dos Santos estava também convencido ser Domingos Pereira quem reunia as simpatias dos parlamentares de todas as facções, mas duvidava que ele conseguisse “remover a irredutibilidade absoluta em que acerca da crise se colocaram os partidos nacionalistas e o democrático, ou antes, do partido bonzo”⁹⁷⁹. O *Correio da Manhã*, jornal monárquico, também considerava a sua missão “impossível”, mas reconhecia igualmente que ele era, “sem dúvida”, o político republicano “que mais tem conseguindo fugir às irredutibilidades que separam as diversas facções do regime”⁹⁸⁰.

Segundo a nota oficiosa do Palácio de Belém, Domingos Pereira tinha recebido um mandato para formar um governo de “conciliação”⁹⁸¹. Encontrando-se em França, o Presidente da Câmara dos Deputados regressou a Lisboa, declarando ao correspondente do *Século*, em Paris, que procurava ir “buscar, de entre os elementos propícios do actual xadrez parlamentar, os homens capazes de me ajudarem a constituir o novo gabinete”⁹⁸². A tarefa não ia ser fácil. Apesar da aparente boa vontade demonstrada pelo PRP, O *Rebate* continuava a preconizar uma “solução estruturalmente partidária”, pois “quem governa tem de ser o mais forte”. O órgão oficial do PRP garantia que o “Directório” queria “acabar de vez” com os “grupinhos e grupelhos parlamentares” que se tinham transformado em “árbitros da situação”, não aceitando que esses elementos pudessem integrar o novo governo⁹⁸³. O Partido Nacionalista também descartava a ideia de um governo nacional, só aceitando ser ele mesmo a formar um executivo com direito a dissolução parlamentar⁹⁸⁴.

Esta posição era contrária à atitude de conciliação que Domingos Pereira, recém-chegado a Lisboa, queria encetar, através da inclusão de todas as tendências num governo nacional. O *Correio da Manhã* ainda imaginava o “Messias da união trazendo nas malas trinta novos suplementos e um *Diário do Governo* que arrase o país mas congrace as hostes republicanas sobre a plataforma sólida d’uma mesa lautamente

⁹⁷⁸ *O Rebate* 25-07-1925

⁹⁷⁹ *A Tarde* 25-07-1925

⁹⁸⁰ *Correio da Manhã* 25-07-1925

⁹⁸¹ *Diário de Notícias* 25-07-1925

⁹⁸² *O Século* 26-07-1925

⁹⁸³ *O Rebate* 28-07-1925

⁹⁸⁴ Manuel Pimenta Morgado Baião, *Elites e Organizações Políticas na Primeira República Portuguesa. O Caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Universidade de Évora, 2012, p.122

servida⁹⁸⁵”, mas o braço de ferro mantinha-se. As reuniões e convites sucediam-se. A imprensa seguia avidamente os passos de Domingos Pereira por Lisboa numa “via dolorosa” e “humilhante”, batendo à “porta dos partidos”, suplicando o “favor de um apoio que até mesmo na sua própria casa lhe é mais ou menos descaradamente negado”⁹⁸⁶. O impasse permanecia: A queda do governo anterior “perde-se já na noite dos tempos”, lamentava o *Século*⁹⁸⁷. Seria urgente arranjar uma solução. Se Domingos Pereira não conseguisse formar governo, Teixeira Gomes demitia-se do seu cargo. Nesse caso, assegurava a *Capital*, estabelecia-se um “governo militar”⁹⁸⁸.

Estes bloqueios não faziam desistir Domingos Pereira: “irei até ao fim; gastarei os meus nervos a formar governo, tentarei limar as arestas, suavizar as dissensões, modificar as atitudes de intransigência. E creio que o conseguirei”. Já admitia a impossibilidade de um ministério de concentração, quer geral, quer apenas parcial, como revelava ao *Diário de Lisboa*. Encarava até a hipótese de um governo partidário, mas sempre com o espírito de “conciliação”. A sua prioridade, como governante, seria aprovar “os orçamentos até 15 de Agosto” e realizar eleições “absolutamente livres”. Acentuava que a sua posição, como presidente do Ministério e ministro do Interior, seria uma “garantia segura de que as eleições serão feitas com imparcialidade e liberdade”⁹⁸⁹. Isso mesmo reafirma ao *Diário de Notícias*, argumentando que apesar de pertencer ao PRP, e “acatando inteiramente a sua disciplina partidária”, prometia manter no novo cargo, a “mais escrupulosa imparcialidade”. Nessa entrevista, acabou também por reconhecer que esperava, por parte dos “políticos”, um maior auxílio e apoio⁹⁹⁰.

A *Capital* contemplava “o esforço ciclópico” de Domingos Pereira para “conciliar o inconciliável”⁹⁹¹. O directório do PRP mantinha-se irreduzível num governo partidário, afastando qualquer outra hipótese⁹⁹². Esta intransigência punha em risco a viabilidade de qualquer executivo que se conseguisse formar, pois o PRP, com a nova dissidência, já não conseguia assegurar sozinho uma maioria que o sustivesse e os

⁹⁸⁵ *Correio da Manhã* 28-07-1925

⁹⁸⁶ *A Capital* 29-07-1925

⁹⁸⁷ *O Século* 30-07-1925

⁹⁸⁸ *A Capital* 29-07-1925

⁹⁸⁹ *Diário de Lisboa* 29-07-1925

⁹⁹⁰ *Diário de Notícias* 31-07-1925

⁹⁹¹ *A Capital* 29-07-1925

⁹⁹² Na verdade, António Maria da Silva, segundo revelava o *Diário da Tarde*, fazia questão de torpedear qualquer solução política, apresentada pelo presidente da República, até este não ter alternativa senão reconduzi-lo no cargo. *Diário da Tarde* 29-07-1925

nacionalistas já tinham anunciado que lançariam uma moção de censura ao primeiro governo que se apresentasse nas câmaras.

Na realidade, Domingos Pereira era o único elo de aceitação entre as várias correntes. Sem grandes alternativas, e numa solução de compromisso, a 31 de Julho, o chefe do governo indigitado podia anunciar como seria constituído o novo ministério: “democráticos uns, extrapartidários outros e alguns extra parlamentares”⁹⁹³. Este modelo seria o único aceitável por ambas as partes. Por um lado, vinha ao encontro dos desejos do Directório ao ser formado exclusivamente por membros do PRP com alguns independentes. Por outro lado, e perante o risco de agravar de forma irreversível a crise política, com a renúncia do Presidente da República, os agrupamentos de Álvaro de Castro e de José Domingues dos Santos, foram obrigados a transigir, conseguindo, pelo menos, que fosse Domingos Pereira o chefe do governo a organizar eleições em vez de António Maria da Silva, que não duvidaria em liquidá-los.

A *Capital*, porém, reflectia que apenas um governo constituído por republicanos de “impoluto passado”, sem ambições, de espírito desinteressado, seriam capazes de realizar eleições livres “onde cada agrupamento demonstrasse a força que possuiria”. A fórmula adoptada por Domingos Pereira seria “outra”. Ele não deixaria, “por certo, de imprimir uma aparente imparcialidade na gerência da pasta do Interior”, mas mais longe não poderia ir, pois quem realmente tinha poder eram os “infalíveis governadores civis” que influenciarão os resultados com truques herdados da Monarquia que a República adoptou “com aperfeiçoamentos notáveis e inéditos”. A *Capital* não tinha dúvidas: “O Parlamento que for engendrado pelos ministros partidários e pelos seus delegados provinciais não representará a Nação senão pela força convencional da força do predomínio”. O futuro Congresso seria, assim, “uma feira de vaidades cimentadas em ódio e em fúria”⁹⁹⁴.

A 1 de Agosto, ainda o governo não estava completamente formado, devido à dificuldade em preencher as várias pastas ministeriais: “Nunca tivemos uma crise tão complicada, tão embrulhada, tão esquisita como esta”, notava o *Diário de Lisboa*: “tão depressa há como não há governo” e era tal a “dança e contradança de figuras” que a imprensa tinha dificuldades em “trabalhar”⁹⁹⁵. No entanto, depois de quinze dias de impasse político, o novo ministério acabou por se constituir formado por independentes

⁹⁹³ *Diário de Lisboa* 31-07-1925

⁹⁹⁴ *A Capital* 31-07-1925

⁹⁹⁵ *Diário de Lisboa* 01-08-1925

e membros do PRP, quatro deles provenientes do anterior gabinete de António Maria da Silva. Como ironizava o *Diário de Notícias*, a 2 de Agosto: “Começou-se por um ministério de conciliação e acabou-se num mistério de consolação...”⁹⁹⁶

O novo ministério, no fundo, era uma continuação do anterior. Nas suas memórias, Cunha Leal considerava que a diferença entre os dois era que, “havia no espírito do seu presidente”, em relação ao de António Maria da Silva, a “dissemelhança fundamental que separa a generosidade do intriguismo político”⁹⁹⁷. Para António Maria da Silva, o novo governo não passava de um compasso de espera até regressar ao poder, com uma nova maioria e com um grupo parlamentar saneado da nova dissidência, pois, realizando as eleições, seria certo que o PRP as ganhasse.

No entanto, António Maria da Silva não deixava de mostrar o seu desagrado com a situação criada, principalmente com a atitude do Presidente da República para com ele, não se dirigindo a Belém, nos costumados cumprimentos de despedida dos ministérios demissionários, nem assistindo à tomada de posse do novo governo. Querendo afirmar o seu esforço para a defesa da estabilidade política, Domingos Pereira, frisava na cerimónia, as “mil e uma dificuldades” que tinha encontrado, mais que suficientes para que outro, que não ele, desistisse da pesada tarefa que o encarregaram”. Depois de finalmente ter surgido, o novo governo tinha como lema: “conciliação e restabelecimento de calma e paz no país”. O chefe do executivo afirmava também que não tinha “compromissos com qualquer partido ou grupo”, lançando por isso um “grito de união entre todos os republicanos”⁹⁹⁸.

Na apresentação parlamentar, Domingos Pereira voltou a afirmar o espírito de reconciliação, prometendo empregar “todos os meios para assegurar a genuinidade do sufrágio, para permitir a todas as correntes de opinião a sua lídima expressão parlamentar”. Perante o final da legislatura, Domingos Pereira não prometia grandes medidas, não deixando de acentuar o “objectivo máximo de atingir o equilíbrio orçamental, suprimindo as despesas adiáveis, aperfeiçoando a cobrança das receitas, procurando desenvolver a capacidade tributária da Nação”. Como sintetizava, os “objectivos e os processos” do novo governo passavam por “pacificar na ordem política;

⁹⁹⁶ *Diário de Notícias* 02-08-1925

⁹⁹⁷ Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, edição do autor, Lisboa, 1967, Vol. II, p. 434

⁹⁹⁸ *O Século* 02-08-1925

moralizar e melhorar na esfera administrativa; reconstruir, de acordo com a experiência e por meios científicos no campo económico como no social”⁹⁹⁹.

Na apreciação, se o PRP elogiou o novo ministério, os nacionalistas, pela voz de Cunha Leal, salvaguardando a figura de Domingos Pereira, encetam um duro ataque ao novo executivo por ser apenas uma continuação do anterior, com os mesmos ministros e políticas. Na sua crítica, Cunha Leal visava, mais uma vez, o Presidente da República por não ter dado uma oportunidade de governo ao partido Nacionalista, sendo conivente com o PRP quando este se encontrava em completa desagregação. Os outros agrupamentos, como a Acção Republicana e a Esquerda Democrática, adoptavam uma atitude de expectativa benévola e vigilante pedindo, sobretudo, ao novo presidente do Ministério, que as próximas eleições fossem livres e concorrenciais. Esta benevolência teve a sua concretização na derrota da moção de desconfiança, lançada pelos nacionalistas, por 64 votos contra apenas 29 deputados a votar a favor¹⁰⁰⁰.

O resultado da votação teve o condão de acalmar a grave crise política que já se avizinhava caso o governo não passasse nas câmaras, sendo certa a renúncia do Presidente da República. O chefe do governo tinha “nas suas mãos os destinos da República e o futuro da Pátria!”, garantia a *Capital*, apelando para que se encerrasse rapidamente o parlamento e se marcassem eleições “presidindo-as e mantendo-se acima delas” não permitindo que o “grande eleitor vá gozar o Verão à Travessa da Água de Flor”, sede do PRP¹⁰⁰¹, que consecutivamente condicionaria a acção governativa, com António Maria da Silva a exigir que fossem exonerados os governadores civis afectos à Esquerda Democrática, pondo em cheque o governo, no seu propósito de conciliação. O “soberano directório”, garantia a *Capital*, “não se curvava diante de ninguém - desde o poder moderador à mais humilde junta de freguesia”. Era a “omnipotência organizada”¹⁰⁰². A tarefa primordial do governo seria a aprovação, até fim da legislatura, a 15 de Agosto, dos duodécimos para os meses de Setembro a Dezembro. Não seria tarefa fácil. Os últimos dias do Congresso foram marcados por sistemáticos bloqueios e boicotes, com a sessão do dia 11 a não se realizar por falta de quórum e intervenções muito demoradas com o fim de serem inutilizadas as sessões. Apesar do esforço do ministro das Finanças para que a medida fosse aprovada rapidamente¹⁰⁰³, a

⁹⁹⁹ *Diário da Câmara dos Deputados* 05-08-1925 pp.7-8

¹⁰⁰⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*,06-08-1925, pp. 15 e 26-27.

¹⁰⁰¹ *A Capital* 07-08-1925

¹⁰⁰² *A Capital* 18-08-1925

¹⁰⁰³ *Diário da Câmara dos Deputados* 12-08-1925 pp. 18-20

legislatura acabou sem ver os Duodécimos aprovando, cabendo ao governo a sua implementação.

5.1 O Julgamento da Sala do Risco

O julgamento dos revoltosos de 18 de Abril era também uma das principais prioridades do governo, que fazia questão que ele fosse concluído da forma mais célere possível, até porque se aproximavam as eleições. No entanto, sem uma estratégia consistente de actuação, o ministério de Domingos Pereira haveria de permitir a realização dos julgamentos em condições extremamente favoráveis aos revoltos¹⁰⁰⁴. A actividade conspiratória, vigente no exército, não tinha sido debelada com a derrota golpe militar de 18 de Abril. Pelo contrário, seria intensificada nos quartéis onde os revoltosos estavam detidos à espera de julgamento, num clima de grande conviência com as autoridades militares responsáveis¹⁰⁰⁵. O Governador da fortaleza de Elvas, Passos e Sousa, como revelou mais tarde, pôs-se logo à “disposição” dos prisioneiros, garantindo que foi aí que se lançaram as bases dum movimento militar de larga escala”. Por sua vez, Raul Esteves era peremptório ao afirmar que, antes dos julgamentos, durante “muito tempo o Forte da Graça foi o centro de toda a organização. Ali iam constantemente, alguns dos mais activos elementos, conferenciar com os chefes, receber instruções, enquanto chegavam, também, vindas de todos os lados, adesões das mais importantes, das que na hora final foram decisivas. O general Sinel de Cordes veio entretanto para Lisboa, para bordo da Fragata *D. Fernando* e o eixo da preparação revolucionária mudou-se para aqui”¹⁰⁰⁶.

O julgamento foi organizado, em grande medida, pelo ministro da Guerra, Vieira da Rocha, que tinha ocupado a mesma pasta no governo de Vitorino Guimarães, onde demonstrou uma grande contemporização com os participantes na revolta falhada de 18 de Abril, ao permitir a vinda de Sinel de Cordes ao Quartel do Carmo para conferenciar com o Presidente da República. Vieira da Rocha voltava a ser ministro, sendo dele a

¹⁰⁰⁴ Aniceto Afonso, *História de uma conspiração: Sinel de Cordes e o 28 de Maio*, Lisboa, Notícias, 2000, p.119

¹⁰⁰⁵ António José Telo, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, Lisboa: A Regra do Jogo, 1984, vol.2, pp. 162-164

¹⁰⁰⁶ Óscar Paxeco, *Os que arrancaram em 28 de Maio*, Lisboa, Império 1937, p.73

decisão de realizar o julgamento na ampla sala do Risco de modo comportar os 160 réus que seriam julgados em conjunto¹⁰⁰⁷.

Antes do ser iniciado, já se previam os efeitos que o julgamento daquela envergadura poderia adquirir. Os próprios promotores e juízes que haveriam de constituir o júri do tribunal estavam em sintonia com os propósitos dos réus¹⁰⁰⁸. Nas suas memórias, o general Ilharco, presidente do Tribunal, recordava que “nas minhas repetidas conferências com o ministro, patenteie-lhe bem claramente a minha opinião de que, nas condições em que o julgamento ia ser feito e atenta a deficiente organização do processo, seria de bom critério não o realizar”. O ministro respondeu-lhe que “d’isso mesmo tinha sido prevenido o presidente do governo, mas que era inevitável”¹⁰⁰⁹.

Quando se iniciaram os julgamentos, a 1 de Setembro, desde cedo se começou a perceber que, mais do que os revoltosos, era a própria República que estava a ser julgada. Acusados de se levantarem contra a “autoridade do Presidente da República e contra o livre exercício das faculdades conferidas pela Constituição aos ministros do Governo da República”, e de incitarem “civis e militares” a saírem dos quartéis sem “ordem legal¹⁰¹⁰”, os réus, com orgulho, assumiram as suas convicções e propósitos, não escondendo as suas intenções, implicando até altas figuras do regime na conjura¹⁰¹¹. Mais do que um julgamento, as várias sessões, na sala do Risco, transformaram-se em autênticas sessões de propaganda contra a situação vigente, habilmente usada pelos acusados que, sabendo do impacto das suas declarações na imprensa, usavam as suas cadeiras como tribuna para denunciar os males da Pátria e os seus bons propósitos em a querer defender e regenerar. Logo a 3 de Setembro, no *Diário de Lisboa*, Norberto de Araújo, observava que o “comício contra a República, repugna. Mas compreende-se. Todos, todos os chefes políticos têm conspirado. Está no ambiente, no costume, na maneira de ser política e partidária”¹⁰¹². O ambiente era muito tenso: “Pairava sobre o tribunal uma atmosfera de ameaças transmitidas pelos diferentes órgãos da polícia, e até

¹⁰⁰⁷ Ilharco, *Memórias: alguns apontamentos sobre a influência da política no exército*, Porto, Chardron, 1926, pp 102-103

¹⁰⁰⁸ António José Telo, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, Lisboa: A Regra do Jogo, 1984, vol.2, p. 166

¹⁰⁰⁹ Ilharco, *Memórias: alguns apontamentos sobre a influência da política no exército*, Porto, Chardron, 1926, pp. 103-104

¹⁰¹⁰ Luís Bigotte Chorão, *A Crise da República e a Ditadura Militar*, Porto, Sextante Editora, 2010, p.76

¹⁰¹¹ Ilharco, *Memórias: alguns apontamentos sobre a influência da política no exército*, Porto, Chardron, 1926, p.105

¹⁰¹² *Diário de Lisboa* 03-09-1925

pelo próprio ministério da Guerra¹⁰¹³”, recordaria o general Ilharco. O ministro Vieira da Rocha, porém, quando depõe em tribunal, confessou que facilitou o encontro entre Sinel de Cordes, a quem salientou a alta envergadura moral”, e os membros do Governo, refugiados no Quartel do Carmo¹⁰¹⁴.

Nas alegações finais, o promotor Tamagnini Barbosa tentou demonstrar como a inspiração para o golpe provinha de todos os sectores da sociedade, lendo trechos do livro *A guerra das Colónias* do general Gomes da Costa “que são uma crítica severa ao estado e à organização do nosso Exército, e à acção dos governos. – Melhor justificação do que esta não podiam ter os revoltosos do 18 de Abril”. Lia “palavras de Magalhães Lima, de Jacinto Nunes e do dr. Paula Nogueira, que apresenta como justificativas do movimento”. Citava frases de António Maria da Silva - “que disse «O País está a saque!»; “do jornal *O Mundo*, órgão da esquerda Democrática, contra o parlamento; dos Srs. Ezequiel de Campos e Leonardo Coimbra, da Esquerda Democrática, contra os políticos; do sr. Dr. José Domingues dos Santos, em que preconiza a libertação de pessoas presas por pensarem de forma diferentes dos governos; do manifesto do Partido Radical; da *Seara Nova*, contra o que tem sido a nossa política e de um «Apelo à Nação» publicado há tempos sobre a situação em que nos encontrávamos e em que nos encontramos”¹⁰¹⁵. Na sua alegação, o procurador Carmona perguntava “como é que homens deste valor e desta envergadura se sentam no banco dos réus? «É porque a Pátria está doente. Não dou outra explicação. E quando, lá fora, andam em liberdade os causadores dos males da Pátria, eu vejo aqui oficiais deste valor nos bancos dos réus!”¹⁰¹⁶. Sem grandes surpresas, os juízes deram como não provados os crimes, em relação a todos os réus¹⁰¹⁷. Para *a Capital*, o desfecho deste caso seria uma “ditadura militarista a breve prazo...”¹⁰¹⁸

Com a absolvição, os julgamentos da sala do Risco mostraram que, apesar de se ter provado a revolta dos militares contra o poder instituído, a sua acção não merecia sanção, mas sim um quase louvor, revelando, deste modo, que qualquer nova revolta militar que surgisse estaria sancionada e legitimada pelas altas instâncias militares. Na verdade, foi o governo, o próprio regime, que parecia ter saído condenado pelo tribunal.

¹⁰¹³ Ilharco, *Memórias: alguns apontamentos sobre a influência da política no exército*, Porto, Chardron, 1926, p.107

¹⁰¹⁴ *Diário de Lisboa* 09-09-1925, *A Capital* 09-09-1925, *O Século* 10-09-1925

¹⁰¹⁵ *Diário de Lisboa* 26-09-1925

¹⁰¹⁶ Leopoldo Nunes, *Carmona: estudo biográfico*, Lisboa, Editorial Império, 1942, p.96

¹⁰¹⁷ Luís Bigotte Chorão, *A Crise da República e a Ditadura Militar*, Porto, Sextante Editora, 2010, p.77

¹⁰¹⁸ *A Capital* 28-09-1925

Por outro lado, os julgamentos vinham demonstrar a dificuldade com que o governo lidava com a conspiração contínua que grassava no exército. Numa tentativa de dispersar os elementos absolvidos, que tinham o direito de voltar ao activo, o governo acabou por reintegrá-los em vários quartéis pela província, permitindo assim, uma maior envolvência e amplitude na doutrinação para o golpe decisivo¹⁰¹⁹.

Humilhado, acusado de nada ter feito para impedir o desfecho do tribunal, o governo viu surgir um movimento de repúdio, em certos sectores civis e militares mais radicais, encabeçado pelo general Sá Cardoso, que se aglomeraram num Comité de Defesa da República¹⁰²⁰. Nas suas memórias, o general Pereira Bastos, relatou o encontro que Sá Cardoso manteve com Domingos Pereira, não escondendo a sua animosidade pela passividade do governo em relação aos julgamentos. Domingos Pereira respondeu que “nada podia fazer” pois o “poder judicial é independente”¹⁰²¹. A *Tarde* defendia o governo, explicando que, ao tomar posse, já estava a “máquina montada”, não estando na sua alçada “impedir os trâmites legais do julgamento”. Para o órgão oficioso do executivo, o tribunal tinha funcionado “naturalmente, logicamente, sem estranhas intervenções que pudessem dar a quantos a impressão de que o governo se intrometia na acção da Justiça Militar”¹⁰²². Perante o aumento da contestação, o governo resolveu destituir de chanceler da Ordem de Cristo o general Ilharco; retirar ao general Carmona o comando da 4ª Divisão do Exército e demitir Almeida Ribeiro de auditor dos tribunais militares. Esta tomada de posição acabou por acentuar a discórdia nos meios mais conservadores que acusavam o governo de se vingar nos juízes. Cunha e Costa, num artigo publicado na *Época*, considerando a decisão como a “mais cínica, a mais impudente, a mais ignara, a mais bárbara violação do Direito até agora efectivada em Portugal”, avisava o chefe do governo: “Não faça gestos que o desonrem; e convença-se de que é com generais da categoria dos que castigou, com magistrados da categoria dos que ameaça que se prestigiam o Exército, a Marinha, a Pátria e a Republica”¹⁰²³. Tentando acalmar os ânimos, A *Tarde* declarava que tudo não passava de uma questão de confiança governativa: “Bem se sabe que o general Ilharco, como

¹⁰¹⁹ Aniceto Afonso, *História de uma conspiração: Sinel de Cordes e o 28 de Maio*, Lisboa, Notícias, 2000, p.137

¹⁰²⁰ António José Queiroz, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*. Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp.96-103

¹⁰²¹ Citado in Vitorino Magalhães Godinho, *Vitorino Henriques Godinho (1878-1962). Pátria e República*. Lisboa, Assembleia da República: Publicações Dom Quixote, 2005, p.437

¹⁰²² A *Tarde* 29-09-1925

¹⁰²³ A *Época* 07-10-1925 citado in Leopoldo Nunes, *Carmona: estudo biográfico* Lisboa, Editorial Império, 1942, pp.101-102

chanceler da Ordem de Avis, recebia os seus vencimentos por inteiro, como se não tivesse reformado, e ainda tinha ajudante. Mas exactamente porque este é um cargo da República, é que o Governo só o entregará a que for da sua absoluta confiança, tirando a quem não lha merecer. Pelo lado do general Carmona ainda o caso é ainda mais simples. Os comandantes das divisões são ocupados por oficiais da confiança do sr. Ministro da Guerra, e este pode transferi-los, até por simples razão de ordem disciplinar”. Sobre Almeida Ribeiro, referia que “o cargo de auditor é ocupado por três anos e aquele que o deve exercer é escolhido de uma lista de três nomes que o ministério da Justiça envia ao da Guerra. Não há concurso algum para o exercício de tal cargo, sendo este também, portanto, um lugar de confiança do governo. Terminando o seu mandato, o auditor volta, naturalmente, à situação anterior”¹⁰²⁴.

Estas acções não impediram a crescente mobilização para intensificar a acção do Comité de Defesa da República, aproveitando a desilusão com o desfecho dos julgamentos da sala do Risco, para galvanizar de novo a opinião pública radical contra o reaccionarismo e pela depuração do regime. A acção do Comité, como observava certa imprensa mais conservadora, não passava de um pretexto para uma revolta radical que tomasse conta do poder ou, pelo menos, impedir o governo de realizar as eleições previstas¹⁰²⁵. De facto, a sua intenção imediata de promover uma grande manifestação de desagravo no Terreiro do Paço que fizesse afirmar a sua força, foi proibida pelo governo que pôs de prevenção as forças policiais. Domingos Pereira, em entrevista ao *Diário de Lisboa*, assegurava que alguns dos reclamantes da manifestação proibida queriam aproveitá-la para “perturbações graves”. No fundo, impedir que o “governo presida às eleições”. Reconhecia, porém, a “justiça de algumas “reclamações” e a “razão de alarme que alguns republicanos experimentaram”, perante o desfecho do julgamento, garantindo que tinha adoptado “imediatamente as medidas ao seu alcance”¹⁰²⁶.

Domingos Pereira era um líder isolado. Uma situação que haveria de piorar devido a uma grave doença, condicionando quase toda a sua actividade até Dezembro. A *Capital*, já em Agosto, avisava que, se o chefe do governo não rompia o “cerco em que pretendem confiná-lo, fracassa rapidamente na missão que assumiu”¹⁰²⁷. O governo

¹⁰²⁴ *A Tarde* 29-09-1925

¹⁰²⁵ *O Século* 03-10-1925, *O Primeiro de Janeiro* 03-10-1925 citado in António José Queiroz, *José Domingues dos Santos – O Defensor do Povo (1887-1958)*, Lisboa, Assembleia da República, 2012 p.136

¹⁰²⁶ *Diário de Lisboa* 02-10-1925

¹⁰²⁷ *A Capital* 24-08-1925

esteve sempre condicionado pela acção velada de António Maria da Silva. A *Tarde* sintetizava as várias opiniões que circulavam: “para um democrático, dos que obedecem ao Directório, o actual governo é de águas mornas em face do esquerdismo. Para um democrático dos que acompanham o sr. Dr. José Domingues dos Santos é um governo de excessiva benevolência a respeito dos inimigos do regime; para os conservadores e para o semi-talassa ou talassas completos, o actual governo não tem vontade própria e age sob a impulsão alternada dos bonzos e canhotos”¹⁰²⁸. Apesar da sua doença, Domingos Pereira viu-se obrigado a ocupar, interinamente, a pasta da Colónias, entre 22 de Setembro e 30 de Outubro devido à demissão do ministro Pereira Leite. A primeira escolha do chefe do governo, para substituir o ministro cessante, seria Jaime de Moraes, ex-dissidente que entretanto tinha aderido à Esquerda Democrática. Como garantia a *Tarde*, ele “faria uma óptima obra na gerência da pasta, cujos assuntos ele conhece maravilhosamente”¹⁰²⁹. O seu nome acabou por ser vetado pelo directório¹⁰³⁰, que não podia tolerar qualquer contemporização com os grupos dissidentes.

Quem assumiu a pasta das Colónias foi Vieira da Rocha. Devido à forma como decorreram os julgamentos, o ministro da Guerra também não sobreviveu ao seu resultado. A frágil política de equilíbrios acabou por segurá-lo no governo, mudando apenas de pasta. Para substituir Vieira da Rocha foi nomeado José de Mascarenhas. No entanto, este tenente-coronel, até entrar no governo, tinha sido um conspirador magnífico¹⁰³¹, garantia o major Miguel Bacelar, que com ele preparava a revolução que viria a desembocar a 28 de Maio de 1926. Para Armando Marques Guedes, José de Mascarenhas tornou-se ministro da Guerra porque o “Poder, não tendo conseguido dominar os descontentes, indo sobre eles de espada alta, só podia trilhar um destes caminhos - ou abdicar ou transigir com a revolução em marcha para a dominar”¹⁰³².

5.1-As Eleições de 1925

Após o fim dos julgamentos, a prioridade absoluta do governo seria a realização de eleições, que se revestiam de uma grande importância para toda a classe política, pois seriam a última tentativa para tentar alterar o sistema, por via parlamentar. Os partidos

¹⁰²⁸ *A Tarde* 09-10-1925

¹⁰²⁹ *A Tarde* 06-10-1925

¹⁰³⁰ *Diário de Lisboa* 12-10-1925; *A Tarde* 22-10-1925

¹⁰³¹ Óscar Paxeco, *Os que arrancaram em 28 de Maio*, Lisboa, Império, 1937

¹⁰³² Armando Marques Guedes, *Cinco meses no governo*, Porto, Chardron, 1926, pp.373-374

não pouparam esforços na preparação e mobilização para o acto eleitoral¹⁰³³, que seria bastante disputado¹⁰³⁴. Até alguns dos vencidos de 18 de Abril, entretanto libertados, como Sinel de Cordes, Raul Esteves e Filomeno da Câmara, chegam a candidatar-se a deputados, “a fim de no Parlamento fazerem a propaganda que criasse o ambiente propício à Revolução¹⁰³⁵. Nas várias entrevistas que ia concedendo, Domingos Pereira garantia sempre que ia manter a máxima imparcialidade perante o acto eleitoral¹⁰³⁶.

O chefe do governo não deixava de estar sujeito a todas as pressões para que pudesse exercer a sua influência. Em Braga, o nacionalista Artur Brandão pedia auxílio a Ginestal Machado para um deputado que “poderia ser eleito se o Domingos Pereira quisesse”. Para isso, bastava que o “dr. Domingos Pereira mandasse os seus amigos conversar comigo ou me mandasse conversar com eles todas as minorias seriam nossas e sem grande esforço”¹⁰³⁷. Por seu lado, Domingos Pereira ambicionava favorecer os católicos em detrimento dos monárquicos. Isso mesmo relatou a Lino Neto, logo no princípio de Agosto, assegurando-lhe que o Centro Católico poderia eleger oito a dez deputados nas eleições seguintes¹⁰³⁸.

Devido à fragilidade física de Domingos Pereira, o processo eleitoral foi, em grande medida, dirigido pelo seu chefe de gabinete, Marques de Azevedo, membro do Directório do PRP. Em entrevista ao *Diário de Lisboa*, embora frisando que o governo não “faz”, mas apenas “preside” às eleições, Marques de Azevedo garantia que o próximo parlamento haveria de ser menos “pulverizado”, com mais “coesão”, saindo prejudicados os pequenos grupos parlamentares que ficariam mais “reduzidos”. Por outro lado, assegurava que os monárquicos não haveriam de ganhar as maiorias em Lisboa, como se temia¹⁰³⁹. As queixas avolumavam-se: “As lutas eleitorais por esse país fora toca as raias do inverosímil”, denunciava a *Capital*, havendo círculos “que estão

¹⁰³³ António José Queiroz, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*. Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp.103-125; Manuel Pimenta Morgado Baiôa, *Elites e Organizações Políticas na Primeira República Portuguesa. O Caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Universidade de Évora, 2012, pp.231-256

¹⁰³⁴ António José Queiroz, “As eleições legislativas de 1925”, in *Revista da Faculdade de Letras – História*, III Série, Vol. 11, Porto, 2010, pp. 63-94

¹⁰³⁵ Óscar Paxeco, *A arrancada de 28 de Maio : elementos para a história da sua preparação e eclosão*, Lisboa, Edt. Vanguarda 1956, pp. 22-23

¹⁰³⁶ *Diário de Lisboa* 07-09-1925.

¹⁰³⁷ Manuel Pimenta Morgado Baiôa, *Elites e Organizações Políticas na Primeira República Portuguesa. O Caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Universidade de Évora, 2012, p. 258

¹⁰³⁸ Luís Salgado de Matos, *A separação do estado e da Igreja: concórdia e conflito entre a Primeira República e o catolicismo: 5 de Outubro de 1910 - 28 de Maio de 1926*, Alfragide. Dom Quixote, 2011, pp.623-624

¹⁰³⁹ *Diário de Lisboa* 16-09-1925

vergados ao peso de certas influências que, por seu turno se servem de todas as armas para levar a bom termo os seus desejos”. A *Capital* constatava que “infelizmente factos como estes não são virgens com assentimento de quem, na ausência do dr. Domingos Pereira, que continua retido em casa, superintende nos trabalhos eleitorais”¹⁰⁴⁰.

Apenas a poucos dias das eleições, no princípio de Novembro, Domingos Pereira, conseguia retomar lentamente a sua actividade política. A sua convalescença obrigava que as reuniões do Conselho de Ministros tivessem de ser realizadas em sua própria casa. Em entrevista ao *Diário de Lisboa*, reiterava o seu empenho em eleições livres, frisando que do “Ministério do Interior têm sido expedidos telegramas, circulares, dadas ordens de toda a espécie, enfim, para que se garanta a todos a maior liberdade, a maior imparcialidade”. Como forma de provar o que dizia, referia que algumas das “personalidades” que gostaria de levar ao parlamento, como os governadores civis de Lisboa e do Porto e os ministros da Marinha e da Guerra, viram os seus nomes serem vetados pelo Directório: “Isto, num país em que a influência do chamado poder central nos actos eleitorais é sobejamente conhecida, parece-me mostrar imparcialidade e isenção, a que não deixarão de atender aqueles que mais acesamente me combatem”¹⁰⁴¹. “Não bastam as boas intenções”, responderia o *Século*, controlado pela União dos Interesses Económicos: “É pouco, porque ninguém ignora como truculentos delegados do governo desobedecem às ordens emanadas do Terreiro do Paço e se riem delas”¹⁰⁴². Durante a entrevista ao *Diário de Lisboa*, Domingos Pereira tinha revelado o desejo do Presidente da República em resignar o mais rapidamente possível. Apenas a sua persistência conseguiu evitar que Teixeira Gomes pedisse a demissão antes das eleições. Como explicava, para a resignação se efectivar, seria necessário convocar uma reunião extraordinária do Congresso, entretanto dissolvido. Se ela ocorresse, o chefe do governo garantia que alguns deputados, “desgostosos”, porque “não voltarão à Câmara”, deputados que tinham o propósito de provocar “agitação”, contando com o apoio das galerias que “interviriam”: “Procurar-se-ia incitar a rua, organizar comícios. E ir-se-ia até ao estado do sítio e, portanto, até ao adiamento do acto eleitoral, que tantos ambicionam”. Perante isto, o Presidente da República aceitou “

¹⁰⁴⁰ A *Capital* 30-10-1925

¹⁰⁴¹ *Diário de Lisboa* 03-11-1925

¹⁰⁴² *O Século* 07-11-1925

sacrificar-se” e esperar pela abertura do próximo parlamento para oficializar a sua renúncia¹⁰⁴³.

Na véspera das eleições, Domingos Pereira, reiterava às autoridades administrativas que se deviam manter isentas perante o acto eleitoral. Em telegrama ao governador civil de Braga, o chefe do governo incitava ao “máximo respeito pelos legítimos direitos de todas as correntes políticas... de todos os candidatos apresentados ao sufrágio”. Ao seu conhecimento tinham “chegado reclamações contra a falta de acatamento por parte de algumas entidades das firmes disposições do governo”. Ordenava por isso que fossem “rigorosamente mantidos os compromissos ministeriais” e “adoptar no que seja do alcance de sua função e autoridade todas providências para que sejam acatados e respeitados aqueles compromissos... nem irregularidades nem violências posso consentir e contra umas e outras desejo proceder com energia”¹⁰⁴⁴.

As eleições realizaram-se a 8 de Novembro, ganhando o PRP com maioria. Nas suas memórias, Cunha Leal relatava que, embora Domingos Pereira “fosse bem mais escrupuloso na sua orientação do que o seria António Maria da Silva”, com o auxílio “da máquina eleitoral do PRP e com os sapientes conselhos de Nuno Simões, encartado na arte das manobras desta natureza, o Partido Democrático não poderia deixar de sair triunfante desta compita política”¹⁰⁴⁵. As eleições foram marcadas por bastantes actos de violência, manipulação e acordos eleitorais ilícitos e acusações de fraude, quer na votação, quer no apuramento de resultados¹⁰⁴⁶. No rescaldo do acto eleitoral, nas entrevistas que ia concedendo, Domingos Pereira mostrava a sua satisfação, relatando que os “incidentes” ocorridos, bem podiam “considerar-se insignificantes em presença do que se anunciava e do que se preparava”¹⁰⁴⁷. À *Tarde*, porém, reiterava o seu desgosto pelos “conflitos” que tinham ocorrido, garantindo ter ordenado a demissão de alguns elementos das autoridades administrativas¹⁰⁴⁸. No entanto, face ao fortes protestos, perante as irregularidades cometidas, que não paravam de aumentar, a *Tarde* viu-se obrigada a chamar a atenção para o facto de que “eleitoralmente”, a República

¹⁰⁴³ *Diário de Lisboa* 03-11-1925

¹⁰⁴⁴ Amadeu José Campos de Sousa *Entre Monárquicos e Republicanos numa "Cidade de Deus": História política e social de Braga no contexto nacional: 1890-1933* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010 Vol. II, pp.31-32

¹⁰⁴⁵ Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, edição do autor, Lisboa, 1967, Vol. II, p. 443

¹⁰⁴⁶ Manuel Pimenta Morgado Baião, *Elites e Organizações Políticas na Primeira República Portuguesa. O Caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Universidade de Évora, 2012 pp.256-265 António José Queiroz, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*. Lisboa, Livros Horizonte, 2008 pp. 115-125

¹⁰⁴⁷ *Diário de Lisboa* 09-11-1925, *Diário de Notícias* 09-11-1925

¹⁰⁴⁸ *A Tarde* 09-11-1925

tinha apenas um “adversário”: a Monarquia. “Vencida esta, o que aliás é fácil a quem tem todo o país a seu lado, então (e só então) é que os partidos republicanos podem de ânimo leve ter as suas discussões e bater em família a sua roupa suja”¹⁰⁴⁹.

Ao fazer o seu balanço eleitoral, para António Maria da Silva, descontando os “exageros individuais” ocorridos, os resultados não alteravam “esta verdade: triunfo da República e do PRP”¹⁰⁵⁰. Perante a maioria alcançada, o líder democrático queria encetar uma rápida transição de poder para voltar a chefiar um novo governo, como anunciava a *Capital*, logo no dia 10 de Novembro¹⁰⁵¹. Essa pretensão, porém, tinha a oposição quer do Presidente da República, quer do chefe do governo. A *Tarde* considerava até que, se Domingos Pereira “aceitasse”, poderia continuar a governar até Fevereiro¹⁰⁵². Isto provocou uma grande fricção entre o governo e o Directório com alguns ministros, como João Camoesas que, alegando motivos de doença, ameaçavam demitir-se”¹⁰⁵³.

O processo político encontrava-se num impasse. O governo tinha ainda de realizar as eleições para as Câmaras Municipais e para as Juntas Gerais do Distrito (22 de Novembro) e as eleições para as Juntas de Freguesia (6 de Dezembro de 1925)¹⁰⁵⁴. O novo parlamento, com os deputados entretanto apurados, só deveria abrir a 2 de Dezembro. Depois dessa data seria certa a renúncia de Teixeira Gomes. Desse modo, a questão política do momento seria apurar o próximo Chefe do Estado, a formação seguinte. O *Diário de Lisboa* ainda chega a sugerir uma remota possibilidade de uma candidatura de Domingos Pereira a Presidente de República: “a que mais nitidamente favorecia os interesses e congraçaria as hostes desavindas”, logo posta de parte¹⁰⁵⁵.

Ao mesmo tempo, o governo, durante o tempo que lhe restava, vai encetar uma grande reforma administrativa, destacando-se a extinção do ministério do Trabalho; alterações no regime de cobrança de impostos; organização da Inspeção Geral dos Caminhos de Ferro, Aeronáutica Militar Instituto de Seguros Sociais e uma ampla alteração na orgânica do Exército¹⁰⁵⁶. O ministro da Guerra, que tinha entrado em

¹⁰⁴⁹ *A Tarde* 16-11-1925

¹⁰⁵⁰ *Diário de Lisboa* 09-11-1925

¹⁰⁵¹ *A Capital* 10-11-1925

¹⁰⁵² *A Tarde* 12-11-1925

¹⁰⁵³ *A Tarde* 13-11-1925

¹⁰⁵⁴ Manuel Pimenta Morgado Baião, *Elites e Organizações Políticas na Primeira República Portuguesa. O Caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Universidade de Évora, 2012 pp.272-279; António José Queiroz, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*. Lisboa, Livros Horizonte, 2008 pp.125-132

¹⁰⁵⁵ *Diário de Lisboa* 17-11-1925

¹⁰⁵⁶ Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, Porto, Portucalense editora, 1954, pp.407-408

funções a 30 de Outubro, tentava conter o descontentamento nos meios militares através de uma grande reforma, redefinindo as suas forças para operarem num regime de paz depois da I Guerra Mundial. Foram extintas as unidades de reserva, reduzindo também o quadro dos oficiais milicianos, ao mesmo tempo que se alargou o quadro permanente. Numa tentativa de equilíbrio, foram facilitadas a passagem de sargentos a oficiais, e foi aprovado um pagamento adicional aos oficiais que demorassem mais tempo a ser promovidos. Por outro lado, foi criado um fundo de material de guerra para a modernização do equipamento militar, sendo ainda dissolvidas algumas unidades que estiveram envolvidas no movimento de Abril de 1925, como o Batalhão de Metralhadoras de Lisboa¹⁰⁵⁷.

A extinção do ministério do Trabalho foi alvo de fortes críticas, acusando-se o governo de praticar actos inconstitucionais por legislar importantes medidas depois da realização de eleições, quando devia ser apenas um governo de gestão. A *Tarde* defendia-se com as grandes poupanças que o governo estava a realizar através destas reformas¹⁰⁵⁸. O executivo ia perdendo a sua margem de manobra para actuar, que se agravou de forma irremediável, quando, a 23 de Novembro, começaram a sair no *Século*¹⁰⁵⁹, as primeiras revelações sobre o banco Angola e Metrópole de Alves dos Reis¹⁰⁶⁰. Em poucos dias, o escândalo tomou grandes proporções, envolvendo alguns ministros, como Nuno Simões, que viu-se obrigado a pedir a demissão, chegando mesmo a ser detido pouco tempo depois. Nuno Simões tinha uma especial ligação com o órgão oficioso do governo, pelo que a *Tarde* viu-se obrigada, quase exclusivamente, desde o final de Novembro, a rebater as revelações que o *Século* trazia todos os dias sobre o banco Angola e Metrópole.

O governo há muito que estava paralisado. Em entrevista, Domingos Pereira reconhecia os seus diferendos com o Directório, confirmando igualmente o desejo de alguns ministros em abandonar o governo. Para ele, a vida política portuguesa tinha de entrar numa “fase nova”: “a calúnia e a suspeição não podem continuar como elementos activos, e até dominantes, no ambiente da governação pública. Façamos as coisas com decência e com elevação. Façamos as coisas, enfim, com republicanismo, que tanto

¹⁰⁵⁷ António José Telo, *Entre Guerras (1919-1930)*, Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 4, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004, p. 392

¹⁰⁵⁸ *A Tarde* 24-11-1925

¹⁰⁵⁹ *O Século* 23-11-1925

¹⁰⁶⁰ Murray T. Bloom, *A grande burla*, Alfragide, Panorama, 1977; Francisco Teixeira da Mota, *Alves Reis: uma história portuguesa*, Cruz Quebrada, Oficina do Livro, 2007

apregoam, e tão pouco, ao que parece, sabem sentir e transmitir”¹⁰⁶¹. Do próprio Grupo Parlamentar Democrático saíam bastantes críticas, quer ao executivo, quer ao chefe do governo, reclamando um ”governo de ordem” e não um “gabinete amorfo”¹⁰⁶². A abertura do novo parlamento permitiu avançar com o processo de renúncia de Teixeira Gomes, sendo eleito Bernardino Machado que manteve a confiança no ministério de Domingos Pereira, numa tentativa de tentar arranjar uma solução alternativa a um desfecho que há muito se esperava: um governo partidário liderado pelo líder do PRP. Seria uma solução inviável pois, como lembraria Cunha Leal, se o novo Presidente da República ainda “entremostrou a sua predilecção por uma politica de concentração ministerial”, António Maria da Silva “impaciente, ávido de Poder” lançou-se sobre o “Presidente como ave de rapina sobre a sua presa a repelir qualquer hipótese de arranjos ministeriais”¹⁰⁶³.

Logo após a formação do governo de António Maria da Silva, Domingos Pereira, como que fazendo um balanço da sua acção, relembra que os políticos “costumam chamar-me nas horas graves, nas horas difíceis, nas horas angustiosas. Foi assim em 1919, foi assim em 1925”, frisando que “em ambas as ocasiões apelaram para mim, para o meu patriotismo, para o meu republicanismo. E em ambas as ocasiões, também, acabaram por se atirar a mim, com os mais diversos, com os mais estranhos pretextos”. Nessa entrevista, Domingos Pereira reconhecia ser “possível”, que as eleições não se tivessem realizado com “inteira, com absoluta liberdade”. No entanto, perguntava “se na presidência do ministério estivesse outra pessoa, que não fosse eu, o que teria acontecido?” Assegurava que não tinha conseguido trazer nenhum deputado seu à câmara, demonstrando mais uma vez uma vez o seu “desinteresse e isenção”. De forma amarga, queixava-se das “circunstâncias em que me tenho sempre visto obrigado a governar”: “Sou constitucionalista, sou parlamentarista. Mas a mim obrigam-me sempre a ir para o poder sem a salvaguarda de um Parlamento e sem as honras e as responsabilidades que a ditadura trás consigo também. Nem uma coisa, nem outra. E não tendo estofo para ditador, e não tendo educação para tirano, nem disposições para mandão, sou obrigado a lamentar que as condições na vida pública na minha terra me

¹⁰⁶¹ *Diário de Lisboa* 28-11-1925

¹⁰⁶² *A Capital* 09-12-1925

¹⁰⁶³ Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, edição do autor, Lisboa. 1967, Vol. II, p.447

hajem, por uma estranha fatalidade, escolhido sempre a mim para suportar as consequências de erros e culpas que em nada me dizem respeito”¹⁰⁶⁴.

Em 1926, durante os poucos meses que frequentou o parlamento, até ser afectado por uma grave doença, em Março, Domingos Pereira como uma voz da consciência, alertando sistematicamente para os perigos que o regime corria. A seguir à revolta falhada de 2 de Fevereiro declarou que a sua “satisfação seria grande se estivesse convencido de que este movimento revolucionário, restrito, de pouca expansão, fosse, em todo o caso, o último, fechando o ciclo já longo de perturbações”. “Infelizmente” estava convencido “de que não cessaram ainda os movimentos revolucionários em Portugal”. Para Domingos Pereira, havia uma “causa mais profunda, mais grave e mais vasta” que espoletava as revoluções constantes: “é a que resulta da falta de entendimento dos homens públicos em Portugal, da falta de acordo entre os partidos do regime em face dos grandes problemas nacionais, em face da necessidade de mudarmos de vida, de entrarmos num caminho que honre e prestigie a pátria e o regime”. Por isso, apelava para que o parlamento deixasse as lutas mesquinhas, alertando que a “perturbação revolucionária que esta noite ficou debelada - não nos iludamos-, não é senão um episódio, uma manifestação dum mal-estar que é preciso debelar. Cumpre-nos a nós contribuir fortemente para que esse mal-estar se debele”¹⁰⁶⁵. Por outro lado, na sua ambição de querer congregar o apoio dos católicos no sistema, lembrava ser um “erro” que “para se ser um bom republicano se deve ser agressivo para com a igreja católica”¹⁰⁶⁶.

Falando em nome do seu partido, durante uma homenagem realizada no parlamento, a propósito do quarto aniversário do pontificado de Pio XI, lembrava que o “Partido Republicano Português conhece a orientação que modernamente dirige a Santa Sé, no sentido de estabelecer a paz entre os povos, e acredita não só na justiça mas na sinceridade que anima Pio XI ao defender o seu pensamento superior de estabelecer a concórdia universal.” (...) “É este princípio que determina a orientação da Igreja católica, de uma maneira geral, e em relação a Portugal, não procurando senão contribuir para que a República efectue uma grande obra nacional, que faz com que a República cumpra o dever de aceitar a colaboração por parte dos católicos. Não há o direito de esquecer que, sejam quais forem os facciosismos sectaristas, de que possam

¹⁰⁶⁴ *Diário de Lisboa* 19-12-1925

¹⁰⁶⁵ *Diário da Câmara dos Deputados* 03-02-1926 pp. 11-12

¹⁰⁶⁶ *Diário da Câmara dos Deputados* 04-03-26, p.48

ser acusados os adversários do regime, na verdade não existe uma incompatibilidade irreduzível entre a religião católica e a República Portuguesa. Desde que assim é, desde que é esta a orientação de Sua Santidade Pio XI, e do Centro Católico, tendendo fortemente para estabelecer a paz e a concórdia, o Partido Republicano Português não tem nenhuma espécie de dificuldade em pronunciar palavras de alta admiração, e de homenagem ao Sumo Pontífice Pio XI, fazendo votos por que a sua obra de paz se realize, e para a qual nós, portugueses, desejamos todos contribuir, para que haja concórdia nos espíritos e nos corações”¹⁰⁶⁷.

No seu último discurso, na câmara dos Deputados, elogiou Afonso Costa que tinha sido eleito presidente da assembleia geral da sociedade das nações, terminando a sua intervenção, “fazendo votos mais uma vez para que a Sociedade das Nações nos olhe com a atenção que merecemos. Não solicitamos cousa alguma a que não tenhamos direito. Podemos erguer altivamente as nossas cabeças, porque somos filhos do um País independente, que marcha para o futuro, cõscio da sua missão e disposto, para a defesa dos seus legítimos interesses, a realizar todos os sacrifícios!...”¹⁰⁶⁸

A sua saúde sempre frágil dava sinais de agravamento, impossibilitando a sua acção parlamentar. A 28 de Maio, enquanto anuncia o golpe militar de Gomes de Costa, a *Capital* anunciava que Domingos Pereira tinha piorado “inesperadamente”¹⁰⁶⁹, tendo sido submetido a mais uma operação cirúrgica¹⁰⁷⁰.

Conclusão

Proveniente de uma cidade conservadora, onde o republicanismo tinha pouca expressão, Domingos Leite Pereira tornou-se num dos políticos mais interventivos da I República. Jovem radical, assumiu desde o princípio a defesa intransigente do novo regime, preconizando a fórmula consagrada por João Chagas, segundo a qual o país era de todos, mas o Estado pertencia aos republicanos. Nesse sentido, após a revolução de 14 de Maio de 1915, na sua primeira intervenção de destaque na política nacional, foi um dos grandes promotores de uma efectiva republicanização da administração, através

¹⁰⁶⁷ *Diário da Câmara dos Deputados* 12-02-1926, p.11

¹⁰⁶⁸ *Diário da Câmara dos Deputados* 09-03-1926 p.9

¹⁰⁶⁹ *A Capital* 28-05-1926

¹⁰⁷⁰ *A Capital* 01-06-1926

do saneamento de funcionários, e da institucionalização dos revolucionários civis como sustentáculo e garantia de defesa do Estado. O seu radicalismo foi se atenuando com a experiência política que ia obtendo. Como recordará em 1925, no começo do seu terceiro governo: “Eu fui um dos homens mais combativos da política portuguesa. Antes da República se implantar em Portugal dei, para a sua implantação, todo o meu esforço combativo. Durante o tempo em que ocupei um lugar na Assembleia Nacional Constituinte, ainda me determinava o meu temperamento combativo. Mas, ao ver que as paixões obcecavam os homens, e, ao verificar que nem sempre as pessoas, mesmo as de maior talento, tinham a noção exacta dos males do País e daquilo que era indispensável fazer para bem dele e a República, meditei e considerei que eu próprio praticava erros também, e que era indispensável, para que dentro da minha consciência reprovasse os excessos dos outros, que eu começasse por adoptar uma conduta nova na minha vida política. Foi assim que, conservando o fundo do meu temperamento, reconheci que era necessário dominá-lo, impondo a mim próprio uma mudança no meu espírito combativo, porque, repito, quem, como eu, condenava os outros por esse facto, tinha de começar por se condenar a si próprio”¹⁰⁷¹. O seu apelo conciliador também foi patente quando recordou no Senado as perseguições sofridas durante o sidonismo e o “direito” que “tinha, de sensibilidade e de coração, para exigir que a República fosse não só justiceira, não só perseguidora, mas alguma coisa mais: implacavelmente feroz no castigo daqueles que me roubaram três irmãos e que a meu pai, com sessenta e cinco anos de idade, e pela primeira vez na vida, obrigaram a esconder-se num lugar incómodo e desconfortável para evitar a cadeia, quando quási tinha na sua presença os cadáveres de três filhos que em quinze dias viu desaparecer.

E todavia, tendo suportado tudo isto, havendo ou próprio estado preso e tendo-me refugiado durante muitos meses, acossado como se fora um bandido, só pelo crime da minha fé republicana, eu entendo que não vai a hora para perseguições - desnecessárias, para represálias, que seriam contraproducentes, porquanto, seguindo nós semelhante orientação, não sairíamos dum círculo vicioso - hoje nós, ontem e amanhã os outros, depois nós outra vez, e assim sucessivamente!”¹⁰⁷²

Em 1919, Domingos Pereira ascendeu de forma meteórica na vida política ao assumir funções no executivo liderado por José Relvas. O *Mundo* dirigido por Carlos Trilho será o grande responsável pela construção de uma imagem de trabalhador

¹⁰⁷¹ *Diário da Câmara dos Deputados* 06-08-1925 p.21

¹⁰⁷² *Diário do Senado* 29-01-1920 p. 15

incansável pela defesa do regime, um político com intenções puras que não transigia com a reacção. A obra de saneamento encetada no ministério da Instrução permitiu a Domingos Pereira controlar a vanguarda das aspirações mais radicais. Esse aspecto foi fundamental quando se começaram a extremar posições durante a crise política do governo de José Relvas. A sua capacidade de ligação entre radicais e conservadores e o seu carácter conciliador, sob um intenso patrocínio do jornal o *Mundo*, foram cruciais para alcançar a chefia do governo, como uma solução de compromisso entre os vários partidos, a fim de evitar uma deriva ainda mais radical do regime. Ao presidir a um ministério tutelado pelas bases radicais, num limbo constitucional, que podia enveredar por todo o tipo de arbitrariedades, Domingos Pereira, embora sob intensa pressão contrária, procurou realizar eleições no tempo mais curto possível para legitimar o novo regime pós-sidonista, com a abertura do parlamento e normalizar constitucionalmente o sistema.

Domingos Pereira tentou edificar uma república inclusiva que captasse todos o que não hostilizassem o regime. Nesse sentido, procurou promover uma participação efectiva dos católicos na vida política, levando-os a integrar-se no sistema republicano. Por outro lado, serviria também para os afastar da órbita dos monárquicos. Como ministro dos Negócios Estrangeiros fez sempre questão de alertar a Santa Sé para pressionar os bispos portugueses a acatarem o regime republicano, não o hostilizando. A sua acção congregadora revelou-se também durante o seu primeiro governo, quando ajudou a promover uma ampla reforma social que garantisse melhores condições vida aos trabalhadores e por outro lado, os levasse a afastar de movimentos mais radicais e subversivos. Numa tentativa de continuar a obra do primeiro governo provisório, foram implementadas novas políticas sociais, reorganizados quase todos os serviços públicos, desde o ensino, finanças e cultura até à administração colonial e comércio, para além da remodelação da GNR, entre muitos outros decretos legislados nos sucessivos suplementos datados de 10 de Maio de 1919. Esses suplementos, no entanto, acabariam por se associar ao seu nome simbolizando mais uma política despesista e devorista do que propriamente uma política percursora de reformismo social.

A união republicana seria o seu maior ideal político. Contudo, uma das suas maiores batalhas, acabou por ser a luta pela liderança do PRP que nunca soube verdadeiramente recuperar a ausência de Afonso Costa, diluindo-se em várias facções. Se a defesa de governos estáveis era uma das grandes linhas de força de Domingos Pereira, a fracturante luta pelo controlo do PRP revelou-se num dos maiores factores de

turbulência do regime republicano. Apesar de ser o maior partido, a hostilidade interna anulava a maioria parlamentar que dispunha quase sempre. Na ânsia do domínio, os vários grupos rivais bloqueavam-se e anulavam-se mutuamente, impedindo que algum conseguisse sobressair. Estes bloqueios permanentes acabaram por levar à dissidência de Álvaro de Castro. Depois de alguns meses a disputar o partido com António Maria da Silva, numa hostilidade aberta, Domingos Pereira abandonou o PRP. A dissidência que protagonizou, precipitada pelo boicote a um novo governo de Álvaro de Castro acabou por se revelar num fracasso. A esperança que a sua acção proporcionasse um movimento de revolta contra a liderança de António Maria da Silva não surtiu efeito. Ao cindir com o partido, perdia todos os recursos que este poderia oferecer. Nesse sentido, a grande vitória de António Maria da Silva foi justamente ter conseguido sempre o controlo do grupo parlamentar e dos órgãos dirigentes do PRP, para além de uma grande ligação às bases que o seu cargo de administrador geral dos Correios e Telégrafos, um dos maiores órgãos empregadores do país, ajudaria a sustentar. Resultando de uma cisão parlamentar, o grupo que Domingos Pereira liderou apenas teve importância enquanto dispôs de deputados suficientes para participar em alianças políticas que permitissem gerar maiorias governativas. Sem real implantação no terreno e não controlado as autoridades administrativas, não sobreviveu ao teste das eleições. No seu círculo natal, Domingos Pereira apenas conseguiu ser eleito, devido à benevolência do governo.

O período conturbado que se seguiu às eleições de 1921, com inúmeras conspirações, culminou na chamada Noite Sangrenta, ainda hoje de contornos não totalmente definidos. Se o *Mundo*, teve um papel crucial na mobilização contra o governo de António Granjo, Domingos Pereira acabou por surgir no meio dessa crise, após a revolução outubrista, como um elo de consenso e conciliação, auxiliando o Presidente da República a formar uma barreira contra os mais radicais, através um governo de transição que conseguisse remeter o regime para a normalidade constitucional. Sob o clima de reconciliação, Domingos Pereira acabou por regressar ao PRP, embora de uma forma discreta, saindo da frente do combate político durante alguns anos.

Eleito Presidente da Câmara dos Deputados, procurou no dignificar o seu cargo, recebendo apoios e elogio de todos os quadrantes políticos pela imparcialidade que demonstrava na condução dos debates. Um dos seus maiores legados foi precisamente a defesa da actividade parlamentar, assumindo-se como “um dos mais respeitadores das

instituições parlamentares, entendo que elas, por muito más que sejam, laborando, com todos os seus erros, são sempre superiores a qualquer Governo pessoalista, a qualquer homem, por muito superior que seja”¹⁰⁷³.

O desprestígio do parlamento foi algo que sempre lamentou como um dos grandes erros da República. Em 1928, no prefácio de uma antologia parlamentar de Juvenal de Araújo, deputado do Centro Católico, referia a “mágoa profunda” pelos “descomedimentos” das câmaras parlamentares. Segundo ele, o regime tinha revelado “sintomas de uma obstinada loucura de suicídio, de um incompreensível delírio de perdição”¹⁰⁷⁴. Em 1932, em entrevista a Armando de Aguiar, lembrava que os “Políticos da República não se entenderam para a resolução de certos problemas cuja agudeza não devia escaparmos. O prestígio das instituições parlamentares foi profundamente ferido, e contra elas fez-se uma campanha apaixonada, tendenciosa, que os políticos desdenharam quando não a estimularam. A desunião atingiu o máximo de absurdo, pois nem a própria defesa intransigente da República os uniu diante das investidas mascaradas ou ostensivas. Deram-se sucessos parlamentares deploráveis que produziram no espírito público uma sensação de aborrecimento. Esses sucessos foram por assim dizer a «gota de água»¹⁰⁷⁵.

O respeito unânime que ganhou no cargo de Presidente da Câmara dos Deputados foi fundamental para que, em 1925, depois de muitas dificuldades, ter sido ser a única personalidade a conseguir formar o governo que realizaria as derradeiras eleições legislativas. Apesar do estatuto adquirido não foi capaz de alterar o rumo dos acontecimentos. O seu último executivo, no rescaldo do golpe de 18 de Abril e sob uma nova fractura no PRP, entre António Maria da Silva e José Domingues dos Santos, teve a responsabilidade de realizar o julgamento dos revoltosos do golpe falhado, que resultou na absolvição dos réus e na sanção de qualquer novo golpe que ocorresse. As últimas eleições foram amplamente disputadas. No entanto, e controlando as autoridades administrativas, o PRP não deixou de obter a maioria de votos nas urnas, indicando às forças da oposição que só por meios anticonstitucionais conseguiriam ascender ao poder.

O pensamento e acção de Domingos Pereira foram modelando-se ao longo do regime. De um intenso radicalismo inicial, Domingos Pereira foi progressivamente

¹⁰⁷³ *Diário do Senado* 07-08-1925 p.43

¹⁰⁷⁴ Juvenal de Araújo, *Trabalhos Parlamentares*, Tip. Diário da Madeira, Funchal, 1928

¹⁰⁷⁵ Armando Aguiar, *A ditadura e os políticos*, Lisboa, Hércules, 1932

adoptando uma atitude mais tolerante, conciliadora e agregadora de vontades para um ideal comum. Esta capacidade de criar consensos, a procura de equilíbrios para conseguir agir e governar, mesmo nas maiores adversidades, acabaram por se tornar no seu maior legado.

Anexos:

Actas de apuramento geral de eleições (círculo de Braga)

Quadro I

Eleições 1915	Votos	Lista	Eleito
Domingos Pereira	9848	PRP	Sim
Manuel Monteiro	9815	PRP	Sim
Joaquim de Oliveira	9632	PRP	Sim
José A. S. Machado	4605	PRE	Sim
Diogo P. Amorim	3280	CC	Não
José P. Figueiredo	999		Não
José Carrilho	432		Não
Manuel Machado	405		Não

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 98.

Quadro II

Eleições 1919	Votos	Lista	Eleito
Domingos Pereira	11344	PRP	Sim
Joaquim de Oliveira	9884	PRP	Sim
Marques Azevedo	9949	PRP	Sim
José R. Braga	4639	PRE	Sim
Belchior Figueiredo	1348		Não
Alberto P. Torres	4		Não
Afonso Costa	1		Não
Costa Júnior	4		Não

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 244.

Quadro III

Eleições 1921	Amares	Barcelos	Braga	Espose- sende	Póvoa Lanhoso	Vila Verde	Total	Lista	Eleito
J. M. Braga da Cruz	545	2495	1598	799	519	1413	7369	CC	Sim
António F. Portas	493	2256	1208	844	519	1224	6554	PRL	Sim
Domingos Pereira	347	1559	1840	308	519	1189	5762	Diss.	Sim
José M. Cardoso	314	2161	1039	846	519	850	5729	PRL	Sim
Joaquim de Oliveira	309	1594	1453	308	519	1118	5301	Diss.	Não
A. Azevedo	207	1613	1093	305	519	526	4263		Não
G. L. Azevedo	356	519	535	49	519	835	2813		Não
Gaspar F. Macedo	64	67	686	12	150	594	1573		Não

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 301 A.

Quadro IV

Eleições 1922	Votos	Lista	Eleito
Domingos Pereira	6423	PRP	Sim
Lino Neto	5131	CC	Sim
Marques Azevedo	5852	PRP	Sim
Germano Amorim	5675	PRP	Sim
Domingos J. Soares	2153	PRL	Não
Guilherme Azevedo	2591		Não
António S. Ribeiro	4087		Não
António P. Matos	928		Não

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa 351.

Quadro V

Eleições 1925	Votos	Lista	Eleito
Domingos Pereira	11180	PRP	Sim
Lino Neto	7016	CC	Sim
Marques Azevedo	10731	PRP	Sim
Costa Cabral	10596	PRP	Sim

Fonte: AHP, Secção IX, Caixa

Bibliografia

Fontes manuscritas:

Biblioteca Nacional de Portugal

Espólios

António Ginestal Machado (E55)

Arquivo Histórico-Parlamentar

Secção IX, Caixa 405.

Secção IX, Caixa 351.

Secção IX, Caixa 301 A.

Secção IX, Caixa 244.

Secção IX, Caixa 98.

Livro Político da Câmara dos Deputados – Registo dos Deputados do Congresso da República

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

AHD- MNE – 3P, A11 M329

Fundação Mário Soares – Arquivo:

Fundo Afonso Costa

Museu Bernardino Machado (Vila Nova de Famalicão): Arquivo de Bernardino Machado

Correspondência

Arquivo Particular Domingos Leite Pereira (APDLP)

Correspondência recebida e enviada e documentação variada

Fontes impressas

Periódicos:

O Mundo, Lisboa 1900-1926

A Opinião, Lisboa 1919-1921

Rebate, Lisboa 1922-1925

A Batalha, Lisboa 1919-1926

O Radical Lisboa 1921

O Radical Braga 1910-1911

Diário de Notícias, Lisboa 1910-1956

O Século, Lisboa 1910-1956

O Imparcial Braga 1913

A Capital, Lisboa 1910-1926

O Correio do Minho Braga 1910-1956

O Comércio do Porto, Porto 1919-1956

Diário da Tarde, Lisboa 1925

A Tarde, Lisboa 1925
O Norte, Porto 1920-1921
A Manhã, Lisboa 1919-1921
A Vitória, Lisboa 1919-1922
A Pátria, Lisboa 1921
O Jornal, Lisboa 1921
Imprensa de Lisboa, Lisboa 1921
Imprensa da Manhã Lisboa 1921
Portugal Lisboa 1919-1920
A Imprensa, Lisboa 1919
Diário Da Manhã, Lisboa 1934
Jornal de Notícias, Porto 1910-1956
Primeiro de Janeiro, Porto 1910-1956
A Montanha, Porto 1911-1926
A Verdade, Braga 1909
A Pátria, Porto 1909-1910
O Diabo, Lisboa 1937
República Lisboa 1911-1956
A Luta, Lisboa 1910-1922
O Combate, Lisboa 1919-1920
A Comuna Porto 1919
A Época Lisboa 1919-1922
Correio da Manhã Lisboa 1925
A Vanguarda Lisboa 1910-1922
A União Lisboa 1920-1923
A Voz Pública Porto 1900-1909
A Resistência Coimbra 1899-1910
O Popular Lisboa 1920
Os Ridículos, Lisboa 1919
O Jornal, Rio de Janeiro 1957
A Águia, Lisboa, 1915
Diário da Assembleia Nacional Constituinte, Lisboa, 1911
Diário da Câmara dos Deputados, Lisboa, 1911-1926
Diário do Congresso, Lisboa, 1911-1926
Diário do Senado, Lisboa, 1911-1926

Fontes:

AA.VV., *A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ao país*, Coimbra, Tip. França Amado, 1919
 AA.VV., *In Memoriam Álvaro de Castro*, Lisboa, 1947.
14 De Maio por um contemporâneo. Imparcial bosquejo histórico dos acontecimentos ocorridos em Portugal no dia 14 de Maio de 1915 e seguintes. Queda do governo Pimenta de Castro (O), Porto, Tipografia Lusitânia, 1915
As Constituintes de 1911 e os seus deputados, Obra compilada e dirigida por um antigo oficial da Secretaria do Parlamento, Liv. Ferreira, Lisboa, 1911
 AGUIAR, Armando, *A ditadura e os políticos*, Lisboa: Hércules, 1932
 ARAÚJO, Juvenal de; PEREIRA, Domingos, pref. , *Trabalhos parlamentares*, Funchal: Tip. Diário da Madeira, 1928.

ALMEIDA, António José, *Quarenta anos de vida literária e política* Vol. III e IV, Lisboa, J. Rodrigues, 1934

BEIRÃO, Caetano, *A lição da Democracia*, Lisboa, Tipografia da Empresa Diário de Notícias, 1922

BRANDÃO, Raul, *Memórias*, edição literária de José Carlos Seabra Pereira, Lisboa, Relógio d'Água, 1998

CABRAL, António - *Em plena República*. Lisboa, Imp. Lucas, 1932

CAMPOS, Ezequiel de - *Política*. 2.^a ed. actualiz. [Porto]: Lello & Irmão, 1954

CARQUEJA, Bento, *O Futuro de Portugal. Portugal após a guerra*, 2.^a edição, Porto, Livraria Chardron, 1920

CASTRO, Rodrigo de, *Cinzas imortais. Na morte de António Granjo*. Tipografia Lusitânia, Porto, 1922

CHAGAS, João, *Diário*, prefácio de João B. Serra, Lisboa, Edições Rolim, 1986 4Vols.

CÉRTIMA, Afonso *O ditador: as crises, o homem, a nova ordem*, Lisboa, Livr. Rodrigues, 1927

COIMBRA, Leonardo, *Cartas, conferências, discursos, entrevistas e bibliografia geral* (compilação e notas de Pinharanda Gomes e Paulo Samuel), Lisboa, Fundação Lusíada, 1994

COLLAÇO, João Tello de Magalhães, *Da vida pública portuguesa. Conservadores e radicais*, Lisboa, Empresa Diário de Notícias, 1925

CORTESÃO, Jaime, *Memórias da Grande Guerra*, Porto, Renascença Portuguesa, 1919

COSTA, Alberto Mário de Sousa - *Páginas de Sangue, Buíças, Costas e Companhia*, 5.^a edição, Lisboa, Guimarães Editores, 1938.

DANTAS, Júlio, *Páginas de Memórias*, Lisboa, Portugália, 1968

D'AGUIAR, Armando, *A Ditadura e os Políticos*, Lisboa, Editorial Hércules, 1932

DELGADO, Humberto, *Da pulhice do homo sapiens: da monarquia de vigaristas pela República de bandidos à ditadura de papa*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes,

DUARTE, Teófilo - *Sidónio Pais e o seu consulado*. Lisboa, Portugália, 1941

FAZENDA, Pedro, *A crise política (em Portugal)*, Lisboa, Lúmen Edit., 1921

FERRO, António, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2007

FREIRE, João Paulo (Mário), *Fogos-fátuos*, Porto, A Renascença Portuguesa, 1923

GOMEZ, Hipólito de la Torre, MARQUES, A.H. Oliveira (organização), *Contra-Revolução – Documentos para a História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1985

GUIMARÃES, Luís de Oliveira, SANTOS, José Ribeiro dos, *Memórias dos outros*, Lisboa, Marítimo Colonial, 1944

GUIMARÃES, Alberto, *A verdade sobre Afonso Costa*, Lisboa, A. Guimarães, 1935

GUEDES, Armando Marques, *Páginas do meu diário*, Lisboa; Rio de Janeiro: Enciclopédia, 1957

GUEDES, Armando Marques, *Cinco meses no governo*, Porto, Chardron, 1926

ILHARCO, Alfredo, *Memórias: alguns apontamentos sobre a influência da política no exército*, Porto, Chardron, 1926

LEAL, Cunha, *Eu, os Políticos e a Nação*, Portugal-Brasil, Lisboa, 1922

LEAL, Francisco Cunha, *Os partidos políticos na República portuguesa*, Corunha, Imprensa Moret, 1932.

LEAL, Francisco Cunha, *As Minhas Memórias: coisas de tempos idos*. Lisboa, Ed. Do Autor, 1966-1968. 3 Vol.

LOPES, Norberto, *O Exilado de Bougie*, 2.^a ed., Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1942

MACHADO, Bernardino, *Depois do 21 de Maio*, Famalicão: Tip. Minerva 1922

MACHADO, Bernardino, *No Exílio*, Famalicão: Tip. Minerva 1922

MACHADO SANTOS, *A ordem pública e o 14 de Maio*, Lisboa, Lamas e Franklin, 1916.

MAGALHÃES, Luiz de, *Perante o Tribunal e a Nação*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1925

MALHEIRO, Ménci, *Braga contemporânea*, Braga, Fund. Bracara Augusta, 2005

MARTINS, Rocha, *Pequena história da imprensa portuguesa*, Lisboa, Inquérito, 1941

MARTINS, Rocha, *Sidónio Pais: ídolo e mártir da República*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2008

MARTINS, Rocha, *A monarquia do Norte*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2008, 2Vol.

MARTINS, Rocha, *Pimenta de Castro*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2009

MENDONÇA, Aníbal, *Folhas que reverdecem: crónicas de Braga*, Braga, Livr. Cruz, 1957

MONIZ, Jorge Botelho, *O 18 de Abril. Elementos para a História d'uma Revolução vencida*, Lisboa, edição do autor, 1925.

NETO, David, *Doa a quem doer*, Porto, Liv. Tavares Martins 1933

OLAVO, Carlos, *Homens, Fantasmas e Bonecos*, Lisboa, Portugália Editora, 1955.

PAXECO, Óscar, *Os que arrancaram em 28 de Maio* Lisboa, Editorial Império, 1937

PAXECO, Óscar *A arrancada de 28 de Maio: elementos para a história da sua preparação e eclosão*, Lisboa, Edt. Vanguarda 1956

PEREIRA, Cláudio, *14 de Maio: revolução portuguesa em 1915*, Lisboa, Cláudio Pereira e M. Pinto Vieira, 1918

PEREIRA, Consiglieri Sá, *A Noite Sangrenta*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924

PIMENTA DE CASTRO, Joaquim Pereira, *O Ditador e a Afrontosa Ditadura*, Weimar, Wagner G. Humbold, 1915.

PROENÇA, Raul *Páginas de Política*, 4 vol., Lisboa, Seara Nova, 1972 -1975

OLIVEIRA, Maurício de - *O drama de Canto e Castro: um monárquico Presidente da República*. Lisboa: Editora Marítimo Colonial, 1944

RAPOSO, Hipólito *Folhas do meu cadastro*. Porto, Tip. A. Pereira & Santos, 1945

RELVAS, José, *Memórias Políticas*, 2 vols., Terra Livre, Lisboa, 1978

RIBEIRO, Armando, *O começo de um reinado – seguido de A caminho da República (2.^a parte) e A revolução Portuguesa (3.^a parte)*, Lisboa, João Romano Torres & C.^a, s.d

RIBEIRO, Armando, *História da revolução portuguesa*, Lisboa, João Romano Torres, 1915

RODRIGUES, Daniel, *Correspondência para Sousa Fernandes*, Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1990

RODRIGUES, Manuel Augusto (compil.) — *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas do Senado: 1916-1924*. Coimbra, Arquivo da Universidade, 1990. Vol. II

RODRIGUES, Urbano, *A vida romanesca de Teixeira Gomes; notas para o estudo da sua personalidade e da sua obra*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, 1946.

SILVA, António Maria da, *O meu depoimento*, vol. 1, Da Monarquia a 5 de Outubro de 1910, prefácio de José Magalhães Godinho, Lisboa, s.n., s.d. [1982].

SOUSA, Gomes de, *Meio século de vida militar: 1888-1938*, Coimbra Ed.. 1938.

VIEIRA Alexandre *Em volta da minha Profissão: Subsídios para a história do movimento operário no Portugal continental*, Lisboa, Edição do autor, 1950

VIEIRA Alexandre, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, Lisboa, Seara Nova, 1974.

XAVIER, alberto, *Memórias da vida pública*, Lisboa Livraria Ferin, 1950

Histórias gerais, dicionários, enciclopédias

BRANDÃO, Fernando Castro, *1ª República Portuguesa: uma cronologia*, Macau, University of Saint Joseph, 2011

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa, Editorial Enciclopédia, s.d [1935-1958

LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (organização), 3 vols., *História Económica de Portugal 1700-2000*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005

LISBOA, Eugénio, (coordenação de) *Dicionário cronológico de autores portugueses*, Mem Martins: Europa-América, 1985 Vol. III

MEDINA, João (direcção), *História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Amigos do Livro, 1985 II Vols.

MEDINA, João (dir.), *História de Portugal*, vols. X e XI, A República, Lisboa, Ediclube, s.d

MONTALVOR, Luís de (dir), *História do Regímen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932

PEREIRA, José Costa (coordenação de) *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, alfa, Lisboa, 1985,2 Vol.

PERES, Damião, *História de Portugal, Suplemento*, Portucalense Edit., Porto,1954

SERRÃO, Joel, (dir), *Dicionário da História de Portugal*, Livraria Figueirinhas, Porto.

SERRÃO, Joel, MARQUES, A.H. de Oliveira, (coord), *Nova História de Portugal*, vol. XI - Portugal - Da Monarquia para a República (coord. A. H. de Oliveira Marques), Editorial Presença, Lisboa, 1991

RAMOS, Rui, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009

REIS, António, (coord.) *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa, Alfa, s.d.

RÊGO, Raul - *História da República*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1986-1987. 5 vol

Estudos

AA.VV., *História da Primeira República Portuguesa* (coordenação de Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo), Lisboa, Tinta-da-China, 2009.

- AA.VV., *Os Presidentes e os Governos da República no século XX*, Lisboa, Caixa Geral de Depósitos/ Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.
- AA.VV., *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, Lisboa, Edições Afrontamento, Coleção Parlamento, nº 5, 2000.
- ADÃO, Áurea, *O Estatuto Socioprofissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984
- AFONSO, Aniceto, *História de uma conspiração: Sinel de Cordes e o 28 de Maio*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000
- ALLEGRO, José Luciano Sollari, *Para a História da Monarquia do Norte*, Lisboa, Bertand, 1988
- ALMEIDA José A. Martins, *Nos meandros do 19 de Outubro*, Braga, Ed. Correio do Minho 1998
- ALMEIDA, Maria Alice Marques, *A Primeira República Portuguesa e o Estado Providência*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, 1997
- ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista* Lisboa, Difel. 1991.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de (org.), *Legislação eleitoral portuguesa: 1820-1926*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998
- ALMEIDA, Pedro Tavares de (org.), *Espólio de António Ginestal Machado, 1874-1940: inventário*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal & Assembleia da República, 2010.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de Almeida e PINTO, António Costa, “os ministros portugueses, 1851-1999: perfil social e carreira política”, in ALMEIDA, Pedro Tavares de, PINTO, António Costa e BERMEO, Nancy, (dir.), *Quem Governa a Europa do Sul? O recrutamento ministerial, 1850-2000*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pp. 19-58
- ALMEIDA, Pedro Tavares de, FERNADES, Paulo Jorge, SANTOS, Marta Carvalho “Os deputados da 1ª República Portuguesa: inquérito prosopográfico”, *Revista de História das Ideias*, 27, 2006, pp. 399-417
- ALVES, Adelino, Centro Católico Português. *A Igreja e a Política*, s.l., Editora Reis dos Livros, 1996.
- AMARAL, Luciano (cord.), *Outubro: a revolução republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa: Ed. 70, 2011
- ARAÚJO, António de Araújo, *Sons de sinos: Estado e Igreja no advento do salazarismo* Coimbra, Tenacitas, 2010
- AZEVEDO, Manuel Roque, “Inquérito sobre o Partido Republicano Evolucionista (1912-1919)”, *Nova História*, n.º 2, Dezembro, 1984, pp. 74-122.
- BAIÔA, Manuel - *Elites políticas em Évora da I República à ditadura militar*. Lisboa, Edições Cosmos, 2000
- BAIÔA, Manuel (ed.), *Elites e Poder, A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, 2004.
- BAIÔA, Manuel, «Partidos e sistema partidário na crise do liberalismo em Portugal e Espanha nos anos vinte», in Manuel Baiôa (ed.), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri – CIDEHUS-EU,

2004, pp. 15-48

BAIÔA Manuel Pimenta Morgado, *Elites e Organizações Políticas na Primeira República Portuguesa. O Caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Universidade de Évora, 2012

BAPTISTA, Jacinto, *Surgindo vem ao longe a nova aurora. Para a história do diário sindicalista A Batalha (1919-1927)*, Lisboa, Bertrand, 1977

BARROS, Júlia Leitão de, *Os Night Clubs de Lisboa nos anos 20*, Lisboa, Lucifer 1990

BARROS, Júlia Leitão, *Afonso Costa: fotobiografias século XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.

BARROS, Júlia Leitão, *Alfredo da Silva*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.

BARREIROS, José António, "Criminalização política e defesa do Estado", *Análise Social*, vol. XVIII (3º-4º-5º), n.ºs 72-73-74, 1982: 813-828.

BARRETO, José, "Sindicalismo e política nos caminhos-de-ferro (1872-1961) ", in Maria Filomena Mónica (coord.), *Para a História dos Caminhos-de-ferro em Portugal*, col. *Estudos Históricos I*, Lisboa, 1999, CP, pp. 88-168

BRANDÃO José, *A noite sangrenta*, Lisboa. Alfa, 1991

CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX – forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1988

CABRAL, Manuel Villaverde, "Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes", in *Análise Social*, Vol. XII (48), 1976, p. 873 -915

CAETANO, Marcello, *As constituições Portuguesas*, 6.^a Edição, Lisboa/São Paulo, Ed. Verbo, 1986.

CAPELA José Viriato, NUNES, Henrique Barreto (coordenação de) *Braga. Roteiros Republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010

CARDOSO, José Luís; ROCHA, Maria Manuela "O Seguro Social Obrigatório em Portugal (1919-1928): acção e Limites de um Estado Previdente", in *Análise Social*, Vol. XLIV (3.º), 2009 (n.º 192), pp. 439-470.

CARVALHO David Luna, *Os levantes da República (1910-1917): resistências à laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1.ª República Portuguesa*, Porto, Afrontamento, 2011

CARRILHO, Maria, *Forças armadas e mudança política em Portugal no Séc. XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

CASALEIRO, Óscar, *Presidentes de Portugal: João do Canto e Castro: o paradoxal: fotobiografia*, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2006

CASTELO-BRANCO, Fernando, *Os Primórdios do Partido Republicano em Braga*, *Arquivos do Centro Cultural Português Paris*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, vol. V pp. 723-26

CATROGA, Fernando - *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Alfragide, Casa das Letras, 2010

CEREZALES, Diego Palácios Cerezales, *Portugal à coronhada: protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011,

- CANAVEIRA, Manuel Filipe, *Fotobiografia de Manuel Teixeira Gomes*, Lisboa, Ed. Museu da Presidência da República, 2006.
- CHORÃO, Luís Bigotte, *A Crise da República e a Ditadura Militar*, 2.^a edição, Porto, Sextante Editora, 2010.
- CHORÃO, Luís Bigotte, *Política e Justiça na I República – Um Regime entre a Legalidade e a Excepção, Vol. 1: 1910-1915*, Lisboa, Letra Livre, 2011
- COELHO, Zara Pinto, *A Implantação da república na imprensa de Braga*. Lisboa: Universidade de Lisboa. 1990.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes, “As matérias fracturantes. A Resistência” in *Braga. Roteiros Republicanos*, coordenação de José Viriato Capela e Henrique Barreto Nunes, Matosinhos, Quidnovi, 2010 pp.88-97
- COSTA, Rui Manuel Afonso da – *O «mundo» e a questão religiosa: 1900-1927*, Lisboa: [s.n.], 1988
- COSTA, Rui Manuel Afonso da, “As variações táctico-estratégicas do anticlericalismo de *O Mundo* nos anos 20”. In *Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora: actas*, Évora, Instituto Superior de Teologia, Seminário Maior de Évora, 1994. Vol. I pp.253-277
- CRUZ, Manuel Braga da, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Lisboa, Presença / Gabinete de Investigações Sociais, 1980
- CUNHA, Norberto Ferreira da – “A ordem e a pátria na acção de um presidente da república monárquico: Canto e Castro”. *Revista da História das Ideias*. Coimbra: Faculdade de Letras. Vol. 27 (2006), 359-397
- CUNHA, Norberto Ferreira da - "Leonardo Coimbra e a I República", *República e liberdade*: [actas II Seminário de História e Cultura Política]; coord. Ernesto Castro Leal. Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011 pp.37-137
- FARINHA, Luís, Cunha Leal, *Deputado e Ministro da República. Um notável rebelde*, Lisboa, Texto Editores, 2009.
- FARINHA, Luís, “Política Externa e Política de Defesa” in *Diplomacia e Guerra, Política Externa e Política de Defesa, Portugal do final da Monarquia ao Marcelismo*, (Direcção de Fernando Martins), CIDEHUS, Edições Colibri, Lisboa, 2001, p. 83-100.
- FARINHA, Luís, *Estudo sobre a Acção Política Parlamentar de Francisco Pinto Cunha Leal como deputado ao Congresso da República: 1918-1926*, Lisboa: Assembleia da República; Porto: Afrontamento, 2002
- FARINHA, Luís, “O Parlamento Republicano. Funcionamento e Reformas (1918-1926)”, in *Elites e Poder A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Manuel Baiôa (ed.), CIDEHUS, Edições Colibri, Lisboa, 2004, pp.49-81
- FARINHA, Luís, “O regime republicano e a Constituição de 1911. Entre a “Ditadura do Legislativo” e a “governacão em ditadura”: um equilíbrio difícil”, *Historia Constitucional*, n. 13, 2012, pp. 597-609
- FAVA, Fernando, *Leonardo Coimbra e a I República: percurso político e social de um filósofo* Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008
- FERNANDES, Paulo Jorge, ALMEIDA, Pedro Tavares de e SANTOS, Marta Carvalho dos, “Deputados na 1.^a República portuguesa: um inquérito prosopográfico” in *Revista*

- de História das Ideias*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol. 27, 2006, p.399-417
- FERRÃO, Carlos, *Em defesa da República*, Lisboa, Inquérito, 1963
- FERREIRA, António Matos e ALMEDIA, João Miguel (Coord.) *António Lino Neto. Intervenções parlamentares (1918-1926)*, (Org.) Centro de Estudos de História Religiosa, Coleção Parlamento, Lisboa, Texto Editores, 2010
- FERREIRA, David, “Pereira, Domingos Leite” in *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963-1968 Vol. III p. 354
- FERREIRA, David, *Histórica Política da Primeira República Portuguesa*, 2 Volumes, Lisboa, Livros Horizonte, 1973-1981.
- FERREIRA Fátima Moura, “A Igreja bracarense na I República. Do projecto à implementação do programa laicizador: o anúncio da “Questão religiosa” in *Braga. Roteiros Republicanos*, coordenação de José Viriato Capela e Henrique Barreto Nunes, Matosinhos, Quidnovi, 2010, pp.72-87;
- FERREIRA, José Medeiros *Portugal na Conferência da Paz – Paris 1919*, Lisboa, Quetzal, 1992.
- FERREIRA, José Medeiros *O comportamento político dos militares: Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Estampa, 1992
- FREIRE, João, *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Edições Afrontamento, 1992.
- GODINHO, Vitorino Magalhães - *Vitorino Henriques Godinho (1878-1962). Pátria e República*. Lisboa: Assembleia da República: Publicações Dom Quixote, 2005
- GOMES, Joaquim Ferreira, *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República (1912-1926). Alguns apontamentos*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1990
- GOMES, Joaquim da Silva, *Galeria dos presidentes: Braga, 1836-2006*, Braga, Câmara Municipal, 2006
- GUIMARÃES, Luís de Oliveira, *Júlio Dantas. Uma vida. Uma obra. Uma época*, Lisboa, Romano Torres, 1963
- JACA, Carlos, “Domingos Pereira, um bracarense na 1ª República: trajetória política” *Revista Fórum*, Jul-Dez 2006, pp. 79-117
- LAPA, Albino dos Santos, *Governadores Civis de Portugal*, Lisboa, 1962
- LEAL, Ernesto Castro - *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social (1918-1932)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.
- LEAL, Ernesto Castro, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.
- LEAL, Ernesto Castro, “O campo político dos partidos republicanos (1910-1915) ”. In *O tempo de Manuel de Arriaga: actas*. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004 p. 107-125.
- LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008
- LEAL, Ernesto Castro, NUNES Maria Teresa, *António Granjo: república e liberdade*, Lisboa, Assembleia da República, 2012

- LOPES, Fernando Farelo, *Poder Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994
- LOPES, Fernando. Farelo, *A 1ª República Portuguesa: Questão eleitoral e deslegitimação*, Tese de dissertação de Doutoramento (polic.), ISCTE, 1988
- LOPES, Fernando. Farelo, Um regime parlamentarista de partido dominante, in *Portugal Contemporâneo* (org. António Reis), Alfa, Lisboa, 1993, Vol. III, pp.85-100
- LOPES, Fernando Farelo - "Clientelismo, crise de participação e deslegitimação na I República". *Análise Social*. XXVI (111), 1991. p. 401-415.
- MADUREIRA, Arnaldo, *A Questão Religiosa na I República. Contribuições para uma autopsia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003
- MALTEZ, José Adelino, *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*, 2 volumes, Lisboa, Tribuna da História, 2004.
- MANIQUE, António Pedro, As eleições administrativas de 1919 no concelho de Vila Franca de Xira. (Contributo para o estudo dos fenómenos eleitorais concelhios durante a I República), Separata do *boletim cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*, Vila Franca de Xira, 1986, pp. 7-75.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, "Estudos sobre Portugal no séc. XX, I - Aspectos do Poder Executivo, 1900-1932", *O Tempo e o Modo*, n.ºs 47-48, 54-55, 62-63, 67 e 71-72, Lisboa, 1967-1969.
- MARQUES, A.H. de Oliveira *Guia de História da 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1981.
- MARQUES, A.H. de Oliveira *Ensaio de História da I República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.
- MARQUES, A.H. de Oliveira *A 1ª República Portuguesa: (alguns aspectos estruturais)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980.
- MARQUES, A.H. de Oliveira *Afonso Costa*, Lisboa, Arcádia, 1975.
- MARQUES, A.H. de Oliveira *A 1ª República portuguesa: (para uma visão estrutural)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1971.
- MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.) *História da 1ª República Portuguesa: as estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978.
- MARQUES, A.H. de Oliveira e COSTA, Fernando Marques da, *Bernardino Machado*, Lisboa, s/e, 1978.
- MARTINS, António Viana, *Da I República ao Estado Novo*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.
- MARTINS, Hermínio, *Classe, Status e Poder*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1998
- MATOS, Luís Salgado de, "Lisboa, 1920. Vida sindical e condição operária" [entrevista com Emídio Santana], *Análise Social*, Vol. 67, 1981, pp. 1165-1195.
- MATOS, Luís Salgado de, *A separação do estado e da Igreja: concórdia e conflito entre a Primeira República e o catolicismo: 5 de Outubro de 1910 - 28 de Maio de 1926*, Alfragide. Dom Quixote, 2011
- MATOS, Luís Salgado de, Primeira República Portuguesa entre a instituição, estado e a ordem povo in *Historia Constitucional* nº13, pp-611-634

- MATOS, Luís Salgado de Matos, “República: um “corpo com alma”, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 4, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004, pp.117-142
- MATOS, Sérgio Campos, (coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Coimbra, 2002.
- MEDEIROS, Fernando, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa: A Regra do Jogo, 1978
- MENESES, Filipe Ribeiro de, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*, Lisboa Edições Cosmos, 2000.
- MENESES, Filipe Ribeiro, *Afonso Costa*, Lisboa: Texto, 2010
- MENESES, Filipe Ribeiro (cord.), *A Primeira República Portuguesa: diplomacia, guerra e império*, Lisboa: Tinta-da-China, 2011
- MENESES, Filipe Ribeiro de, 'O impacto da Primeira Guerra Mundial no sistema político português', in Manuel Baiôa (ed.), *Elites e poder: A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, p. 421-446.
- MENESES, Filipe Ribeiro de, “A diplomacia da Primeira República e as colónias” in *A Primeira República e as Colónias Portuguesas*”, José M. Sardica (coord.) Lisboa, EPAL/CEPCEP, 2010 pp.67-85
- MENEZES, Luís - *As eleições legislativas de 1921 e 1925 no Arquipélago dos Açores*. Ponta Delgada, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1992.
- MÓNICA, Maria Filomena, “Indústria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1880-1934) ”, *Análise Social*, Vol. XVIII, N.º 72, 73 e 74, 1982, pp. 1231-1277
- MÓNICA, Maria Filomena - *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985
- MONTEIRO, José Luís Cavaco, *Federalismo, regionalismo e municipalismo em Portugal: 1920-1922*, Tese de mestrado, História Contemporânea, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2009
- MOTA, Francisco Teixeira da, *Alves Reis: uma história portuguesa*, Cruz Quebrada, Oficina do Livro, 2007
- MOURA, Maria Lúcia de Brito, *A guerra religiosa na I República*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2010
- MURRAY, T. Bloom – «A Grande Burla». Edições Acrópole, 2ª edição, 1976.
- NAVARRO, Bruno José Navarro Marçal, *Governo de Pimenta de Castro: um general no labirinto da I República*, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2010
- NAVARRO, Bruno J. *Governo de Pimenta de Castro: um general no labirinto político da I República*, Lisboa, Assembleia da República, 2011
- NOGUEIRA, Franco - *Salazar: A mocidade e os princípios (1889-1928)*. Coimbra: Atlântida, Vol. 1 1977
- NOVAIS, Noémia Malva, *João Chagas: A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)*, Coimbra, Edições Minerva Coimbra, 2006
- NUNES, Henrique Barreto – *Manoel Monteiro: notas bio-bibliográficas*: Braga: Universidade do Minho. 1980
- NUNES, Leopoldo, *Carmona: estudo biográfico* Lisboa, Editorial Império, 1942

- NUNES, Teresa, *O ideário republicano de Ezequiel de Campos (1900-1919)*, Dissertação de doutoramento em História, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011
- OLIVEIRA, Lopes de, *História da República Portuguesa. A propaganda na Monarquia Constitucional*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1947.
- PABÓN, Jesus, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, Aster, 1951
- PAIS, José Machado, “Sérgio Príncipe e a Confederação Patronal: História de um atentado”. in *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio Realizado na Faculdade de Letras em Março de 1980* Lisboa, A Regra do Jogo, 1982 pp. 287-315
- PEREIRA, David Oliveira Ricardo *As Políticas Sociais em Portugal (1910-1926)*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012
- PEREIRA Gaspar Martins, *Eduardo Santos Silva - Cidadão do Porto 1879-1960*, Porto, Campo das letras, 2002
- PEREIRA, Joana Dias *Sindicalismo Revolucionário – A História de uma Idéia*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Julho de 2008 Centro de Investigação: IHC - Instituto de História Contemporânea
- PEREIRA Miriam Halpern, “As origens do Estado-Providência em Portugal: as novas fronteiras entre o público e o privado”. In: Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (Coordenadores), *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, pp.47-76
- PINTO, António Costa, coord. - *Os Presidentes da República Portuguesa*. Lisboa: Temas & Debates, 2001
- PINTO, António Costa “Muitas crises, poucos compromissos: A queda da Primeira República”, *Penélope*, n.º 19-20, 1998, pp. 43-70.
- PINTO, António Costa, “A queda da 1.ª República Portuguesa: uma interpretação”, in *Elites e Poder. A crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918 -1931)*, (ed. Manuel Baiôa), Lisboa, Edições Colibri / CIDEHUS, 2004, p. 165 -183.
- PINTO, Paulo Mendes - *António Xavier Correia Barreto: biografia de um presidente do Senado*. Lisboa, Assembleia da República, 2002
- PINTO, Ana Catarina, *A primeira república e os conflitos da modernidade (1919-1926): a esquerda republicana e o bloco radical*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011.
- PIRES, Ana Paula, *A Indústria de Moagem de Cereais. Sua organização e reflexos políticos do seu desenvolvimento durante a I República (1899-1929)*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Setembro de 2004 (Policopiado).
- PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial: a República e a economia de guerra*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011
- QUEIROZ, António José, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*. Lisboa, Livros Horizonte, 2008;
- QUEIROZ, António José, “As eleições legislativas de 1925”, in *Revista da Faculdade de Letras – História*, III Série, Vol. 11, Porto, 2010 pp. 63-94
- QUEIROZ, António José, *Um projecto descentralizador: O Núcleo Republicano Regionalista do Norte (1920- -1924)*, Porto, O Progresso da Foz, 2010.

- QUEIRÓS, António José, *José Domingues dos Santos – O “Defensor do Povo” (1887-1958)*, Lisboa, Assembleia da República, 2012
- QUEIROZ, Vasco de Barros, *A República de 5 de Outubro de 1910 a Maio de 1926 e a acção política de Tomé José de Barros Queiroz*, Lisboa, Editorial Eva, L.da, 1985
- RAMOS, Luís de Oliveira, Memória sobre os Deputados do Minho às Constituintes de 1911, Separata da Revista «*Bracara Augusta*», tomo XXX, fascículo 70, Julh-Dez., 1976.
- RAMOS, Luís de Oliveira, Sob o signo das «Luzes» Lisboa: Impr. Nac.- Casa da Moeda, 1988
- RAMOS, Rui, (2004), «Foi a Primeira República Um Regime Liberal? Para uma caracterização política do regime republicano português entre 1910 e 1926», in Manuel Baiôa (ed.), *Elites e Poder: A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, CIDEHUS, Edições Colibri, pp. 185-246.
- RAMOS, Rui, *Presidentes de Portugal: Teófilo Braga: fotobiografia*; Lisboa, Museu da Presidência da República, 2006
- RAVARA, António Pinto, “Acerca das Eleições de 1911”, *Clío*, vol. 3, 1981, pp. 127-146
- REIS, António, “Leite Pereira, Domingos” in *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, alfa, Lisboa, 1985, Vol. I p. 378;
- REIS, António "A Crise da I República na sequência da Grande Guerra de 1914-1918", in *As Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, (coord.) Sérgio Campos Matos, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 179-188.
- REIS, António - *Raúl Proença: biografia de um intelectual político republicano*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003. 2 vol
- REIS, Bruno Cardoso dos, PINTO Sérgio Ribeiro “República e Religião, ou a procura de uma separação”. Luciano Amaral (Org.) – *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 141-183
- REIS Bruno Cardoso dos, “A Primeira República e o Vaticano (1910-1926): a sombra inglesa e o peso do império” in Filipe Ribeiro de Meneses, Pedro Aires de Oliveira (Eds.), *A Primeira República Portuguesa: diplomacia, guerra e império*, Lisboa: Tinta-da-china, 2011, pp. 141-178
- RIBEIRO, Lia, *A Popularização da Cultura Republicana (1881-1910)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- RIBEIRO, Maria da Conceição, *A polícia política no Estado Novo: 1926-1945*, Lisboa: Estampa, 1995
- RIBEIRO, Olga Maria Vasco, *Álvaro Xavier de Castro: esperanças e fracasso de um Republicano demo-liberal: 1878-1928*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990. 2Vol.
- ROSAS, Fernando, *Portugal século XX: 1890-1976: pensamento e acção política*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004
- SÁ, Victor – *Liberais e republicanos*. Lisboa: Livros Horizonte. 1986
- SAMARA, Maria Alice, *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003.

- SAMARA Maria Alice, “A Legislação de Maio de 1919” in *Sub Judice. Justiça e Sociedade*, 27 – *Trabalho: Novos Problemas, Novo Direito*, Janeiro/ Março 2004, p.137-141.
- SAMARA, Maria Alice, *Bernardino Machado: uma vida de luta*, Lisboa, Assembleia da República, 2012
- SAMARA Maria Alice Dias de Albergaria, *As repúblicas da república. História, cultura política e republicanismo* Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2010
- SAMPAIO, Jorge Salvado, *O ensino primário: 1911-1969: contribuição monográfica* Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Investigação Pedagógica 1975 1vol
- SANTOS, António Pedro Ribeiro dos, *A imagem do poder no constitucionalismo português*, Lisboa, Instituto de Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1990
- SANTOS, António Pedro Ribeiro dos, *O Estado e a ordem pública: as instituições militares portuguesas*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1999
- SANTOS Cândido dos, *História da Universidade do Porto*, Porto, U.Porto Editorial, 2011
- SANTOS, Fernando Piteira - “Na transição do «constitucionalismo Monárquico» para o «constitucionalismo republicano»: a crise do Partido Republicano», *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 72-73-74, 1982, pp. 673-685
- SANTOS, Miguel António Dias, *Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009,
- SERRA, João B. “Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente” in António Reis (Direcção de), *Portugal Contemporâneo*, Vol. III, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 13-84.
- SERRA, João B. “Os poderes locais: Administração e política no 1.º quartel do século XX.”, in César Oliveira (Dir.), *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 264-280
- SERRA, João B, “O sistema político da Primeira República”, in *A Primeira República Portuguesa – entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, coord. de Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto, Lisboa, Colibri, 1999 p.109-129
- SERRA, João B., *Presidentes de Portugal: Manuel de Arriaga: fotobiografia* Lisboa, Museu da Presidência da República, 2006
- SILVA, Armando Malheiro da, CORDEIRO, Carlos, TORGAL Luís Filipe, *Machado Santos : o intransigente da República (1875-1921)*, Lisboa, Assembleia da República, 2013
- SILVA, Armando Malheiro da, *Sidónio e Sidonismo*, 2 volumes, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006
- SILVA, Armando B. Malheiro da, “A escrita (vária) da história da I República Portuguesa”, *Ler História*, N.º 38, 2000, pp. 197-254.
- SILVA Helena Isabel Simões de Carvalho Moreira da, *A monarquia do Norte: a tentativa de restauração monárquica no Porto e a reacção do regime republicano*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001 2 Vol.

- SILVA, João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996.
- SILVA, João Manuel Gonçalves da - "O clientelismo partidário durante a I República: o caso do Partido Reconstituente (1920-1923)". *Análise Social*. XXXII (140), 1997.
- SILVA, Marco José Vasco da, *As ideias políticas e social de António Lino Neto: um católico militante entre o fim do séc. XIX e a primeira metade do séc. XX*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011
- SOUSA Amadeu José Campos de, *Braga do entardecer da monarquia ao tempo da 1ª República (1890-1926): abordagem de história política*, Braga: Casa do Professor, 2004
- SOUSA Amadeu José Campos de, *Entre Monárquicos e Republicanos numa "Cidade de Deus": História política e social de Braga no contexto nacional: 1890-1933* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010 2 Vol.
- SOUSA, Marcelo Rebelo - *Os partidos políticos no direito constitucional português: dissertação de doutoramento em Ciências Jurídico-políticas na Faculdade de Direito de Lisboa*. Braga: Livr. Cruz, 1983
- TELO, António José *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*, Ulmeiro, Coleção "Biblioteca Ulmeiro", Lisboa, n.º 12, 1977
- TELO, António José *Decadência e queda da I República Portuguesa*, Lisboa: A Regra do Jogo, 1980-1984, 2vol.
- TELO António José, Entre Guerras (1919-1930), Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 4, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004, pp386-402
- TELO, António José, *Primeira República*, Barcarena: Presença, 2010 2 vol.
- TORGAL, Luís Reis António *José de Almeida e a República: discurso de uma vida ou vida de um discurso*, Lisboa Círculo de Leitores, 2004
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, coord. - *A Primeira República Portuguesa: entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa: Colibri: IHC, 2000 p. 109-129
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O poder e a guerra: 1914-1918: objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Estampa, 1996
- TEIXEIRA Nuno Severiano, "Portugal e a Grande Guerra", in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 4, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004, pp.14-35
- TORRE GOMEZ, Hipólito de la Torre, *Conspiração Contra Portugal (1910-1912): As Relações Políticas entre Portugal e Espanha*, Lisboa, Horizonte, 1978.
- TORRE GOMEZ, Hipólito de la Torre, *Na encruzilhada da grande guerra: Portugal - Espanha 1913-1919*, Lisboa, Estampa, 1980.
- TORRE GOMEZ, Hipólito de la Torre, *Do "perigo espanhol" à amizade peninsular: Portugal-Espanha (1919-1930)* Lisboa, Estampa, 1985
- TRAVESSA, Elisa Neves, *Jaime Cortesão: política, história e cidadania (1884-1940)*, Porto, Asa, 2004

- VALENTE, Vasco Pulido, “A Revolta do Grelo: ensaio de análise política”, *Análise Social* Vol. 4, 37, 1973, pp.79-101
- VALENTE, Vasco Pulido, “Revolta dos Abastecimentos: Lisboa, Maio de 1917”in *Economia*, vol. I, n.º 2, Maio de 1977, pp. 187-218
- VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999
- VALENTE, Vasco Pulido, *Portugal – Ensaios de História e de Política*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2009
- VALÉRIO, Nuno, *As Finanças Públicas Portuguesas entre as Duas Guerras Mundiais*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.
- VALÉRIO, Nuno, coord. - *As Finanças Públicas no Parlamento Português*. Estudos preliminares. Lisboa: Assembleia da República; Porto: Edições Afrontamento, 2001
- VALÉRIO, Nuno, coord. - *Os Impostos no Parlamento Português*. Lisboa: Assembleia da República: Publicações Dom Quixote, 2006
- VALÉRIO, Nuno, coord. *Os Orçamentos no Parlamento Português*, Lisboa, Dom Quixote/Assembleia da República, 2006.
- VENTURA, António, *Entre a República e a Acracia. O pensamento e a acção de Emílio Costa (1897-1914)*, Lisboa, Edições Colibri, 1994
- VENTURA, António, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal. As Convergências Possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.
- VENTURA, António, *Revoltar para resistir: a Maçonaria em Almada 1898-1937*, Almada, Câmara Municipal, 2010,
- VENTURA, António, *A Carbonária em Portugal, 1897-1910*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- VENTURA, António, *O imaginário seareiro: ilustradores e ilustrações da Revista Seara Nova (1921-1927)* Lisboa: Inst. Nac. de Invest. Científica, 1989
- VENTURA, António *Magalhães Lima: um idealista impenitente*, Lisboa, Assembleia da República - Divisão de Edições, 2011
- VICENTE, António Pedro, “Conflitos académicos durante a 1ª república: professores acusados de ofensas às Instituições democráticas”. 1919, Actas do Congresso “*História da Universidade*” no 7º centenário da sua Fundação, 1991, pp. 337-400
- VIDIGAL, Luís - *Cidadania, caciquismo e poder. Portugal, 1890-1916*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988
- WHEELER, Douglas L. - *História política de Portugal de 1910 a 1926*. Mem Martins: Europa-América, 1985